

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

LEINA FERNANDA DE OLIVEIRA SOUZA

VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985):
representações do periódico maranhense *Jornal Pequeno*

São Luís
2016

LEINA FERNANDA DE OLIVEIRA SOUZA

VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985):
representações do periódico maranhense *Jornal Pequeno*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabel Ibarra Cabrera

São Luís
2016

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Souza, Leina Fernanda de Oliveira.

Violência e criminalidade na ditadura civil-militar (1964-1985): representações do periódico maranhense *Jornal Pequeno* / Leina Fernanda de Oliveira Souza. – 2016.

181 f.

Orientador(a): Isabel Ibarra Cabrera.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História / cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

1. Criminalidade.
 2. Ditadura civil-militar.
 3. *Jornal Pequeno*.
 4. Representações.
 5. Violência.
- I. Cabrera, Isabel Ibarra. II. Título.

LEINA FERNANDA DE OLIVEIRA SOUZA

VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985):
representações do periódico maranhense *Jornal Pequeno*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Isabel Ibarra Cabrera (Orientadora)
Doutora em História
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Regina Helena Martins de Faria
Doutora em História
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Arleth Santos Borges
Doutora em Ciência Política
Universidade Federal do Maranhão

Aos meus amados pais, Fernandes e Leila.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, meu amigo fiel e minha fortaleza inabalável nos muitos momentos de aflição que acompanharam esta pesquisa. Quando eu pensei que não seria possível, o Senhor me mostrou o contrário e me levantou.

Aos meus pais, Fernandes e Leila, que sempre me deram tanto amor. Jamais conseguirei agradecer o suficiente todo o esforço que sempre fizeram por mim e pelas minhas irmãs. Obrigada, pai, por ser esse homem forte, carinhoso, presente e tão alegre, capaz de me fazer sorrir nos momentos mais tristes. Obrigada, mãe, mulher de oração, por ter me ensinado o caminho da fé cristã e por sempre me dar carinho e me socorrer nas piores situações.

Às minhas irmãs, Loura e Leilane, por serem as melhores amigas que poderia ter. Obrigada, maninhas, pela fidelidade de todas as horas, por sempre tentarem transformar meu choro em riso nos dias mais árduos da trajetória desta pesquisa e por acreditarem em mim quando eu pensei que não conseguiria. Vocês fazem minha existência mais feliz.

Loura e Lyssuel (cunhado querido), agora eu sou ainda mais grata por vocês serem pais daquelas que “roubaram” uma parte do meu coração, minhas gêmeas, Débora e Júlia. A estas duas pequenas também quero dedicar um agradecimento especial, pois, desde que nasceram, há um ano, elas deram ainda mais sentido à minha vida. Em muitos momentos estive tristonha ao lado das duas, mas bastava um olhar terno de poucos segundos – fosse da minha Debi fosse da minha Julinha – para eu me sentir feliz de alguma forma.

Ao meu esposo, Irwing Marcello, com quem estou começando uma vida a dois, repleta de amor, companheirismo, carinho e respeito. Oro para que nosso Deus possa estar no centro de nossas vidas, guiando-nos em cada passo. Obrigada, Irwing, por sua mansidão que tanto me acalma neste “meu mundo de ansiedade”, por suas palavras cheias de luz quando só enxergo escuridão e pelo seu bom humor que me alegrou nos dias ruins.

À minha avó Lourença e à minha tia Lidiane pelo carinho, por me ajudarem e torcerem por mim.

À minha sogra Tânia e ao querido casal Ivônio e Mayra pelo apoio e carinho.

À professora Isabel Ibarra pela orientação cuidadosa e pelo apoio fundamental nas ocasiões mais difíceis que fizeram parte desta pesquisa. Obrigada, sobretudo, pela paciência! A senhora acreditou em mim no meu pior momento. Obrigada também pelo seu trato zeloso, carinhoso e, ao mesmo tempo, profissional.

A todos os entrevistados por compartilharem comigo pedaços de vida, de sentimentos e de conhecimentos tão valiosos. Obrigada pelo tempo, disponibilidade e acolhida. Sem vocês a finalização desta pesquisa não seria possível.

À FAPEMA pelo financiamento desta pesquisa.

A todos os meus colegas de curso, em especial, Adriana, Rafael e Celeste, pelas divertidas conversas de corredores e pela mútua troca de aflições, de incertezas e de apoio. Adriana (quantos telefonemas!) e Celeste obrigada também por se solidarizarem comigo naqueles dias mais penosos.

A todos os professores, coordenadores e demais funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da UFMA. Gostaria de agradecer, especialmente, ao professor Lyndon de Araújo pela ajuda e compreensão, assim como à professora Regina Helena, presente na minha vida acadêmica e pessoal desde a graduação, a quem agradeço pelas palavras de ânimo e de apoio em todos os momentos que precisei. Como sempre digo, obrigada por tudo, professora!

Ao professor Wagner Cabral da Costa pelas importantes indicações de leitura.

Aos meus amigos especiais, Angélica, Ellen, Bruna, Anne, Fabrício, Vanderson e Luciano pelas inúmeras risadas, por tanto companheirismo e por dividirem comigo os mais diferentes momentos relacionados ao desenvolvimento deste trabalho. Ao pastor Rodrigo e à querida Dalyla pelo acompanhamento espiritual, pelas orações e por me ensinarem mais da vida com Jesus.

Aos funcionários da sede do *Jornal Pequeno* que, logo no início dos dias de levantamento documental, deram-me livre acesso ao acervo da empresa e foram muito solícitos, improvisando algum espaço confortável para que eu pudesse realizar a pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Benedito Leite no auxílio com o levantamento documental.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que, direta ou indiretamente, participaram do desenvolvimento desta dissertação.

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”.

(Walter Benjamin – Teses sobre o conceito de história, 1940).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar representações de aspectos ligados à violência e à criminalidade produzidas no periódico maranhense *Jornal Pequeno* durante a ditadura civil-militar (1964-1985), tendo como recorte espacial a cidade de São Luís do Maranhão. Neste intuito, realizamos, antes, um esforço de contextualização do cenário envolvendo as problemáticas da violência e da criminalidade no Brasil ao longo da ditadura, assim como buscamos reconstruir a trajetória do jornal em questão durante este mesmo período. Além de exemplares do jornal, relatos orais fornecidos por jornalistas que trabalharam no *Jornal Pequeno* durante o período que abarca esta pesquisa e por pessoas ligadas de alguma forma a este jornal se constituíram em fontes primordiais para a compreensão tanto da trajetória do periódico analisado quanto de notícias nele construídas. Especificamente, a análise se concentrou em apresentar representações construídas no matutino sobre crimes e criminosos, políticas de segurança pública e violência policial, tentando perceber, ainda, mudanças e/ou continuidades nos discursos diariamente veiculados por ele. A análise buscou também destacar como este jornal se inseriu no debate sobre violência urbana que se expandiu no país justamente no momento de abertura política.

Palavras-chaves: Violência. Criminalidade. Ditadura civil-militar. Representações. *Jornal Pequeno*. São Luís.

ABSTRACT

This study aims to analyze representations of aspects linked to violence and criminality produced in Maranhão Jornal Pequeno journal during the civil-military dictatorship (1964-1985), with the spatial cutout of the city of Sao Luis. To this end, we first made a contextualization effort of the scenario involving the problems of violence and criminality in Brazil during the dictatorship, as we seek to rebuild the newspaper's trajectory in question during this same period. Other than copies of the paper, oral reports provided by journalists who worked on Jornal Pequeno during the period covered by this research and by people connected in some way to this newspaper constituted in primary sources for understanding both the periodic trajectory analyzed the for news built on it. Specifically, the analysis focused on presenting representations constructed in the journal about crimes and criminals, public security policies and police violence, trying to understand, yet, changes and / or continuities in discourses daily conveyed by it. The analysis also point out how this newspaper was inserted in the debate on urban violence that has expanded in the country at the very moment of political openness.

Keywords: Violence. Criminality. Civil-military dictatorship. Representations. Jornal Pequeno. São Luis.

LISTA DE SIGLAS

ADESG	– Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ABI	– Associação Brasileira de Imprensa
AD	– Análise do Discurso
AERP	– Assessoria Especial de Relações Públicas
AI	– Ato Institucional
ALCOA	– Empresa de Alumínio dos Estados Unidos da América
ALUMAR	– Consórcio de Alumínio do Maranhão
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
BC	– Batalhão de Caçadores
CBA-MA	– Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção Maranhão
CODI	– Centro de Operações de Defesa Interna
CVRD	– Companhia Vale do Rio Doce
DOI	– Destacamento de Operações de Informações
DOPS	– Delegacia de Ordem Política e Social
DP	– Distrito Policial
DRF	– Delegacia de Roubos e Furtos
DRFD	– Delegacia de Roubos, Furtos e Defraudações
ESG	– Escola Superior de Guerra
HQ	– História em Quadrinhos
IGPM	– Inspeção Geral das Polícias Militares
IPM	– Inquérito Policial Militar
JP	– Jornal Pequeno
MCC	– Movimento Contra a Carestia
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil
PCdoB	– Partido Comunista do Brasil
PDT	– Partido Democrático Trabalhista
PM	– Polícia Militar
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	– Partido dos Trabalhadores
SECOM	– Secretaria de Comunicação

SIM	– Sistema de Informações de Mortalidade
SISSEGIN	– Sistema de Segurança Interna
SNI	– Serviço Nacional de Informações
SISNI	– Sistema Nacional de Informações
UF	– Unidade da Federação
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DITADURA CIVIL-MILITAR E VIOLÊNCIA: um olhar sobre segurança pública, violência policial e criminalidade no Brasil autoritário	23
2.1	Violência: refletindo sobre conceitos e interpretações	24
2.2	Conexões entre a Doutrina de Segurança Nacional e a Segurança Pública durante o regime civil-militar	29
2.3	Violência e polícia na ditadura: recrudescimento do autoritarismo estatal, centralização e militarização das forças policiais	39
2.4	“Escalada” da violência e da criminalidade durante a abertura política: um debate que se expande	54
3	UMA BREVE HISTÓRIA DO <i>JORNAL PEQUENO</i>: adaptando-se à ditadura ...	63
3.1	Jornais e entrevistas: apontamentos teórico-metodológicos	63
3.1.1	Jornais	63
3.1.2	Entrevistas.....	67
3.2	D’O Esporte ao “Órgão das Multidões”: trajetória do <i>Jornal Pequeno</i>	74
3.3	<i>Jornal Pequeno</i> e censura política: jornalismo em tempos de ditadura	86
4	REPRESENTAÇÕES DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO <i>JORNAL PEQUENO</i> (1964-1985)	100
4.1	Mídia, violência e crime	100
4.2	<i>Jornal Pequeno</i>: um jornal popular	103
4.3	Narrativas de violência e de crime no <i>Jornal Pequeno</i>	110
4.3.1	Dramatização da violência/criminalidade e a construção de perfis de crimes e criminosos	113
4.3.2	Debatendo sobre violência e criminalidade	137
4.3.3	Policiais maranhenses e suas ações: a problemática da violência policial	143
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
	REFERÊNCIAS	164

1 INTRODUÇÃO

A violência e a criminalidade figuram como temáticas centrais na agenda de políticas públicas do governo brasileiro. Ocupam espaços significativos em debates acadêmicos no país há algumas décadas, apresentando discussões que chegaram a se vincular aos desdobramentos políticos advindos do período da ditadura civil-militar no Brasil.

São temas que também se apresentam constantemente em conversas informais no espaço urbano ou no ambiente doméstico e, diariamente, preenchem o noticiário das mais diferentes mídias, da imprensa à digital, podendo interferir no desenvolvimento de sentimentos diversos – medo, insegurança e até segurança –, dependendo do enfoque que é dado aos temas. A difusão de acontecimentos violentos e crimes brutais e excepcionais, por exemplo, podem gerar discussões em torno da (in)eficiência do Estado no provimento da segurança de seus cidadãos e sobre políticas públicas desenvolvidas nesse setor.

A mídia surge, assim, como uma importante construtora, reprodutora e difusora de representações acerca dessas problemáticas de violência e crime. Essas representações se relacionam a uma série de fatores, tais como o contexto sócio-histórico em que estão inseridas, os diversos outros discursos que circulam nesse meio e também as possíveis intencionalidades dos produtores das notícias.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo uma análise sobre representações de aspectos ligados à violência e à criminalidade presentes na mídia impressa maranhense, especificamente no periódico *Jornal Pequeno (JP)*, relacionadas diretamente à cidade de São Luís, num período singular: a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Neste período, a violência e a arbitrariedade advindas de órgãos estatais foram uma prática constante. Foi um momento também em que a sociedade brasileira, de uma maneira geral, viu-se submersa no debate em torno dos temas da violência e do crime. Isto em virtude do aumento, sem precedentes, dos índices oficiais de criminalidade no país.

O regime civil-militar que se instalou no Brasil em 1964, após a derrubada do governo João Goulart, desde o início, utilizou-se de atitudes arbitrarias e violentas. A repressão, com amplo uso de violência física, contra os mais diferentes atores sociais – estudantes, trabalhadores urbanos, camponeses, intelectuais, grupos da Igreja Católica e membros de partidos de esquerda – foi uma prática que se iniciou já no momento posterior à instauração do Ato Institucional nº 1¹ e se repetiria no desenrolar de todo o regime autoritário,

¹ Emitido pelos três ministros militares no dia 9 de abril de 1964, possibilitou o início do processo de institucionalização do regime civil-militar no país, tornando os oficiais das forças armadas elegíveis para cargos

produzindo graves violações aos direitos humanos, como as constantes torturas e até mesmo morte e desaparecimento de presos políticos. Os criminosos comuns, por outro lado, não recebiam um tratamento muito diferente nas delegacias do Brasil, no sentido de que constantemente também sofriam práticas rotineiras de agressão física e tortura, deixando transparecer uma concepção de Estado fundamentada em atitudes autoritárias e extralegais.

Neste período, a esfera da segurança pública sofreu influência de um aparato ideológico de sustentação do regime autoritário brasileiro, a chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que interferiu na organização e na atuação das polícias do Brasil, seja na perseguição efetuada por essas forças estatais aos opositores políticos seja no enfrentamento diário a crimes comuns, isto é, crimes desligados de qualquer tipo de motivação política.

Considera-se o auge da repressão do regime militar justamente o período iniciado com a promulgação do Ato Institucional nº 5², estendendo-se até o fim do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Segundo Nadine Habert (1992, p. 28), ao estudar a década de 1970, no final do governo Médici, praticamente todas as organizações de esquerda que promoveram a luta armada, entre 1969 e 1974, haviam sido destruídas ou desarticuladas.

Assim, de modo geral, durante a ditadura civil-militar, os atos praticados pelos aparatos de segurança do Estado se caracterizaram por atos violentos e arbitrários tanto no enfrentamento a opositores políticos quanto a criminosos comuns. Desse modo, tanto a arbitrariedade quanto a violência praticadas pelo Estado ditatorial “não se limitaram ao combate à esquerda organizada, operários, estudantes e intelectuais, projetando-se sobre outros setores da sociedade e espalhando um clima de medo, insegurança e intranquilidade” (HABERT, 1992, p. 28). O autoritarismo militar estendia “um manto de violência e de prepotência que recobre as mais amplas camadas da população. [...] Nos bairros da periferia, o medo dos assaltos mistura-se ao medo da arbitrariedade policial [...]” (HABERT, 1992, p. 32).

eletivos e aumentando consideravelmente os poderes do Executivo federal. Dentre suas determinações, havia poder conferido ao presidente de declarar o estado de sítio, de suspender os direitos políticos de qualquer cidadão e cancelar mandatos de legisladores federais, estaduais e municipais, de apresentar emendas constitucionais ao Congresso, sendo necessário apenas o voto da maioria para aprová-las; além da suspensão da estabilidade dos servidores públicos por seis meses (SKIDMORE, 1988a, p. 48-50).

² O Ato Institucional nº 5 foi baixado no dia 13 de dezembro de 1968, durante o governo de Costa e Silva (1967-1969), sem determinar um prazo de vigência. Dentre suas principais medidas estão: poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; poder de decretar o estado de sítio; direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal; direito de demitir, remover, aposentar ou por em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; direito de demitir ou remover juízes, suspendendo as garantias ao judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; suspensão de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; e julgamento de crimes políticos por tribunais militares (ALVES, 2005, p. 161).

Além disso, o cenário da prática de crimes violentos no país, como homicídios, sequestros e roubos, em fins dos anos de 1970, surgiu como um grave problema nacional, apresentando-se como um dos grandes desafios governamentais, em virtude de seu crescimento, bem como devido à amplificação do debate em torno dessa problemática. Segundo Sérgio Adorno (2002, p. 1), esse aumento também foi acompanhado por mudanças nos padrões de criminalidade individual no Brasil e no perfil das pessoas ligadas à delinquência.

Tais transformações ocorreram justamente no momento de abertura política do regime civil-militar, iniciada no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), através do qual a administração militar “lentamente caminhou em direção a um sistema competitivo multipartidário com a restauração do estado de direito” (SKIDMORE, 1988b, p. 28). O período de liberalização do regime também foi acompanhado pela rearticulação da sociedade civil; pelas lutas em torno das liberdades democráticas e direitos individuais; bem como de uma nova leva de movimentos sociais e de forte crise econômica.

O crescimento da criminalidade violenta no país se fez perceber, sobretudo, através de estatísticas oficiais e da amplificação do debate informal e acadêmico em torno dessa problemática. A mídia brasileira participou ativamente destas discussões, produzindo significações sociais sobre violência e crime, assim como sobre outros problemas que a eles pudessem estar relacionados.

Neste momento de liberalização do regime, a imprensa também começou a reconquistar o direito de se expressar livremente, através da revogação de legislação repressiva e em virtude do próprio clima político possibilitado pela distensão. Os anos anteriores, por outro lado, representaram fortes entraves à liberdade de expressão dos jornais.

Desde o início da ditadura, os jornais brasileiros tiveram que conviver com a censura imposta pelo novo regime. Este, através de órgãos oficiais, passou a impedir a veiculação de notícias que, na visão dos censores, pudessem denegrir a imagem política e social do próprio regime e do Brasil. Entre os anos de 1968 e 1978, a situação piorou, uma vez que esta censura se tornou mais rigorosa e sistemática. Neste aspecto, vale destacar, ainda, que, no Brasil, segundo Gláucio Ary Dillon Soares (1989), a censura atingiu de maneira diversa os jornais e as diferentes regiões geográficas, tendo sido menos ou mais intensa dependendo do jornal.

Além da censura prévia (julgamento das notícias antes da divulgação, feita por censores presentes nas redações dos jornais), a autocensura também foi muito comum. Esta consistia na aceitação da responsabilidade por aquilo que se publicava, ponderando o que era

publicado a partir de orientações dos órgãos responsáveis pela censura e também de receios próprios, promovidos por um clima geral de medo e de repressão (SOARES, 1989, p. 25-38).

Tendo em vista esse contexto nacional, este trabalho busca compreender como o periódico maranhense *Jornal Pequeno* representou questões ligadas à violência e à criminalidade, na cidade de São Luís, durante todo o período de ditadura civil-militar no Brasil. A análise busca trazer à baila um conjunto de imagens, ideias e conceitos sobre o cotidiano da cidade de São Luís envolvendo estas questões problemáticas. A opção pelo recorte espacial da cidade de São Luís se deveu ao interesse de aprofundar o conhecimento em torno da capital maranhense a partir de temas tão sensíveis durante os governos militares. Neste intuito, também nos atemos em apontar como tais representações se conectam com o contexto nacional e, ao mesmo tempo, apresentam suas próprias especificidades.

Em virtude da ausência de estudos que tratem especificamente sobre violência, criminalidade e segurança pública no Maranhão durante o período ao qual nos referimos, os exemplares do *Jornal Pequeno* serão nossa principal fonte para adentrarmos neste setor da vida maranhense. As entrevistas que realizamos com jornalistas e pessoas que estiveram ligadas de alguma forma à rotina do periódico durante a ditadura civil-militar nos possibilitou entender melhor a dinâmica cotidiana da vivência jornalística neste período, assim como as representações sobre violência e criminalidade que foram construídas entre os anos de 1964 e 1985.

A escolha pelas representações construídas no *Jornal Pequeno* se deu, sobretudo, em virtude do amplo espaço dado por este periódico aos temas em apreço e ao longo período de circulação, que abarca do começo ao fim da ditadura. Fundado no ano de 1951, pelo jornalista maranhense José Ribamar Bogéa (sendo até hoje de propriedade da família Bogéa), o *Jornal Pequeno* também desperta interesse pelas bandeiras que levanta como a independência em relação às lideranças políticas e aos grupos econômicos.

Neste trabalho, os exemplares desse jornal e os depoimentos orais constituem, portanto, fontes primordiais tanto para a compreensão da trajetória do *Jornal Pequeno* ao longo do período de ditadura quanto para o entendimento de representações de aspectos relacionados à violência e à criminalidade em São Luís, no transcorrer dos anos de 1964 e 1985. Em virtude disso, nossa análise levou em consideração cuidados teórico-metodológicos que entendemos como fundamentais para uma compreensão historiográfica dos temas em apreço.

No caso das entrevistas, apropriamo-nos de contribuições da metodologia da história oral na análise dos depoimentos que colhemos. Neste método de pesquisa, o âmbito

subjetivo da vivência humana e as relações entre memória e história são dimensões basilares. Isto porque, ao lidar fundamentalmente com pontos de vista individuais (capazes de lançar luz sobre o coletivo), o historiador que trabalha com relatos orais acaba lidando com aspectos inerentes aos indivíduos, dentre os quais, a subjetividade e a memória. Foi segundo essa perspectiva que percebemos os depoimentos orais como importantes fontes tanto para compreender acontecimentos passados quanto para entender processos de construção deste mesmo passado e do próprio presente.

Apresentando características específicas,

[...] A entrevista supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador; o tema ou o acontecimento sobre que versa foi escolhido por este último por convir ao seu trabalho. O pesquisador dirige, pois, a entrevista; esta pode seguir um roteiro previamente estabelecido, ou operar aparentemente sem roteiro, porém na verdade se desenrolando conforme uma sistematização de assuntos que o pesquisador como que decorou [...]. Elas ora fornecem dados originais, ora complementam dados já obtidos de outras fontes. Na verdade, a entrevista está presente em todas as formas de coleta dos relatos orais, pois estes implicam sempre num colóquio entre pesquisador e narrador (QUEIROZ, 1988, p. 20).

As entrevistas que realizamos seguiram um modelo similar ao descrito acima, dando-se através da conversação continuada entre a pesquisadora e os entrevistados. Conduzimos cada entrevista por meio de um roteiro previamente estabelecido que delimitasse os temas que deveriam ser tratados no decorrer da conversa. Os roteiros continham as mesmas perguntas para todos os entrevistados, possuindo, quando necessário, apenas algumas adaptações referentes à trajetória individual e às áreas de atuação de cada entrevistado no *JP*. As perguntas contidas nos roteiros versavam basicamente sobre: a trajetória e as atividades dos jornalistas no *JP*; o cotidiano da redação; as relações com os diretores do jornal; as mudanças técnicas e gráficas; a proposta do editorial do periódico; o público leitor; as formas de produção das notícias de um modo geral e de violência e criminalidade de modo específico; o grau de liberdade dos jornalistas na produção dessas notícias; e, caso houvesse censura, quais os seus mecanismos e estratégias.

A intenção foi fazer com que os entrevistados falassem sobre os mesmos temas, relatando experiências comuns. Tínhamos também o interesse de induzi-los a expressar suas ideias (similares ou diferentes) sobre uma mesma conjuntura ou acontecimento. Desse modo, buscávamos, sobretudo, experiências compartilhadas em contextos de vivências individuais. Não obstante, aquilo que cada relato trazia de experiências e visões de mundo singulares foi valorizado por dizer respeito ao âmbito subjetivo, relacionando-se às diferentes formas através das quais cada pessoa organiza seus discursos, suas memórias e seu estar no mundo.

Como geralmente os interesses do pesquisador e do entrevistado são diferentes³, em algumas situações a entrevista se afastava dos temas que a norteavam. Nestes momentos, buscando sempre o bem-estar, o conforto e a espontaneidade do entrevistado, tentávamos trazê-los ao que Queiroz (1988, p. 18) chama de o “bom caminho”, isto é, buscávamos sempre retomar os temas norteadores da pesquisa.

Realizamos entrevistas com quatro jornalistas que trabalharam no *Jornal Pequeno* durante algum intervalo de tempo que abarca o período estudado. Todos eles estiveram ligados à produção das notícias sobre violência e criminalidade em algum momento de suas atividades no *JP*, nem sempre como repórter policial, mas como profissionais que, tratando de assuntos diversos, acabaram abordando os temas do crime e da violência. O outro jornalista que entrevistamos, mesmo sem ter trabalhado no *JP* durante o período estudado, tem grande conhecimento sobre a história do jornal analisado. Além destes jornalistas, entrevistamos uma sexta pessoa que esteve diretamente ligada à rotina do periódico desde muito cedo, acompanhando sua trajetória durante todo o período analisado e influenciando, de algum modo, na organização e na administração do *Jornal Pequeno*.

Devido à atualidade e à complexidade dos temas que trabalhamos, optamos por não utilizar os nomes completos dos entrevistados, apenas as iniciais dos nomes e dos sobrenomes. Os entrevistados foram:

A.C.: ingressou no *Jornal Pequeno* no final dos anos 1990 como jornalista literário, sendo um conhecedor da história do *JP* por organizar edições comemorativas encomendadas pela direção do periódico;

C.S.: ingressou no *JP* em 1972 como redator. No decorrer dos anos passou a escrever matérias sobre assuntos variados. Hoje, produz editoriais para o *JP*;

H.B.: matriarca da família Bogéa e, por isso, desde muito cedo acompanhou a trajetória do *JP* no jornalismo maranhense. Atualmente é diretora presidente deste jornal;

J.A.: em 1962 começou a escrever para o *JP*, no entanto, sem vínculo empregatício. Em 1969, cobriu as férias do repórter policial do *JP* na época e em 1970

³ Quanto aos interesses entre o pesquisador e o entrevistado, existem distinções importantes que devemos ressaltar: “O pesquisador é guiado por seu próprio interesse ao procurar um narrador, pois pretende conhecer mais de perto, ou então esclarecer algo que o preocupa; o narrador, por sua vez, quer transmitir sua experiência, que considera digna de ser conservada e, ao fazê-lo, segue o pendor de sua própria valorização, independentemente de qualquer desejo de auxiliar o pesquisador. Procurará por todos os meios relatar, com detalhes e da forma que lhe parece mais satisfatória, os fatos que respondem aos seus próprios intentos, e tudo isto pode convir ou não ao pesquisador [...]. Mais tarde, ao utilizar o relato, o pesquisador o fará de acordo com suas preocupações, isto é, as intenções do narrador serão forçosamente sacrificadas [...] o pesquisador utilizará em seu trabalho as partes do relato que sirvam aos objetivos fixados, destacando os tópicos que considerará úteis e desprezando os demais” (QUEIROZ, 1988, p. 18).

ingressou no quadro de funcionários desta empresa. Desempenhou a função de repórter político, além de assinar artigos e colunas que também tratavam de temas diversos. Hoje assina uma coluna no periódico;

L.B.: começou a atuar no *JP* entre 1970 e 1971, como secretário de redação. Posteriormente, assumiu a função de repórter policial e, alguns anos depois, a de editor-geral, cargo que continua ocupando até hoje;

O.F.: Começou a trabalhar no *JP* no ano de 1967. Trabalhou predominantemente como repórter político. Há cerca de um ano deixou de escrever para o jornal.

Chegamos nesses entrevistados através de diferentes contatos. Os seus nomes foram escolhidos devido ao grau de parentesco com Ribamar Bogéa, devido às funções desempenhadas no *Jornal Pequeno* e em virtude das matérias e dos artigos assinados no periódico, com os quais nos familiarizamos ao longo do período de levantamento documental.

Em relação à análise dos exemplares do jornal, procuramos direcionar nossa atenção para preocupações que, segundo Tânia Regina de Luca (2010), em texto intitulado *História dos, nos e por meio dos periódicos*, os historiadores que lidam com impressos devem ter. Dentre os principais aspectos apontados pela estudiosa, destaca-se a atenção que deve ser dada à materialidade e aos aspectos discursivos das notícias, responsáveis por produzir diferentes práticas sociais.

Em consonância com estas orientações gerais indicadas por Luca (2010), também fizemos usos de contribuições teóricas advindas da Análise do Discurso (AD). Esta se constitui, atualmente, num importante arcabouço teórico para uma análise que pretenda levar em conta tanto o âmbito linguístico quanto o contexto sócio-histórico de produção dos discursos, assim como os sujeitos discursivos e os diferentes discursos que circulam num período em particular.

Outro ponto que será norteador deste trabalho acerca da compreensão de representações presentes no *Jornal Pequeno*, sobre as problemáticas da violência e da criminalidade, refere-se ao entendimento da própria noção de “representação”. Buscamos compreendê-la e utilizá-la, sobretudo, a partir da visão de Roger Chartier.

Para Chartier, a *representação* se constitui num caminho através do qual o historiador pode adentrar na sociedade. Ao explicar seu conceito de História Cultural, Chartier (1990, p. 17) identifica as representações como:

[...] classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real [...]. [São] esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente

pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado [...] produzem estratégias e práticas [...].

Compreende que as representações podem ser entendidas como instrumentos através dos quais os atores sociais “traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19). Há, portanto, que se considerar uma distinção entre aquilo que é representado e a representação em si. Representação não é puro reflexo, nem mesmo simples ficção, mas sim uma imagem presente de um objeto que está ausente.

Devemos, na visão do historiador, observar essas representações como “matrizes de discursos e de práticas diferenciadas [...] que têm por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua” (CHARTIER, 1990, p. 18).

Para Chartier (1994, p. 106), as representações também têm limites estabelecidos pelo próprio contexto em que são produzidas, pois, para ele:

[...] o objeto fundamental de uma história cujo projeto é reconhecer a maneira como os atores sociais investem de sentido suas práticas e seus discursos parece-me residir na tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam [...] o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer.

Entendemos, portanto, que as representações referem-se a construções de sentido sobre um mundo material formuladas por aqueles que o habitam. Elas “não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo é, efetivamente, o que dizem que é” (CHARTIER, 2010, p. 51-52).

Nesse sentido, buscamos entender as representações presentes no periódico *Jornal Pequeno*, relativas à violência e à criminalidade, como instrumentos produtores de sentido da realidade sócio-histórica de São Luís num período específico, 1964-1985. Logo, pensamos que os produtores das notícias neste jornal, inseridos num contexto localizado, utilizaram-se dessas notícias, de forma consciente ou não, para organizar e difundir percepções particulares, capazes de gerar sentimentos diversos, como medo e (in)segurança, além de múltiplas práticas sociais. E estas, por sua vez, também poderiam interferir na construção de novas representações.

O conceito de *representação* construído por Chartier nos leva a pensar o mundo social a partir de uma dimensão simbólica, na qual os sujeitos históricos têm papel ativo na sua produção. Direcionando a pesquisa nestes termos, pensamos que as notícias, artigos e opiniões presentes nos órgãos da imprensa maranhense naquele período nos ajudam a entender como as questões sobre violência e criminalidade eram percebidas pelos próprios contemporâneos. Acreditamos que estas representações, mesmo que específicas, construídas por pessoas com determinados interesses, muitas vezes podem se relacionar, de alguma forma, com um conjunto de ideias compartilhadas, de uma maneira geral, por determinados setores sociais ou mesmo pela maioria da sociedade, isto é, ideias muitas vezes presentes no *imaginário social*⁴.

Tomando estes cuidados teórico-metodológicos, realizamos a pesquisa através da análise de notas, reportagens, colunas, artigos e editoriais que contemplaram, especialmente, aspectos ligados à violência e à criminalidade presentes no *Jornal Pequeno*, em conjunção com entrevistas realizadas com jornalistas deste periódico naqueles anos de ditadura no Brasil.

Estruturamos o presente trabalho em três capítulos:

O primeiro capítulo destina-se a apresentar um sucinto quadro teórico sobre os usos e interpretações do conceito de violência desenvolvidos por alguns dos intelectuais que se debruçaram sobre o tema, com o fito de demonstrar a complexidade que envolve o conceito de violência e também de apontar, num âmbito tão plural e diverso, qual o tipo de violência a que trata este trabalho. Em seguida, buscamos realizar uma discussão mais geral sobre a questão da segurança pública no que tange, sobretudo, ao tema das polícias brasileiras, percebendo em que medida a Doutrina de Segurança Nacional interferiu na gestão da manutenção da ordem pública no Brasil, durante a ditadura civil-militar, bem como na formação, coordenação e prática destas polícias. Neste intuito, aqui pretendemos discutir

⁴ O conceito de *imaginário social* é aqui entendido segundo os termos de Cornelius Castoriadis. Segundo este filósofo, ao contrapor-se a uma visão determinista e literal da realidade, o imaginário “não é imagem de. É criação incessante e essencialmente determinada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos [...] Não existem lugar e ponto de vista exterior à história e à sociedade [...] Todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à história e à sociedade” (CASTORIADIS, 1982, p. 13). Quer dizer, o imaginário do qual fala Castoriadis não é puro reflexo de algo (“não é imagem de”), e sim criação, pela sociedade de “figuras/formas/imagens” que produzem significações sociais através das quais o mundo ganha sentido para esta mesma sociedade. *Imaginário social* refere-se à forma como “cada sociedade define e elabora uma imagem do mundo natural, do universo onde vive” (CASTORIADIS, 1982, p. 179). Por isso, situadas num tempo e num espaço particular, cada sociedade institui um modo de viver, de pensar e de agir que lhe é próprio; institui sua “singular maneira de viver, de ver e de fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele” (CASTORIADIS, 1982, p. 175). Sendo assim, para Castoriadis, os sujeitos participam de modo ativo da construção da realidade histórica.

ainda mais detidamente a violência policial que atinge tanto a dissidência política quanto os criminosos comuns. Neste capítulo, também apresentamos o debate sobre o tão comentado aumento da violência criminal durante o período de abertura política do regime e o papel da mídia neste debate.

Com a intenção de melhor compreendermos princípios importantes da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil e entendermos sua influência juntos às forças de segurança do país, utilizamos trabalhos que esmiúçam essas temáticas, dentre eles, os estudos de Maria Helena Moreira Alves (2005), Eliézer Rizzo de Oliveira (1976), Martha K. Huggins (1998) e Paulo Sérgio Pinheiro (1982). No que tange aos debates sobre violência e criminalidade desenvolvidos no período de abertura, utilizamos tanto estudos publicados ainda naqueles anos quanto trabalhos divulgados anos depois, já no momento de normalidade democrática.

No segundo capítulo, buscamos reconstruir a trajetória do *Jornal Pequeno* durante o período de ditadura civil-militar. Antes, realizamos mais detidamente uma discussão sobre os limites e possibilidades das nossas fontes, isto é, os exemplares de jornal e os depoimentos orais. Seguindo as orientações teórico-metodológicas apresentadas, procuramos apresentar o jornal em tela desde a sua fundação, seguindo sua trajetória até os anos de 1980, tanto em termos de estrutura física quanto de posicionamentos políticos e sociais, tentando conhecer melhor o jornal no qual nos debruçamos. Por se tratar de um período tão singular para a imprensa brasileira, buscamos também compreender melhor, principalmente através de entrevistas, se houve ou não censura política em relação a esse jornal, percebendo em que medida esta censura pode ter interferido em representações sobre violência e criminalidade e até mesmo sobre os governos militares de um modo geral. Tornou-se, portanto, fundamental uma discussão sobre os mecanismos de censura impostos aos meios de comunicação no Brasil, em específico aos jornais impressos, durante a ditadura, assim como sobre a possível interferência desses mecanismos na construção das notícias no *Jornal Pequeno*. Neste propósito, dialogamos com historiadores que abordam o tema da censura no período, como Maria Aparecido de Aquino, Carlos Fico, Maurício Maia e Bernardo Kucinski.

No terceiro capítulo, adentramos mais especificamente no objeto desta pesquisa, que são representações sobre violência e criminalidade durante o período de ditadura produzidas pelo *Jornal Pequeno*. Identificando este jornal como um periódico de linha marcadamente popular, esforçamo-nos em identificar e analisar representações construídas sobre crimes e criminosos, sobre o policial e suas ações, sobre políticas de segurança pública, além de entender de que maneira o *Jornal Pequeno* se insere no contexto nacional de debate sobre violência e criminalidade que se expande a partir de finais dos anos de 1970.

Almejamos também neste terceiro capítulo perceber possíveis mudanças e/ou continuidades na fala diária da violência e do crime, refletindo como os atores sociais construtores das notícias no *Jornal Pequeno* inserem São Luís no debate sobre tais temas tão sensíveis neste período que nos atemos, em que os jornais funcionavam como espectadores e ao mesmo tempo construtores e difusores de (des)informações a respeito do cenário sociopolítico.

Constituiu-se numa análise que se processou principalmente por meio das transcrições de trechos de entrevistas e de títulos e trechos de matérias presentes no periódico matutino. Algumas vezes longos, os trechos das matérias do jornal são de diferentes anos das três décadas que nossa pesquisa abarca (1960, 1970 e 1980), transcritos visando à compreensão e à exemplificação de representações construídas pelos repórteres do *Jornal Pequeno*.

2 DITADURA CIVIL-MILITAR E VIOLÊNCIA: um olhar sobre segurança pública, violência policial e criminalidade no Brasil autoritário

No Brasil, o ano de 1964 marcou a derrocada final dos governos populistas anteriores e a ascensão ao poder dos governos militares. Promovida através de um golpe de Estado apoiado por amplos setores da sociedade civil, esta vitória das forças militares e civis conservadoras do país transformaria profundamente a realidade brasileira no que tange aos mais diferentes aspectos.

O movimento civil-militar tirou do posto de presidente do país o gaúcho João Goulart, lançando-o num exílio no qual permaneceria até o fim de sua vida. Considerado herdeiro político de um dos maiores símbolos da política populista, Getúlio Vargas, Jango assumiu o governo em 1961 sob o regime parlamentarista, após, por um lado, pressões de setores populares, democráticos e nacionalistas e, por outro, negociações com setores conservadores ligados ao capital multinacional. Apenas em janeiro de 1963 um plebiscito reestabeleceria o sistema presidencial, ampliando o poder de interferência e de decisão do Executivo.

Defendendo uma política nacional-desenvolvimentista voltada para propostas nacionalistas de expansão industrial e agrária, posteriormente reunidas num amplo programa de reformas sociais, econômicas e políticas, Goulart governou num clima de sucessivas crises políticas e crescente crise econômico-financeira. Além disso, durante o governo de João Goulart, também se ampliaram a mobilização e a radicalização de movimentos sociais que envolveram tanto estudantes, trabalhadores urbanos e rurais quanto militares brasileiros.

Foi neste contexto de crises e de efervescência político-social que o movimento que culminou no golpe de 31 de março de 1964, através de um programa golpista de desestabilização do governo Goulart, foi lançado prometendo livrar o país da corrupção, do comunismo, da subversão e comprometendo-se em restaurar a legalidade e a democracia. No entanto, ancorados em vários atos institucionais, emendas constitucionais e decretos-leis, bem como num discurso anticomunista e de justificação de práticas arbitrárias e repressivas, os militares e parcelas civis da sociedade sustentaram um longo regime ditatorial no Brasil⁵.

Apoiados nos preceitos da chamada Doutrina de Segurança Nacional, os militares e suas forças de segurança disseminaram violência e arbitrariedade contra setores diversos da população do Brasil. A violência policial, seja contra opositores políticos ou criminosos

⁵ Para mais detalhes, ver FAUSTO (2008); SKIDMORE (1988a); SKIDMORE (1998); TOLEDO (1983).

comuns, transformou-se numa política de Estado cujos resquícios continuaram a sobreviver mesmo em tempos de construção democrática. Além disso, o cenário da criminalidade no país sofreu alterações significativas no período de crise do regime-civil militar alimentando um debate que se iniciou em fins dos anos de 1970 e permanece até os dias atuais. Este capítulo busca discutir teoricamente o tema da violência e também compreender em que medida a Doutrina de Segurança Nacional interferiu na organização da segurança pública e nas práticas policiais no Brasil. E, ainda, busca compreender esse cenário de transformações do contexto da criminalidade no país no período de abertura política, no intento de melhor localizar os objetos que esse trabalho se atém, quais sejam, a violência e a criminalidade no período da ditadura civil-militar (1964-1985).

2.1 Violência: refletindo sobre conceitos e interpretações

Num trabalho que trate sobre um tema tão plural e multifacetado como a violência, é preciso assinalar o caráter complexo dessa problemática. Seja devido às suas múltiplas manifestações, seja em virtude da diversidade de definições propostas, a violência reveste-se de multiplicidades de sentidos, sendo necessário localizá-la no tempo e no espaço, refletindo sobre seus usos, conceitos e interpretações. Não obstante, de maneira geral, pode-se dizer que a violência se configura como um elemento constituinte das relações sociais tanto no viver contemporâneo quanto em tempos passados, atingindo os mais diferentes atores sociais.

Atendo-se às definições mais específicas, segundo Alba Zaluar (1999, p. 8), a dificuldade em definir conceitualmente “o que é violência” pode ser localizada na própria etimologia da palavra, pois, na sua origem, o termo é polifônico: vem do latim *violentia* que se refere a *vis*, isto é, força, vigor, emprego da força física ou recursos do corpo em exercer sua força vital. Esta força se transforma em violência no momento em que ultrapassa certos limites ou perturba acordos e regras que regulam as relações sociais. Por isso, é a partir da percepção de um limite (que varia cultural e historicamente) que é possível caracterizar um ato como violento ou não.

Neste sentido, definir violência como “positiva e boa”, “destrutiva e má” não é algo que ocorre automaticamente, sem levar em conta o contexto. É necessário, portanto, saber se existem “valores não contextualizados, direitos fundamentais, valores universais, o que obrigaria a pensar a violência pelo lado dos limites que tais valores e direitos imporiam à

liberdade individual ou coletiva” (ZALUAR, 1999, p. 8). Sendo assim, é necessário relativizar a violência.

Paulo Sérgio Pinheiro e Guilherme Assis de Almeida também lembram a importância do contexto para se caracterizar e compreender atos violentos, considerando, ainda, que fatores isolados são incapazes de explicar atitudes consideradas violentas. Além disso, para estes autores, a violência tem como um de seus principais caracterizadores a *intencionalidade* do ato. Assim, para Pinheiro e Almeida, os principais elementos constitutivos da violência são: ação, produção de dano/destruição e intencionalidade. A partir destes três aspectos, constrói-se uma definição que consideram básica de violência, que é: “ação intencional que provoca dano” (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003).

Mario Stoppino (1998, p. 1291), ao formular uma definição de violência, apresenta justamente a intencionalidade como um elemento primordial de sua definição. Basicamente, de modo genérico, a violência, para Stoppino, é a intervenção física voluntária de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou outro grupo, ou mesmo contra si próprio. E esta intervenção física deve ter como finalidade “destruir, ofender e coagir”. Além disso, a violência pode aparecer tanto de forma direta quanto indireta:

É direta quando atinge de maneira imediata o corpo de quem a sofre. É indireta quando opera através de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra (por exemplo, o fechamento de todas as saídas de um determinado espaço) ou através da destruição, da danificação ou da subtração dos recursos materiais. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo: uma modificação prejudicial do estado físico do indivíduo ou do grupo que é o alvo da ação violenta (STOPPINO, 1998, p. 1291-1292).

Nilo Odalia (2004, p. 23), num trabalho de cunho sintético, também tenta definir a violência, alertando que o “ato violento não traz em si uma etiqueta de identificação”. Para Odalia (2004), assim como para Zaluar (1999), Pinheiro e Almeida (2003), é necessário contextualizar a violência, envolvê-la em costumes, tradições, razões e leis que a circundam. Contudo, acredita que uma forma de refletir e identificar a violência de uma maneira geral e bem ampla é considerá-la a partir do prisma da privação, no sentido de que “privar significa tirar, destituir, despojar, desapossar alguém de alguma coisa. Todo ato de violência é exatamente isso. Ele nos despoja de alguma coisa, de nossa vida, de nossos direitos como pessoas e como cidadãos” (ODALIA, 2004, p. 86). Este prisma de violência como sinônimo de privação, na visão de Odalia, seria capaz de identificar a violência em qualquer contexto social.

Outro estudioso que se debruçou de forma mais detida sobre a temática da violência na tentativa de compreendê-la e, mais especificamente, de defini-la, foi o historiador francês Yves Michaud. Mesmo reconhecendo a dificuldade em definir violência, Michaud considera que para compreender o que é violência é necessário reconhecer que a ideia de força está no núcleo central desta palavra, além, sobretudo, de ser imprescindível localizá-la no tempo e no espaço, identificando-a por meio de normas definidas. Assim, pode “haver quase tantas formas de violência quantas forem as espécies de normas” (MICHAUD, 1989, p. 8).

Destarte, Michaud (1989, p. 10) identifica dois aspectos importantes na construção da definição de violência: “um elemento de força física identificável com seus efeitos, e um outro, mais imaterial, de transgressão, vinculado ao dano a uma ordem normativa”. Em seguida acrescenta: “Como dano físico, a violência é facilmente identificável; como violação de normas, quase qualquer coisa pode ser considerada uma violência” (MICHAUD, 1989, p. 10). Sendo assim, para o historiador francês,

[...] é um erro pensar que a violência pode ser concebida e apreendida independentemente de critérios e de pontos de vista. Estes podem ser institucionais, jurídicos, sociais, às vezes pessoais – segundo a vulnerabilidade física ou a fragilidade psicológica dos indivíduos. [...] não há discurso nem saber universal sobre a violência: cada sociedade está às voltas com a sua própria violência segundo seus próprios critérios e trata seus próprios problemas com maior ou menor êxito. Às grandes questões filosóficas e às grandes respostas se substituíram e se substituem, cada vez mais, as ações através das quais as sociedades se administram (MICHAUD, 1989, p. 12-14).

Nesta e em todas as outras interpretações apresentadas até aqui, a violência é vista como um produto da sociedade, em que as acepções bem como as sensibilidades em torno da mesma acabam por sofrer transformações ao longo do tempo e em diferentes espaços. A maneira como se percebia e se vivenciava a violência em tempos passados é diferente das formas como se lida hoje com ela. Michaud (1989, p. 33), por exemplo, acredita que a violência se constitui numa característica marcante das sociedades medievais, ao passo que no período contemporâneo estaria ocorrendo um processo de “pacificação progressiva da sociedade”. Este pensamento do historiador francês tem ligação direta com a tese defendida por Norbert Elias em *O Processo Civilizador*.

Para Elias (1993), durante a formação das monarquias modernas, ocorreram mudanças de costumes relacionadas às formas de ver, pensar e sentir os comportamentos violentos. Mudanças que estariam relacionadas às transformações nos sentimentos e noções de vergonha, nojo, individualidade, previdência, autocontrole, bem como ao monopólio da

violência física na construção do Estado Moderno e à crescente estabilidade dos órgãos estatais. A insegurança, a despreocupação com o futuro, a vazão dada aos comportamentos explosivos e violentos, características acentuadas nas sociedades feudais, teriam sido gradualmente substituídas por formas contidas de sentimentos e comportamentos, em que prevalecia um autocontrole das emoções por parte dos indivíduos, levando a um processo de pacificação interna nos próprios territórios. Assim,

A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança “civilizadora” do comportamento (ELIAS, 1993, p. 198).

Na visão de Elias (1993, p. 199-201), somente a partir da construção de monopólios estatais da violência física, as sociedades conseguiram concretizar o caráter regulado do controle interno e individual. Por meio da monopolização, a ameaça física ao indivíduo teria deixado de depender mais diretamente de sentimentos momentâneos, progressivamente submetendo-se a regras e leis dos órgãos centrais, pois

[...] Uma vez tivesse o monopólio da força física passado a autoridades centrais, nem todos os homens fortes poderiam se dar ao prazer do ataque físico. Isto passava nesse instante a ser reservado àqueles poucos legitimados pela autoridade central (como, por exemplo, a polícia contra os criminosos) e a números maiores apenas em tempos excepcionais de guerra ou revolução, na luta socialmente legitimada contra inimigos internos ou externos (ELIAS, 2011, p. 191).

Elias (1993) defende que a própria contenção individual se torna uma agência de controle em paralelo com o controle estatal, exercido pelo monopólio da violência física. Desse modo, os padrões de violência teriam sido alterados, impondo comportamentos mais contidos, remodelando as formas de conceber e de pensar as atitudes violentas e conduzindo as sociedades ocidentais para um caminho de pacificação.

No entanto, essa visão de progressiva pacificação das sociedades ocidentais suscitou críticas. O sociólogo Hugues Lagrange, por exemplo, defende que mesmo que tenha ocorrido, de fato, uma pacificação de hábitos e costumes a partir do século XVIII, sobretudo na Europa, isto não significou necessariamente uma diminuição global da violência em todos os níveis e esferas sociais (LAGRANGE apud COSTA, 1999, p. 7-8). Já o historiador Eric Hobsbawm (2007, p. 140-141) acredita, inclusive, que nos séculos XX e XXI estaria

ocorrendo o inverso do “processo civilizador”, isto é, o que se estaria assistindo seria, em suas palavras, um “processo de barbarização”, perceptível no aumento da violência em geral e nos níveis de aceitação da violência e da ação não-institucional nas sociedades ocidentais.

No Brasil, a partir das décadas 1970 e 1980, o debate acadêmico em torno do tema da violência, sobretudo entre cientistas sociais, foi amplo e disperso, devido aos vários sentidos e utilizações do termo e em virtude do próprio cenário de aumento nos índices de criminalidade violenta. Alguns estudos feitos nesse período serão utilizados no desenrolar deste trabalho, principalmente por serem reflexões pioneiras que nos auxiliam a entender melhor esse período a partir do pano de fundo da violência.

Nos anos de 1970, estudiosos brasileiros dedicaram-se significativamente à compreensão da violência materializada nos movimentos sociais ocorridos ao longo do tempo (messianismo, cangaço e “quebra-quebras” urbanos). Esta violência era entendida como uma “reação legítima ao arbítrio, ou como efeito da desordem instaurada pelo poder ilegítimo do Estado e pelo capitalismo selvagem” (ZALUAR, 1999, p. 9).

Na virada da década de 1980, muitos estudos se voltaram para a violência e sua conexão com a criminalidade. Tais problemáticas, ao entrarem no rol das grandes preocupações do governo brasileiro, emergiram como sérios problemas nacionais a serem enfrentados, tornando-se temas sensíveis em debates intelectuais. Estes e outros debates acabaram por apresentar discussões que se vincularam com os recentes desdobramentos políticos advindos do período de ditadura civil-militar no país, tanto que, segundo Zaluar, figura, entre os objetos principais de estudos, a violência agenciada e/ou amparada pelo Estado, isto é, a violência policial perpetrada através da tortura e da brutalidade militar e paramilitar. Esta violência era entendida por meio do ângulo da ilegitimidade presente nas ações dos órgãos estatais e paraestatais (ZALUAR, 1999, p. 9).

Na década de 1980, houve também estudos sobre linchamentos de suspeitos de crimes comuns cometidos em bairros periféricos de grandes cidades brasileiras. Também neste período, outra linha de debates foi sobre a associação (ou não associação) entre pobreza e crime, a partir da análise da violência dos crimes cometidos por indivíduos pobres (ZALUAR, 1999, p. 9-10).

É importante dizer que, em muitos estudos, predominaram os discursos de que os verdadeiros problemas do país estavam concentrados na questão social (desemprego, miséria, ausência de educação e de saúde de qualidade, etc.), entendidos como violência cometida pelo Estado contra os cidadãos. Neste momento, não havia muita preocupação em distinguir este tipo de violência e aquela violência física ilegítima agenciada pelo Estado brasileiro. Esta

separação só ficou clara a partir dos anos de 1980, através da utilização do conceito de *violência estrutural*, que passou a designar essa violência entendida sob o ângulo dos problemas sociais. Este tipo de violência passa a ser diferenciada de outras formas de violência, isto é, a “institucional, a doméstica, a interpessoal” (ZALUAR, 1999, p. 10).

Percebemos, portanto, que a violência, longe de ser um conceito simples e banal, pode apresentar múltiplos usos, definições e interpretações. Nesta pesquisa em específico, quando nos referimos à violência estamos voltando nossa atenção, de modo genérico, à força física usada com o objetivo de causar dano a um indivíduo/grupo ou a um bem material, perpetrada tanto por pessoas comuns quanto por aqueles sujeitos idealmente responsáveis por sua contenção, isto é, policiais. É uma forma de violência que muitas vezes está ligada a algum tipo de crime⁶. É também uma violência inserida dentro do contexto particular do período de ditadura civil-militar no Brasil.

2.2 Conexões entre a Doutrina de Segurança Nacional e a Segurança Pública durante o regime civil-militar

Nos vinte e um anos de autoritarismo, nos quais se revezaram cinco generais-presidentes⁷, os governos militares levaram a cabo um projeto de controle rigoroso da sociedade, baseado, principalmente, na repressão, na espionagem, na propaganda política, na censura e nos preceitos ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional. Nesta, encontrou-se “a necessária justificação ideológica da tomada do Estado e da modificação de suas estruturas para impor uma variante autoritária” (ALVES, 2005, p. 28). Essa Doutrina, “através de seus conceitos, princípios e fundamentos, permeou, durante os governos militares, toda a estrutura do poder público brasileiro” (BORGES, 2003, p. 37). Passou a interferir direta e indiretamente nos mais diversos setores da vida brasileira, dentre estes, o setor da segurança pública.

O principal centro irradiador da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina foram os Estados Unidos da América, sobretudo após o término da Segunda Guerra Mundial e a bipolarização do poder entre a União Soviética e aquela potência norte-americana. Nesse quadro, constituiu-se como a “manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais

⁶ Neste trabalho, crime é entendido precisamente como ato ilícito previsto em legislação penal.

⁷ Por ordem cronológica: Humberto Castelo Branco (1964-1967); Artur da Costa e Silva (1967-1969); Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); Ernesto Geisel (1974-1979); e João Baptista Figueiredo (1979-1985).

[...] [promovendo] a submissão das atividades da Nação à sua política de segurança” (BORGES, 2003, p. 24-25).

No Brasil, referências ao que foi denominada “ideologia de segurança nacional” apareceram ainda no século XIX, relacionadas a teorias geopolíticas, ao antimarxismo e às tendências conservadoras do pensamento social católico. Mais tarde, enfatizaram especificamente a ligação entre o desenvolvimento econômico e a segurança interna e externa, sob a perspectiva da ameaça comunista (ALVES, 2005, p. 39-40).

A influência exercida pelas Forças Armadas norte-americanas sobre oficiais brasileiros manifestou-se nos campos de batalha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Este encontro acabou sendo de extrema importância para a implantação e desenvolvimento da Doutrina em terras brasileiras, bem como a participação e formação de militares brasileiros nos cursos das escolas de guerra dos Estados Unidos, com especialidade em táticas contrarrevolucionárias (BORGES, 2003, p. 35)⁸.

Foi com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1949, através da Lei nº 785, com a assistência de consultores norte-americanos e franceses, que efetivamente a Doutrina de Segurança Nacional se instalou na vida política brasileira. A ESG recebeu influência direta da experiência de sua correspondente norte-americana, a *National War College*, mas acabou adquirindo características próprias que assinalavam diferenças importantes em relação àquela escola americana (ALVES, 2005, p. 28; BORGES, 2003, p. 36; OLIVEIRA, 1976, p. 21-22). Segundo Alfred Stepan (apud ALVES, 2005, p. 28), as duas principais diferenças entre a escola brasileira e a americana eram, de um lado, a inclusão por parte da ESG de quadros civis entre professores, conferencistas e alunos; e, de outro, a especial atenção dada à teoria do “ataque indireto” através da União Soviética, isto é, da ameaça de “guerra subversiva” ou “revolucionária”.

Desse modo, a ESG, no seu quadro permanente e entre conferencistas, professores convidados e alunos, contava com a participação tanto de militares quanto de segmentos civis que deveriam ter nível superior de instituição ou equivalente, sendo profissionais liberais, empresários, magistrados ou professores universitários. Muitas propostas apresentadas na ESG nos anos de 1950 e início dos anos de 1960 foram incorporadas posteriormente à

⁸ Segundo Marta K. Huggins (1998), após se debruçar sobre documentos americanos e brasileiros de “Segurança Nacional”, há indícios de que desde a década de 1950 os Estados Unidos participavam da estruturação e do treinamento dos militares das Forças Armadas e das polícias do Brasil, tendo como objetivo principal a preparação de ações que seriam realizadas durante a ditadura. No regime autoritário, instalado em 1964, o efetivo militar brasileiro continuou a receber apoio dos militares norte-americanos tendo em vista a sua “profissionalização”.

legislação imposta pelos militares, assim como graduados da Escola ocuparam cargos relevantes nas instituições políticas e econômicas do país após o golpe de 1964 (ALVES, 2005, p. 28-29; BORGES, 2003, p. 36).

Os cursos ministrados na ESG difundiram-se por todo o país. Os estados se encarregavam de implementar uma espécie de filiais, as ADESG's (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), que promoviam cursos apregoando o binômio desenvolvimento e segurança como a resposta para a solução dos problemas no país (BORGES, 2003, p. 36).

No que tange à DSN, especificamente, é muito vasto o universo de reflexão sobre ela nos diferentes países que dela se apropriaram. Na forma que este sistema doutrinário adquiriu no Brasil, o conceito de geopolítica (no sentido do importante papel que exerceria o Brasil no contexto internacional), o desenvolvimento econômico e a concepção de segurança nacional/segurança interna são elementos correlacionados e constituem-se em ideias básicas para a sua formulação, aplicação, desenvolvimento e disseminação em terras brasileiras.

Segundo a teoria geopolítica desenvolvida pelos militares brasileiros, num clima de “guerra total”⁹ que havia e em que todos os países deveriam tomar partido, a posição geográfica do continente latino-americano e a possível ameaça de expansão do comunismo nos países ocidentais comprometiam seu apoio aos Estados Unidos. E, devido à posição privilegiada que o Brasil possuía, por ter, por exemplo, grande disponibilidade de recursos demográficos e naturais, o Estado brasileiro deveria ser considerado como um aliado de importância significativa nesse ambiente beligerante. Em outros termos, este quadro fazia com que o Brasil se tornasse um país relevante no atendimento das necessidades de defesa do território ocidental e, por outro lado, expressava a dependência brasileira em relação ao Ocidente no que se refere ao desenvolvimento de suas potencialidades econômicas e da garantia de sua segurança (ALVES, 2005, p. 54-57; OLIVEIRA, 1976, p. 33-34).

Além disso, a segurança nacional estava diretamente relacionada a um alto grau de desenvolvimento econômico que implicava num aumento da capacidade de absorção e acumulação de capital. Este modelo de desenvolvimento econômico visava principalmente o fortalecimento do setor industrial, científico e tecnológico, além da valorização do capital

⁹ Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 43), “A teoria da guerra total baseia-se na estratégia militar da guerra fria, que define a guerra moderna como total e absoluta. Em vista do imenso poderio destrutivo das armas nucleares e do inevitável confronto das duas superpotências – os Estados Unidos e a União Soviética –, a teoria conclui que a guerra não mais se limita ao território dos países beligerantes ou a setores específicos da economia ou da população [...]”. Para Eliézer Rizzo de Oliveira (1987, p. 66), “a incorporação de guerra total ao pensamento da ESG sugere a necessidade de combater, no âmbito brasileiro, todas as forças que se opusessem ao projeto estratégico das *elites*”.

estrangeiro, favorecendo interesses dos setores elitistas da sociedade brasileira. Era um tipo de modelo que também defendia a integração do território nacional com o objetivo de fechar possíveis vias de “penetração”/“infiltração comunista”. Por isso, para a DSN, a defesa militar era o principal objetivo do desenvolvimento econômico em detrimento das necessidades básicas da população, configurando-se num tipo de modelo que pouco se preocupava com o bem-estar da maioria da população (ALVES, 2005, p. 57-61).

Neste contexto, a DSN possibilitou aos militares no poder colocar o que compreendiam ser a vontade nacional, os “objetivos nacionais”, acima da vontade individual. Essa vontade nacional respondia basicamente aos interesses dos que estavam no poder e dos setores elitistas que os apoiavam. O general Gobery do Couto e Silva (apud OLIVEIRA, 1976, p. 29), um dos principais teóricos brasileiros da DSN, defendia que um planejamento voltado exclusiva ou predominantemente para o bem-estar da população poderia, num determinado estágio de desenvolvimento, dedicar recursos insuficientes ou desproporcionais aos encargos da segurança nacional. Pensando nesses termos, para a DSN,

O desenvolvimento econômico não está voltado para as necessidades fundamentais, e a política de desenvolvimento não se preocupa muito com o estabelecimento de prioridades para a rápida melhoria dos padrões de vida da maioria da população. Os programas de educação, segundo a ESG, devem ocupar-se sobretudo com o treinamento de técnicos que participarão do processo de crescimento econômico e industrialização. Outros programas voltados para necessidades básicas, como habitação de baixo custo, saúde pública e educação primária, são considerados menos prioritários. Em última instância, o modelo econômico destina-se a aumentar o potencial do Brasil como potência mundial. Para tais metas [consideradas] primordiais e relevantíssimas [...] pode[ria] ser necessário o sacrifício de sucessivas gerações (ALVES, 2005, p. 61).

Nestas condições, segundo Eliézer Rizzo de Oliveira, num estudo basilar para se entender o pensamento político-militar pós-64, formou-se uma concepção de Estado “como organismo político com a função primordial de criar os mecanismos de planejamento econômico e da segurança nacional”, subordinando as necessidades da grande maioria da população às necessidades da política de segurança nacional. No entanto, o Estado acabava escondendo o caráter de sua dominação política, identificando-se como “representante” e “provedor” dos objetivos nacionais (OLIVEIRA, 1976, p. 79). Deste modo, o Estado brasileiro pós-64 tornou-se

[...] o exclusivo intérprete autêntico dos objetivos permanentes da nação, onde figura em primeiro lugar a segurança. De outra parte, é o imperativo absoluto de segurança que fundamenta a legitimidade do Estado [...]. A ameaça externa e interna que pesam sobre a comunidade nacional são definidas pelo Estado, que aí encontra o

fundamento de sua autoridade. O Estado é assim o órgão de expressão da “vontade geral”, que se traduzirá na definição dos objetivos nacionais (SCHOOPYANS apud OLIVEIRA, 1976, p. 44-45).

A Segurança Nacional passa a ser o objetivo máximo do poder estatal brasileiro, que julgara ter obstáculos importantes a serem superados, quais sejam: “a falta de sensibilidade das *elites* [civis], a incapacidade das massas e a atuação do inimigo interno” (OLIVEIRA, 1987, p. 67, grifo do autor). Isto porque uma visão corrente entre os militares planejadores da DSN no Brasil defendia a concepção de uma espécie de “egoísmo das elites [civis]” para a direção política – ao colocarem seus interesses pessoais acima das considerações sociais, do bem comum; e também disseminava a ideia do “despreparo das massas” – que seriam facilmente manipuláveis pela ação do comunismo (OLIVEIRA, 1987, p. 71).

Num contexto definido nestes termos, determinados setores militares conceberam-se como portadores das qualificações morais e das condições políticas necessárias para lutar pelo bem comum, pelos interesses de toda a população brasileira. Estes militares ficariam incumbidos de habilitar as elites civis para a interpretação e implementação dos objetivos nacionais. Desse modo, “a captação, a interpretação e a consolidação do conjunto fluído de interesses e aspirações da população ocupante do território nacional, através de suas instituições e cultura”, caberiam exclusivamente a esse grupo particular da sociedade brasileira, isto é, as chamadas elites civis¹⁰, orientadas pelos setores militares (OLIVEIRA, 1987, p. 71-72). Por isso, deveria ser formado um grupo civil-militar específico que definiria os objetivos tidos como nacionais e dirigiria a nação.

[...] como a DSN não abre às massas a possibilidade de definição de interesses, os interesses do povo só passam a existir de fato, e politicamente, na medida em que são interpretados pela *elite* [civil-militar], ao nível do Estado. Do contrário, permanecem como aspirações latentes da nacionalidade. Se não forem traduzidos pela *elite* [civil-militar], encontrando portanto porta-voz em outro grupo social, serão sempre passíveis de suspeita da ação dos inimigos internos. Correlatamente, em nome do bem comum, do interesse coletivo, os interesses contraditórios das diferentes classes sociais são amalgamados em objetivos nacionais que correspondem, de fato, aos interesses da *elite* [civil-militar], ainda que em nome da Nação (OLIVEIRA, 1987, grifo do autor, p. 73).

¹⁰ Segundo o pensamento doutrinário desenvolvido na ESG, as elites seriam “o conjunto das pessoas que, nos respectivos campos de atuação, destacam-se pelas suas aptidões, superiores às da média do referido grupo, sendo, por tal ou qual via, capazes de influir, socialmente, mais do que aquela média. [...] De um ângulo estritamente nacional, compõem-se as elites os que, com aqueles atributos, contribuem para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes” (MANUAL BÁSICO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA apud OLIVEIRA, 1987, p. 70).

Assim, os ideólogos da DSN subordinaram os interesses de toda a população aos interesses de um grupo específico que se arrogou esse direito (em nome de um todo) e cuja finalidade maior seria a Segurança Nacional. Poder-se-ia “exigir tudo da nação, até mesmo o bem-estar e a liberdade”, não havendo nada que não poderia “ser sacrificado no altar da segurança nacional” (OLIVEIRA, 1987, p. 69).

Além desses aspectos acima mencionados, na vertente teórica dessa doutrina desenvolvida pela ESG há uma valorização do aspecto da “infiltração comunista” e da “subversão interna”. Segundo Oliveira (1976, p. 22-27), entre os adeptos brasileiros da DSN, na “internalização” do conceito de Segurança Nacional, há a passagem da noção de “agressão externa” para a de “agressão interna”. Quer dizer, no Brasil, pensa-se a Segurança Nacional a partir de uma maior valorização do aspecto da guerra não declarada ou não clássica¹¹, que é a guerra da “subversão interna”, conceito que abrande a “guerra revolucionária”, tornando-se essencial a ideia de “fronteiras ideológicas” em detrimento da ideia de “fronteiras territoriais” (ALVES, 2005, p. 44-47).

A “guerra revolucionária” tornou-se, com isso, posto-chave de preocupação para os planejadores da Segurança Nacional no Brasil. Automaticamente ligada à infiltração comunista e às ações indiretas por parte do comunismo internacional dominado pela União Soviética, a “guerra revolucionária” é vinculada a uma espécie de guerra ideológica que substitui a guerra convencional entre Estados no interior das fronteiras geográficas de um país. É um tipo de guerra que acaba por assumir formas psicológicas e indiretas, que tenta evitar o confronto direto, optando pela conquista das “mentes do povo” até chegar a um ponto em que a população se volte contra as autoridades constituídas. Nesses termos, “torna-se suspeita toda a população, constituída de ‘inimigos internos’ potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados” (ALVES, 2005, p. 45). Este cenário faz com que, segundo os termos da DSN, a maior prioridade para os detentores do poder num país subdesenvolvido seja a “segurança interna” (ALVES, 2005, p. 46).

Desse modo, a ideologia de Segurança Nacional desenvolvida no Brasil instituía que, mais do que as forças militares externas, a “subversão interna” era a principal ameaça à Segurança Nacional. Esta situação

¹¹ “A guerra clássica, ou convencional, é politicamente declarada, sendo por natureza limitada. É basicamente concebida como uma guerra de *agressão externa*, combatida entre Estados e na qual um país declara guerra a outro em reação a um ataque externo [...] toda a capacidade produtiva e a população de um país são mobilizadas para uni-lo em torno da luta contra a agressão de outro país [...]. É ela, por definição, uma guerra de ataque e defesa, mas de uma população unida contra um inimigo *externo* definido” (ALVES, 2005, p. 44, grifo do autor).

[...] exigia uma divisão maniqueísta da população em “verdadeiros cidadãos” de um lado, e “subversivos”, “terroristas” e “marginais” de outro. Por sua vez, isso proporcionava uma legitimação ideológica para tratar a parte “desviante” e “subversiva” da população – mesmo que fosse de classe média ou alta – como inimigos a serem derrotados por qualquer meio que fosse necessário (HUGGINS, 1998, p. 189).

Dentro desse contexto, através do uso dessa Doutrina pelos militares, a segurança pública foi enquadrada como “segurança interna”. Esta se ocupava dos “antagonismos” e “pressões” de toda ordem, que se manifestassem dentro das fronteiras do país, desenvolvendo-se em duas áreas: a da defesa interna, vinculada às questões de caráter subversivo, e a da defesa pública, ligada à esfera da segurança pública, que se preocupava com questões desligadas de conotações ideológicas (BORGES, 2003, p. 37).

É possível perceber a ligação entre essas questões referentes à defesa interna e àquelas ligadas à defesa pública na definição de segurança interna presente no Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Este se constituía num instrumento utilizado no treinamento profissional e ideológico dos militares brasileiros. Segundo o Manual:

A Segurança Interna envolve aspectos da Segurança Nacional que dizem respeito às manifestações internas dos antagonismos e pressões, abrangendo todas as ações que se produzam por intermédio do Estado no sentido de criar condições para a preservação dos poderes constituídos, da lei, da ordem e de garantir os Objetivos Nacionais ameaçados. Inclui, assim, todas as medidas desencadeadas para fazer face, dentro das fronteiras do país, aos antagonismos e pressões de qualquer origem, forma ou natureza.

[...] A Segurança Interna integra-se no quadro da Segurança Nacional, tendo como campo de ação os antagonismos e pressões que se manifestem no âmbito interno. Não importa considerar as origens dos antagonismos e pressões: externa, interna ou externo-interna. Não importa a sua natureza: política, econômica, psicossocial ou militar; nem mesmo considerar as variadas formas como que se apresentem: violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania. Sempre que quaisquer antagonismos ou pressões produzam efeitos dentro das fronteiras nacionais, a tarefa de superá-los, neutralizá-los e reduzi-los está compreendida no complexo de ações planejadas e executadas, que se define como Política de Segurança Nacional (MANUAL BÁSICO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA apud ALVES, 2005, p. 47).

As próprias definições, em última instância, sobre quais eram os “antagonismos” e as “pressões”¹², bem como quem era o “inimigo interno”, cabia ao *Estado de Segurança*

¹² Na definição estrita do Manual da Escola Superior de Guerra (1976 apud ALVES, 2005, p. 51), os *Antagonismos* são definidos como “óbices de modalidade peculiar, por manifestarem atividade deliberada, intencional e contestatória à consecução ou manutenção dos Objetivos Nacionais”. Enquanto que as *Pressões* “são óbices de grau extremo em que a vontade contestatória se manifesta com capacidade de se contrapor ao Poder Nacional”. Estes *Óbices* são identificados como “obstáculos de toda ordem – materiais e espirituais – que podem provir de condições estruturais ou conjunturais, resultantes da natureza ou da vontade humana, e que dificultam ou impedem o atingimento ou a manutenção dos Objetivos Nacionais”.

Nacional, partindo da compreensão de que todos os indivíduos eram suspeitos e inimigos em potencial (ALVES, 2005, p. 48). Todos aqueles que praticassem ações consideradas prejudiciais ao Estado estavam sujeitos a serem perseguidos e sofrerem rigorosas punições. Os próprios governos militares estimularam “ações violentas e arbitrárias por parte da polícia e por parte de grupos paramilitares. Tanto a oposição política quanto os criminosos comuns foram perseguidos, presos, torturados e assassinados em ações totalmente ilegais” (ALVAREZ et al., 2004, p. 14). Assim, percebemos que a segurança pública passa a se relacionar às práticas repressivas e autoritárias do regime de exceção.

Nesse sentido, é fácil perceber que a teoria da segurança interna oferece ao Estado ampla justificação para o controle e a repressão da população de um modo geral. O caráter oculto da ameaça também torna quase impossível se estabelecer limites para a ação repressiva estatal e dos poderes militares. A DSN afeta e põe em risco diretamente a defesa dos direitos humanos, pois,

[...] Quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou intoleráveis, já não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação. Mesmo que sejam mantidos na Constituição, tais direitos formais só existem, na prática, segundo o arbítrio do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. Todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até provarem sua inocência. Tal inversão é raiz e causa dos graves abusos de poder [no Brasil durante a ditadura civil-militar] [...] (ALVES, 2005, p. 48).

Percebemos, desse modo, que a DSN estabelece uma situação em que a concepção de Segurança Nacional acaba por englobar tudo que esteja relacionado à organização e à administração do Estado brasileiro. A segurança do país torna-se, em primeira instância, mais importante do que a própria segurança da população em geral, torna-se mais importante do que a integridade física dos indivíduos, do que o bem-estar e até mesmo do que a liberdade dos brasileiros.

Esta Segurança Nacional, destarte, dota os dirigentes do Estado de plenos poderes necessários para a organização de uma infraestrutura tida como capaz de garanti-la, sobretudo naquilo que se refere à garantia da Segurança Interna, e acaba dando origem a um Estado extremamente poderoso e centralizado. Delineia-se, com isso, um quadro em que tal concepção de Segurança Nacional “servia ao mesmo tempo de quadro de referência organizacional e de justificação para a necessidade de constituir mecanismos repressivos de controle da sociedade civil” (ALVES, 2005, p. 375).

No entanto, devemos destacar que, segundo Alfred Stepan (1986, p. 57-65), a DSN não permaneceu estática ao longo dos anos, apresentando mudanças que se adaptavam ao cenário conjuntural. A própria ESG perdeu muito de seu poder como instituição independente ao longo do regime em virtude de diversos fatores¹³. Não obstante, esta Escola permaneceu como a principal instituição responsável pela

[...] sistematização, reprodução e disseminação do *corpus* oficial da Doutrina de Segurança Nacional e [seu relacionamento com militares e civis] [...]. Assim, embora não fosse um centro de iniciativa, era fonte autorizada da ideologia militar para os militares enquanto instituição (STEPAN, 1986, p. 58).

Maria Helena Moreira Alves (2005) também chama a atenção para esse aspecto de adaptação dos princípios da DSN aos diferentes momentos da ditadura civil-militar. Entende este processo de adaptação de tais princípios doutrinários como respostas aos diferentes e constantes desafios impostos pela oposição política e pela própria sociedade civil aos governos militares. Estas adaptações também responderiam a uma permanente busca de legitimidade e de estabilidade institucional por parte do regime. Isto porque, segundo a autora, ao longo do seu processo de institucionalização, a ditadura civil-militar lançou mão de um discurso que pregava a linguagem da democracia e, na prática, contraditoriamente, desembocava numa ofensiva repressiva por parte do Estado, gerando um ambiente constante de crise e de busca de estabilidade.

Carlos Fico (2013, p. 180), por outro lado, defende a concepção de que os agentes do Aparato Repressivo¹⁴, nos governos militares, chegavam a interpretar ao seu modo a DSN, traduzindo situações peculiares em algum jargão ligado, por exemplo, às ideias de “objetivos nacionais” ou “guerra fria”. No cotidiano do regime, portanto, princípios da Doutrina assumiram formas variadas diante de situações reais.

¹³ Dentre estes fatores, Stepan destaca alguns: no início dos anos de 1970, “quase a totalidade do Ministério do Exército havia-se transferido para a nova capital, Brasília; a Escola Superior de Guerra, permaneceu no Rio de Janeiro e ficou geograficamente marginalizada do centro do poder militar. Além disso, o comandante da Escola, normalmente um oficial de quatro estrelas, não era membro do Alto-Comando Militar, que era um componente de peso e de poder no governo militar. Finalmente, os coronéis só poderiam pertencer ao quadro permanente da Escola durante dois anos, e esse quadro, por outro lado, não tinha pesquisadores em tempo integral. Muitos dos formandos mais brilhantes declinaram as propostas de ingresso no quadro permanente porque o ‘caminho mais curto’ da carreira era em Brasília [...]. Especificamente, [durante a abertura política] nenhum estudo da ESG era enviado diretamente para os ministérios, embora fosse enviado para o Estado Maior das Forças Armadas, um órgão relativamente pequeno e pouco influente” (STEPAN, 1986, p. 57-58). Apesar disso, chama a atenção para o fato de que, durante a abertura, foi intenso o trabalho ideológico da ESG, bem como o seu alcance entre os civis.

¹⁴ Este Aparato Repressivo, como descreve Fico (2001), era formado por um complexo sistema de informações (Sistema Nacional de Informações – SISNI) e de segurança (Sistema de Segurança Interna – SISSEGIN). Estas duas “comunidades”, embora com atribuições específicas, atuaram juntas no combate violento a todos aqueles considerados “inimigos” do regime.

Mesmo com essas adaptações relacionadas ao cotidiano do regime civil-militar, pensamos ser inegável o papel fundamental que a DSN assumiu na gestão dos governos militares.

Também consideramos relevante destacar um elemento significativo para o setor da segurança no Brasil, no período que estudamos: a promulgação da Constituição de 1967, a partir da qual a DSN adquiriu caráter constitucional, em que as ações destinadas à área da segurança visavam sobremaneira à contenção aos opositores do regime em detrimento dos anseios e da proteção à população brasileira (MARTINS, 2008, p. 9).

Na Carta Constitucional de 1967, a expressão “Segurança Nacional” possuía ampla flexibilidade, com a redefinição de seu conceito presente na Constituição anterior, a de 1946¹⁵. Nesta, segundo Alves (2005, p. 132-133), a Segurança Nacional associava-se ao conceito de “agressão externa”, ou seja, à defesa contra forças externas e à proteção das fronteiras territoriais. Na nova Constituição, adaptada às noções de “segurança interna”, “inimigo interno” e “guerra revolucionária”, a ameaça à segurança nacional passou a ser definida antes como uma ameaça às “fronteiras ideológicas” do que às “fronteiras territoriais”. A defesa da segurança nacional seria responsabilidade tanto das Forças Armadas quanto de toda a sociedade civil, no sentido de que pessoas e organizações poderiam ser responsabilizadas criminalmente caso omitissem informações sobre atividades consideradas subversivas, transformando juridicamente os indivíduos em informantes.

Moema Dutra Freire (2009, p. 51-52), ao estudar os diferentes paradigmas de segurança desde a ditadura militar até o momento atual, afirma que, em termos constitucionais, a definição de *segurança nacional* se referindo a ameaças externas às fronteiras territoriais aconteceu com a promulgação da Constituição de 1988. Freire assinala que foi através justamente da aprovação do texto constitucional de 1988, portanto após o término do período autoritário no país, que ficou clara a diferença entre o paradigma de *segurança nacional*, desenvolvido durante a ditadura, e o de *segurança pública*. Com a nova constituição, a Segurança Nacional volta-se especificamente para ameaças externas à soberania nacional e defesa do território, e a Segurança Pública, para manifestações da violência no ambiente interno do país, em que essa violência se caracteriza como ameaça à

¹⁵ O novo texto constitucional também diferia do de 1946 em outros aspectos importantes: estabeleceu como indireta a eleição para presidente; aumentou o controle pelo governo federal dos gastos públicos ao proibir o Congresso de propor leis criando despesas ou aumentar despesas propostas pelos governos; e deu amplos poderes ao governo federal para apurar infrações penais ligadas à segurança nacional, bem como à ordem social e política (SKIDMORE, 1988a, p. 119). Desse modo, segundo Skidmore (1988a, p. 119), a nova constituição era, essencialmente, uma síntese dos três Atos Institucionais e leis correlatas anteriores.

integridade dos indivíduos e do patrimônio. A responsabilidade da segurança pública volta a ser prioridade dos estados, que também retomam o controle das polícias militares.

Nessa mesma direção, Martins (2008, p. 16) coloca que a Constituição de 1988, buscou dar um caráter novo à segurança, desvinculando-a de qualquer relação com a ideologia que orientou as atitudes das Forças Armadas e dos órgãos policiais durante o período ditatorial, enfatizando a importância da categoria “segurança pública”, expressão ausente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.

Na nova constituição, a população brasileira e seus interesses também acabaram adquirindo caráter central na promoção da segurança pública, apontada como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Ressaltava-se, com isso, que a segurança pública estivesse ao alcance de todos os cidadãos brasileiros (FREIRE, 2009, p. 51).

Percebemos, portanto, que durante a ditadura militar no Brasil, *segurança nacional e segurança pública* tornam-se elementos interligados. Como coloca Martins (2008, p. 81), as Forças Armadas assumiram papel primordial no controle interno da população com base na Doutrina de Segurança Nacional, situação que acabou vinculando a promoção da segurança pública aos interesses ligados à preservação da segurança interna. Este cenário teria feito com que políticas de segurança pública desenvolvidas no período de ditadura, ao seguirem a lógica da DSN, reforçassem a concepção da existência de um inimigo interno a ser combatido e até mesmo eliminado.

Essa Doutrina acabou estimulando e justificando uma série de arbitrariedades praticadas contra os mais diferentes atores sociais. Afinal, como destaca Pinheiro (1982, p. 69), o regime de segurança nacional exacerbou a noção de ordem “ao exaltar os valores de unanimidade, da unidade, da coesão nacional”. Este cenário abriu as portas para um tipo de violência perpetrada por agentes estatais. Estes eram tanto militares das Forças Armadas quanto policiais militares e civis, forças estaduais acostumadas a lidarem cotidianamente com a perturbação da ordem pública.

2.3 Violência e polícia na ditadura: recrudescimento do autoritarismo estatal, centralização e militarização das forças policiais

O uso de agressões físicas, atitudes arbitrárias e outras ações ilegais por parte de agentes do Estado responsáveis pelo controle social e político foram práticas constantes durante toda a ditadura civil-militar no Brasil. Multiplicaram-se, ao longo de mais de duas décadas, denúncias de abusos, agressões físicas, torturas, desaparecimentos e assassinatos

praticados tanto por órgãos estatais – o complexo DOI-CODI¹⁶ que perseguiu opositores políticos é considerado um dos mais cruéis –, bem como por estruturas extraoficiais, como os famosos Esquadrões da Morte, responsáveis por inúmeras execuções de pessoas acusadas de crimes comuns. No transcorrer deste período ditatorial, disseminou-se, desse modo, um clima de medo entre diferentes camadas da população brasileira de possíveis atos de violência e arbitrariedade, sejam estatais sejam paraestatais.

Logo no governo do primeiro general-presidente, Castelo Branco (1964-1967), iniciou-se uma mobilização geral das forças repressivas do novo regime, em acordo com os princípios da DSN, conhecida como “Operação Limpeza”, cujo intuito era dotar o Estado do controle sobre áreas econômicas, políticas, militares e psicossociais. Para tanto, os militares baixaram o primeiro Ato Institucional (ainda viriam mais dezesseis) que reforçou o poder do Executivo e reduziu drasticamente o poder de ação do Congresso Nacional (FAUSTO, 2008, p. 466). O ato também criou os chamados Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Instalados em “todos os níveis de governo, em todos os ministérios, órgãos governamentais, empresas estatais, universidades federais e outras organizações vinculadas ao governo federal” (ALVES, 2005, p. 68), os IPMs “deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades ‘subversivas’” (ALVES, 2005, p. 68-69).

Amparados nestes poderes excepcionais, os militares deram início a uma série de perseguições aos partidários do presidente deposto João Goulart e aos adversários do novo regime. Na área política, o novo governo cassou muitos mandatos legislativos e suspendeu direitos políticos por dez anos de opositores. Houve também numerosos expurgos na burocracia civil – especialmente naqueles setores estatais mais diretamente responsáveis pela política econômica e social – e também nos setores militares através da cassação e afastamento das funções de militares democratas e nacionalistas (ALVES, 2005, p. 74-79).

¹⁶ Criados em 1970, durante o governo Médici, os Destacamentos de Operações de Informações (DOIs) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODIs) formaram uma nova organização de segurança interna. Sua estrutura foi constituída segundo os padrões da chamada Operação Bandeirantes (OBAN), organização de iniciativa privada criada em julho de 1969, no estado de São Paulo. Segundo Carlos Fico (2013, p. 185), nos comandos militares distribuídos pelo país foram criados um DOI e um CODI, “sob a responsabilidade do comandante do Exército respectivo, neste caso denominado comandante de ‘Zona de Defesa Interna’ (ZDI)”. No que concerne às atribuições: “Os Codis eram órgãos de planejamento, dirigidos pelo chefe do Estado-Maior do Exército respectivo. Controlavam a execução das medidas de repressão e buscavam articular todas as instâncias envolvidas. Os DOIs faziam o trabalho sujo: prisão, tortura e assassinato. Geralmente comandados por um tenente-coronel, essas unidades eram bastante flexíveis e adaptáveis. Seu coração eram as seções de busca e apreensão e as de interrogatório, que faziam as prisões e a tortura. O trabalho era contínuo, com dois expedientes. Os agentes de investigação não deveriam ser identificados pelos prisioneiros, cabendo as prisões somente aos responsáveis pelas buscas e apreensões” (FICO, 2013, p. 185-186).

Além disso, nos primeiros meses do governo Castelo Branco, um conjunto de atividades repressivas de busca e detenção – conhecidas como “operação arrastão” e “pente-fino” – foram realizadas em todo o país (ALVES, 2005, p. 72). Desse modo, a “limpeza” estava sendo realizada em âmbito nacional através da “varredura” das ruas pelas polícias e Forças Armadas, incluindo amplas buscas, capturas e prisões em massa. No primeiro final de semana depois do golpe, foram presas mais de sete mil pessoas (BLACK apud HUGGINS, 1998, p. 142). Os mais visados eram líderes sindicais e estudantis, professores, intelectuais e organizadores leigos de movimentos católicos nas universidades e no campo. As detenções realizadas geralmente eram seguidas de espancamentos ou de algum ato violento durante horas, antes que o pedido de *habeas corpus* fosse apresentado (ALVES, 2005, p. 72).

A região Nordeste foi uma das áreas mais severamente atingidas pela repressão da “Operação Limpeza”, alcançando líderes considerados perigosos como o governador pernambucano Miguel Arraes e o advogado Francisco Julião, vinculado às Ligas Camponesas. A violência contra os detidos políticos, tanto no Nordeste quanto no restante do país, foi realizada por membros da polícia e das Forças Armadas, devidamente autorizados pelo governo, recorrendo com frequência às práticas de tortura. Denúncias desses atos violentos rapidamente chegaram às páginas de jornais do Brasil e do exterior (SKIDMORE, 1988a, p. 56-58; HUGGINS, 1998, p. 141-142). Repórteres policiais veteranos “denunciaram que as torturas [muitas vezes] eram do tipo usado para arrancar confissões de suspeitos de crimes comuns” (SKIDMORE, 1988a, p. 57).

Este cenário começou a sofrer algumas alterações com a aproximação do fim do período de poderes excepcionais estabelecidos pelo Ato Institucional nº 1, quando o governo Castelo Branco começou a sinalizar para um “retorno à normalidade”, através do abrandamento e de um possível fim da “Operação Limpeza” (ALVES, 2005, p. 97). Com isso, o governo buscou amenizar a repressão e a perseguição, sem eliminá-las por completo.

No âmbito do processo político, a sucessão dos governos estaduais, em outubro de 1965, foi realizada de forma direta. No entanto, o resultado dessas eleições, com a derrota dos candidatos que o regime apoiara em centros urbanos importantes, demonstrou a insatisfação de boa parte dos brasileiros com as práticas ditatoriais e apontou para a instabilidade no processo de continuidade da “Revolução”. Para não perder o controle social e político, o governo deu início a mais um ciclo de repressão a partir da edição do Ato Institucional nº 2¹⁷. A partir de então, cresceram os protestos no Congresso brasileiro e nas

¹⁷ Promulgado em 26 de outubro de 1965, apenas 24 dias após as eleições estaduais, o Ato Institucional nº 2 (AI-2) estabeleceu medidas que, segundo Alves (2005, p. 111), “podem ser divididas em três categorias: aquelas

ruas do país devido a essa supressão cada vez mais frequente das liberdades civis e políticas, e também devido ao constante uso da violência por parte das forças governamentais de segurança para eliminar qualquer tipo de oposição política.

Neste ambiente instável, o governo civil-militar buscou centralizar cada vez mais as forças policiais do Brasil, sob o comando das Forças Armadas. Isto acabou levando a um processo de militarização das forças de segurança. Desse modo, segundo Martha K. Huggins (1998, p. 151), para submeter o sistema policial a um controle mais previsível e centralizado, em março de 1967, os três Atos Institucionais anteriores foram suplementados pelo Decreto-lei nº 317, popularmente conhecido como “Lei Orgânica da Polícia”.

Antes do golpe militar de 1964, os governadores dos estados federativos eram os responsáveis pela escolha do comandante da polícia de seus respectivos Estados. Os prefeitos eleitos, por sua vez, ficavam incumbidos de indicarem os chefes de polícia das cidades, mantendo, dessa forma, as prioridades estaduais e municipais em precedência sobre as prioridades nacionais. No entanto, o Decreto-lei nº 317 submeteu as forças policiais regionais e municipais de cada Estado ao controle do secretário estadual de Segurança Pública, que, a partir de então, passou a ser indicado pelos militares, mesmo que ele próprio não fosse necessariamente um militar. O novo decreto-lei atribuiu como função do secretário de Segurança Pública estabelecer as respectivas funções e jurisdições da Polícia Civil e da Polícia Militar (HUGGINS, 1998, p. 151). Segundo a divisão das responsabilidades:

A Polícia Militar seria responsável por todo o policiamento de rua, uniformizado e ostensivo, o que constituía seu papel tradicional. Foi reduzido o controle da Polícia Civil não uniformizada sobre certos aspectos do policiamento de rua, particularmente suas operações de radiopatrulha. Contudo, a ela cabia a responsabilidade exclusiva pelas investigações criminais *post-facto*, uma de suas atribuições tradicionais, ainda que às vezes também realizadas pela Polícia Militar estadual (HUGGINS, 1998, p. 153).

destinadas a controlar o Congresso Nacional, com o conseqüente fortalecimento do poder Executivo; as que visavam especialmente o Judiciário; e as que deviam controlar a repressão política”. Desse modo, o AI-2 permitiu o direito de o Executivo legislar sem o consentimento do Congresso; transferiu ao Executivo competência exclusiva referente a questões orçamentárias e de regulamentação das Forças Armadas; concedeu ao Executivo o poder de decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e da Câmara de Vereadores; aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal a serem indicados pelo Presidente da República; permitiu que os juízes federais fossem também nomeados pelo presidente; suspendeu as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos juízes; determinou que os crimes políticos contra o Estado só poderiam ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal caso não estivessem sob jurisdição direta dos Tribunais Militares; estabeleceu que os civis acusados de crimes contra a segurança nacional seriam processados em Tribunais Militares; regulamentou as atividades dos cassados; extinguiu todos os partidos políticos então existentes; e estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente seria realizada de forma indireta, através da maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal (ALVES, 2005, p. 111-114; FAUSTO, 2008, p. 474). Além disso, complementando este ato, em 5 de fevereiro de 1966, o regime baixou o Ato Institucional nº 3. Este estabeleceu o princípio da eleição indireta dos governadores dos Estados por meio das respectivas Assembleias estaduais controladas pelo governo (FAUSTO, 2008, p. 474).

Esta divisão mais rigorosa do trabalho das polícias brasileiras estabelecida pelo Decreto-lei nº 317 objetivava “reduzir o conflito e eliminar a competição entre as duas principais forças policiais do país. Contudo, em muitas partes do Brasil, a nova distribuição de funções exacerbou as rivalidades existentes” (HUGGINS, 1998, p. 153), assim como teria fomentado, segundo Huggins (1998, p. 153-155), um caminho paralelo em direção aos esquadrões da morte em virtude da busca, por parte dessas forças policiais, de maior visibilidade e de possíveis recompensas oficiais.

Dos membros da Polícia Civil saíram algumas das principais críticas a tais mudanças. Isto porque a nova lei orgânica da polícia reduziu o controle da Polícia Civil sobre o policiamento de rua, fazendo também com que muitos delegados de polícia se sentissem sitiados em relação à ajuda material e financeira dirigida a sua corporação. Desse modo, “ao invés de reduzir a competição e o conflito entre as duas principais forças policiais brasileiras, a Lei Orgânica da Polícia exacerbou enormemente rivalidades que já vinham de longa data” (HUGGINS, 1998, p. 155).

No caso específico das forças policiais militares, antes de 1964, estas desempenhavam funções policiais de guarda, de policiamento preventivo e de controle de distúrbios civis. Marcadamente aquarteladas, as polícias militares raramente atuavam como policiamento ostensivo, desligadas também de patrulhamento motorizado ou de trânsito urbano. A partir da Constituição de 1967 e do Decreto-lei nº 317, as polícias militares foram reportadas a uma dupla subordinação: a da União e a do Exército, com um órgão específico para controlá-las, a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM). Esta subordinação implicou no fato dos serviços de informação dessas polícias passarem a atuar segundo orientações dos órgãos de informação do Exército, estando estes mais preocupados com questões relativas à defesa interna, caracterizada por conotações ideológicas; e menos voltados para os problemas relacionados à criminalidade comum (SILVA, 2003, p. 181-184). Este quadro teria provocado até mesmo uma “crise de identidade” nas polícias militares, desembocando numa indeterminação sobre um sentido específico de sua atuação, pois,

[...] numa direção, os currículos das escolas, os comandantes-gerais (oficiais superiores do Exército, à exceção de Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e os oficiais da PM da chamada comunidade de informação a enfatizarem a preocupação com o inimigo interno; em outra direção, os policiais militares em serviço na rua, trabalhando [...] diante de outra realidade, a do criminoso comum [...] (SILVA, 2003, p. 183).

Nesse sentido, é importante destacarmos que, para garantir o controle sobre as forças policiais, “a ideologia de segurança nacional era agressivamente promovida nas academias de polícia e formação militar” (HUGGINS et al., 2006, p. 156).

A padronização do ensino nas polícias militares em todo o país com o componente do “inimigo interno”, do “subversivo comunista”, segundo a lógica da DSN, foi outro elemento consequente desse quadro de centralização e controle das polícias militares pelas forças do Exército e, conseqüentemente, pelo governo militar no poder. Continuando a privilegiar o uso da força como solução para assuntos policiais, os currículos das escolas militares partiam da visão da Doutrina de Segurança Nacional até mesmo nas disciplinas destinadas à atuação das polícias militares como polícia comum. Assim, para estas polícias, a segurança pública se constituía num aspecto da segurança interna. Nesse movimento, os órgãos de informação das PM’s concentraram sua atuação no atendimento às questões da segurança interna na vertente da luta anticomunista, em detrimento dos esforços para procurarem conhecer os aspectos da criminalidade comum e do crime organizado (SILVA, 2003, p. 182-183).

Neste sentido, as polícias militares e civis sofreram processos de reorganização e redefinição de suas funções. O Decreto-lei nº 317 foi um importante responsável por estas redefinições, garantindo às corporações policiais militares o seguinte: a exclusividade do policiamento ostensivo com o objetivo de assegurar a ordem pública; a execução do seu comando por um oficial do Exército, com Regimento Disciplinar redigido à semelhança deste setor das Forças Armadas; além de inspeção e controle realizados pela Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), criada junto ao Ministério da Guerra tendo em vista esta finalidade. Medidas que claramente centralizavam o controle daquelas polícias na mão do governo militar (MARTINS, 2008, p. 77-78).

A extrema preocupação das Forças Armadas e do governo em centralizar e controlar as polícias militares, sobretudo, tinha, como uma de suas principais causas, a preocupação de que estas forças policiais funcionassem como uma ameaça à estabilidade do governo federal através de sua possível utilização por governos estaduais que se opusessem à União. Esta preocupação já havia se manifestado durante o Governo Vargas (1930-1945), período em que o presidente buscou dismantlar a capacidade bélica, militar das polícias dos estados, limitando os orçamentos destes, centralizando a organização das polícias nas mãos do poder federal e as tornando forças de reserva e auxiliares do Exército, através da Constituição de 1934. Com o fim da ditadura Vargas, os governadores retomaram o poder sobre aquelas polícias – situação que, como dito anteriormente, sofreu mudanças durante a ditadura

(MARTINS, 2008, p. 69-72). Também na véspera do golpe civil-militar de 1964, os próprios governadores da Guanabara, Calos Lacerda, e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, ambos conspiradores, utilizaram suas forças policiais a serviço dos grupos que apoiavam o golpe (ALVES, 2005, p.109). Desse modo, segundo Alves (2005, p. 109),

Tendo aprendido a lição, os militares não queriam ver o mesmo instrumento voltado contra eles. Por isso, as polícias militares foram postas sob controle direto do Exército [...]. Assim foi que as polícias civil e militar dos Estados passaram a ser controladas pelo governo federal, num aparato repressivo cada vez mais centralizado¹⁸.

O quadro de centralização das forças policiais coincide com o processo de centralização militar do poder, que significou a transferência do poder político para o interior das Forças Armadas; transferência que aumentou conforme cresceu a desmobilização dos setores organizados da sociedade civil, obrigada a se submeter aos métodos e aos objetivos dos militares. Este processo pode ser percebido tanto no controle das polícias militares como no fortalecimento do aparelho repressivo da chamada “comunidade de informações”, que tinha no Serviço Nacional de Informações (SNI) seu órgão referencial (PAES, 1992, p. 58-59). E também no fortalecimento da “comunidade de segurança”, materializada, sobretudo, no sistema DOI-CODI, criado posteriormente, em 1970.

Ademais, no intuito de centralizar ainda mais o poder militar e em resposta às crescentes crises políticas enfrentadas, devido à oposição cada vez maior e organizada, assim como, em virtude das pulsantes críticas resultantes da violenta repressão aos protestos de estudantes brasileiros, o então general-presidente Costa e Silva baixou aquele que viria a ser o mais severo e famoso Ato Institucional de todo o regime civil-militar: o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Iniciou-se, assim, um dos períodos mais violentos da ditadura civil-militar brasileira, marcado tanto pelas torturas quanto pela impunidade das forças de segurança do Brasil, protegidas pelos preceitos arbitrários desse ato e de posteriores medidas complementares a ele.

Com o AI-5 o governo civil-militar deu início, em âmbito nacional, a uma nova onda de detenções, suspensão de direitos políticos, censura aos jornais e demissões em massa, atingindo ou tornando vulneráveis setores da população brasileira até então poupados da violência das forças de segurança. A violência policial passou a atingir os mais diferentes indivíduos, independente da classe social, minando, assim, as bases civis que haviam apoiado

¹⁸ Como destaca o estudioso das polícias brasileiras Paulo Sérgio Pinheiro (1982, p. 58), as forças militares estaduais no Brasil, durante toda a sua história, “tiveram, suplementarmente ao aparelho policial, o encargo de assegurar a estabilidade do poder em cada um dos estados”.

o golpe de 1964. Nas palavras de Elio Gaspari (2002a, p. 345), “desde 1964, a máquina de repressão exigia liberdade de ação. Com o AI-5, ela a teve e foi à caça”.

Dessa forma, este ato “marcou uma ruptura definitiva com a tentativa de manter alguma forma de ‘democracia controlada’ e enfatizou... a natureza essencialmente autoritária do regime e sua aparente incapacidade de lidar com a crise e a contestação a não ser por meio de repressão ainda mais extremada” (FLYNN apud HUGGINS, 1998, p. 172).

O ano de 1968, período no qual se decretou o AI-5, foi marcado por muitas manifestações contrárias às políticas do regime. Neste cenário, a repressão governamental foi amplamente utilizada e a tortura de presos políticos voltou a ser praticada de forma ainda mais frequente. Segundo Gaspari (2002a, p. 312-313), a tortura de presos políticos praticada, sobretudo, longe dos quartéis, por policiais violentos (“pela meganha”) nas delegacias de polícia, “eterno foco de violações de direitos humanos de cidadãos humildes”, reaparecia em 1968 “a serviço do regime [...]. Vinha na sua forma habitual, primitiva, produto de um sistema policial inepto que até hoje se vale do espancamento dos presos como modo de imposição da autoridade e dos tormentos como instrumento essencial de investigação”. Nestas condições,

[...] A tortura sancionada pelos oficiais-generais a partir de 1968 tornou-se inseparável da ditadura. Não há como entender os mecanismos de uma esquecendo-se a outra. De um lado a tortura dá eficácia à ordem ditatorial, mas de outro condiciona-a, impondo-lhe adversários e estreitando-lhe o campo de ação política. [...] Entrando no cenário político ao lado da supressão das liberdades públicas, a tortura embaralha-se com a ditadura e torna-se o elo final de uma corrente repressiva radicalizada em todos os níveis, violentando a própria base da sociedade (GASPARI, 2002b, p. 27).

Nesse sentido, Gaspari (2002b, p. 13) também afirma que a prática da tortura “envenenou a conduta dos encarregados da segurança pública, desvirtuou a atividade dos militares da época, e impôs constrangimentos, limites e fantasias aos próprios governos ditatoriais”. A tortura tornou-se, assim, uma política de Estado, um instrumento primordial de investigação e de controle da sociedade de um modo geral. Com isso, o governo civil-militar promoveu “sua violenta guerra interna nas ruas – empregando interrogatórios agressivos e torturas nos porões das delegacias de polícia, em casas isoladas e em acampamentos militares” (HUGGINS et al., 2006, p. 155).

Neste ambiente violento, a impunidade era uma de suas marcas, uma vez que o regime fechava os olhos para as violências praticadas seja negando que elas existissem, seja reprimindo possíveis denúncias ou mesmo estimulando tais violências através de instrumentos burocráticos de ascensão e ampliação de poder (GASPARI, 2002a, p. 149-150). Na verdade, a

violência institucionalizada das forças de segurança dificilmente teria se firmado não fosse o consentimento, o silêncio e a impunidade. Como destaca Huggnis (1998, p. 185),

[...] à medida que o Estado militar do Brasil se desvinculava cada vez mais da influência e do controle dos civis, as instituições que poderiam ter feito a mediação entre os cidadãos e o governo – tais como partidos políticos, associações de empresas, sindicatos, grupos religiosos, organizações estudantis e movimentos sociais de base, foram um a um, sistematicamente empurrados para a clandestinidade. Ao longo do caminho, a tortura, os desaparecimentos e o assassinato, armas do arsenal do governo militar contra a subversão interna, haviam se tornado a estratégia militar para preencher a “ausência de legitimidade”: à medida que porções cada vez mais significativas da população capaz de demonstrar eficácia política eram excluídas da participação política e civil, a repressão passava a ser cada vez mais empregada para garantir a estabilidade do governo em curto prazo, mesmo que, a longo prazo, esse tipo de tática minasse a legitimidade do governo e o ameaçasse de desintegração.

Neste contexto, a centralização e a militarização das instituições policiais prosseguiu com a revogação, em julho de 1969, do Decreto-lei nº 317 pelo Decreto-lei nº 667. Este reorganizou, de maneira mais específica, as polícias militares, mas manteve, de modo geral, suas atribuições. A ressalva pode ser vista na maior clareza quanto à atribuição do controle das polícias militares pelas Forças Armadas, quando diz, no seu Art. 1º, parágrafo único, que “[...] o Ministério do Exército exerce o controle e a coordenação das polícias militares [...]” (BRASIL apud MARTINS, 2008, p. 78). De forma específica, o Decreto-lei nº 667

[...] atribuiu ao ministério do Exército o controle e coordenação [das polícias militares brasileiras] por intermédio do Estado-maior do Exército em todo o território nacional, pelos Exércitos e Comandos militares de áreas nas respectivas jurisdições e pelas regiões militares nos territórios nacionais, cabendo ao Inspetor das Polícias Militares o cargo exercido por um general-de-brigada da ativa (PINHEIRO, 1982, p. 64).

Posteriormente, em dezembro do mesmo ano, o Decreto-lei nº 667 foi alterado pelo Decreto-lei nº 1.072, que extinguiu as guardas municipais, incorporando-as às polícias militares, mantendo ainda a exclusividade destas polícias na execução do policiamento ostensivo (MARTINS, 2008, p. 79). Além disso, “foram os Estados da Federação *proibidos* de ter outra organização policial uniformizada” (SILVA, 2003, p. 180, grifo do autor). E, após as eleições diretas para governadores dos estados, em 1983, “cada polícia estadual passou a ser controlada pelo comandante e chefe do exército da área onde [estava] sediada, bastando a mera avaliação desse comando para a chefia dessas polícias militares saírem do controle do governador de cada estado” (PINHEIRO; SADER, 1985, p. 86).

Dessa forma, segundo Pinheiro (1982, p. 59), “o conteúdo político implícito à missão dessas forças estaduais – defender o governo e as classes dominantes contra eventuais manifestações de protesto das classes populares – ganha uma definição mais clara, graças à sua subordinação aos objetivos das forças armadas”. As polícias militares, portanto, ficaram entre as principais encarregadas de darem conta da tarefa de implementação do regime autoritário:

[...] além de enfrentar as modalidades tradicionais de dissenso, passam a funcionar no dia a dia como força eminentemente militar no enfrentamento da guerrilha urbana, poupando às forças armadas a inconveniência de uma presença ostensiva e prolongada nos grandes centros urbanos (PINHEIRO, 1982, p. 59).

Assim, sendo uma organização de vanguarda do regime, a PM rapidamente “tornar-se-ia sinônimo de truculência, incompetência e corrupção” (SILVA, 2013, p. 260).

O Decreto-lei nº 669, instaurado no final do governo de Costa e Silva, que se afastou da presidência após graves problemas de saúde, dando lugar a uma Junta Militar, reforçou o processo de centralização e militarização. Para Pinheiro (1982, p. 65), essa centralização também esteve diretamente ligada “à dificuldade das polícias civis de lidarem com as tarefas de controle impostas pela consolidação do regime autoritário e das antigas polícias estaduais de darem conta do enfrentamento da luta armada desenvolvida por alguns setores da oposição”.

Além disso, Pinheiro (1982, p. 64) também defende que a partir desse momento de nova crise política de sucessão do regime – que se resolveu com a posterior posse do general Médici – “o principal instrumento para o controle do Estado passa a ser a coerção direta e a repressão justificadas como necessárias à defesa da ‘segurança nacional’, do desenvolvimento e dos interesses do modelo [econômico] brasileiro”.

Assim, essa centralização e militarização das forças de segurança, promovidas tanto pelo Decreto-Lei nº 317 quanto pelo Decreto-lei nº 667, não se tratava da atribuição “de um novo papel às forças policiais das várias unidades da federação, mas de sua submissão às diretrizes de segurança nacional que organiza o regime desde 1964” (PINHEIRO, 1982, p. 64). Na visão desse autor os “mitos” da ideologia de segurança nacional, no período de ditadura militar, intervieram significativamente nas práticas das polícias do Brasil, sobrevivendo, inclusive, em tempos de construção democrática. Neste processo de intervenção junto às forças de segurança, como destacamos, o “regime ditatorial promoveu a

militarização da segurança pública sob o controle do Exército” (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003, p. 32).

O governo de Garrastazu Médici (1969-1974) consolidou o processo de centralização e militarização das forças de segurança através da criação do sistema DOI-CODI, no ano de 1970. Nesta fase do regime, considera-se que a violência, a arbitrariedade e a impunidade praticadas pelas forças policiais atingiram seu ápice. A expansão da guerrilha promovida por organizações de esquerda dotou o governo da necessária justificativa para expandir as práticas violentas e ilegais do *Estado de Segurança Nacional*. Além disso, o excelente momento vivido pelos surpreendentes resultados do desenvolvimento econômico, promovido pelo “milagre brasileiro”¹⁹, bem como a rigorosa censura aos meios de comunicação, escondeu a violência policial, a insatisfação de grande parte da população e as críticas às políticas governamentais repressivas.

A campanha de repressão promovida pelo governo neste período, segundo Alves (2005, p. 193), “consistia, não só na institucionalização da tortura, como na técnica de interrogatório e controle político, no desenvolvimento de programas de pacificação e blitz, e na implantação de uma vasta rede policial para levar a cabo os programas do Aparato Repressivo”.

Desse modo, entre 1969 e 1975, o regime civil-militar dizimou as organizações clandestinas através do uso generalizado da tortura, das técnicas de interrogatório, do controle político e social e da centralização/militarização das forças de segurança. Os grupos armados de esquerda, comportando-se de forma desarticulada e contando com pouco apoio popular, resistiu por poucos anos, tendo suas organizações reduzidas a poucos quadros desorientados e seus principais líderes presos, exilados ou assassinados.

O governo do penúltimo general-presidente, Ernesto Geisel, deu início a uma nova fase do regime, marcada pela liberalização política, pela crise econômica, pela expansão da visibilidade das críticas de amplos setores da população brasileira referentes às medidas

¹⁹ Na década de 1970, durante o governo Médici, “a expressão ‘milagre brasileiro’ passou a ser usada como sinônimo do *boom* econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo” (PRADO; SÁ EARP, 2013, p. 219). A principal marca do “milagre” foi justamente o aspecto inesperado das elevadas taxas de crescimento: “depois de apresentar um crescimento pífio desde 1962, o PIB brasileiro ficou na faixa dos dois dígitos entre 1968 e 1973. Ao mesmo tempo a taxa de inflação ficou entre 16% e 27% [...]. E, para completar o quadro milagroso, o comércio exterior mais do que triplicou. Estes resultados foram capitalizados pelo ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, que apareceu como o responsável maior do que foi uma combinação virtuosa entre a política econômica e o substancial crescimento da economia mundial [...]” (PRADO; SÁ EARP, 2013, p. 222). Desse modo, no transcorrer do governo Médici, período do “milagre”, “a busca de legitimidade deslocou-se definitivamente do plano político para o plano econômico. A ideia de que estava em processo a construção de um ‘Brasil Potência’ passou a construir a base da propaganda do governo e o fundamento de sua legitimidade” (PRADO; SÁ EARP, 2013, p. 228).

repressivas e à violência policial. Não obstante as mudanças em movimento, as corporações policiais continuaram a gozar de privilégios promovidos pela ditadura, privilégios que acabaram por endossar a impunidade e a violência dos órgãos estatais. Exemplo disso pode ser percebido na instituição, em abril de 1977, do conhecido “Pacote de Abril”. Este se constituiu numa série de importantes reformas constitucionais, visando a, acima de tudo, direta ou indiretamente, tornar o partido governista, ARENA (Aliança Renovadora Nacional), em força política imbatível nas eleições posteriores ao “pacote”.

Além dessas medidas estritamente ligadas ao processo eleitoral, o “pacote” também introduziu uma medida de importante significação na administração policial. Através da Emenda Constitucional nº 7, as polícias militares passaram a ter o seu próprio sistema de justiça interna, uma vez que esta Emenda retirou da jurisdição de tribunais civis o julgamento de policiais militares. Estes passaram “a ser julgados por tribunais militares especiais integrados por oficiais da própria Polícia Militar” (ALVES, 2005, p. 232). Esta situação teria dado às PMs “plenas condições de construir e implementar a sua própria ‘lei’” (PINHEIRO, 1982, p. 61), impulsionando as atitudes violentas e alimentando a impunidade.

Além disso, é importante destacarmos que, segundo Paulo Sérgio Pinheiro e Emir Sader (1985, p. 79), mesmo que a violência policial tenha se aprofundado de modo dramático durante o regime civil-militar, atingindo de forma indiscriminada os brasileiros, a atuação policial, no Brasil, caracterizou-se, também em regimes democráticos, pela violência: “[sempre] prioritariamente contra as classes populares, contra a maioria dos cidadãos”. Para estes estudiosos, o que ocorreu é que, durante a ditadura, grupos outrora preservados, passaram a sofrer sistematicamente agressões físicas violentas por parte das polícias, suscitando protestos, marchas e manifestações. Nas palavras de Skidmore (1988a, p. 582), “a polícia brasileira se tornara famosa pelo uso da violência contra suspeitos e presos. Esta tradição de brutalidade [...] foi dramatizada quando as polícias e os militares desencadearam a perseguição a suspeitos de atos políticos contra o governo após o golpe de 1964”. Assim, para Pinheiro e Sader (1985, p. 91),

[...] o arbítrio e a impunidade policial, disseminados por mais de 20 anos de poder militar, sem controle social e político, aprofundou uma dinâmica já presente nos órgãos repressivos mesmo antes do golpe de 1964. A corrupção policial se incrementou nesse período, vinculada ao tráfico de drogas, aos grupos para-policiais e à tortura na pressão aos dissidentes políticos. Paralelamente, a exploração jornalística [...] vinculad[a] à morbidez do sensacionalismo em torno dos crimes e à questão da segurança pessoal [...] foi produto e causa de multiplicação do clima favorável a alimentar a espiral de violência policial e marginal, cujos limites nunca estiveram bem delimitados.

Ainda segundo Pinheiro e Sader (1985, p. 83-85), algumas das técnicas utilizadas contra presos políticos durante a ditadura foram incorporações vindas das práticas das polícias civis no trato cotidiano com criminosos comuns. Nesse sentido, Pinheiro (1982, p. 71) assevera que, seja em períodos constitucionais ou autoritários, as polícias do Brasil praticaram de forma contínua violências e arbitrariedades, afirmando:

Em todas as delegacias brasileiras sempre se torturou e se continua a torturar [...] No Brasil, para as classes populares, preceitos rigorosos e respeitados para a detenção, guarda de suspeitos, direito a defesa de advogado, tomada de depoimentos e prisão nunca foram postos em vigor e sempre ficaram ao arbítrio de cada policial.

Para Pinheiro e Sader (1985), a violência perpetrada pelas forças policiais, no Brasil, sempre foi exercida prioritariamente contra aqueles setores da população chamados por eles de “classes populares”, isto é, aqueles grupos de pessoas percebidos como desprovidos de poder e de uma identidade coletiva reconhecida socialmente, como as minorias excluídas (homossexuais, loucos, negros, criminosos) e a população pobre em geral.

Um alto grau de ilegalidade seria uma marca das relações entre a atuação policial e esses setores da população brasileira, disseminando-se a tortura, os maus tratos, as execuções sumárias e uma série de outras práticas de terror e intimidação. Assim, para Pinheiro e Sader (1985, p. 77-95), muitas das práticas e técnicas violentas perpetradas contra as dissidências políticas durante o período de ditadura civil-militar no país constituem-se em atitudes amplamente utilizadas pela atividade policial brasileira no trato rotineiro com as “classes populares”. Estas em geral assimiladas às “classes perigosas” ou às “classes criminógenas”. No entanto, a implantação do regime instaurado com o golpe de 1964 subverteu garantias tradicionais que o aparelho policial é obrigado a respeitar no período de legalidade democrática (PINHEIRO, 1982, p. 60). Mesmo que, segundo Paulo Sérgio Pinheiro (1982, p. 67), essas garantias nunca tenham sido respeitadas em relação a esses grupos, elas foram completamente abandonadas durante aqueles anos autoritários. Desse modo, com a suspensão dos direitos civis através de legislações impostas nos anos de arbítrio foi possível que “os direitos do cidadão pudessem ser sistematicamente desrespeitados sem riscos para as autoridades policiais (e militares) responsáveis” (PINHEIRO; SADER, 1985, p. 80).

Nesta mesma direção, Pinheiro e Sader defendem que apesar desse quadro repressivo intenso e ininterrupto do aparelho policial brasileiro, geralmente a percepção dessas práticas violentas é muito maior nos momentos de institucionalização do arbítrio,

precisamente por ser um quadro de violência que atinge indistintamente os atores sociais, inclusive membros das camadas médias e altas da sociedade brasileira, como aconteceu, sobretudo a partir da virada autoritária de 1968, com a instauração do Ato Institucional nº 5, no governo do general Artur da Costa e Silva.

Sendo assim, no período que nos atemos, teria ocorrido tanto um processo de “militarização das operações policiais”, com a interferência das Forças Armadas e de sua ideologia de segurança nacional junto às polícias do Brasil, quanto um processo de “policialização das operações militares”, com a ajuda e interferência das corporações policiais civis no âmbito estritamente militar (GASPARI, 2002b, p. 67).

Outra tese interessante que Pinheiro (1982) defende, em seu estudo sobre polícia e política na ditadura, refere-se à ligação e à continuidade entre o combate à subversão e a chamada “guerra contra o crime”, principalmente no período de transição democrática, após a derrocada de todas as organizações armadas de esquerda. Isto é:

A utilização das polícias militares que se amplia no enfrentamento do crime comum, especialmente depois do “pacote de abril”, cria um foro privilegiado para as polícias militares. A “guerra contra o crime” das polícias militares vai ser beneficiada com as mesmas garantias que gozava no enfrentamento da luta armada: passa a não ter fronteiras com a guerra “permanente”. Permanece, na etapa de transição para a democracia, a mesma unificação entre repressão política e repressão comum que caracteriza as etapas de arbítrio [...]. [Desaparece] a distinção formal entre a violência policial estrita e a violência político-repressiva. Na guerra contra o crime as polícias militares se comportam como se estivessem enfrentando um “inimigo interno” que precisa ser liquidado [...]. [Há] uma adaptação da teoria da segurança nacional ao crime. A única solução para o crime é o enfrentamento armado. Os criminosos são agentes do mal, infiltrados no povo, que naturalmente é pacífico e ordeiro [...] O criminoso (o “bandido”) bom é o criminoso abatido, se possível (PINHEIRO, 1982, p. 66-67).

Outro aspecto que consideramos relevante destacar é que esse contexto de ampla centralização/militarização, bem como de violência e impunidade perpetrados pelas forças de segurança no Brasil durante os “anos de chumbo” e posteriormente a eles, também abriu espaço para a disseminação de estruturas paralelas à estrutura policial oficial, chamadas de Esquadrões da Morte. Isto porque:

A combinação da pressão sobre as forças de segurança para efetuar detenções, obter confissões, colher informações de inteligência e eliminar “elementos perigosos” – tudo isso executado em um clima de guerra total contra o crime e a subversão interna – exacerbou a competição entre as forças de segurança. Os riscos eram altos, o tempo era precioso e as recompensas do sistema iam para as unidades que com mais êxito – e mais rapidamente – descobriam e capturavam “subversivos” políticos, extraíam informações deles e os eliminavam. [...] Essa dinâmica contribuiu [para uma perda de controle sobre as forças policiais] [...] e para uma involução para

esquadrões da morte [...]. Resultado paralelo, bem como reflexo dessa involução, era uma gama de ilegalidades sistêmicas (HUGGINS et al., 2006, p. 160-162).

Estes esquadrões eram compostos por policiais extremamente violentos – chamados por Huggins et al. (2006) de “operários da violência” – que se incumbiam de eliminar indivíduos acusados de crimes comuns. Estes policiais geralmente recebiam apoio e proteção de delegados ou oficiais superiores – chamados por Huggins et al. (2006) de “facilitadores da violência” – mantendo, assim, uma relação tênue com o controle oficial. Desse modo, esses Esquadrões da Morte acabavam tendo “grande autonomia operacional” (HUGGINS, 1998, p. 160).

Percebemos, portanto, que o controle interno da população acabou sofrendo processos de reestruturação durante o governo dos militares. As prioridades, as estratégias, as atribuições das forças de segurança foram redefinidas. Nesta perspectiva, a forma de lidar dos órgãos estatais com a criminalidade, seja esta desligada de conotações ideológicas ou não, foi marcada pela violência, a arbitrariedade e a impunidade. O aparato repressivo acabou modificando sua atuação ao longo dos anos de autoritarismo, desempenhando funções ligadas à promoção da segurança pública, sem desviar do foco de combate, ou mesmo eliminação, de manifestações consideradas conspiratórias, organizadas supostamente por subversivos comunistas. Assim,

[...] a violência e a ilegalidade policiais não constituíam simplesmente uma exceção desviante de um sistema de controle interno que, sob outros aspectos, era legal e racional. Faziam parte da lógica operacional do sistema autoritário. No Brasil, a involução na direção da violência e do terror generalizados, competitivos [...] tinha evidentemente suas raízes na meta dos militares de difundir a doutrina de segurança nacional por todo o sistema de segurança interna (HUGGINS et al., 2006, p. 163).

Nesse sentido, como aponta Paulo Mesquita Neto (1999, p. 130), o governo federal, na ditadura militar, tanto tolerou quanto promoveu a violência advinda das forças policiais como um instrumento de controle político e de controle social e, em específico, de controle da criminalidade comum. Já na transição para a democracia o apoio governamental ao uso político da violência policial teria sofrido um processo de declínio.

Durante o governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985), que dá continuidade ao processo de distensão política iniciada por Geisel, as críticas às atitudes repressivas das forças de segurança se tornam ainda mais intensas com o aprofundamento das crises econômicas e políticas, endossadas pelo aumento da mobilização popular e também

pela maior visibilidade da discussão pública em torno do aumento da violência e da criminalidade ocorrido a partir de fins dos anos de 1970.

2.4 “Escalada” da violência e da criminalidade durante a abertura política: um debate que se expande

Os governos dos generais Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo foram marcados por mudanças nos rumos propostos para o regime que se instalara no Brasil após o golpe de 1964. O modelo adotado por ambos os militares foi o de uma liberalização lenta e altamente controlada, através de negociações com grupos das elites oposicionistas, visando a diminuir as tensões provocadas pela rigorosa repressão e pelas muitas contradições das medidas econômicas adotadas. O objetivo era, sobretudo, buscar novas bases de legitimidade para o regime que começava a sofrer oposição mais organizada, sendo necessário, desse modo, renovar as bases de apoio político e social.

A política de liberalização possibilitou a emergência de frentes de negociação entre os governos militares e os grupos oposicionistas, em que o Estado procurava imprimir o ritmo. Desse modo, o Executivo continuou a fazer uso de medidas autoritárias e coercitivas, perceptíveis, por exemplo, nas políticas de controle eleitoral e nas atividades de repressão aos novos movimentos sociais. Por outro lado, no entanto, amplos setores da sociedade brasileira como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Igreja Católica, por diferentes motivos, passaram a formas de contestação e resistência política cada vez mais coesas, organizadas e efetivas. A oposição política legal, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), antes amedrontada, desmobilizada e isolada, a partir de 1974 também passou a assumir uma postura mais firme e organizada, recompensada nas manifestações de apoio popular, visíveis em positivos resultados eleitorais.

Neste momento de ampla oposição política, o Brasil assistiu entre 1978 e 1980 ao ressurgimento do movimento sindical através de grandes movimentos grevistas de metalúrgicos, realizados no coração industrial do país, a cidade de São Paulo. As greves não se limitaram a esse grupo social. De 1978 a 1982 foram milhares às greves realizadas por todo o país, encabeçadas por diferentes grupos, inclusive setores das camadas médias brasileiras, com reivindicações das mais diversas. Proliferam-se ainda movimentos de moradores de bairros pobres de periferias urbanas. Estes realizavam pressões políticas por melhorias de interesses da comunidade, mas que muitas vezes refletiam contradições provocadas pelo

modelo econômico adotado pelo regime autoritário, manifestos, dentre outros, na desigualdade de distribuição de renda e na exploração dos trabalhadores²⁰.

Além disso, no final dos anos de 1970 e durante toda a década de 1980, o Brasil se viu submerso numa grave crise econômica. Esta refletiu a crise de toda uma reorientação das políticas econômicas governamentais, empreendidas desde o início da ditadura, que obteve êxito durante o governo Médici, através de um crescimento econômico acelerado no país, conhecido como “milagre brasileiro” ou “milagre econômico”, como já assinalamos. Esse crescimento econômico acompanhou uma expansão capitalista mundial e sustentou-se em três elementos básicos: a exploração da classe trabalhadora submetida às constantes contenções salariais e a sua repressão política; a ação do Estado na garantia da consolidação do grande capital nacional e internacional; e a excessiva entrada de capitais estrangeiros (investimentos e empréstimos) (HABERT, 1992, p. 13-14). Dessa forma, a grande maioria da população era prejudicada por esse modelo, sofrendo com os problemas causados principalmente pelas políticas salariais e pela inflação.

Com o fim do “milagre”, no início do governo Geisel, ocorreu um aprofundamento das contradições sociais e políticas. O Brasil acabou entrando, na década de 1980, “numa das mais graves situações financeiras e econômicas de sua história” (MARTINS, 1988, p. 132). Em 1981, “o Brasil havia mergulhado em sua mais grave recessão em 30 anos” (SKIDMORE, 1988a, p. 451). Simultaneamente, “a insatisfação social alcançava novos níveis de violência [...] e a criminalidade urbana aumentou de forma dramática” (MARTINS, 1988, p. 133).

Foi, portanto, neste contexto nacional de reestruturação da ditadura civil-militar brasileira, de rearticulação da sociedade civil, de lutas em torno das liberdades democráticas e direitos individuais, bem como de uma nova leva de movimentos sociais e de forte crise econômica que explodiu no país o debate em torno da violência principalmente nos centros urbanos do Brasil. Sobretudo a partir de fins dos anos 1970 a população brasileira, de uma forma geral, viu-se surpreendida por índices cada vez mais crescentes de criminalidade violenta e envolveu-se em debates acalorados em torno do tema.

Assim, paralelamente à abertura política, teria ocorrido “um crescimento surpreendente dos crimes violentos, sobretudo de sequestros, roubos e homicídios que utilizam armas de fogo”, principalmente nas capitais e regiões metropolitanas (ZALUAR, 2007, p. 43). Esse crescimento veio acompanhado, ainda, de transformações nos padrões de

²⁰ Para mais detalhes, ver ALVES (2005); SKIDMORE (1988a).

criminalidade individual no Brasil, assim como no perfil das pessoas ligadas à delinquência, exacerbando sentimentos de medo e insegurança no Brasil desde meados da década de 1970 (ADORNO, 2002, p. 1).

Segundo Alba Zaluar, esse crescimento da criminalidade violenta estaria relacionado não apenas ao aprofundamento das desigualdades sociais e da crise econômica, mas também (e principalmente) à corrupção; à ineficácia, impunidade e discriminação presentes no sistema de justiça e de instituições responsáveis pela manutenção da lei e da ordem; e ao crime organizado, especialmente o tráfico de drogas, dentre outros fatores que tornam a violência e a criminalidade fenômenos extremamente complexos (ZALUAR, 2007, p. 32-44). Este cenário acabou por agravar e provocar debates relacionados aos mais diversos problemas sociais, econômicos e políticos pelos quais atravessava o país naqueles anos.

Teresa Caldeira (2000, p. 55), ao abordar a relação entre o aumento da violência e a democratização política, defende que esse ambiente de aumento da criminalidade violenta “obviamente acrescenta insegurança às já intensas ansiedades relacionadas à inflação, ao desemprego, e a uma transformação política que vinha afetando as configurações tradicionais de poder e expandindo os direitos de cidadania”. Caldeira (2000, p. 56) também argumenta de modo similar a Zaluar (2007) que “esse aumento no crime e na violência está associado à falência do sistema judiciário, à privatização da justiça, aos abusos da polícia, à fortificação das cidades e à destruição dos espaços públicos”.

Esse crescimento dos índices das estatísticas oficiais de crimes na década de 1980 era informado principalmente através da imprensa. As informações sobre os números da criminalidade eram esparsas, o que demonstra certo descaso com a organização e a divulgação dessas estatísticas nos anos anteriores (DONNICI, 1984, p. 134).

O primeiro trabalho estatístico sobre criminalidade realizado no Brasil foi o organizado de modo pioneiro em 1953 pelo estudioso Cesar Salgado e reunia informações sobre todos os estados brasileiros (DONNICI, 1984, p. 127). Depois dos anos 1950 não mais se organizaram estatísticas oficiais sobre a criminalidade brasileira como um todo, o que caracterizava, segundo Virgílio Luiz Donnici (1984, p. 130), “claramente o despreparo dos governos encarregados da segurança pública, além do desinteresse das universidades” sobre o assunto. Este cenário começou a mudar nos anos 1980, embora as estatísticas fossem organizadas ainda de forma precária. Assim, não há “fontes estatísticas precisas [sobre este período] que apontem com exatidão a elevação percentual da taxa criminal” (KARASEK NETO, 2012, p. 185). O que há são, principalmente, indicações feitas por estudiosos sobre as

principais causas do aumento da violência no período da transição democrática. Resumidamente, as principais causas apontadas são:

a) A tradição histórica de uma sociedade hierarquizada e autoritária que manteve a desigualdade social, a falta de consciência de cidadania e de participação social (PINHEIRO, 1997; ADORNO, 2002; ZALUAR, 2007); b) A urbanização acelerada com infraestrutura deficitária (PINHEIRO, 1997; CALDEIRA, 2000); c) A entrada do tráfico internacional de drogas e de armas, estruturando-se o crime organizado e ingressando maior número de jovens no mundo do crime (ADORNO, 2002; ZALUAR, 2007); d) A crise econômica na década de 1980, conhecida como década perdida (CALDEIRA, 2000), e) A fragmentação social e a crise da autoridade tradicional, decorrentes da recepção do pensamento pós-moderno pela abertura democrática (PINHEIRO, 1997; ADORNO, 2002; ZALUAR, 2007) (apud KARASEK NETO, 2012, p. 185).

Em relação especificamente aos homicídios, o primeiro Mapa da Violência – pioneiro estudo de uma prestigiosa série organizada pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz que vem sendo publicada desde 1998 em parceria com a UNESCO, o Instituto Sangari e os Ministérios da Saúde e da Justiça – apresenta dados mais organizados a nível nacional referentes à década de 1980. Estes dados são fornecidos principalmente pelo Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), criado em 1975 e organizado pelo Ministério da Saúde, com dados desde 1979.

Segundo o Mapa, publicado em 1998, o número de mortes por “homicídios e outras violências”²¹ aumentou de forma paulatina para o conjunto da população entre 1979 e 1996, período abarcado pela pesquisa. Esta demonstrou que o índice total de óbitos teve maior crescimento nas capitais do que no conjunto dos Estados. Levando em consideração a totalidade da população, nos Estados os óbitos por “homicídios e outras violências”, no período, cresceram 97% enquanto nas capitais tiveram um crescimento de 120%. Assim, a pesquisa concluiu que essas mortes violentas passaram, progressivamente, a partir da década de 1980, a se constituírem como características dos grandes centros urbanos (WAISELFISZ, 1998, p. 73).

²¹ O estudo organizado por Julio Jacobo Waiselfisz (1998) abarca dados sobre mortes provocadas por “Acidentes de Transportes”; “Suicídios” e “Homicídios e Outras Violências”. Esta última categoria corresponde a “homicídios e lesões provocadas por outras pessoas” e o termo “Outras violências” inclui “fundamentalmente, mortes derivadas de lesões, por armas de fogo, por explosivos [...] ou por meios ignorados [...], sem especificação se foi acidental ou intencional”. Segundo o estudo, a “decisão de tratar conjuntamente as categorias Homicídios e lesões provocadas por outras pessoas [...] e Outras violências [...] prende-se à observação do comportamento destas categorias. Em diversas UFs onde se registram fortes oscilações que indicam uma migração constante de casos entre elas, de forma tal que a queda de uma significa concomitantemente o aumento da outra, dando a entender que, em diversos anos, o mesmo fato ora é classificado numa, ora em outra. De qualquer forma, a categoria Outras violências representou, em 1985, aproximadamente 15% do total de óbitos de nossa categoria conjunta *Homicídios e Outras violências*” (WAISELFISZ, 1998, p. 21, grifo do autor).

Esse cenário problemático de aumento da violência e da criminalidade apontado por estatísticas fez com que, no final dos anos de 1970, tais questões se transformassem em problema nacional, sendo tratadas em Congressos e Seminários de diferentes origens e discutidas na imprensa (BENEVIDES, 1983, p. 19-20). Ao final do regime militar, as questões da criminalidade e da violência já estavam, portanto, “na pauta das grandes preocupações do governo federal” (ZALUAR, 1999, p. 9).

A preocupação do governo federal, nesse período, com essa questão é perceptível em algumas atitudes. Por exemplo, em março de 1979, ordem procedente do Ministério da Justiça determinava que todos os secretários de segurança do país produzissem tabelas com o índice de aumento da criminalidade em cada estado da Federação e nas capitais nos últimos cinco anos (PASTANA, 2003, p. 42). Em agosto de 1979, o então ministro da Justiça, Petrônio Portella, assinou uma portaria para a constituição de uma comissão de estudiosos, formada por juristas e cientistas sociais, que deveriam elaborar um relatório com a análise sobre os fenômenos do crime e da violência, propondo políticas públicas para combatê-los²² (BENEVIDES, 1983, p. 20; KANT DE LIMA et al., 2000). Em julho de 1980, visando a transformar em medidas práticas as sugestões de combate à violência e ao crime, reuniram-se em Brasília com o então ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, os secretários de segurança e os comandantes das polícias militares de cada estado brasileiro. Também em 1980 foi instaurada uma CPI para discutir as possíveis causas da violência urbana e propor sugestões para uma nova reforma penal (PASTANA, 2003, p. 42-43).

Para Débora Regina Pastana (2003, p. 43), ao estudar o que ela considera os primeiros sinais do medo associado ao crime no Brasil, começava naqueles anos, representados em atitudes como as supracitadas, “a exteriorização da preocupação estatal com a violência criminal. Essa preocupação logo deixou de ser apenas estatal para se tornar social, transformando-se em motivo de alarme e criando um ambiente propício para velhas e novas arbitrariedades estatais”.

Em meio ao clima de debate sobre violência desenvolvido durante a abertura política, Ruben George Oliven levantou uma questão importante: “por que a ‘violência urbana’ passou a ser considerada um problema justamente quando o regime começou a entrar em crise e preocupou-se em promover um reordenamento pelo ato que foi batizado com o nome de abertura”? (OLIVEN, 1982, p. 15). Respondendo à pergunta, argumenta que

²² O grupo de trabalho deveria apresentar “um minucioso estudo interdisciplinar sobre o crime e a violência no país, acompanhado de sugestões que sirvam de base para as providências executivas do governo nesta matéria”. Citado por BENEVIDES (1983, p. 20).

[...] a violência é alçada ao *status* de “questão nacional” entre nós, quando o modelo econômico entra em crise e torna-se difícil continuar lançando mão do discurso da segurança nacional porque não existe mais a ameaça da guerrilha. Com o recrudescimento da inflação, do desemprego e da crise política é preciso criar um novo bode expiatório. Este é o “marginal”, figura que é utilizada para exorcizar os fantasmas de nossa classe média, tão assustada com a perda de seu *status* [...] e com a queda de seu poder aquisitivo, alcançado nos anos do “milagre”. [...] Neste esquema de utilização político-ideológica da violência nunca se questiona o controle sobre o aparelho de repressão, os crimes de colarinho branco, as grandes negociatas, os acidentes provocados por falta de segurança no trabalho e a morte pela miséria. Todas estas questões são relegadas a um segundo plano, já que se eleva à posição de “problema nacional” a violência em nossas grandes cidades (OLIVEN, 1982, p. 18).

Oliven também destaca na reunião da 32ª SBPC, no ano de 1980, numa mesa redonda intitulada “violência e cidade”, que o mito da índole pacífica do brasileiro teria sido útil e aceito, no plano estatal, até o período de abertura política. Por isso, para o antropólogo, mesmo no auge da repressão, durante o governo do general Médici, o governo militar buscou divulgar “uma imagem do Brasil como sendo uma ilha de tranquilidade num mundo conturbado”, “um país que ia para frente”, como pregava a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)²³, no governo Médici. Seria pouco conveniente num regime projetado segundo essa visão admitir a existência de violência e, conseqüentemente, de indivíduos insatisfeitos e impacientes. Esta postura teria sofrido uma alteração justamente no período de abertura, momento de crise político-econômica, quando o mito da índole pacífica do brasileiro foi relegado a um plano secundário no discurso oficial e a violência urbana foi elevada à posição de “problema nacional” (OLIVEN, 1982, p. 13-22). O que haveria seria, mormente, uma “dramatização” da violência.

Compartilhando uma opinião semelhante, o sociólogo Gisálio Cerqueira Filho e a historiadora Gizlene Neder defendem que não só foi de interesse do regime civil-militar difundir o debate sobre o aumento da criminalidade e da violência durante o período de liberalização, como foi um processo mesmo manipulado pelo regime. Para Cerqueira Filho e Neder, num contexto de crise política em que se questionava incisivamente as práticas adotadas pelo aparato repressivo do Estado e em que este buscava novas vias de legitimação, seria necessário encontrar formas de desativação da polícia política de modo a possibilitar a transferência de funções destes setores para instituições tradicionais de controle social, isto é,

²³ A Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) foi fundada em 1968 com o objetivo de criar uma central única de propaganda do governo. A AERP transformou-se, durante os anos da administração Médici, num poderoso e eficiente órgão de relações públicas, promovendo eficazmente a imagem do presidente e do governo autoritário vigente. Durante o governo Geisel, no entanto, a AERP deixou a linha de frente como poderosa nas relações públicas, sendo rebaixada de *status*. Isto porque o novo general-presidente, com um estilo mais autocrático de governar, evitava qualquer envolvimento de sua imagem pessoal em campanhas de propaganda (SKIDMORE, 1988a, p. 221-317).

a polícia e a justiça comum, possibilitando o fim da arbitrariedade e o reestabelecimento da legalidade, sem atingir politicamente os setores diretamente ligados ao aparato repressivo e, concomitantemente, sem perder o controle político da sociedade. Cerqueira Filho e Neder veem, portanto, neste processo, “uma tentativa de construir, através de um mínimo de consenso possível, as bases políticas e ideológicas para a legitimação da repressão, que se quer aumentada, num momento de transição para a legalidade, através da reorganização e reestruturação da polícia e da justiça” (CERQUEIRA FILHO; NEDER, 1987, p. 59).

Pastana (2003, p. 45) compartilha de tais opiniões que defendem a utilização político-ideológica da violência no momento de abertura política:

Com a anunciada “escalada da criminalidade” pelo governo e pela imprensa, a segurança nacional deu lugar à segurança pública e o que antes incomodava o cidadão, ou seja, a violência institucional, passou a ser mostrada como a única forma de proteção. O cidadão passou a aceitar um controle mais ostensivo temendo não mais o Estado opressor, mas sim o marginal, o bandido.

Não que antes não houvesse suficientes crimes ou semelhante insegurança, no entanto naquele momento tornava-se oportuno para a elite dominante criar um clima de neurose coletiva e social em relação à segurança da população. Uma postura severa, autoritária, brutalizada num primeiro momento poderia servir para impressionar e atemorizar os criminosos, funcionando assim como atitude tranquilizadora da sociedade, porém, num segundo momento, funcionaria para calar qualquer oposição política democrática.

Donnici (1984, p. 135-136), embora não chame a atenção para o caráter político-ideológico de utilização da violência urbana, destaca que a criminalidade crescia desde décadas anteriores, tendo explodido nos anos de 1980 devido ao descaso do governo civil-militar, sobretudo, após a instauração do AI-5. A partir desse momento teria o Brasil assumido uma postura de “país surdo e preguiçoso no debate das ideias sociais, numa surdez de consciências, numa ausência de liberdades, com a entrada em cena dos tecnocratas e economistas, julgando-se eles os senhores de todos os mistérios da vida social”. Segundo Donnici (1984, p. 136), esse quadro agravou-se devido ao desinteresse das universidades brasileiras no estudo dessas problemáticas da violência e da criminalidade nos períodos anteriores à “explosão da criminalidade”.

Esse quadro sofreu uma alteração justamente quando da amplificação do debate em torno dessas questões, em fins dos anos 1970. Antes disso, os trabalhos que tocam no tema da violência muito raramente o tomam pelo ângulo da criminalidade. O interesse pela temática da “violência urbana”, da “criminalidade”, era praticamente nulo em áreas como a Sociologia, a Antropologia e a Historiografia. Eram assuntos tratados quase que

exclusivamente pelas áreas do Direito Penal e da Psiquiatria (MISSE apud PASTANA, 2003, p. 30).

Tais problemáticas ao emergirem como sérios problemas nacionais acabam se tornando, como aponta Zaluar (1999), presença cada vez mais constante em estudos e debates acadêmicos, nos quais muitos estudiosos procuram entender as causas e a dinâmica da violência e da criminalidade.

Assim, o crescimento da criminalidade violenta no país se tornou perceptível, especialmente, através de estatísticas oficiais e da amplificação do debate em torno dessa problemática que se expandiu pelos mais diferentes cantos do país, estimulando debates informais e acadêmicos. A mídia brasileira, por sua vez, também participou de modo ativo desse debate produzindo significações sociais sobre as questões do crime e da violência.

Neste contexto, segundo Gisálio Cerqueira Filho e Gizlene Neder (1987, p. 60), no final dos anos de 1970 a “representação da ideia de violência, e do aumento da criminalidade na sociedade brasileira ganha corações e mentes”, assistindo-se à “população discursando sobre o tema, pronunciando-se na grande imprensa e nas pesquisas de opinião”. É, portanto, o momento em que os meios de comunicação começam a dedicar espaços cada vez mais amplos para esses problemas, expressando-se não somente através da divulgação de crimes e acontecimentos violentos, mas também por meio da exposição de opiniões, orientações e sugestões de autoridades estatais, de membros da Igreja e de representantes de diferentes setores sociais (FICHER apud PASTANA, 2003, p. 41).

Maria Victória Benevides (1983, p. 15) enxerga na imprensa uma importante força no processo de “popularização” e “dramatização” do tema da violência urbana, transformada em problema nacional na virada dos anos 1980. Para a autora, a partir desse período,

[...] a violência tomou de assalto as páginas mais nobres dos principais jornais do país. Fala-se da escalada da violência e da criminalidade em termos que vão desde “neurose coletiva de insegurança” a “guerrilha urbana”, passando por “clima alucinatório” e “barbárie avassaladora”. A imprensa tornou-se o veículo natural para a divulgação cotidiana de noticiário de violência e de criminalidade, assim como o espaço para a discussão de suas causas e de propostas para seu combate e repressão (BENEVIDES, 1983, p. 21).

Percebemos, portanto, que os temas da violência e da criminalidade, principalmente nos centros urbanos, permaneceu entre fins dos anos 1970 e no transcorrer de toda a década de 1980 envoltos em acalorados debates provenientes dos mais distintos

lugares, que abrangem desde a esfera do Estado, passando pelo setor universitário e mesmo pelo âmbito do espaço informal, nas ruas e ambientes domésticos. A imprensa teve nesse cenário aspecto relevante na medida em que buscava gerar informações, levantava questionamentos, buscava alternativas e promovia, de modo geral, um espaço privilegiado para discutir tais temáticas, devido a sua ampla visibilidade.

Desse modo, nos capítulos posteriores buscamos apresentar e compreender de que forma o periódico maranhense *Jornal Pequeno*, com sua dinâmica própria, desenvolveu sua vivência singular no período da ditadura e representou aspectos ligados à violência e à criminalidade durante o período do regime civil-militar no Brasil, tendo como pano de fundo o contexto brasileiro e a cidade de São Luís, no estado do Maranhão.

3 UMA BREVE HISTÓRIA DO *JORNAL PEQUENO*: adaptando-se à ditadura

O *Jornal Pequeno* foi fundado em São Luís do Maranhão, no dia 29 de maio de 1951, pelo jornalista José Ribamar Bogéa com a proposta de ser um periódico independente de grupos políticos e de grupos empresariais, representando, assim, a vontade do “povo”, dos pobres, dos “humildes”. Autointitulando-se “Órgão das Multidões”, acabou por transmitir, em contrapartida, como qualquer outro meio de comunicação impresso, opiniões que buscaram conciliar esta linha editorial com interesses de seu proprietário e de seus jornalistas.

Além dos temas da violência e da criminalidade, muitas vezes predominantes em suas páginas, veiculava diariamente os mais diversos acontecimentos relacionados à vida brasileira e maranhense, com um modo próprio de tratar as informações, ligado à sua proposta editorial e às questões conjunturais, mercadológicas e político-ideológicas. Durante o período de ditadura civil-militar, da mesma forma que os demais instrumentos midiáticos do país, teve que se adaptar aos novos tempos, convivendo com a censura a qual se submeteu seu proprietário e seus jornalistas pouco tempo após o golpe de 1964.

Desse modo, buscamos neste capítulo conhecer melhor o jornal sobre o qual nos debruçamos, especialmente percebendo a imagem que o *Jornal Pequeno*, através de seus construtores, busca construir de si, as suas formas de produção das notícias, bem como os seus (des)caminhos durante o período de ditadura militar. Tentamos reconstruir uma breve história do *JP* principalmente a partir dos seus exemplares que circularam entre os anos de 1964 e 1985 e de entrevistas com jornalistas que vivenciaram a rotina do jornal neste mesmo período e com pessoas ligadas de alguma forma ao periódico.

Temos, assim, os exemplares do jornal e os depoimentos orais como fontes basilares para a compreensão tanto da trajetória do *JP* durante a ditadura quanto acerca de representações de aspectos relacionados à violência e à criminalidade em São Luís neste período. Por isso, inicialmente, consideramos importante discutir de forma mais detida cuidados teórico-metodológicos que buscamos atender, ligados à natureza de nossas fontes e aos seus limites e possibilidades.

3.1 Jornais e entrevistas: apontamentos teórico-metodológicos

3.1.1 Jornais

Durante muito tempo a História renegou a utilização dos jornais como fontes documentais apropriadas para a escrita historiográfica. Em fins do século XIX e início do século XX, com o intuito de trazer o passado à tona e a defesa da ideia de busca pela verdade dos fatos, sustentava-se a concepção de que as fontes deveriam ser detentoras de objetividade e de neutralidade, fazendo dos periódicos, dotados de subjetividade e intencionalidade, instrumentos pouco apropriados para a pesquisa histórica (LUCA, 2010).

Com o advento da terceira geração dos *Annales*, a produção historiográfica sofreu alterações significativas. A expansão do campo temático, as possibilidades de novas abordagens e a incorporação de novos objetos fizeram com que o historiador passasse a refletir sobre os limites, cada vez mais imprecisos, de sua disciplina. Essas transformações provocaram mudanças na própria definição de documento e de sua crítica, possibilitando olhar para direções antes impensáveis, como o campo das ideias, das representações sociais e das práticas culturais. O ideal positivista de documento objetivo é suplantado pela concepção de documento intencionado, que através de crítica documental possibilita novas formas de pensar e produzir história.

Essas mudanças de perspectivas, abordagens e métodos na disciplina História abriram caminho para a imprensa ocupar um lugar de destaque como fonte historiográfica, a partir da segunda metade do século XX. Hoje são muitos os historiadores que utilizam os jornais impressos como fonte primária de pesquisa em seus trabalhos.

Luca (2010) apresenta determinados aspectos metodológicos direcionados àqueles que pretendem utilizar esses documentos, e que filtramos como alguns dos elementos direcionadores de nossa análise.

A materialidade e os suportes discursivos estão entre esses aspectos que os historiadores que lidam com os jornais impressos devem atentar. Segundo Luca (2010, p. 140), “os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal [...] pretende atingir”. São elementos que geram sentido e desligam-se de qualquer variante natural, despreziosa.

É necessário reconhecermos também que os jornais não se encontram isolados do tempo e do espaço, afinal, suas condições materiais, “em si, dotadas de historicidade, [...] se engatam a contextos socioculturais específicos” (LUCA, 2010, p. 138).

Reconhecemos, portanto, que os construtores das notícias do *Jornal Pequeno* dialogam com o seu tempo e espaço numa linguagem própria, pois “a imprensa periódica

seleciona, ordena, estrutura e narra de uma determinada forma aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2010, p. 139).

Atentamos assim tanto para os aspectos materiais e discursivos desse jornal quanto para as realidades brasileira e maranhense dos anos de autoritarismo militar, período em que o país viveu, como assinalamos no capítulo anterior, fortes mudanças, seja nas esferas política e econômica seja nas esferas social e cultural. O Maranhão, por sua vez, vivia, mesmo que conectado ao âmbito nacional, suas próprias transformações e particularidades.

Além dessas orientações gerais dadas por Luca (2010), ferramentas teóricas da Análise do Discurso de linha francesa também nos ajudaram a abordar os discursos produzidos no *Jornal Pequeno* de modo a levar em consideração tanto os aspectos linguísticos quanto os elementos externos à língua, inserindo o discursivo numa historicidade. Os conceitos de *condições de produção*, *formação discursiva*, *formação ideológica* e *heterogeneidade discursiva*, fornecidos pela AD, orientaram-nos, portanto, na análise de notícias do *Jornal Pequeno*.

Segundo Helena Nagamine Brandão (2012, p. 22-23), as *condições de produção* podem ser definidas como: “[...] o conjunto dos elementos que cercam a produção de um discurso. No sentido mais restrito, diz respeito à situação de enunciação que compreende o eu-aqui-agora; num sentido mais amplo, compreende o contexto sócio-histórico-ideológico que envolve os interlocutores”. São, assim, estas condições sociais e históricas que permitem que os discursos sejam produzidos, gerando determinados efeitos de sentido, como riso, medo, etc.

No que concerne à noção de *formação ideológica* para a AD, este conceito é entendido como o elemento que regula as formações discursivas, podendo, em uma determinada *formação ideológica*, ter uma série de formações discursivas em interação (seja em confronto ou em aliança). Num sentido específico, a formação ideológica é compreendida como:

[...] o conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas dizem respeito direta ou indiretamente às posições de classe social, política, econômica de onde se fala ou escreve e têm a ver com as relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos e que são expressas quando interagem entre si (BRANDÃO, 2012, p. 23).

A *formação discursiva*, por sua vez, é o conceito utilizado pela AD “para designar um lugar onde se articulam discurso e ideologia” (MUSSALIM, 2001, p.125), determinando o que pode/deve ser dito a partir de um lugar social. É um espaço que não é formado por

componentes ligados através de um princípio de unidade, de forma homogênea, mas sim por discursos que vêm de outros lugares. Nesse sentido, é por meio da relação interdiscursiva, ou seja, do sentido sendo formado no interior do espaço de comunicação, entre as diferentes formações discursivas, que se estruturará a identidade das formações discursivas em questão (MUSSALIM, 2001, p. 119-120). Dito de outra forma, “uma formação discursiva está sempre em interação com outras formações discursivas em que vários discursos estão ora em relação de conflito, ora de aliança, e a linguagem é vista como uma arena de lutas” (BRANDÃO, 2012, p. 22). Define-se, portanto, numa relação com outras formações discursivas.

Com esse reconhecimento do *interdiscurso*, que estabelece que algo exterior irrompe no interior de uma formação discursiva, ocorre também o reconhecimento do discurso como um objeto heterogêneo, surgindo o conceito de *heterogeneidade* (BRANDÃO, 2012, p. 21-22).

A noção de *heterogeneidade discursiva* é herdeira do conceito de *dialogismo* de Mikhail Bakhtin. Esse conceito bakhtiniano se orienta no sentido de reconhecer que os discursos se formam no diálogo com outros discursos. Com isso, o conceito de *heterogeneidade discursiva*, na AD, designa que um discurso não se encontra fechado em si mesmo, remetendo sempre a outros discursos, a outras vozes, sendo o sentido construído nesta relação entre os diferentes discursos (BRANDÃO, 2012, p. 27-37; MUSSALIM, 2001, p. 26-130).

Portanto, longe de enxergar os jornais como meros veículos de informações, neutros e imparciais, antes percebemo-nos como construtores privilegiados de uma visão singular sobre o mundo, formulada a partir de suportes materiais e discursivos capazes de criar uma imagem que se pretende real e objetiva, pois, como aponta Maria Aparecida Bacega (2012, p. 123-124), o discurso jornalístico, assim como o discurso historiográfico, é construído tendo como limite o real. Claro que com prioridades e metodologias completamente diversas.

Nesse sentido, consideramos também a forma como o historiador Jacques Le Goff pensa o documento histórico como uma visão propícia para pensar o periódico que buscamos analisar. Na visão do historiador francês, ao negar a acepção positivista de objetividade, “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1992, p. 548). Isto quer dizer que o documento deve ser tratado como real e ao mesmo tempo aparente, cujas condições de produção são reveladoras ao desvendar suas intencionalidades. O

documento, como monumento, procura impor através de seus construtores determinadas imagens de sujeitos e de sociedades à posteridade.

3.1.2 Entrevistas

Além dos exemplares de jornal, trabalhamos com depoimentos orais – concebidos por meio de entrevistas – que ao mesmo tempo em que constituem fontes extremamente ricas para o fazer historiográfico, também pressupõem um rigoroso cuidado, uma vez que abarcam subjetividades, sentimentos e percepções particulares sobre uma determinada realidade.

Assim como aconteceu com os jornais, devido à busca pela afirmação científica da disciplina de História, a utilização dos depoimentos orais pelos historiadores tradicionais foi sendo renegada, principalmente em virtude do seu caráter subjetivo e da possível distorção da realidade que provocaria. O retorno da utilização do depoimento oral – que desde os primórdios da construção do saber histórico constituía-se como fonte primordial para a produção e difusão deste saber – aconteceu em meio a um processo de renovação da disciplina histórica, desencadeado durante a segunda metade do século XX.

Principalmente entre os anos de 1960 e 1970, predominou nos estudos historiográficos a tendência de valorizar as análises das estruturas, assim como os processos de longa duração em detrimento do sujeito histórico e dos estudos sobre conjuntura política ou cultural. Naquele momento, o uso dos dados seriais e da quantificação assumiu importância fundamental ao passo que as utilizações dos relatos pessoais, das biografias, eram vistas como problemáticas. Isto porque se reprovava “sua subjetividade, duvidava-se das visões distorcidas apresentadas, enfatizava-se a dificuldade de se obter relatos fidedignos. Alegava-se também que os depoimentos pessoais não podiam ser representativos de uma época ou de um grupo” (AMADO; FERREIRA, 2000, p. 22).

No entanto, as transformações expressivas ocorridas nos diferentes âmbitos da pesquisa histórica entre os anos de 1970 e 1980 mudaram este panorama de descrédito,

[...] revalorizando a análise qualitativa, resgatando a importância das experiências individuais, promovendo um renascimento do estudo político e dando impulso à história cultural. Nesse novo cenário, os depoimentos, os relatos pessoais e a biografia também foram revalorizados, e muitos dos seus defeitos, relativizados. Argumentou-se, em defesa da abordagem biográfica, que o relato pessoal pode assegurar a transmissão de uma experiência coletiva e constituir-se numa representação que espelha uma visão de mundo (AMADO; FERREIRA, 2000, p. 22).

Foi particularmente a partir da década de 1970 que ressurgiu o interesse pelos relatos orais, marcando o desenvolvimento da história oral no ambiente universitário. Esta revitalização aconteceu através da multiplicação de projetos de pesquisa e de encontros internacionais, e se constituiu, em alguns casos, a partir da produção de respostas às críticas feitas por historiadores tradicionais que trabalhavam com documentos textuais. Os historiadores orais tanto apontaram para os próprios aspectos subjetivos dos documentos textuais quanto buscaram desenvolver critérios para avaliar a confiabilidade dos relatos orais, dialogando com disciplinas como a Psicologia Social, a Antropologia e a Sociologia (JOUTARD, 2000, p. 43-56; THOMSON, 1997, p. 51-53).

A partir dos anos de 1980 ocorreu um maior amadurecimento da metodologia da história oral por meio do desenvolvimento de discussões mais amplas relacionadas a questões epistemológicas e metodológicas. Estas discussões envolveram, dentre outros, a análise dos processos subjetivos da memória, as relações entre memória, narrativa e identidade, bem como o aprofundamento dos debates sobre as relações entre passado e presente na história (AMADO; FERREIRA, 2000, p. 24; JOUTARD, 2000, p. 48-49; THOMSON, 1997, p. 51-53). Esses debates acabaram por proporcionar um aprimoramento dos aportes teóricos e metodológicos da história oral, fazendo com que hoje ela esteja, como destaca Philippe Joutard (2000, p. 55), largamente difundida no ambiente universitário, apresentando diferenças conforme o país.

Convém ainda destacarmos que o reavivamento da história oral também esteve ligado ao desenvolvimento tecnológico, o qual possibilitou o surgimento de novos meios para captar o real, como o gravador. A conservação da narrativa com o uso do gravador deu uma vivacidade ao depoimento que acabava escapando do simples registro no papel (QUEIROZ, 1988, p. 15).

No Brasil, apesar da introdução da história oral datar dos anos de 1970, somente no início dos anos de 1990 ela apresentou uma expansão significativa no país. Índícios desse crescimento são as realizações de muitos seminários e a incorporação pelos programas de pós-graduação em história de cursos voltados para a discussão da história oral. Esses seminários proporcionaram o debate e a troca de experiências com pesquisadores estrangeiros, abrindo caminho para a ampliação gradativa do espaço da história oral em terras brasileiras (AMADO; FERREIRA, 2000, p. 9-11).

No que concerne especificamente a um conceito, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988, p. 19),

“História oral” é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período do tempo. A história oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destes tradições e mitos narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que contadores de histórias, poetas, cantadores inventam num momento dado. Na verdade tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo, seja história real, seja ela mítica.

Todavia, é importante frisarmos que, na atualidade, as práticas e usos da história oral são múltiplos. Segundo Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (2000, p. 11-16), há aqueles que a definam e a utilizem como uma simples técnica de gravação, transcrição e conservação de entrevistas, sem levar em consideração as muitas questões teóricas e metodológicas que a história oral pode ensejar; outros lhe atribuem o glorioso *status* de disciplina com técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto de conceitos próprios, no entanto, acabam apresentando uma série de argumentos complexos e até mesmo contraditórios entre si. Por fim, há aqueles que defendam o uso da história oral como metodologia. É a partir desta terceira perspectiva que buscamos delimitar a definição e o uso da história oral que nos apropriamos neste trabalho. Esta vertente que entende história oral como um método dentre muitos outros que dispõe a disciplina histórica, na visão de Amado e Ferreira (2000, p. 16, grifo do autor) implica pensar que:

[...] a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena os procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho –, funcionando como ponte entre teoria e prática [...], na área teórica, a história oral é capaz apenas de *suscitar*, jamais de *solucionar*, questões [...] As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na [...] teoria da história. Aí se agrupam conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico.

Pensar e fazer uso da história oral como metodologia faz com que os historiadores tenham que se debruçar sobre contribuições de análises desenvolvidas no seio da teoria da história, ampliando os horizontes da pesquisa. Estas análises auxiliam a pensar sobre as complexas relações entre memória e história, entre sujeito e subjetividade, entre memória coletiva e memória individual, além de outras questões.

Neste contexto, o “historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos ‘sem voz’, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a consequente análise histórica...” (LOZANO, 2000, p. 17).

Lidando essencialmente com pontos de vista individuais – mas que, é importante frisarmos, também lançam luz sobre o coletivo –, o historiador que trabalha com fontes orais acaba tendo que lidar com elementos e perspectivas relacionadas a indivíduos, tais como a subjetividade, a memória e as emoções.

O âmbito subjetivo da experiência humana é parte fundamental para este método de pesquisa, uma vez que os depoimentos orais abarcam essencialmente a vivência subjetiva de cada indivíduo. Este aspecto subjetivo, que já foi visto como uma limitação, hoje, entretanto, “é reconhecido como uma das principais virtudes da história oral: fatos pinçados aqui e ali nas histórias de vida dão ensejo a percepções de como um modo de entender o passado é construído, processado e integrado à vida de uma pessoa” (SIRINELLI, 2000, p. 156). Visto segundo essa perspectiva, o depoimento oral pode ser analisado tanto como uma evidência sobre o passado em si quanto sobre o processo de construção desse passado e do próprio presente.

Ao lidar com a subjetividade, estamos lidando com a “composição dos diversos universos que habitam cada existência em seu estar no mundo. Universos estes sempre sujeitos a novos arranjos, a novas errâncias, dependendo da força dos condicionantes sociais” (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 46). Quer dizer, ao construir suas narrativas, os sujeitos expressam sua maneira particular de ordenar seus caminhos, sentimentos, desejos, sonhos, através de palavras instauradoras de sentido. Isto confere a este sujeito “o poder de dizer, dizer-se, dizer-nos, o poder de resistir em sua singularidade” (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 44). Assim,

[...] o narrador expressa em sua fala seu contexto ideal, pois traz de volta coisas perdidas no tempo. Ele as significa e as coloca em movimento como um mecanismo de compor pedaços de uma história que, ao ser vivida, demonstra a possibilidade de trazer dados que se conectam com o imaginário de uma época. Ao que tudo indica, o narrador diz de um mundo que ele construiu com cacos que restaram do passado (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 56).

Desse modo, devido à subjetividade, para lembrar, se torna necessário tanto vivenciar experiências quanto transformá-las em conteúdos significativos. Ao contarem suas histórias, os sujeitos constroem trajetórias que atribuem sentido ao real, buscando este sentido

no tempo, ao narrarem quem são e como significam seu passado (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 48-50).

Durante suas narrativas, os indivíduos operam por exclusão, selecionando e ordenando os acontecimentos de acordo com o sentido que querem conferir à história que narram. O que não quer dizer que no resultado dessa exclusão e seleção inexista uma relação com a realidade (ALBERTI, 2004, p. 69). Como todo documento histórico, o que os relatos orais trazem à tona é aquilo que sobrou dos acontecimentos, aquilo que as pessoas lembram e/ou aquilo que querem compartilhar. Devemos ter em mente que “o não-dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato” (VOLDMAN, 2000, p. 38). Como argumenta Alistair Thomson (1997, p. 57, grifo do autor):

Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais [...] Reminiscências são *passados importantes* que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes.

Nesse sentido, nenhum sujeito consegue dar conta da totalidade da realidade. Entretanto, às vezes, como lembra Verena Alberti (2004, p. 69), apenas conseguimos ter acesso a determinados aspectos dessa realidade através das narrativas desses atores sociais. E seria aí que residiria a especificidade da história oral, isto é, mesmo que uma entrevista nunca possa nos restituir a realidade tal como ela é, em alguns casos, sem ela não chegaríamos a determinados pedaços de história que seriam para sempre esquecidos, uma vez que não poderiam ser alcançados de outra forma (ALBERTI, 2004, p. 69).

Ao narrarem suas experiências, os indivíduos fazem uso de suas recordações, isto é, da memória. Pertencente irremediavelmente ao presente²⁴, afinal é construída nele, segundo Henry Rousso (2000, p. 94),

²⁴ Como expõe Rousso (2000, p. 98), ao tratar da questão da memória na pesquisa historiográfica, “[...] um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador (tornando-se assim testemunha ou ator da história), não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade. Essa versão é [...] legítima [...] uma fonte de informação sobre a vivência de um indivíduo, sobre o que é inacessível através de arquivos, sobre sua visão contemporânea (isto é, do momento em que fala) dos fatos estudados pelo historiador”. Nesta mesma perspectiva de que as lembranças são construções que se ligam diretamente ao presente, Alistair Thomson (1997, p. 57) argumenta: “Experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão. A memória ‘gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas’ [...]”

a memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado [...]. A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional [...]. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Mas essa percepção difere segundo nos situemos na escala do indivíduo ou na escala de um grupo social, ou mesmo de toda uma nação.

A memória individual pode, portanto, falar-nos sobre um âmbito mais geral da realidade histórica de um determinado período, acompanhando as mudanças, mas também resistindo a elas. Experiências individuais são capazes de lançar luz sobre um grupo, sobre comportamentos, sobre contextos e possibilidades de uma sociedade. E, como lembra Alessandro Portelli (1997, p. 16), mesmo que a memória seja moldada de diferentes formas pelo meio social, o ato de lembrar, em última análise, sempre será profundamente pessoal, afinal, “pessoas, e não grupos, se lembram” (PORTELLI, 2000, p. 127). Pensando nesses termos, percebemos que “os velhos tempos, embora tenham igualmente passado, não são os mesmos para todo mundo. Do ponto de vista do que há de mais singular em cada indivíduo, nenhuma testemunha se assemelha a outra” (VOLDMAN, 2000, p. 39).

A memória é, assim, um processo individual que acontece em um meio social e dinâmico, utilizando-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados, o que pode levar as recordações a serem semelhantes, contraditórias ou sobrepostas (PORTELLI, 1997, p. 16). Por isso, segundo Portelli (1997, p. 16), “a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos”, a menos que as diferenças sejam totalmente irreconciliáveis.

Desse modo, o que é contado por diferentes pessoas sobre um mesmo acontecimento pode diferir de acordo com os mais diversos fatores, como o contexto e a posição social, assim como o grau de envolvimento do depoente em relação ao que e sobre quem narra. Isto faz com que o processo de dar sentido ao passado/presente possa ser expresso de várias formas e modos, sendo organizado segundo uma forma particular de os sujeitos perceberem a si próprios e ao que está ao redor.

Os historiadores que trabalham com esse tipo de fonte devem, por conseguinte, atentar para esses aspectos teóricos, considerando a fonte oral em si mesma, mais do que um

Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, relembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo”.

mero apoio factual ou de ilustração. Isto exige controles críticos, da mesma forma como acontece com as demais fontes históricas: é necessário colher, ordenar, sistematizar e criticar o processo de produção das fontes orais, bem como analisar, interpretar e situar historicamente estas fontes, que também devem, em geral, ser complementadas com outras fontes documentais (LOZANO, 2000, p. 23-24).

Foi a partir dessas orientações que buscamos usar, analisar e interpretar os depoimentos que colhemos através de entrevistas. Levando em conta os aspectos subjetivos de cada entrevistado, buscamos perceber tanto o caráter individual de cada vivência quanto aquilo que esta mesma vivência particular nos possibilitava compreender sobre a realidade mais geral do cotidiano do jornal, das formas de produção das notícias, dos mecanismos de censura e dos sentimentos e emoções compartilhados num momento histórico singular.

Recorremos às entrevistas com o intuito de preencher lacunas na pesquisa, pois apenas a utilização de exemplares do *Jornal Pequeno* e de fontes bibliográficas deixavam algumas questões fundamentais em aberto. Estas questões diziam respeito, sobretudo, às informações factuais do dia a dia da redação, da produção das notícias e da organização/administração do jornal entre os anos de 1960 e 1980, assim como aos mecanismos de censura e às visões e sentimentos que os jornalistas nutriam sobre esta questão. São, portanto, informações e sentimentos que conseguiríamos chegar somente através dos relatos orais. Não obstante, o uso e a análise das entrevistas que fizemos nesta pesquisa se configuraram em complementaridade aos próprios exemplares do jornal e de fontes bibliográficas.

Nesse sentido, concebemos as entrevistas como “fontes que documentam o passado – experiências pessoais, acontecimentos, conjunturas – e as concepções sobre esse passado através de sequências narrativas” (ALBERTI, 2004, p. 73), isto é, como toda fonte histórica, constituem instrumentos que nos possibilitam conhecer uma determinada realidade concreta.

Todavia, é necessário assinalarmos que são fontes surgidas *a posteriori*. No caso da nossa pesquisa, são relatos construídos muitos anos depois da realidade investigada. Em virtude disso, enxergamos as entrevistas que realizamos segundo a noção criada por Jacques Ozouf (apud BECKER, 2000, p. 28), denominada de “arquivos provocados”. Estes, seja na forma oral ou escrita, compartilham de um mesmo inconveniente:

[...] foi [...] constituído depois do acontecimento e, portanto, é responsável por tudo o que foi dito e escrito *a posteriori*; ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores,

lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores (BECKER, 2000, p. 28).

Este caráter problemático pode se converter em algo que enriquece a pesquisa na medida em que o percebemos como um aspecto que, dentre outras coisas, deixa-nos entrever as diferentes formas como as pessoas organizam suas lembranças.

Desse modo, determinadas características intrínsecas das fontes orais, como o aspecto mutável da memória e da subjetividade, levam-nos a reconhecer que a tarefa de interpretação dessas fontes, longe de reivindicar um acesso completo e exclusivo da verdade, reveste-se de objetividade científica na medida em que realizamos um trabalho crítico através de procedimentos teórico-metodológicos de análise (PORTELLI, 1997, p. 26-27). Estes, por sua vez, levam-nos a juntar pistas e partes daquilo que sobrou dos acontecimentos.

Independente das intenções que temos, é importante frisarmos, ainda, que nosso trabalho adquire uma dimensão dialógica: as interpretações e explicações que construímos coexistem com as interpretações presentes nas palavras que reproduzimos dos nossos entrevistados e com as interpretações feitas pelos leitores do nosso trabalho. Por conseguinte, “aquilo que criamos é um texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações” (PORTELLI, 1997, p. 27).

Neste contexto, as interpretações e análises que construímos a partir dos exemplares do *Jornal Pequeno* e de entrevistas realizadas com pessoas ligadas a este periódico são possibilidades dentre outras possíveis de perceber uma conjuntura específica. Elas também foram revestidas de cuidados metodológicos e teóricos que visaram atingir uma realidade histórica concreta a mais completa possível.

3.2 D’O Esporte ao “Órgão das Multidões”: trajetória do *Jornal Pequeno*

José Ribamar Bogéa iniciou sua carreira no jornalismo maranhense em 1939, no jornal *O Globo*, de Miércio Jorge. Com a compra de *O Globo* e de *O Imparcial* pela rede de comunicação *Diários Associados*²⁵, Bogéa passou a responder pelas páginas esportivas de ambos os jornais. Em 1947, o então jovem repórter esportivo escreveu uma matéria criticando severamente a arbitragem de uma partida de futebol entre os times Moto Club, do Maranhão,

²⁵ Cadeia de imprensa iniciada no ano de 1924 por Assis Chateaubriand, influente magnata da telecomunicação brasileira. Os *Diários Associados* foram o primeiro e o maior conglomerado midiático do Brasil. No seu auge, contou com 90 empresas, dentre estas, nove emissoras de televisão e 28 de rádio. Além disso, entre os anos de 1940 e 1950, o grupo associado criou um fenômeno de tiragem no país: a revista ilustrada *O Cruzeiro*. Esta chegou a atingir, em 1954, uma média semanal de 720 mil exemplares (LAURENZA, 2008, p. 179-181).

e Fluminense, do Rio de Janeiro. O diretor do grupo dos Associados no Maranhão, José Pires Sabóia, negou-se a publicar a matéria, ocasionando um desentendimento que resultaria no pedido de demissão de Ribamar Bogéa e na criação de um novo jornal, alguns meses depois, intitulado *O Esporte* (CADORIN, 2011, p. 20).

Circulando semanalmente no tamanho mínimo de 24 por 33 cm e impresso numa gráfica alugada, *O Esporte*, como o nome indica, tinha seu conteúdo voltado para os assuntos esportivos e era Bogéa o responsável por quase todo o conteúdo da redação. Mais tarde, com sua própria caixa de tipos, realizava também a composição e a paginação do jornal. A partir de abril de 1951, o semanário de desporto passou a circular diariamente. No dia 22 de abril, a edição apareceu com o nome “Jornal Pequeno: O Esporte”, na qual a matéria redacional, mesmo com preponderância dos temas esportivos, passou a reservar mais espaços para o noticiário geral (CADORIN, 2011, p. 21).

No entanto, com a mudança de tiragem (semanal para diário), o fato do conteúdo preponderante do jornal ser o esporte, tornou-se problemático para a obtenção de uma vendagem expressiva. Desse modo, no dia 29 de maio de 1951, o título do periódico estampava apenas “Jornal Pequeno”, dedicando mais espaço para o noticiário geral, distribuído entre as quatro páginas que possuía. Nesta época, o jornal passou a ser produzido num quarto alugado na Rua Afonso Pena, continuando a ser impresso numa gráfica alugada (CADORIN, 2011, p. 21).

Ao longo da década de 1950, o jornal cresceu um pouco. Em janeiro de 1960, as mesmas quatro páginas passaram a ter o tamanho de 45 por 33 cm, aproximando-se do tamanho tabloide, 38 por 28. O jornal permaneceu com este tamanho por mais de quarenta anos. Em alguns momentos, como em 1983, apareceu no tamanho padrão (*standard*), 58 por 38 cm, posteriormente retornando ao seu tamanho tradicional (CADORIN, 2011, p. 21).

Em 1962, inaugurou sede própria na Rua Afonso Pena, dispondo também, mesmo que ainda precariamente, de seu próprio parque gráfico (ONTEM, 14 nov. 1970, p. 1). O jornal permanece até hoje no mesmo endereço, o tamanho das instalações que aumentou consideravelmente.

Encontramos diferentes versões para escolha do novo título do periódico: “Jornal Pequeno”. Segundo o jornalista Manoel Santos Neto (2011, p. 124), a inspiração do nome teria vindo de uma movimentada esquina da Rua Afonso Pena, que passou a abrigar a sede do jornal, chamada de “Canto Pequeno”. Por outro lado, o jornalista A.C. acredita que Ribamar

Bogéa teria se inspirado no seu próprio apelido “Zé Pequeno” para intitular seu novo jornal²⁶. Já o atual editor-chefe do *Jornal Pequeno*, L.B., argumenta que o título fazia alusão às pequenas dimensões do jornal na época²⁷.

Independente da origem do título, o fato é que o *Jornal Pequeno* aos poucos conquistou o público maranhense, tornando-se, na década de 1960, o jornal mais lido da capital do estado (TEIXEIRA, 2009, p. 97). Entrou em circulação num momento político-social conturbado, em que a população de São Luís se voltava contra as práticas fraudulentas da política do Estado, encabeçadas pelo oligarca Vitorino Freire, que acabou desembocando na famosa greve de 1951²⁸. Além disso, nos anos de 1950 os jornais maranhenses participavam ativamente dos embates políticos e todos estavam ligados, de alguma forma, às lideranças ou partidos políticos locais (TEIXEIRA, 2009, p. 38-40).

O *Jornal Pequeno* surgia, assim, como o único jornal cujo dono não pertencia a nenhum partido ou grupo político específico. Todavia, logo no início de sua fundação, apresentou características de oposição ao mandonismo vitorinista. A partir da década de 1960, com o fechamento dos demais jornais vinculados à oposição, o *JP* foi responsável por realizar solitariamente, durante muitos anos, uma política de oposição aos governos do estado (TEIXEIRA, 2009, p. 41).

Entre os anos de 1960 e 1980, as atividades jornalísticas desenvolvidas no *JP* eram realizadas principalmente por maranhenses que construíram carreira no matutino. Muitos deles eram colaboradores (semi)profissionais que aprenderam a desenvolver suas habilidades no próprio dia a dia da redação. A faculdade desses jornalistas era, não raro, o próprio jornal.

As gerações de jornalistas dos anos de 1960 e 1970, de certa forma, ainda estavam ligadas às práticas de fazer jornal herdeiras das décadas anteriores, em que as atividades nos jornais de São Luís, assim como no Brasil de um modo geral, eram muitas vezes realizadas por pessoas sem formação universitária em Comunicação²⁹. Eram, portanto, pessoas que, em

²⁶ Entrevista concedida à autora em 15/1/2015.

²⁷ Entrevista concedida à autora em 26/2/2015.

²⁸ A Greve de 1951 foi uma grande revolta popular organizada por grupos opositoristas contra a posse de Eugênio Barros, ligado ao vitorinismo, eleito governador do estado do Maranhão através de práticas fraudulentas. A cidade de São Luís ficou totalmente paralisada por uma greve geral de caráter político nos meses de fevereiro e março e, posteriormente, nos meses de setembro e outubro. A greve teve ampla repercussão, movimentando grandes contingentes populacionais em manifestações públicas, como passeatas e até depredações de órgãos públicos (BOTELHO, 2008, p. 183-184; COSTA, 1997, nota 3).

²⁹ A regulamentação da profissão de jornalista ocorreu em 1969, através da promulgação do Decreto-Lei nº 972, que tornou obrigatório o diploma dos cursos de Jornalismo/Comunicação para o exercício da profissão. O Decreto-Lei determinou que todos os que estivessem exercendo a atividade jornalística até aquele momento poderiam obter o registro profissional mesmo sem possuir o curso universitário (ABREU, 2002, p. 39-40).

geral, tinham uma espécie de visão romântica do jornalismo, uma vez que apresentavam um posicionamento político e ideológico mais claro, em oposição ao profissional formado nas universidades, os quais possuíam uma percepção mais pragmática da produção das notícias (ABREU, 2002, p. 38-39; TEIXEIRA, 2009, p. 99). O jornalista C.S. lembrou-se desse período dos anos de 1970 com certo saudosismo:

[...] naquela época, a gente fazia um jornal que eu chamo de jornalismo romântico... Essa questão da notícia assim crítica, essa exigência de “o repórter não opina” é uma coisa mais dos dias de hoje. A gente fazia um tipo de jornalismo que eu chamo de jornalismo romântico. A gente dava a notícia, comentava as notícias e, muitas das vezes, colocava ali naquele texto o nosso sangue, a nossa revolta, a nossa rebeldia [...] Como se fosse um debate realmente [...]. Hoje em dia, isso é muito difícil, hoje em dia o repórter tem que ir lá, perguntar que horas aconteceu, quando foi [...] E entrelaçar aquilo numa técnica de *lead* [...] sem emitir o seu sentimento em relação ao fato que está noticiando. Naquela época não... O bom daquela época era exatamente isso: que a gente podia manifestar o nosso sentimento em relação ao fato que estava acontecendo e que a gente estava noticiando³⁰.

Além disso, alguns jornalistas que escreviam no diário de Bogéa constantemente realizavam outras atividades para complementar a renda mensal, trabalhando em repartições públicas, empresas de rádio e emissoras de televisão. O *JP* também contava com muitos colaboradores gratuitos que, ao municiar o periódico com informações sem gerar despesas salariais, auxiliavam na diminuição dos custos. Isto era muito importante para um jornal que se mantinha quase que exclusivamente da venda avulsa, contando com poucos recursos materiais.

O.F. recordou das dificuldades de manter a veiculação diária do *JP* entre os anos de 1960 e 1970:

Nós, que éramos um jornal de pequenas condições financeiras, tínhamos no povo a nossa grande fonte. O povo vinha a nós. E nós íamos aonde era possível. Só tínhamos uma caminhonete [...] ela fedia muito a óleo, óleo queimado. E era o único carro para percorrer São Luís, que era pequena... Mas o povo é que vinha³¹.

Dessa forma, devido aos poucos recursos materiais que o jornal possuía, durante anos, as atividades foram realizadas com certo caráter de improviso e de precariedade. Demonstrando este aspecto de improvisação, lembrou-nos a senhora H.B. que quando faltava algum funcionário, o próprio Bogéa assumia as mais diversas funções, fosse de compositor, paginador, linotipista ou impressor. L.B. também nos relatou que o filho mais velho do senhor

³⁰ Entrevista concedida à autora em 17/4/2015.

³¹ Entrevista concedida à autora em 10/5/2015.

Ribamar, ainda adolescente e supervisionado pelo pai, assumiu muitas vezes a função de secretário de redação quando, na época (início dos anos 1970), faltava o responsável por esta função³². Outra filha do senhor Ribamar, Josilda, com oito anos de idade, chegou a ser uma das responsáveis pelo conteúdo de uma página dedicada ao público infantil, chamada de “Página da Criança”, que mais tarde, acompanhando o crescimento da própria Josilda, deu lugar à denominada “Página da Juventude”.

Além da improvisação, havia a questão da precariedade dos recursos materiais e gráficos. Em relação aos demais jornais maranhenses contemporâneos do periódico de Bogéa, o *Jornal Pequeno* demorou bastante para adquirir um parque gráfico mais moderno. Durante muito tempo, a composição e a impressão foram feitas de forma manual, através de tipos móveis e impressora plana, pelo próprio Ribamar Bogéa e mais duas ou três pessoas. Devido a essas condições, o jornal circulou durante um longo período apenas com quatro páginas, pois era necessário muito tempo para compor, paginar e imprimir o periódico.

Posteriormente, na década de 1960, já com sede própria, o jornal passou a contar também com uma máquina linotipo³³, o que melhorou consideravelmente na otimização e no *layout* do jornal, isto é, no seu aspecto visual. Todavia, segundo Ademário Cavalcanti (2011, p. 57), até 1994 o *JP* continuava funcionando com máquinas linotipos e tipos móveis. Apenas em 1995 “entrou num processo de renovação de seu parque gráfico, substituindo gradativamente as antigas máquinas por computadores e impressora *offset*³⁴”. Com isso, apenas na década de 1990 que o *JP* iniciou suas maiores transformações gráficas e visuais tendo em vista um projeto editorial mais uniforme e moderno.

Nesse sentido, o *JP* acompanhou de forma lenta o processo de modernização da imprensa brasileira, iniciada desde os anos de 1950 por jornais pioneiros como o *Última*

³² Entrevista concedida à autora em 3/3/2015.

³³ Máquina de composição mecânica de tipos de chumbo que, provida de teclas, compunha linhas inteiras, inventada pelo alemão Ottmar Mergenthaler, em 1884. O processo de composição manual demorava bastante porque o texto era composto à mão, juntando um a um os tipos móveis na produção de palavras e frases. A linotipo agilizou a produção, pois a máquina, por meio do trabalho do seu operador (linotipista), produzia mais rápido as chamadas linhas de tipos (ARAÚJO, 2004).

³⁴ Sistema de impressão indireto, criado por Ira Washington Rubel, em 1904. “A imagem a ser impressa é gravada por processo fotoquímico (fotolitografia) numa chapa granulada de metal flexível (alumínio ou zinco). A chapa (matriz) é então instalada num dos cilindros da máquina impressora e, em vez de imprimir diretamente sobre o papel, como na tipografia e na litografia, transfere a imagem para um outro cilindro revestido de borracha (blanqueta) que, finalmente, imprime na folha de papel. A cada rotação da máquina, a matriz é umedecida e entintada. As áreas de não-impressão aceitam a umidade e repelem a tinta, enquanto nos pontos a serem impressos ocorre o inverso. A impressão por este sistema permite reproduzir com perfeição traços delicados, grandes chapados ou retículas finíssimas. A impressão ofsete oferece boa qualidade a custos compensadores, precisão na impressão em cores, perfeito registro, grandes tiragens com rapidez e impressão em várias cores em uma única operação” (PINTO, 2007, nota 10).

*Hora*³⁵, o *Diário Carioca*³⁶ e o *Jornal do Brasil*³⁷, localizados no sudeste brasileiro. No Maranhão, esse processo de modernização, que diz respeito à introdução de maquinários novos e de novas técnicas de comunicação e de produção das notícias nos jornais, aconteceu de modo gradual desde o início dos anos de 1970 e teve como precursor o matutino *O Imparcial*³⁸, que, em 1973, reformou seu parque gráfico através da introdução do sistema *offset* e composição a frio. Neste mesmo ano, apenas alguns dias depois, *O Estado do Maranhão*³⁹, de propriedade de José Sarney, entrou em circulação com praticamente as mesmas inovações apresentadas pelo jornal dos Associados. Ambos os periódicos maranhenses – principais concorrentes comerciais do *JP*, mas voltados para um público diferente, composto principalmente por pessoas com maior poder aquisitivo – conjugaram à reforma gráfica mudanças redacionais relevantes, como a produção de textos mais “enxutos” e a implantação de editorias, proporcionando uma divisão racionalizada do conteúdo dos jornais (TEIXEIRA, 2009, p. 112-123).

O *Jornal Pequeno*, por sua vez, até meados dos anos 1980 ainda possuía uma organização dos conteúdos pouco harmônica, ocasionada, sobretudo, pela ausência de um

³⁵ Criado em 1951 com financiamento do governo, o jornal *Última Hora* foi um dos mais inovadores do período, adotando técnicas até então desconhecidas no Brasil através de uma diagramação inovadora (ABREU, 2002, p.10). Este jornal introduziu um cuidadoso planejamento das suas páginas, com hierarquia entre manchetes e títulos, maior espaço entre as colunas e edição de fotografias (AZEVEDO, 2009, p. 94).

³⁶ O *Diário Carioca*, fundado em 1928, tornou-se, igualmente, um periódico inovador em 1951, pois, através das mãos de Pompeu de Souza, importou dos Estados Unidos o conceito de *lead* – parágrafo inicial da notícia, onde devem estar respondidas as perguntas quem? o quê? onde? quando? como? por quê?. O periódico também empregou na sua redação a primeira equipe de *copy desk* da imprensa brasileira. A figura do *copy desk* passava a ser a responsável pela correção dos textos antes destes serem enviados para a impressão. O *Diário Carioca* também introduziu entre os seus redatores o primeiro *book style* (manual de redação) surgido no Brasil (ABREU, 2002, p. 10-11; COSTA, 2011, p. 13).

³⁷ Fundado em 1893, O *Jornal do Brasil* foi durante muitos anos tido como um “boletim de anúncios”. Entretanto, no ano de 1956, iniciou sua reforma com a criação do “Suplemento Dominical”, ampliando seu conteúdo. Esta reforma foi aprofundada sob a coordenação de Odylo Costa Filho que trouxe para o periódico outros jornalistas que vinham de experiências inovadoras em outros jornais, como o *Diário Carioca*. Assim, o jornal ampliou seu noticiário, sofreu modificações gráficas e a redação foi reestruturada com a instituição das editorias, que se especializaram na cobertura de temas específicos (ABREU, 2002, p. 11).

³⁸ Fundado em 1926 pelo jornalista maranhense João Pires Ferreira, *O Imparcial* é o jornal mais antigo em circulação no estado do Maranhão. Foi vendido em 1944 para o grupo *Diários Associados* (PINTO, 2007, p. 82-83). Coube ao cearense Raimundo Nonato Cordeiro Filho a idealização das ousadas transformações gráficas introduzidas n’*O Imparcial* nos anos 1970. Isso aconteceu após Cordeiro Filho implantar inúmeras mudanças em uma série de jornais nordestinos. A entrada do talentoso diagramador cearense no matutino associado, em 1972, logo foi percebida com a inserção de suplementos dominicais. O sistema de impressão *offset* começou a ser usado inicialmente nas páginas reservadas à publicidade e foi fruto de uma vasta troca de experiência com *O Correio Brasiliense*, na época, o principal jornal dos Associados (TEIXEIRA, 2009, p. 115-116).

³⁹ A primeira edição do jornal *O Estado do Maranhão* circulou no dia 1º de maio de 1973. Surgiu da compra do *Jornal do Dia* por José Sarney, herdando do antigo periódico apenas algumas máquinas e alguns poucos móveis. A ideia era ser um jornal que refletisse os discursos de progresso e de modernidade, estando, portanto, inserido dentro do amplo projeto de legitimação e manutenção do poder da figura política de Sarney. Bandeira Tribuzzi, com o auxílio de Pompeu Sousa e Odylo Costa Filho, deu forma às edições d’*O Estado do Maranhão*. Estas circulavam com média de 16 páginas em formato *standard*, contando, ainda, com diferentes cadernos temáticos (TEIXEIRA, 2009, p. 117-119).

modelo redacional baseado na existência de editoriais. Os textos nem sempre eram “sóbrios” e “enxutos”. Além disso, ao longo do período pesquisado, o *JP* apresentou variações constantes nos seus aspectos gráficos, sendo difícil definir um padrão tipográfico para o jornal. O próprio logotipo do matutino era constantemente veiculado em tamanhos diversos e disposto em diferentes lugares na primeira página. Esta variação possivelmente estava ligada ao maior ou menor destaque que o jornal queria dar a determinadas notícias.

Segundo alguns de nossos entrevistados, esta demora na adoção de um maquinário mais moderno na produção das notícias do *JP* resultaria de uma resistência do senhor Ribamar Bogéa, sobretudo, às mudanças mais profundas nas formas tradicionais de fazer jornal. Nesse sentido, para A.C.,

É que ele [Ribamar Bogéa] era um homem a favor da tradição, e ele não queria mudar das máquinas de linotipo para as máquinas modernas [...] Ele tinha condição de comprar [...] Mas ele não queria comprar máquinas modernas, ele não queria. Pouco antes de morrer, começou a comprar, por muita insistência dos filhos [...] Ele tinha medo, não sei... Acho que da tecnologia, uma coisa assim...⁴⁰

Pensamos que este atraso também esteja ligado a dois elementos principais: alguns de seus conteúdos predominantes – os temas da violência e da criminalidade –, mais sensíveis a um modelo espalhafatoso e chamativo de organização das notícias; e ao público-alvo do periódico, o maranhense de baixa renda. Afinal, investir em maquinários modernos e numa reorganização do quadro redacional significaria mudar em algum sentido o conteúdo do que era produzido e poderia também significar um aumento do preço do jornal. O preço acessível sempre foi algo fundamental ao sucesso de vendas do matutino.

É importante destacarmos também que, desde o início, Ribamar Bogéa deu uma feição bem pessoal ao *JP* através de pequenas colunas que ele mesmo escrevia e que tinham na paródia, na ironia e na sátira marcas predominantes, aproximando e identificando o jornal ainda mais com os grupos populares. Desse modo, “Língua de Trapo”, “Espírito de Porco”, “No cafezinho”, “Zé Biritá” e o “Repórter do Chapéu Preto” circularam por décadas, expondo, muitas vezes em tom de deboche, os assuntos do estado.

Ademais, o fundador do *JP*, até sua morte, no ano de 1996, participou ativamente da produção cotidiana das edições do periódico, seja escrevendo suas colunas seja frequentando e orientando os profissionais na redação e na oficina. Devido a esse caráter mais próximo de gerência, Ribamar Bogéa é figura constante nas lembranças de todos os nossos

⁴⁰ Entrevista concedida à autora em 15/1/2015.

entrevistados. Nesse sentido, em geral, os depoimentos dos jornalistas sobre o dia a dia da redação são muito semelhantes, como percebemos nos relatos a seguir:

A relação dele [Ribamar Bogéa] [com os funcionários] era a mais próxima possível [...] Ele fazia paródias, muito receptivo [...] Ele ia para aqueles abrigos... Os abrigos não eram imundos como são hoje. Ele levava um gravador, assim, desse tamanho, para botar as músicas dele. Lá ele cantava também, tomava cerveja [...] Com os jornalistas... E ele pagava tudo... Ele tinha uma relação familiar com os jornalistas, não tinha esse negócio de diferença, tinha respeito⁴¹.

[...] Era muito familiar [a relação de Ribamar Bogéa com os funcionários]. [Ele] confraternizava muito com os funcionários, valorizava muito, curtia com eles. Isso não era ocasionalmente. Não! Era dia a dia, todo dia. Saía do jornal, reunia todo mundo que estava nesse dia trabalhando e ia [...] para o “Casata” [bar], ia aqui para a João Lisboa. Ficavam tomando cerveja, conversando sobre a edição...⁴²

[Ribamar Bogéa] era uma pessoa generosa... Era ético, nos limites das possibilidades [...] Generoso até dizer já chega... Ele liberava lá os conflitos dele fazendo paródia musical. E indo ali para [...] um bar [...]. É que lá a gente bebia e lá ele cantava [...] de madrugada. Aí quando não tínhamos dinheiro, ele pagava tudo⁴³.

Era bom o dia a dia da redação [...] a gente ia beber [...]. Era um ambiente de muita amizade [...] Claro, de vez em quando tinha uns problemas [...] mas não, geralmente, era um ambiente bom de se viver. Muita boemia... O jornalismo no Maranhão sempre foi muito ligado à boemia [...] o *Jornal Pequeno*, ele costumava... Era o seguinte: todos os jornais pagavam por mês, o *Jornal Pequeno* não tinha isso não. Na hora que um funcionário precisava, chegava lá, pedia um vale, ele dava. Ele pagava os funcionários também, o velho Bogéa pagava os funcionários, levava para o bar... Ficava bebendo com eles até de madrugada⁴⁴.

Percebemos através desses depoimentos, e do próprio conjunto de nossas entrevistas, que os funcionários do *JP* evitaram qualquer crítica mais ácida ao idealizador deste jornal, optando, em contrapartida, por lembrar, acima de tudo, dos bons momentos com Ribamar Bogéa. Isto pode ser explicado pela boa relação que Bogéa, em geral, manteve com os entrevistados até o fim da vida.

Dessa forma, o cotidiano da redação, na maior parte do tempo, foi lembrado como um lugar impessoal, marcado por brincadeiras, boemia, amizade e relações mais próximas e familiares. Assim, nas palavras de A.C., transcritas na primeira citação, Ribamar Bogéa tinha uma relação de extrema proximidade, familiar mesmo, com os funcionários, mostrando-se sempre receptivo e solidário. Da mesma forma, nas lembranças de L.B., expressas na segunda citação, o *Jornal Pequeno* é constituído como sendo uma família, uma extensão da casa do senhor Ribamar. Esta imagem se torna pujante quando o jornalista se esforça para destacar

⁴¹ Entrevista concedida à autora em 15/1/2015.

⁴² Entrevista concedida à autora em 3/3/2015.

⁴³ Entrevista concedida à autora em 10/5/2015.

⁴⁴ Entrevista concedida à autora em 17/4/2015.

que a prática de confraternização entre os funcionários era diária e não ocasional. Já nas duas citações seguintes, de O.F. e de C.S. respectivamente, a generosidade seria uma das marcas do criador do *JP*, que, além de manter uma relação íntima com seus subordinados, procuraria dar também um caráter informal àquilo que se referia a certas questões financeiras.

Em consonância com essa postura menos pragmática que buscava imprimir ao jornalismo, Ribamar Bogéa sempre se esforçou em identificar o *Jornal Pequeno* com os menos desfavorecidos, adjetivando o *JP* como “Órgão das Multidões”. Esta posição procurou se legitimar principalmente pela linha editorial que o jornal assumiu, pelo preço acessível e pelo principal conteúdo veiculado: os temas policiais.

Desde o início de sua circulação, a direção do matutino adotou o posicionamento de se colocar como desvinculado de grupos políticos locais. Pensamos que é necessário perceber este posicionamento adotado pelo *JP* como ligado ao próprio contexto em que foi criado. Isto porque, como já destacamos anteriormente, todos os jornais maranhenses na década de 1950, quando da criação do *JP*, estavam direta ou indiretamente ligados a algum grupo ou partido político.

Ao surgir modestamente, em moldes quase artesanais, sem financiamento estatal e com poucos anúncios, Ribamar Bogéa buscou criar uma identidade para o seu jornal que se contrapusesse às características predominantes dos demais jornais da época. Um jornal que fosse “independente” de grupos políticos e empresariais; um jornal que estivesse ao lado das “causas populares”, em favor dos mais pobres, dos esquecidos pelos poderes governamentais. Quer dizer, um *órgão* criado para as *multidões*. Com o passar dos anos, este posicionamento praticamente não sofreu alterações.

Estes posicionamentos do *JP* de defensor das causas populares e de um periódico desvinculado de grupos políticos são perceptíveis em diversos discursos produzidos e divulgados nas páginas do periódico ao longo dos anos, como nas seguintes palavras de Eyder Paes, jornalista do *Jornal Pequeno*, no ano de 1967:

[...] um jornal corajoso, como êste⁴⁵, que não está ligado a nenhum grupo economico ou politico, que não se calou nem se deixou subornar, que defende com desassombro a causa do povo, é respeitado e temido pelos homens do govêrno. Combatendo a subserviência, o suborno, a corrupção [...], os conciliabutos políticos, a subversão, o desmando e o crime [...] nunca recuamos nem recuaremos na defesa dos direitos do povo [...] Há sido essa a luta de Ribamar Bogéa [...] temos a coragem de dizer a verdade e criticar os demagogos [...] cumprindo o dever de defender a democracia e o povo (REPÚDIO, 16 mar. 1967, p. 6)⁴⁶.

⁴⁵ Optamos por manter a grafia e a pontuação original da escrita no jornal.

⁴⁶ Este artigo foi escrito logo após um suposto atentado sofrido pelo dono e então diretor do *Jornal Pequeno*, Ribamar Bogéa.

Dessa forma, percebemos neste texto, especialmente, a criação de sentido de independência política, de confiabilidade popular, de credibilidade e de escrita da “verdade” desinteressada politicamente que o periódico busca construir em torno de sua imagem. Percebemos que discursos como esses visam criar uma espécie de *éthos*⁴⁷ jornalístico que Eyder Paes ajuda a construir naqueles anos da década de 1960, mas que se sustentava desde os primeiros anos da fundação do matutino, sendo defendido até os dias atuais pela direção deste jornal.

As palavras supracitadas não exprimem tão somente a voz de Eyder Paes, falam junto com ele todos os responsáveis pela produção do *Jornal Pequeno* naquele momento. Há uma pluralidade de vozes em que Paes assume a palavra, mas falando em determinados momentos, ressaltamos, em primeira pessoa do plural, incluindo as demais vozes no seu discurso: “nunca recuamos”, “temos a coragem”. São essas vozes juntas que produzem esses sentidos desejados por Paes.

Cerca de doze anos depois do artigo escrito em 1967, Eyder Paes volta a indicar praticamente esses mesmos posicionamentos que o matutino tenta erigir ao redor de sua imagem, quando diz, em comemoração ao aniversário de vinte e oito anos de fundação do jornal, em 1979:

Este jornal [...]. Desde sua fundação, posicionou-se ao lado do povo, fazendo imprensa independente. Soube enfrentar as dificuldades com coragem, realizando o seu objetivo, dando ao Maranhão um jornal identificado com as aspirações populares [...]. Este matutino tem defendido os interesses coletivos, denunciando injustiças, criticando erros administrativos, aplaudindo, sem subserviências, os acertos dos detentores do poder, reclamando soluções para os problemas do povo, de quem a sido um ativo e vigilante, valente e incansável advogado. Trincheira do livre pensamento, batendo-se por causas justas e nobilitantes, *Jornal Pequeno* não está ligado a nenhum grupo político, liberto, portanto, da “canga do partidarismo” [...] (HOJE, 29 maio 1979, p. 1).

Assim, de modo geral, percebemos, nas palavras de Eyder, discursos que acabam por delimitar uma espécie de identidade ao *Jornal Pequeno*. Tais discursos – de combate aos mandonismos políticos, de defesa do povo maranhense (“advogado” do “povo”), de combate à corrupção, dentre outros, – acabam se complementando, produzindo um sentido de jornal defensor das causas populares, destemido, desinteressado e sem bandeiras político-partidárias.

Nesse sentido, podemos pensar estes posicionamentos do *JP* como estando inseridos dentro de uma *formação ideológica* e de uma *formação discursiva* que buscam

⁴⁷ Na visão de Aristóteles, “Éthos é o caráter do orador, não o caráter real, mas uma imagem de seu caráter, de suas qualidades caracteriológicas, criadas no discurso” (FIORIN, 2012, p. 69). Nesse sentido, quando falamos em *éthos*, queremos destacar a imagem do *Jornal Pequeno* projetada por Eyder, seja ela verdadeira ou não.

interligar o discurso de independência política aos discursos de defesa dos direitos do povo e de combate à corrupção e às injustiças sociais. Por isso, pensamos que a produção das notícias no *JP* busca, de alguma forma, refletir tais sentimentos, valores e crenças, dialogando, sempre que possível, com esses discursos norteadores da construção da identidade deste jornal.

Esta linha editorial de independência política é sustentada até os dias de hoje como uma espécie de herança jornalística do fundador do jornal, Ribamar Bogéa. Assim, é interessante observarmos como atualmente a direção do periódico resume a proposta editorial do *Jornal Pequeno* segundo alguns dos principais pilares citados por Eyder Paes. Com isso, nas palavras de L.B., a proposta do *JP* continua sendo

[...] uma linha editorial independente... Sem ligação com grupo político nenhum, sem ligação com nenhum grupo empresarial. É uma proposta de editorial de você ter compromisso apenas com o leitor, colocando o leitor acima de tudo... Tem esse compromisso e... Foi justamente essa proposta de linha editorial que deu, que dá essa credibilidade que o *Jornal Pequeno* tem até hoje, essa força política até, que o jornal tem [...] começou com [...] [Ribamar Bogéa] e eu mantive... Ele passou essa maneira de fazer jornal⁴⁸.

Ainda no que se refere a esses posicionamentos do *JP*, é interessante destacarmos o relato de O.F. quando, durante a entrevista, conversávamos não desses posicionamentos em específico, mas sim sobre sua trajetória no periódico de um modo geral, definido por ele como a sua “paixão no jornalismo”. O.F. acredita que o *Jornal Pequeno*

[...] assumiu uma postura de defender também os humildes e de dizer a verdade [...] [e, por isso,] o povo começou a achar “que coisa interessante” [...] feito ainda no sistema obsoleto, tecnicamente não era bonito [...], [mas] eu exalto as virtudes [...] Que é o compromisso com a verdade, sem medo⁴⁹.

Não obstante, posteriormente reconhece:

[...] um jornal independente [...] nunca foi possível. Essas promessas nunca vingaram [...] nós nunca tivemos um jornal [...] para ter um compromisso absoluto com os fatos... Não que exista imparcialidade, é uma utopia. Enquanto o ser humano escrever não tem nada de imparcial, no meu modo de entender [...] Porque nós somos humanos, temos a nossa visão das coisas. Nós talvez sejamos muito fieis ao fato concreto bem aqui. No que partir para a subjetividade, cada um tem a sua. Então, não vejo nenhuma possibilidade... Eu não botaria um nome de um jornal meu de “Imparcial” [...] Não existe mesmo [...] Até a interpretação da professora, por mais culta que eu sei que ela é, há outro tão culto quanto ela ou quase, que vai ter uma interpretação do fato histórico um pouco diferente, porque é subjetivo. Então, eu nunca pensei em ser um jornalista que fosse um padrão... Que tivesse uma

⁴⁸ Entrevista concedida à autora em 11/3/2015.

⁴⁹ Entrevista concedida à autora em 10/5/2015.

cartilha, que... Que tivesse que seguir aquilo ali quando eu tiver que interpretar. Acho impossível [...]. Você me dá a linha e eu posso até fazer dentro do que você quer. Uma hora ou outra você vai dizer, assim, “aqui não está bem como eu queria”...⁵⁰

Como o depoimento de O.F. nos deixa entender, os jornais, de um modo geral, sempre estarão ligados, em algum nível, à própria subjetividade dos jornalistas e aos interesses particulares de seus proprietários. É nesse sentido que enxergamos estes posicionamentos defendidos pelo *JP* como construções discursivas inseridas dentro de uma linha editorial específica e de um contexto histórico particular.

Com isso, o *JP*, mesmo se colocando como desvinculado de grupos políticos ao reivindicar uma posição apartidária, não se absteve de definir posicionamentos políticos ao longo das décadas analisadas. Inclusive, tais posicionamentos interferiram em representações construídas pelo matutino. Exemplo disso foi quando, após defender ativamente a eleição de José Sarney ao governo do Maranhão em 1965, se transformou, três anos depois, numa oposição feroz ao governo Sarney e a outras lideranças políticas ligadas ao sarneysmo. A mudança aconteceu pelo fato de Ribamar Bogéa ter sido processado, em 1968, por José Sarney, após o *Jornal Pequeno* divulgar, entre julho e setembro daquele ano, discursos do deputado federal Domingos Freitas Diniz (MDB-MA) criticando a administração Sarney.

Além disso, entre os anos de 1960 e 1970, o jornal manteve uma postura que ora denotou apoio aos governos militares (reproduzindo, em matérias e artigos assinados ou sem autoria, discursos oficiais que vangloriavam as benesses que teriam trazido os ventos da então chamada “Revolução de 1964”), ora apontou para uma atitude de crítica, sinalizando determinados problemas dos governos militares. A partir de fins dos anos 1970, no entanto, o jornal assumiu uma posição efetivamente contrária ao regime, momento em que a crítica e a decepção se multiplicam nas páginas impressas do *JP*, refletindo a própria crise de decadência do regime. Pensamos que estes posicionamentos contraditórios mantiveram relação com as diferentes intensidades da censura a qual se submeteram sua direção e seus jornalistas nos anos de ditadura civil-militar.

Buscamos perceber essas mudanças gradativas nas representações do *Jornal Pequeno*, seja em relação às políticas governamentais do governo federal, seja em relação à própria imagem do regime instituído por militares e parcelas da sociedade civil. Percebemos que estas mudanças acompanharam tanto as muitas transformações no cenário político, econômico e social do país, durante o regime autoritário, quanto a menor ou maior liberdade

⁵⁰ Entrevista concedida à autora em 10/5/2015.

de expressão consequente do processo censório a qual o *JP* e seus jornalistas se submeteram no período.

3.3 *Jornal Pequeno* e censura política: jornalismo em tempos de ditadura

Com a tomada de poder pelos militares em 1964, isto é, desde os primeiros momentos da ditadura, os jornalistas brasileiros tiveram que trabalhar sob um regime autoritário que reprimia e impedia, através da censura política⁵¹ aos meios de comunicação, a livre divulgação de ideias.

Historicamente, a atividade censória como instrumento de controle social foi uma constante no Brasil, integrando diversos projetos políticos. Isto permite que falemos, segundo Alexandre Ayub Stephanou (2004, p. 15), em uma tradição censória luso-brasileira, trazida de Portugal para a colônia, mantida durante o período imperial e ampliada no republicano, principalmente no Estado Novo e no regime civil-militar. A percepção dessa tradição leva Ana Luiza Martins (2002, p. 156) a concluir que o Brasil “nasceu e viveu sob o signo da censura”.

Assim, já havia uma legislação repressiva e centralizadora que a ditadura tanto aproveitou quanto ampliou o seu grau de atuação (SOARES, 1989, p. 21). O regime acabou, portanto, exacerbando os mecanismos censórios, deslocando para o primeiro plano a questão da censura. Esta ganha um contorno estratégico inserido dentro do amplo projeto da Doutrina de Segurança Nacional, em que o controle da opinião pública se torna necessário num contexto de busca de hegemonia e de legitimidade do projeto autoritário (RESENDE, 2005, p.1-2).

A censura acabou por se constituir, como destaca Fico (2013), num dos pilares do aparato repressivo instalado pelos militares, tornando-se uma política de Estado. Passou a atuar de “maneira policial e autoritária, mas também, técnica e legal, integrando e ampliando

⁵¹ Segundo Maria Aparecida de Aquino (2002), ao estudar a censura na imprensa, é importante destacar duas possibilidades de ação censória. O primeiro tipo é denominado pela historiadora como “censura empresarial”. Esta, presente em todos os períodos e sem estar presa a determinadas circunstâncias históricas, costuma “não deixar marcas e [...] é aquela montada a partir dos interesses agrupados no interior dos diferentes periódicos, sejam eles os do grupo representado pelos proprietários da empresa, sejam os de seus anunciantes” (AQUINO, 2002, p. 515). A censura política, por sua vez, é “conduzida a partir do Estado em momentos em que há um autoritarismo mais explícito, quando se objetiva conter manifestações da sociedade, dentre as quais a expressão por parte da imprensa. Esse exercício censório, geralmente, age de forma intermitente e não constante, podendo atuar em determinado período para depois desaparecer, permitindo a liberdade de expressão” (AQUINO, 2002, p. 516). No caso da nossa pesquisa, trabalhamos a questão da censura política ao *Jornal Pequeno* nos limites temporais do Estado autoritário pós-64.

esse fenômeno de longa duração no Brasil, que é a censura exercida pelo Estado” (STEPHANOU, 2004, p. 18).

No que concerne aos órgãos encarregados da censura à imprensa, entre 1964 e 1968, o controle da veiculação de informações ficou diretamente a cargo das Forças Armadas. Posteriormente, a censura institucionalizou-se, passando a alçada do Ministério da Justiça através da atuação da Polícia Federal. Esta incumbia os Departamentos de Polícia Federal, nos diferentes estados brasileiros, de realizar o controle por meio de censores: agentes especialmente instruídos para exercer o cargo (AQUINO, 2002, p. 519).

Desde 1964, o controle sobre as informações veiculadas pelos meios de comunicação⁵² apresentou distinções. A censura atuou sobre a imprensa por meio de formas e com intensidades diferentes. No que tange ao uso de suas atribuições de controle, é amplamente compartilhado na historiografia o reconhecimento de que a censura agiu, basicamente, de duas formas no período de ditadura civil-militar, definidas, em geral, como *autocensura* e *censura prévia*.

O primeiro tipo de controle da informação, a autocensura, foi exercido, principalmente, através de telefonemas ou bilhetes enviados às redações dos jornais, impedindo a divulgação de determinadas informações. Uma vez recebidas e acatadas essas orientações, a direção do jornal (e não mais os órgãos do governo) assumia, neste momento, a responsabilidade pela censura no interior do jornal (AQUINO, 2002, p. 517-518); seria a “censura não permanente”, segundo expressão do general Nilo Canepa (apud MAIA, 2002, p. 487). Consistia, portanto, numa fiscalização sistemática e velada de informações objetivando, na ótica dos militares, proteger o regime e as instituições (FICO, 2003, p. 190). Este tipo de censura foi comum a toda a imprensa (MAIA, 2002, p. 487).

O segundo tipo, a *censura prévia*, emergiu fundamentalmente com o aumento das tensões entre o Estado autoritário e a sociedade civil, no ano de 1968, durante o governo Costa e Silva. A partir de então, ocorreu um aumento significativo do controle sobre todos os meios de comunicação. Este tipo censório se caracterizou “pela instalação de censores nas redações dos jornais, encarregados de vetar, na íntegra ou parcialmente, matérias produzidas para serem publicadas” (AQUINO, 2002, p.518). No caso dos periódicos não diários, o material poderia ser analisado na sede do Departamento de Polícia Federal da cidade em que estava localizado o jornal ou era enviado para a sede da Polícia Federal em Brasília

⁵² Desde o primeiro momento da ditadura civil-militar, não apenas a imprensa, especialmente os jornais, esteve contida pela censura. Esta foi ampla, atingindo também as atividades artísticas, culturais e recreativas, tais como o cinema, o teatro, a música, o circo e a televisão.

(AQUINO, 2002, p.518). Era um tipo de censura que possuía critérios ligados diretamente ao grau de desconfiança que o regime nutria pelos veículos submetidos a essa forma de controle (MAIA, 2002, p. 488).

Nos Maranhão, o *Jornal Pequeno*, como todos os demais veículos de comunicação espalhados pelo Brasil, teve que lidar de alguma forma com a censura imposta aos jornais pela nova ordem política. Através de nossa pesquisa nos exemplares do jornal e por meio das entrevistas com jornalistas, percebemos que o periódico maranhense analisado sofreu com controles impostos pelos órgãos oficiais, optando, em determinados momentos, pela submissão aos mecanismos censórios que configurava a chamada autocensura.

O caso do jornal maranhense é interessante porque a pressão censória que sofreu aconteceu poucos dias após a instalação dos militares no poder e ficou registrada no periódico.

Entre os dias 1 e 5 de abril, o *JP* fez uma cobertura dos episódios políticos desencadeados em virtude do golpe civil-militar, dando amplo espaço a artigos em oposição às forças militares e civis que haviam tomado o poder no Brasil. A política se tornou assunto preferencial nas páginas do jornal nestes primeiros dias do mês de abril. As manchetes de primeira página também alertaram para o caráter golpista e repressivo do movimento de março de 1964. No dia 1º de abril, ainda num cenário de incertezas sobre os rumos políticos do país, o jornal trouxe na sua manchete principal de primeira página: “Direita abre caminho ao golpe: Agoniza o regime da liberdade no Brasil”.

No dia 3, foram divulgados artigos apoiando João Goulart e seu famoso discurso do comício de 13 de março de 1964, no qual defendeu energicamente as reformas de base. No dia seguinte, um dos articulistas do *JP* apontava no título do seu artigo sua descrença em relação ao movimento que depôs Jango da presidência do Brasil: “Não creio nessa Revolução”. No corpo do texto, denunciou que “A revolução atual é uma revolução das elites capitalistas, escudadas por atos do presidente João Goulart em favor dos humildes” (NÃO, 4 abr. 1964, p. 4).

No dia 5, o teor dos artigos assinados e dos textos sem assinatura engrossou ainda mais. Na primeira página, em texto opinativo, o jornal argumentou que “As mesmas fôrças que [desafiaram] Jânio Quadros da chefia da nação conspiraram agora contra Jango” (FATOS, 5 abr. 1964, p. 1). Noutro texto, Luiz Vasconcelos, redator do *JP*, constatou: “Finalmente as chamadas ‘Fôrças Ocultas’, que levaram o presidente Vargas ao suicídio e Jânio Quadros à renúncia, resolveram deixar o ocultismo e vir às ruas para afrontar a vontade popular depondo o presidente João Goulart” (A CHAMA, 5 abr. 1964, p. 2). Neste mesmo

dia, o matutino também veiculou uma espécie de carta, assinada por Piruncy Gomes de Castro, que ocupou toda a coluna direita da quarta página. Gomes de Castro enaltecia as figuras de Leonel Brizola e João Goulart, enquanto identificava o grupo político contrário a Brizola e Jango como “o anti-povo, a minoria privilegiada em crescente reação defendendo os seus privilégios apertando o cerco [...] chegando mesmo a nos taxar de agitadores, extremistas, radicais subversivos [...]” (LEONEL, 5 abr. 1964, p. 4).

No dia 6, uma “Nota da Redação”, veiculada na primeira página, dá pistas para entendermos por que os conteúdos das matérias e dos artigos produzidos no *JP* mudariam de uma atitude que indicava forte oposição ao novo regime para uma postura que, pelo menos num primeiro momento, foi marcada por elogios ao regime. Posteriormente, transformou-se numa postura mais complexa, na qual, em determinados momentos, os editores do jornal maranhense deram espaços para elogios aos governos militares, noutros para críticas, algumas destas de aspecto inflamado.

O conteúdo da nota veiculou o seguinte:

O jornalista Ribamar Bogéa, diretor-proprietário do Jornal Pequeno foi chamado [...] à presença do Cel. Comandante da Guarnição Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre o paradeiro do sr. Pirauno⁵³ Gomes de Castro e de outros jornalistas que assinaram artigos publicados em nossa edição de ontem tendo também comparecido ao Quartel do 24 BC os nossos redatores, Eyder Paes e Luiz Vasconcelos.

Na oportunidade, fomos informados de que o movimento de libertação nacional surgido em Minas Gerais e em São Paulo [...] [foi] produto do patriotismo de bravos oficiais das nossas Fôrças Armadas, não se [j]ustificando aquele tópico da primeira página de ontem que falava em “revolução financiada pelo capital estrangeiro” [...]. ***Colaborando com aqueles que desejam ver a paz reinar em todos os recantos do País a direção do Jornal Pequeno achou por bem impedir, temporariamente, a publicação de quaisquer comentários políticos***, sejam da Direita, da Esquerda ou do Centro, inclusive os assinados, limitando-se, esta folha nesses dias a divulgar apenas reportagens e informações da cidade, do país e do Exterior, para que os nossos leitores tenham conhecimento do que ocorre em todos os recantos do Mundo (NOTA, 6 abr. 1964, p. 1, grifo nosso).

Através desta nota, percebemos nitidamente que os comentários contrários à nova ordem política, divulgados pelo *JP* nos dias anteriores, especialmente no dia 5, não passaram despercebidos pelas instituições militares sediadas em São Luís. Representantes do Exército brasileiro no Estado se apressaram para conter a voz de protesto, de indignação e de descrédito em relação ao novo governo que estava ecoando pelas páginas do jornal maranhense. A decisão da direção do matutino indica a aceitação das pressões exercidas pelos

⁵³ Tudo indica que “Pirauno” é o mesmo “Piruncy Gomes de Castro” que, na edição do dia 5 de abril de 1964, teceu rasgados elogios a Leonel Brizola e João Goulart. Acreditamos que tenha ocorrido um erro de grafia durante a composição da nota.

oficiais do Exército, pois deixou claro que passaria a “impedir temporariamente” qualquer opinião política sobre os acontecimentos que se desdobravam no país. A partir deste momento, o jornal procurou evitar a divulgação de opiniões ostensivamente contrárias ao movimento de março de 1964 durante algum tempo.

Logo no dia seguinte, após os interrogatórios prestados, o jornal traria em sua primeira página uma matéria intitulada “Estarrecedor o quadro da subversão” (7 abr. 1964, p. 1). No corpo da reportagem, o jornalista escreveu:

Após o interrogatório a que foi submetido, ontem no Quartel da Guarnição Federal de S. Luís o jornalista Milson Coutinho, que espontaneamente se apresentou às autoridades militares teve a oportunidade de verificar, numa das dependências do 24 BC, centenas de milhares de volumes brasileiros jornais, boletins, etc., versando sobre o comunismo internacional.

Acompanhado do Capitão Tavares, o nosso secretário aquilatou o grau de penetração dos agentes vermelhos em nosso Estado.

Cartas enviadas diretamente do estrangeiro a S. Luís, falavam sobre remessa de importância em dinheiro para viagem de brasileiros aos países da cortina [...]. Broches e medalhões para venda e aquisição de fundos destinados à revolução, também foram mostrados ao profissional da imprensa.

Nosso companheiro, que até aqui se revelou autêntico campeão da democracia, haja vista os seus artigos, onde põe todo o vigor de sua pena a serviço da liberdade de opinião, ao ser liberado pelos oficiais do interrogatório, despediu-se do cap. Murilo, nestes termos:

– A verdade, capitão, é que o Dr. Jango foi grande vítima do sistema que se instalou no seu govêrno, se êle não caísse pelas armas da Democracia, cairia pelas armas do comunismo internacional.

– Os comunistas pretenderam “jantar” os democratas; mas nós os “almoçamos” primeiro, afirmou, a certa altura o brioso militar. (ESTARRECEDOR, 7 abr. 1964, p. 1).

Após esses dois momentos, não encontramos mais no jornal nenhuma outra menção a qualquer tipo de interrogatório o qual os seus jornalistas teriam se submetido durante a vigência dos governos militares, embora eles tenham acontecido em outras ocasiões, como veremos adiante. Talvez, naquele momento específico, os oficiais do Exército tenham convencido Ribamar Bogéa e os demais jornalistas de que São Luís estava, efetivamente, com um “*estarrecedor quadro de subversão*” e que o regime recém-instalado era um “*movimento de libertação nacional surgido [...] [como um] produto do patriotismo de bravos oficiais de nossas Forças Armadas*”; por outro lado, pensamos que o mais provável é que as pressões tenham significado um silêncio forçado ou, em algum momento, um silêncio conformado por parte dos produtores das notícias do *JP*.

Nas entrevistas, não houve menções a este episódio. À exceção de L.B., na época com seis anos de idade, que lembrou vagamente que Ribamar Bogéa havia sido levado ao

Exército, sem recordar de mais detalhes⁵⁴, o que pode ser explicado pela sua pouca idade por ocasião do acontecido ou mesmo pela pouca importância dada por este entrevistado à questão da censura ao *JP* durante o regime civil-militar, interessando em apresentar o jornal maranhense a partir da perspectiva da ampla liberdade dada aos seus jornalistas desde o início de sua circulação. Além disso, a quase totalidade dos jornalistas que entrevistamos, à exceção de J.A., ingressou no *JP* entre 1967 e 1972, o que explica a ausência de alusão ao fato.

O que efetivamente podemos afirmar é que, logo depois desses primeiros cinco dias e, conseqüentemente, após a intimação para comparecer ao Exército, o jornal passou, durante um bom tempo, a ser mais cauteloso com os seus artigos, optando por publicar, de modo preponderante, textos que versavam sobre o governo de Castelo Branco, as Forças Armadas e a nova ordem instituída a partir de uma ótica positiva.

Desse modo, entre os anos de 1964 a 1966, poucos foram os textos publicados que, de alguma forma, abordaram negativamente medidas/imagem do governo federal. No entanto, entre os anos de 1967 e 1968, período marcado pela aprovação de leis e decretos que visavam enquadrar e reprimir ainda mais a sociedade e a imprensa, assim como um período caracterizado pela instabilidade política desencadeada por movimentos sociais contrários ao regime – destacando-se o movimento estudantil de 1968 – o *JP* acabou divulgando artigos com fortes tons de crítica a determinadas ações governamentais. Nestes anos, a questão da liberdade de imprensa e de livre manifestação foi discutida por algumas vezes. Por exemplo, em 1967, com o conhecimento por parte dos jornalistas do anteprojeto e da posterior aprovação da nova Lei de Imprensa, o jornal passou a divulgar artigos criticando a medida governamental. Em janeiro de 1967, poucos dias antes da aprovação da nova Lei de Imprensa, instituída em 9 de fevereiro de 1967, um articulista do *JP* escreveu:

Nenhum jornalista brasileiro pode silenciar, nesta hora em que se procura impôr ao país a lei rôlha, que amordaça a imprensa independente, destruindo esta tradição de liberdade [...]. A lei rôlha sufoca o direito de crítica, cerceando o livre pensamento, sem o que não pode desenvolver-se a cultura [...] A imprensa forma a consciência nacional, combate as ditaduras da direita e da esquerda, os regimes discricionários, os abusos de poder, a corrupção, a desordem social, as violências [...] os demagogos, os que se intitulam de salvadores da República.

Está definida a minha posição ao lado de toda a imprensa brasileira, que se lança à luta pela liberdade de opinião [...] (LIBERDADE, 5 jan. 1967, p. 4).

Segundo os depoimentos orais dos jornalistas O.F. e J.A., o período posterior ao ano de 1968 foi o momento de maior censura ao *Jornal Pequeno*. Acreditamos que nossa

⁵⁴ Entrevista concedida à autora em 11/3/2015.

pesquisa com os exemplares do jornal no período corrobora essa afirmação, pois a partir da instituição do AI-5, percebemos que o jornal manteve um longo período sem divulgar notícias e artigos com conteúdo de críticas ostensivas ao regime e às suas principais medidas.

De fato, a partir da instituição desse novo ato arbitrário se instalou no país uma atividade censória mais rigorosa e sistemática, situação que perduraria até o fim do governo Geisel, quando o próprio AI-5 foi revogado e a imprensa se tornou virtualmente livre, “embora sujeita a pressões, ameaças e até violências ocasionais” (SKIDMORE, 1988a, p. 424).

Principalmente durante a gestão Médici, percebemos que houve certa popularidade da chamada “Revolução de 1964” nas páginas do *JP*. O jornal, inclusive, comemorou de forma entusiasmada neste período o aniversário da “Revolução”, no dia 31 de março⁵⁵, como é possível percebermos nos trechos a seguir:

[“A Revolução de 1964”] implantou no Brasil uma nova ordem política e administrativa. A agitação de rua, fomentada pelos agentes da subversão, intranquilizava o país, ameaçando a sobrevivência das instituições cívicas [...] a tranquilidade da nação corria risco. Tornava-se necessário defender a pátria do perigo comunista [...]. A Revolução realizou uma obra moralizadora, dando combate à corrupção. Ai está o trabalho da Revolução [...] abrindo ao país os grandes caminhos do progresso (ANIVERSÁRIO, 31 mar. 1970, p. 1);

A Revolução de 1964 realizou no país um trabalho moralizador, implantando um novo processo administrativo. Combateu os vícios políticos, a corrupção e a subversão que minavam os alicerces da democracia [...] A ação do governo da Revolução, que se identificou com o povo, tem seus reflexos na vida brasileira, criando os meios de seu desenvolvimento. Os setores básicos tem sido dinamizados. [...] (A VITORIOSA, 31 mar. 1971, p. 6).

Estes textos do jornal incorporaram discursos oficiais propagados pelos governos militares durante o período ditatorial no Brasil, demonstrando, dessa forma, uma *heterogeneidade discursiva*. Uma das principais bandeiras levantadas pelos militares, tanto para assumir o poder, em 1964, quanto para manter-se nele, foi a ideia de que o Brasil estava sendo ameaçado por forças “subversivas”. Como vimos anteriormente, em nome do anticomunismo e através de uma série de atos institucionais e de práticas repressivas, os militares e civis aliados propunham, em consonância com os preceitos ideológicos da DSN, uma política de segurança interna que levava a um enorme controle e a uma busca de segurança absoluta.

⁵⁵ Nestes dias, muitas vezes, o jornal circulava com uma quantidade bem maior de páginas que também estampavam congratulações aos governos militares emitidas por diversas empresas locais.

Junto com o combate à subversão e ao comunismo, a ideia da “crise moral” (família brasileira fragilizada/os valores morais em fase decadente) e o tópico do combate à corrupção foram outros instrumentos utilizados por esses governos para justificar seus poderes e suas ações. Além disso, o período que cobre o governo do general Emílio Médici caracterizou-se pelo crescimento econômico que empolgava o país. Era, no entanto, como já destacamos, um crescimento provocado à custa da exploração das camadas menos favorecidas da população brasileira e de galopante dívida externa⁵⁶.

Assim, estes discursos produzidos no *Jornal Pequeno* devem ser percebidos na sua historicidade. O contexto sócio-histórico é constitutivo do próprio sentido do discurso, faz parte das suas *condições de produção*. Os sentidos desses discursos não existem *a priori*, eles vão se construindo nesta relação com os elementos extralinguísticos, com o contexto em que estão inseridos, com os outros discursos que atravessam os discursos em questão.

Em nenhum momento, as pessoas que entrevistamos, apesar de algumas delas reconhecerem a censura que o *JP* se submeteu no período, mencionou qualquer apoio do jornal e de seus jornalistas ao regime civil-militar. Além disso, percebemos que os entrevistados construíram uma memória da censura que se ramifica em dois sentidos: um que acaba por negar a censura política ao *JP*, no período de ditadura militar; e outro, que reconhece firmemente a censura que o jornal sofreu como um triste momento no qual, por virtude das circunstâncias do período, a direção e a redação do matutino foram submetidas. No primeiro caso, essa negação pode estar relacionada a uma série de fatores, como um processo de esquecimento natural ou, o que pensamos ser o mais provável, pode ser resultado de uma sobreposição (consciente ou inconsciente) da construção de uma memória do jornal como uma “trincheira do livre pensamento”, em detrimento da imagem de um jornal submetido ao julgamento censório em algum nível político.

O atual editor-geral do *Jornal Pequeno*, L.B., mesmo recordando que Bogéa foi ao Exército para depor em algum momento que não soube precisar e que foi chamado uma vez para prestar esclarecimentos sobre uma matéria no quartel da Polícia Militar durante a ditadura, também sem recordar de mais detalhes (por exemplo, o que dizia a matéria, quais as perguntas que fizeram, etc.), considera que no *Jornal Pequeno* os jornalistas sempre tiveram ampla liberdade para falar sobre todos os assuntos. Nas suas recordações, “Ele [Ribamar Bogéa] tinha muita responsabilidade, mas ele não, assim... Não poupava ninguém, não... De

⁵⁶ Para mais detalhes, ver FICO (2001); ALVES (2005).

críticas, seja... Fosse quem fosse...”⁵⁷. A senhora H.B. também foi breve e direta em relação ao tema: “Não... Isso [censura] nunca aconteceu”⁵⁸.

Por outro lado, os demais jornalistas tanto reconheceram, de pronto, a censura política ao jornal quanto tentaram expor, segundo suas perspectivas pessoais, alguns detalhes dos seus mecanismos:

[...] Veio a censura. Essa parte é terrível, não é? A gente recebia uma fita, um papelzinho, assim, em fita, em formato de fita, dizendo “É proibido falar sobre o assunto tal”. Vindo [...] ora do Exército, ora da Polícia Federal [...] o Bogéa recebia, aí ele transmitia. Quando ele não estava, recebia o secretário de redação, quem estivesse lá [...] Recebia. Quando a gente, que era um pouco rebelde e jovem, a gente conseguia burlar um pouquinho, [...] às vezes a gente não entregava, quando éramos nós quem recebíamos. Aí o Bogéa não tomava conhecimento. Aí... Dava problema! Eu mesmo passei dias e dias que eu chegava de manhã e saía à noite da Polícia Federal [...] Porque tinha uma página política. [Nesta] Nós escrevemos uma matéria que eles não gostaram, aí eles foram levando um a um⁵⁹.

[...] nós começamos a editar a “Página Política” do *Jornal Pequeno* [...] essa página política nos levou por algumas vezes à Polícia Federal [...] O próprio dono do jornal também às vezes moderava [...] Se eu exacerbasse num determinado assunto e tal, o Bogéa podia chegar, me chamar... “Olha, J., isso aqui é perigoso para colocar. Vamos amenizar isso aqui. Tira isso aqui...”. Isso acontecia... Que em pleno acordo a gente fazia a coisa...⁶⁰

[...] eu ficava plantado na redação do jornal esperando as denúncias que chegavam [...] mas... Nem tudo era publicado... Nem tudo era publicado... Porque a censura não permitia [...] Era um negócio tão doido, porque... Era assim, a gente tinha, através da direção do jornal, dos jornais, praticamente de toda a direção, os assuntos que podiam e os assuntos que não podiam ser tocados... [...] Isso vinha da direção... Por outro lado, as notícias que a gente como jornalista tinha de prisões, de tortura, de tudo o que estava acontecendo no país... Inclusive com... E principalmente com intelectuais e jornalistas, criava esse estigma da autocensura realmente...⁶¹

Todos estes depoimentos, concedidos por O.F., J.A. e C.S., respectivamente, corroboram para identificarmos a autocensura como o tipo de controle da informação estabelecido no *JP* no transcorrer da ditadura civil-militar. Quer dizer, os próprios jornalistas, através dos órgãos responsáveis pela censura e de orientações da direção, ponderavam aquilo que poderia ou não ser publicado, aquilo que poderia ou não causar maiores transtornos para si e para o jornal.

Esta autocensura no *JP* seguiu padrões verificados nos mais diferentes jornais do Brasil. Isto porque, como destaca Bernardo Kucinski (2002, p. 534), na grande maioria da

⁵⁷ Entrevista concedida à autora em 3/3/2015.

⁵⁸ Entrevista concedida à autora em 11/3/2015.

⁵⁹ Entrevista concedida à autora em 10/5/2015.

⁶⁰ Entrevista concedida à autora em 7/3/2015.

⁶¹ Entrevista concedida à autora em 17/4/2015.

imprensa convencional brasileira foi estabelecido este tipo de censura, sendo poucos os jornais submetidos à censura prévia. Quer dizer,

Antecipando-se a essas represálias, imprevisíveis, tentando adivinhar as idiossincrasias do sistema, jornalistas, editores e donos de jornais esmeravam-se na autocensura, no controle antecipado e voluntário da informação. Esse exercício generalizado da autocensura [...] determinou o padrão de controle da informação durante os dezessete anos de regime autoritário, sendo os demais métodos, inclusive a censura prévia e os sucessivos expurgos de jornalistas, acessórios e instrumentais à implantação da autocensura (KUCINSKI, 2002, p. 536).

A autocensura constitui-se, portanto, num ato consciente que tem como objetivo, também consciente, ponderar ou mesmo suprimir a informação que chegará (ou chegaria) ao leitor (KUCINSKI, 2002, p. 538). Para KUCINSKI (2002, p. 538), configura-se como

[...] uma modalidade de fraude intelectual, uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas da intenção calculada [...] São decisões tomadas na esfera do superego do jornalista. Nesse sentido é uma das mais danosas formas de controle de informação porque implica o engajamento do jornalista na proposta repressiva, fazendo dele sua primeira vítima.

Outro ponto que consideramos interessante destacar é que os jornalistas O.F., J.A. e C.S., quando discorreram sobre a censura ao *JP* durante a ditadura, também apontaram suas desconfianças de que o periódico maranhense teve no seu quadro de colaboradores uma pessoa que teria exercido a função de censor:

[...] O Bogéa odiava a censura, mas teve um período [...] Tinha um cidadão lá que era sargento do Exército [...] E toda noite ia para lá, para o jornal... Olhar as matérias e tal... Nunca vazou se ele realmente era, oficialmente, representante do SNI da época ou se ele ia por curiosidade, mas o certo é que a gente via com certo cuidado [...] Toda noite ele ia. Ele dava uma olhada nas matérias aquele negócio todo e tal... E também não sei se ele tinha autoridade do Bogéa, porque a coisa era muito frouxa. Todo mundo entrava lá na redação naquela época... Hoje não [...] Nós tivemos, inclusive, “paradas” sobre matéria, porque ele quis, na época lá, tirar umas coisas de uma matéria que eu fiz [...] Eu não sei como era aquilo. Sinceramente, eu nunca tive nem a preocupação para perguntar para o Bogéa... Nós tivemos lá umas duas “paradas”. Eu e ele. Ele também com outros [jornalistas]. Mas eu achava meio estranho aquela coisa... E ele se envolvia, assim.... Dava palpite... Me chamou de anarquista uma vez...⁶²

O Bogéa tinha um colaborador [...] Ele era um sargento do Exército [...] e de tanto haver problema... Leva um, leva outro [...] Aí o Bogéa foi [...] contratou logo o censor oficial [...] Ele [o sargento] já sabia quem era mais inclinado para um lado e para outro [...] Quer dizer, ele nos conhecia na intimidade [...] Ele já fazia esse papel. Aí ele passou a fazer oficialmente [...] A gente respeitava porque... Quando o Bogéa dizia que era para a gente não escrever, ninguém escrevia mesmo não! O Bogéa... Porque o Bogéa chegou ao limite da defesa da liberdade de imprensa [...] Até que o que se iria fazer, não é? Fechar o jornal... Era o meio de vida dele

⁶² Entrevista concedida à autora em 7/3/2015.

também, de sustentar a família dele. [...] [No período mais fechado] o Bogéa conversava conosco e dizia que se a gente ousasse, fechava o jornal ⁶³.

Dentro do próprio jornal [*Jornal Pequeno*], num determinado momento, a gente tinha um censor... Eles colocavam lá... Isso era em todos os jornais [...] O jornalista [...] era do Exército [...] Ele exercia essa função [de censor] dentro do jornal [...] Não tão veladamente, porque... Realmente... “Isso aqui não sai” [...] O sonho dele era ser membro do SNI [...]. Então, a gente acredita que ele mesmo se [...] indicou para essa função e acabou [...] ficando como censor [...] Ele ficava na redação e lia tudo! E lia tudo... Lia tudo e isso tranquilizava a direção do jornal, porque eram muito constantes as intimações vindas da Polícia Federal, da Delegacia de Ordem Política e Social para o jornalista, para a própria direção do jornal... Então, com ele lá isso tranquilizava, porque... Se saísse alguma coisa que atingisse o regime, aí a direção do jornal tinha a desculpa de dizer: “Não, mas o... está lá, o censor está lá... É gente de vocês, se ele deixou passar, converse com ele”... Essa que era a questão. Isso tranquilizava. Então... O poder foi dado a ele num determinado momento ⁶⁴.

É possível que estes jornalistas tenham a impressão de que o colega era um “censor oficial” pelo fato dele pertencer ao Exército ou por ele, efetivamente, ter tido o consentimento de Ribamar Bogéa para revisar as notícias que seriam veiculadas no jornal, demonstrando a preocupação da direção com a questão da censura. Este colaborador se tornou funcionário remunerado do *JP* em 1971, trabalhando como um dos chefes da redação.

É interessante percebemos também que todos os jornalistas se esforçaram por destacar que, nos limites de suas possibilidades, o senhor Ribamar Bogéa sempre buscou dar liberdade para os jornalistas escreverem. Segundo C.S., “O *Jornal Pequeno* [...] Sempre teve uma posição de desafio da censura desde aquela época [da ditadura], mas... Dentro dos seus limites [...]. A direção do jornal não estava a fim de perder o jornal e nem ninguém estava a fim de enfrentar baioneta, não” ⁶⁵.

A partir do final da década de 1970, nos últimos anos do governo Geisel, percebemos que, no *JP*, os textos em favor dos governos militares, que enalteciam o desenvolvimento econômico, o combate à subversão, à corrupção, etc., começaram a perder espaço. Era um momento de abertura política no país, em que se buscavam novas bases de legitimidade para o regime que estava em crise. Como falamos anteriormente, o regime enfrentou, nos governos Geisel e Figueiredo, sérios problemas econômicos, em virtude da crise provocada pelos efeitos do fim do “milagre”; assim como problemas políticos, ligados à reorganização das forças opositoras.

Neste momento em que a ditadura civil-militar possuía poucas bases de sustentação, foram reabertos os canais de liberdade de expressão para a imprensa.

⁶³ Entrevista concedida à autora em 10/5/2015.

⁶⁴ Entrevista concedida à autora em 17/4/2015.

⁶⁵ Entrevista concedida à autora em 17/4/2015.

Acreditamos que tanto a crise do regime quanto este abrandamento da censura possam ser elencados entre os principais motivos que levaram os discursos presentes no *Jornal Pequeno* a não mais apresentarem aquele entusiasmo visível, por exemplo, durante o governo Médici. Pelo contrário, passaram a mostrar muitas vezes decepção e pessimismo, acompanhados de críticas severas:

[...] ou o governo arranja um meio revolucionário de mudar o panorama econômico do País ou verá dentro em breve o estouro da boiada.

Há milhares de brasileiros se formando nas universidades. Emprego para essa gente, no entanto, [está difícil] [...] É chegada a hora de meditação [...] [a “massa sofrida do país” está] à guisa de um desenvolvimento que só tem trazido vantagens para um punhado de espertos e danados [...] (É DIFÍCIL, 14 ago. 1979, p. 6).

A Revolução de 64 – a “Redentora” – poderia haver “passado a limpo” este país. Poderia extinguir ou pelo menos reduzir ao mínimo aceitável a corrupção [...] O grau, porém, de corrupção que se instalou neste País, de 64 para cá, não encontra paralelo em qualquer outra época de nossa história [...] (A REVOLUÇÃO, 31 mar. 1982, p. 2).

Esta mudança no teor dos discursos, de certo apoio à oposição, foi algo que aconteceu de modo gradual, os elogios foram pouco a pouco dando espaço às críticas. Sobretudo a partir da primeira metade da década de 1980, o jornal passou a divulgar frequentemente discursos de políticos opositores que criticavam as medidas dos governos militares e também longos artigos, igualmente críticos, transcritos de jornais sulistas de grande circulação, como *A Folha de S. Paulo*, *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de S. Paulo*. Os dois últimos sofreram censura prévia que, depois de suspensa, deram espaço para estes jornais criticarem severamente a administração civil-militar.

Mesmo considerando esse abrandamento da censura ao *JP*, devemos frisar, no entanto, que em abril de 1979, no início de uma matéria que tratava sobre uma reorganização do trânsito de São Luís, intitulada “Intransigência continua”, o repórter parece indicar a continuidade da censura ao *JP* naquele momento em específico, ao afirmar que

Às 4h da madrugada, diariamente um Jeep da Polícia Federal pára à nossa porta para apanhar 4 exemplares de *Jornal Pequeno*, os quais, bem cedo, chegam ao Palácio do Planalto, para o exame por parte das autoridades da República.

Isso equivale a dizer que, logo mais, o Presidente João Baptista Figueiredo vai saber como é que os arenistas do Maranhão agem com relação ao apelo que fez a toda a nação pedindo economia no consumo de combustível [...] (INTRANSIGÊNCIA, 25 abr. 1979, p. 1).

Apesar destas vagas indicações do repórter, não encontramos nas demais notícias veiculadas no jornal e nem nas entrevistas que realizamos outras menções a episódios similares.

Em relação aos principais temas censurados, segundo C.S.:

A censura principal recaía sobre matérias referentes a atos do governo federal... No que se referia aos governos estaduais, à prefeitura, muita coisa a gente podia dizer... Dentro também de um limite estabelecido que eu não consigo... Te transmitir, assim, agora... Mas, por exemplo, críticas a ministros... A presidente de República, a delegado de polícia federal... A membros de tribunais [...] Essas coisas não se podia botar [...] Mas [...] qualquer bobagem você era chamado para depor⁶⁶.

Aqueles que reconheceram a censura a que se submeteu o *JP* no pós-64 apontaram fundamentalmente os temas políticos como os principais assuntos passíveis de proibição. No que se referia aos temas da violência e da criminalidade, de um modo geral, segundo os depoimentos, não houve uma atitude censória mais efetiva por parte dos jornalistas em relação a isso. Não obstante, de acordo com estes jornalistas, falar sobre violência policial era algo delicado, pois eram muitas as ameaças sofridas.

Todavia, ressalta C.S. que por “qualquer bobagem” o jornalista poderia ser chamado para prestar depoimento. Nosso entrevistado justifica esta afirmação nos relatando alguns episódios em que foi chamado à Polícia Federal para dar explicações sobre algo que tenha sido veiculado nas páginas do *JP*:

[...] A menina se suicidou... Eu fui e escrevi a notícia. A notícia, simplesmente, que a garota tinha se suicidado [...] Só que o diretor da escola era parente de um tenente do Exército de Fortaleza... Aí chegou a intimação da Polícia Federal [...] o diretor do jornal me entregou [...] Eu recebi a intimação, aí eu liguei para a Polícia Federal: “Rapaz, a gente não pode dá mais notícia nem de crime?” Aí o delegado, não sei quem é lá [...] disse: “Não, rapaz, isso aí não. Pode dá notícia de crime sim. É porque o cara é parente de não sei quem...” [...] Aí outra vez, por conta da página de literatura também, a gente foi chamado para a Polícia Federal, mas o poeta, jornalista Alexandre Jr., dirigia a página de literatura... [Ele disse:] “Não, não, você deixa isso para lá. Quem vai sou eu”... E ele foi lá e conversou. Mas era assim! Qualquer bobagem você era chamado para depor, qualquer bobagem você era chamado para depor...⁶⁷

J.A. também nos narrou um episódio em que, nos anos 1970, devido a uma nota escrita numa de suas colunas acerca de uma denúncia “de tortura de uma prostituta por um cidadão local”, foi preso por um agente da DOPS, sendo, logo em seguida, encaminhado para a Polícia Federal. Mesmo tendo prestado esclarecimentos, foi obrigado, durante trinta dias, “a

⁶⁶ Entrevista concedida à autora em 17/4/2015.

⁶⁷ Entrevista concedida à autora em 17/4/2015.

chegar na Polícia Federal às oito e sair às onze [para ficar sem fazer nada] [...]. Foi uma espécie de castigo que se dá a estudante”⁶⁸.

Pensamos que, afora estes eventos isolados, caso tivesse ocorrido uma censura sistemática ou mesmo mais efetiva em relação à criminalidade e à violência no *JP*, este poderia até mesmo ter fechado as portas, porque o seu conteúdo principal, o que mais vendia, versava exatamente sobre isso. O *JP* também tratou, muitas vezes, com desenvoltura críticas tais questões. Desse modo, acreditamos que as pressões censórias oficiais pouco interferiram nas representações sobre crime e violência na cidade de São Luís produzidas pelos jornalistas do *JP* durante os anos pesquisados.

⁶⁸ Entrevista concedida à autora em 7/3/2015.

4 REPRESENTAÇÕES DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO *JORNAL PEQUENO* (1964-1985)

Nos capítulos anteriores, realizamos de início um esforço de contextualização do cenário envolvendo as problemáticas da violência e da criminalidade durante o período de ditadura civil-militar no Brasil e, posteriormente, empreendemos uma tentativa de reconstrução da trajetória do *Jornal Pequeno* tendo como foco este mesmo período. Neste capítulo, nossa intenção foi identificar e analisar, especificamente, representações de aspectos ligados ao crime e à violência na cidade de São Luís do Maranhão, entre os anos de 1964 e 1985, tentando demonstrar em que medida aquele contexto brasileiro, assim como a linha editorial assumida pela direção do *JP* ao longo de sua trajetória, interferiram na construção destas representações.

4.1 Mídia, violência e crime

O sociólogo Orlando Lira de Carvalho Jr. (2009), em artigo intitulado *Mídia e Criminalidade no Brasil*, faz uma interessante revisão teórica sobre a complexa relação mídia-criminalidade, a partir dos estudos do professor de criminologia Robert Reiner. Este, apesar da grande variedade de perspectivas, divide o debate acadêmico sobre o tema em quatro correntes teóricas principais: *the desubordination thesis*; *the discipline thesis*; *the libertarian thesis*; e *the pluralistic thesis*.

As duas primeiras correntes são caracterizadas pela “demonização da mídia”. A primeira – *the desubordination thesis* – defende o caráter “subversivo” dos instrumentos midiáticos, que incitariam o comportamento criminoso. A segunda – *the discipline thesis* – destaca os exageros provocados pelas representações midiáticas, desenvolvendo o medo nas pessoas e auxiliando no apoio às práticas de punição. Na terceira perspectiva – *the libertarian thesis* – há uma negação a qualquer influência significativa da mídia sobre as ações das pessoas, pois suas representações funcionariam mais como um passatempo. Todavia, a última corrente – *the pluralistic thesis* – enxerga a mídia como um fenômeno complexo que envolve disputas de interesses e perspectivas das mais diversas possíveis, provocando múltiplos efeitos na opinião pública. Nessa interpretação, a mídia é analisada a partir de um amplo processo de interações socioculturais, cujos leitores, ouvintes ou telespectadores, são vistos como personagens sociais ativos no processo de interpretação dos textos e imagens produzidas pelas representações midiáticas.

A maioria dessas perspectivas acaba demonstrando, de uma forma ou de outra, a força da mídia como formadora de opinião e de (des)informação sobre a criminalidade. O modo como os meios de comunicação tratam esse problema pode transformar a maneira de enxergá-los, ao diminuir ou aumentar o senso de distanciamento das pessoas seja sobre o crime seja sobre a violência – temáticas tão entrelaçadas – uma vez que

[...] quaisquer que sejam os objetivos da mídia – comercial, político, moral ou estético –, ela sempre visa provocar algum tipo de resposta do público. Essa resposta, entretanto, depende em larga medida de como os conteúdos de suas representações são interpretados pelas pessoas (CARVALHO JR, 2009, p. 8).

Nesse sentido, a mídia, devido ao seu grande alcance de público, à sua ampla visibilidade, constitui-se como construtora privilegiada das representações sobre a violência e o crime. Com sua forma própria de tratar essas questões, através do sensacionalismo, da banalização e da espetacularização⁶⁹, os instrumentos midiáticos produzem sentidos que, quando circulam socialmente, induzem práticas sociais em relação a essas questões (RONDELLI, 1998, p. 149-151). Isto faz com que esses discursos produzidos pela mídia ganhem materialidade, ao interferir e produzir efeitos sobre a vida dos indivíduos.

Remontando ao aspecto histórico, segundo Yuri Michael Pereira Costa (2005, p. 104), “a conversão do relato da violência em objeto de consumo pelos meios de comunicação, e a conseqüente especialização de parte do público letrado nessa área, pode ser localizada historicamente no início do século passado”. No entanto, a massificação do relato violento e criminoso ocorreu somente no final da Segunda Guerra Mundial, em virtude do acesso ao cinema e à televisão, que rechearam seus roteiros, dentre outros, de histórias de assassinatos profissionais e de matadores em série. Na década de 50 do século XX, surgiram os chamados repórteres policiais, quando a mídia começou a se voltar para os “bastidores” da violência e da criminalidade (COSTA, 2005, p. 104):

A opinião pública, notadamente através da imprensa televisiva, não se preocupava com a exposição dos “bastidores” da criminalidade antes da década de 1950. A partir de então, entrevistar autores de crimes e estar presente na hora e no local dos delitos passa a ser a prioridade de profissionais dos meios de comunicação de massa. É nesse contexto que surgem os repórteres policiais (COSTA, 2005, p. 104).

Danilo Angrimani Sobrinho (1995), um dos primeiros estudiosos a pesquisar sobre o sensacionalismo na imprensa, argumenta, por sua vez, que desde o surgimento deste

⁶⁹ Para Adorno e Lamin (2006, p. 166-167), a “dramatização da violência” pela mídia – através de, dentre outros, relatos sucessivos de crimes, muitas vezes acompanhados de detalhes espetaculares e/ou cruéis – pode influenciar na constituição de ambientes de medo e insegurança, causando sensações de terror e pânico.

gênero jornalístico, que remonta ao século XVI na França, os relatos violentos e criminais são intensamente explorados pelos chamados jornais populares. Estes são, em geral, publicações voltadas para o público de baixa renda e de precária formação cultural, fato que leva os produtores deste tipo de publicação fazerem uso de estratégias específicas de construções das notícias, que permitem uma maior aproximação e identificação com o seu público leitor. A principal dessas estratégias se constitui no apelo sensacionalista.

Este tipo de publicação popular fazia sucesso na França do século XIX, quando surgiram os *canards* franceses, “jornais populares de apenas uma página, impressos na parte frontal e que comportavam título, ilustração e texto” (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 19). Destes, os mais procurados eram os que relatavam acontecimentos violentos e criminosos – “crianças martirizadas ou violadas, parricídios, cadáveres cortados em pedaços, queimados, enterrados” – e narrativos sobre fenômenos da natureza e desastres naturais – “eclipses, cometas, grandes catástrofes, tremores de terra, inundações, desastres de trem, naufrágios” (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 19).

Nos Estados Unidos, os jornais populares ganharam impulso no final do século XIX através dos concorrentes *New York World* e *Morning Journal*, respectivamente editados por Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst. Ambos os jornais utilizavam constantemente reportagens, ilustrações e manchetes em tom sensacional. Estes jornais também levaram ao surgimento da expressão “imprensa amarela”⁷⁰ para denominar periódicos que seguiram sua linha editorial (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 20). No Brasil, a denominação “imprensa amarela” teria sido convertida na expressão “imprensa marrom”⁷¹ (MIRANDA, 2008, p. 3).

Segundo Flávia Miranda (2008, p. 4), no Brasil, estes jornais voltados para o público popular surgiram a partir da década de 1920, destacando-se principalmente: “*Folha*

⁷⁰ Uma história em quadrinhos inicialmente publicada pelo *New York World*, editado por Pulitzer, deu origem ao termo. Publicada aos domingos, a *HQ* tinha como personagem principal um “menino desdentado, sorridente, orelhudo, vestido com uma camisola de dormir amarela” e sua fala era escrita em sua camisola. Devido a roupa do menino ser toda amarela, ele ficou conhecido como *Yellow Kid*. Em virtude do sucesso desses quadrinhos, Hearst se interessou pela história do *Yellow Kid* e acabou conseguindo contratar o criador do menino de pijama amarelo, que passou a desenhá-lo para o *Morning Journal*. Pulitzer, todavia, continuou a publicar as histórias do menino, produzidas, a partir de então, por outro cartunista. Pelo fato dos dois jornais publicarem a história do *Yellow Kid*, os críticos criaram a denominação “imprensa amarela” para denominar pejorativamente os dois jornais e, posteriormente, aqueles que seguiram suas influências (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 21).

⁷¹ Segundo Márcia Franz Amaral (2005 apud MIRANDA, 2008, p. 3), o jornalista Alberto Dines afirmou que a expressão “imprensa marrom” foi usada pela primeira vez em 1960, no jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro: “Dines, repórter do jornal na época, soube que alguém havia se matado por ter sido chantageado por uma revista de escândalos e fez uma manchete mencionando que a imprensa amarela havia levado um cineasta ao suicídio. Calazans Fernandes, chefe de reportagem, teria alterado a manchete: trocou a expressão ‘imprensa amarela’ por ‘imprensa marrom’, relacionando o marrom à ‘cor de merda’. Desde então, a expressão ‘jornalismo marrom’ é usada no Brasil para designar jornais e revistas de escândalos”.

da Noite (São Paulo, 1921-1960), *O Dia* (Rio de Janeiro, 1951 até hoje), *Última Hora* (Rio de Janeiro, 1951-1964), *Luta Democrática* (Rio de Janeiro, 1954-1979) e *Notícias Populares* (São Paulo, 1963-2000)”.

Márcia Franz Amaral (2006, p. 4) afirma que nos dias atuais, na imprensa popular, um fato terá maior probabilidade de ser noticiado se apresentar as seguintes características: “capacidade de entretenimento, for próximo geográfica ou culturalmente do leitor, puder ser simplificado, puder ser narrado dramaticamente, tiver identificação dos personagens com os leitores (personalização) ou se for útil”.

4.2 *Jornal Pequeno*: um jornal popular

No Maranhão, durante o período abarcado por nossa pesquisa, o *Jornal Pequeno* foi o principal jornal de linha popular do estado, conseguindo vendagens expressivas. A exceção é o período de 1977 a 1981, em que outro periódico maranhense, seguindo a mesma vertente popular do *JP* e intitulado simplesmente de *O Jornal*⁷², ultrapassou as vendagens do periódico de Bogéa, tornando-se líder de vendas enquanto circulou.

De acordo com L.B., os responsáveis pela produção de *O Jornal* conseguiram comprar o passe de um dos principais repórteres policiais do *Jornal Pequeno*. Além disso, em virtude do maquinário moderno e da linha popular do novo periódico maranhense dirigido por Cordeiro Filho, o *JP* acabou enfrentando uma grave crise no período, conseguindo se restabelecer apenas com o fechamento de *O Jornal*, no ano de 1981:

O Jornal [...] com máquina sofisticada [...] saía todo colorido. O E.C. foi para esse jornal [...] ofereceram um salário melhor [...] [Ele] botava aquelas fotos de primeira página de... Despedaçada, bandido ele mandava “arregaçar” a boca, assim... E batia a foto e botava na primeira página [...] Olha, eles deram um “baque” na gente! Eu vi o *Jornal Pequeno* fechar, mas [Ribamar Bogéa] nunca falou [...] Nós não tínhamos *offset* e eles tinham. Nós tínhamos era o sistema de linotipo e eles entraram com *offset* numa linha nossa. Quase arreventou a gente. Um negócio impressionante [...] Aí, nós seguramos [...] e ele não teve condições de manter... Porque o custo era muito alto [...] Aí, o *Jornal* [Pequeno] subiu de novo... Porque não tinha como, era uma concorrência desleal. Você entra com um jornal colorido na mesma linha do *Jornal Pequeno* [...] Não sei [como seria] se eles tivessem, assim, [tido] fôlego por mais tempo... A não ser que a gente comprasse uma máquina [*offset*]... Porque nós não iríamos aguentar não. Era um negócio sério⁷³.

⁷² Criado pelo jornalista Cordeiro Filho, *O Jornal* circulou de 1977 a 1981. Vendido em formato *standard*, foi o primeiro jornal em policromia do Maranhão (TEIXEIRA, 2009, p. 98).

⁷³ Entrevista concedida à autora em 3/3/2015.

O *JP*, como costumou frisar seus construtores, constituiu-se num jornal popular. Pensamos que este viés popular do periódico maranhense é perceptível devido, particularmente, a seu preço baixo, a seu principal público (o maranhense de baixa renda) e as suas estratégias de construção das notícias, marcadas muitas vezes pela oralidade/vocabulário pouco convencional, de fácil entendimento, e pela exploração dos chamados *fait divers* e dos aspectos sensacionalistas das informações.

Os repórteres do *Jornal Pequeno* constantemente fizeram uso de um tipo de linguagem chamada por Angrimani (1995) de *clichê*. A *linguagem clichê*, característica de veículos que exploram o sensacionalismo, é aquela que se utiliza de recursos linguísticos que provocam uma aproximação entre o leitor e a mensagem emitida pelo jornal; é uma linguagem simplificada, informal, cujo intuito é provocar diferentes emoções no público leitor, diferenciando-se, portanto, daquela “linguagem neutra, objetiva, que permite um distanciamento, um não envolvimento entre o público e a mensagem informativa” (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 108).

Os *fait divers*, por sua vez, são compreendidos como qualquer acontecimento que rompa a ordem natural das coisas, rompa com as normas que regem as relações fundamentais entre os homens e também entre estes e a natureza, abarcando notícias de diversos gêneros, como “pequenos escândalos, acidentes de carro, crimes terríveis, suicídios de amor, operários caindo do quinto andar, roubo a mão armada, chuvas torrenciais [...]” (LAROUSSE apud ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 25).

Nesse sentido,

No *fait divers*, as proteções da vida normal são rompidas pelo acidente, catástrofe, crime, paixão, ciúmes, sadismo. O universo do *fait divers* tem em comum com o imaginário (o sonho, o romance, o filme) o desejo de enfrentar a ordem das coisas, violar os tabus, levar ao limite a lógica das paixões (MORIN apud ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 26).

São, portanto, fatos que reportam a elementos fundamentais do universo humano, como a vida, a morte, a natureza humana e o destino. Além disso, os *fait divers* são uma informação circunstancial, situando-se, assim, fora do contexto histórico, são, por isso, “histórias que não remetem a nenhum lugar além delas próprias” (AMARAL, 2006, p. 6).

O sensacionalismo vai tornar justamente o insólito, o grotesco, a extravagância dos *fait divers* um de seus principais ingredientes. Considerado uma forma de expressão jornalística, o sensacionalismo, como o termo supõe, está ligado ao *sensacional*:

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom espalhafatoso [...] que superdimensiona o fato [...]. A edição do produto sensacionalista é pouco convencional, escandalosa mesmo [...] a linguagem sensacionalista não admite distanciamento, nem a proteção da neutralidade. É uma linguagem que obriga o leitor a se envolver emocionalmente com o texto [...] (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 16).

Na perspectiva de Angrimani (1995), que nas suas análises se utiliza fundamentalmente de teorias psicanalistas, quando um veículo de comunicação faz uso do sensacionalismo, a principal intenção da notícia não é informar, mas causar sensações nos leitores, explorando suas fantasias, desejos, sentimentos e instintos reprimidos. Por isso, o trinômio “escândalo-sexo-sangue” seria amplamente explorado por um veículo visto como sensacionalista. Além disso, para este estudioso, “o sensacionalismo está intimamente ligado ao homicídio, à morte e ao sangue derramado”. Inclusive, o sangue representa simbolicamente este tipo de imprensa, falando-se no Brasil em jornal “espreme que sai sangue” quando se quer fazer referência a algum impresso sensacionalista (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 64).

De acordo com Angrimani (1995), outros temas também seriam bastante explorados pela chamada imprensa sensacionalista, tais como: sadomasoquismo, homossexualismo, canibalismo, incesto, pseudociência e a chamada “cascata” (reportagem fictícia, baseada em algum relato de comprovação improvável ou inventado na redação).

Para o atual editor-chefe do *JP*, L.B., o apelo popular do *Jornal Pequeno* decorria, sobretudo, do destaque dado às notícias envolvendo violência e criminalidade, cujo objetivo principal da direção do periódico era de ordem mercadológica, quer dizer, se buscava uma alta vendagem de edições diárias:

No Maranhão, todo mundo dizia que o *Jornal Pequeno* era “se espremer sai sangue”... E o povo tinha razão de dizer isso, porque você pegava a capa do *Jornal Pequeno*... Tinha muito sangue, muito cadáver, muita coisa... Muita manchete de polícia. E aquilo me incomodava um pouco, apesar de que foi por causa disso que o *Jornal Pequeno* sempre alcançou essa vendagem... Esse apelo popular era por causa da linha policial [...] Ele [*Jornal Pequeno*] se identificou muito ser um jornal popular por ter iniciado com o carro-chefe de, digamos assim, polícia. Matérias policiais e esporte são editoriais de muito apelo popular. Então, o *Jornal Pequeno* cresceu muito dando ênfase para essas duas editoriais, principalmente polícia [...]. E, com isso, consolidou essa vendagem alta, venda avulsa alta⁷⁴.

Devido a essas características, para L.B,

⁷⁴ Entrevista concedida à autora em 3/3/2015.

[O *Jornal Pequeno*] até um certo tempo utilizou muito [o sensacionalismo], mas depois de uma certa época, eu já via até nisso problema, porque além da questão “espremer sai sangue” – “Ah! Que o jornal é sensacionalista”, era isso, era aquilo... e na política também – [...] [Passei a tentar] encontrar uma manchete, assim, mais sóbria, mais séria⁷⁵.

De fato, o *Jornal Pequeno*, durante os anos que pesquisamos, de 1964 a 1985, explorou amplamente os *fait divers*, sobretudo, em sua primeira página, imprimindo apelos sensacionalistas através de títulos chocantes, impactantes e chamativos que exploravam aspectos insólitos, exóticos, grotescos das informações. Com isso, muitas vezes o jornal veiculou na primeira página de suas edições notícias de desastres (automobilísticos, aéreos, de trem), fenômenos da natureza, acontecimentos misteriosos e dramas individuais marcados pelo crime e a violência, como percebemos nas seguintes manchetes e títulos de notícias veiculadas na primeira página:

28 lares humildes destruídos pelo fogo (29 ago. 1964, p. 1);
 Mulher queimou o marido quando êste dormia (16 maio 1966, p. 1);
 Polícia às voltas com caso de infanticídio. Recém nascido dentro de uma bolsa preta (17 abr. 1967, p. 1);
 Mais de 150 mortos numa catástrofe aérea (18 mar. 1969, p. 1);
 Desastre na estação de trem (17 jul. 1970, p. 1);
 Mais de 30 mortos em desabamentos (12 ago. 1970, p. 1);
 Menino comido por urubu em lixeiro do Tirirical (4 abr. 1972, p. 1);
 Burro na pista causa desastre no Tirirical (15 ago. 1973, p. 1);
 Mãe e filha morrem afogadas na represa (10 jul. 1974, p. 1);
 Dois incêndios no Tirirical (2 out. 1974, p. 1);
 Crianças morrem e mãe fica louca (29 jan. 1976, p. 1);
 Estudante suicida-se por causa de amor (2 mar. 1976, p. 1);
 Menina morre enforcada no berço (3 jul. 1978, p. 1);
 Estuprou criança com um pedaço de madeira (29 maio 1979, p. 1);
 Seis assassinatos, um esmagamento e um vendaval (5 set. 1979, p. 1);
 Morre queimado o policial que tenta salvar tripulantes (23 abr. 1980, p. 1);
 Tragédia. 7 mortos de uma só família em pavoroso desastre (28 jun. 1981, p. 1);
 Descuido fatal! Menor cai num tanque e morre afogado (19 ago. 1982, p. 1);
 Bebê morre em uma fossa na vila Embratel (20 maio 1984, p. 1);
 Caminhão atropela e mata criança (13 fev. 1985, p. 1).

As reportagens que seguem esses títulos, assim como todas as demais nesse sentido, abordam a notícia visando o entretenimento, pois o fato não é relacionado ao ambiente natural, histórico, social, cultural, político e econômico em volta, o que faz com que o acontecimento fale por si mesmo. Pensamos que a intenção dos repórteres do *Jornal Pequeno* ao divulgar esses tipos de informações era atrair o leitor para um acontecimento apresentado como um “espetáculo”, “show” que buscava chocar, emocionar ou divertir. Isto porque “todas as matérias presentes num jornal que não têm o propósito de ampliar o

⁷⁵ Entrevista concedida à autora em 3/3/2015.

conhecimento das pessoas e ficam limitadas a contar histórias interessantes, insólitas e surpreendentes podem ser enquadradas como entretenimento” (AMARAL, 2006, p. 6).

Nesse sentido, recorrentemente encontrarmos no *JP* histórias de gente comum, transformadas em notícias que não trouxeram nenhuma informação de interesse público. Estas histórias ocuparam espaços significativos nas páginas do jornal, cujas narrativas, de forma frequente, apenas denotaram situações curiosas ou escandalosas. Foi o caso, por exemplo, de uma notícia intitulada “Mulher-homem operada no Hospital Geral”. A reportagem contou a história de Maria Ribeiro Veras, da cidade de Bacabal, que após quarenta anos escondendo sua situação de hermafroditismo, resolveu se submeter a um procedimento cirúrgico, assumindo a nova identidade de Mauro Ribeiro Veras (MULHER-HOMEM, 23 nov. 1968, p. 1). Manchete principal da primeira página, esta matéria interessava apenas àqueles diretamente envolvidos com a situação. Entretanto, notícias nesse sentido se repetiram ao longo dos anos. Como outro exemplo, citamos, ainda, uma reportagem que relatou uma cena de adultério, sob o título “Flagrante adultério no Maranhão Novo”. Além de abordar o acontecimento em tom de folhetim, o repórter também utilizou estratégias sensacionalistas na construção do texto e das fotografias. A matéria narrou a seguinte situação:

Ontem de madrugada, o rendez-vous Maranhão Novo foi palco de flagrante adultério. Os protagonistas principais foram o soldado da PM Pedro da Purificação Moreira – o marido traído – Maria de Lourdes Gonçalves Moreira e o carpinteiro José Raimundo dos Santos, este o conquistador [...] O esposo de Maria de Lourdes vinha [...] Desconfiado da conduta da esposa. Pedro [...] [e um amigo de profissão] combinaram investigar a conduta de Maria. [...] [Pedro inventou que iria viajar e] arrumou a maleta, meteu a beca, abraçou carinhosamente a esposa, beijou os quatro filhos e saiu. [...] [No entanto, Pedro e o amigo ficaram nas proximidades da casa]. Horas depois, a infiel esposa, com trajes granfinos e bem perfumada, saiu de casa, desfilando pelas ruas do bairro, onde reside, sem notar que estava sendo observada pelo soldado Purificação e seu fiel amigo [...] [Maria pegou um taxi, que parou no bairro do Tirirical, e se encontrou com José Raimundo] em frente ao rendez-vous: descoberto o Maranhão Novo! [...] Enquanto isso, Pedro da Purificação e seu amigo estavam na “moita” apreciando o romance. [...] [Minutos depois, Pedro e seu amigo arrombaram a porta do quarto, encontrando] o casal completamente despido em colóquios amorosos. Naquele momento, o corre-corre foi geral. Os flashes entraram em ação fotografando a cena do adultério [...] (FLAGRANTE, 21 ago. 1973, p. 6).

A reportagem busca envolver o leitor através de uma linguagem informal, marcada por gírias (“meteu a beca”, “trajes granfinos”, “moita”), que conta a história de pessoas comuns envolvidas numa situação delicada e embaraçosa. O jornal, na nossa interpretação, também se posiciona como uma instância moral que vitimiza Pedro, um pai de família que abraça “carinhosamente a esposa” e beija seus “quatro filhos”, rotulando Maria, em contrapartida, como uma “infidel esposa” que sai de casa “desfilando” e “perfumada” para

trair o marido. Na montagem de fotografias que acompanha a matéria, Maria é vista com os seios à mostra ao lado de José Raimundo, também despido. Ser exposta dessa forma, quase completamente nua, parece servir como uma punição moral para Maria em virtude da traição feita ao marido.

Além disso, o *JP* dedicou espaço nas suas páginas para a “cascata”. Em 1974, o jornal noticiou que “Disco raptou avião que ia pousar no aeroporto” (1 out. 1974, p. 3). Esta reportagem, que ocupou metade da página três, narrou “o desaparecimento misterioso de aviões” atribuído a discos voadores. Acontecimento este baseado em lendas populares, impossível de ser comprovado. Em 1971, uma reportagem também alegou absurdamente que “Jovem deu à luz a um sapo” (17 mar. 1971, p. 1). No quesito “cascata”, os dias 1º de abril, desde 1958, passaram a ser marcados no noticiário do *JP* por uma tradição criada por Ribamar Bogéa: a divulgação de alguma notícia inventada na redação do periódico, que, no dia seguinte, era revelada como sendo uma “brincadeira” do jornal com seus leitores.

Não obstante estas características sensacionalistas presentes em uma série de notícias veiculadas no *Jornal Pequeno*, este periódico reservou significativo espaço para a divulgação de matérias e artigos que discutiram assuntos diversos de forma reflexiva e contextualizada, inclusive aqueles relacionados à criminalidade e à violência. Os assuntos políticos, econômicos e culturais, mesmo que em alguns momentos tenham aparecido por meio de uma abordagem informal, escrachada e escandalosa, constantemente também receberam um tratamento sóbrio.

Cotidianamente as páginas do jornal informaram e/ou discutiram a política nacional imersa numa ditadura, as disputas políticas estaduais, a economia brasileira e maranhense com os seus altos e baixos, os eventos culturais e, em virtude da própria linha editorial adotada, debateram os problemas pelos quais passavam os grupos de baixa renda de São Luís e de outros municípios do Maranhão, como a grilagem (apropriação de terras através de meios fraudulentos), as desapropriações urbanas, o aumento dos preços dos alimentos e dos transportes coletivos, além das situações precárias dos bairros pobres da capital do estado.

O *Jornal Pequeno*, mantendo o seu caráter popular, era um jornal sensível ao debate de questões fundamentais que interferiam direta ou indiretamente na vida cotidiana dos maranhenses de um modo geral, constituindo-se, ainda, em espaço de denúncias e críticas constantes à violência e às arbitrariedades policiais. Em virtude disso, entendemos que as páginas do *JP* se constituíam num verdadeiro mosaico de informações, daquela mais fútil ou mesmo inútil até aquela séria, que prestava serviços à população.

Foi assim que, ao longo dos anos pesquisados, o *JP* buscou diversificar os conteúdos veiculados em suas páginas, o que ajudou, muito provavelmente, a ampliar seu universo de leitores ao longo dos anos. Já nos anos de 1960, surgiram alguns suplementos literários que ocupavam uma página inteira, como “A Peroba”, organizada inicialmente por Durval Paraíso, “Mensageiros da Trova”, dirigida por Carlos Cardoso, e a denominada “Página da Juventude”, organizada por Carlos Nina com o auxílio de Aldir Dantas, Joaquim Faray, João Alexandre Júnior e, posteriormente, Josilda Bogéa, dentre outros.

Nos anos 1970, surgiram também as páginas dedicadas principalmente à área do entretenimento, comentando os assuntos de televisão, rádio, cinema e teatro, como a “Diversões Públicas” – que teve diferentes organizadores – e a “Folha Pop” – dirigida por Jaqueline Campelo. Os suplementos “Página do Estudante” e “Página Universitária”, por sua vez, como os títulos sugerem, eram dedicados aos estudantes, trazendo resenhas literárias e testes de conhecimento. No que concerne ao debate de temas políticos, em 1973, surgiu a denominada “Página Política”, editada por Jersan Araújo, Othelino Filho, Luís Vasconcelos e Mário Coutinho.

Pensamos que essa maior diversificação de páginas temáticas foi possível também em virtude do aumento do número de páginas do periódico. Nos anos 1960, durante a semana, circulava com quatro páginas (às vezes, seis) e aos domingos, com oito ou doze. No transcorrer da década de 1970, houve um aumento do número de páginas – durante a semana circulava principalmente entre seis e oito páginas, chegando às doze aos domingos. No decorrer das três décadas abarcadas por esta pesquisa, ocorreu também uma multiplicação de colunas que abordavam os mais diferentes temas: esporte (“Coluna dos esportes”), entretenimento (“Ondas radiofônicas”), notícias diversas do Brasil e do mundo (“Notícias de interesse geral”), política (“Novidades políticas”), sociedade (“Destques”), dentre muitas outras.

As colunas que dialogavam diretamente com o ludovicense de baixa renda, que morava em bairros populares e/ou periféricos, pouco lembrados pela administração pública, tiveram espaço garantido nas páginas do jornal dos Bogéa ao longo dos vinte e um anos abarcados por nossa pesquisa. Dentre as muitas colunas, citamos: “Focalizando os bairros”, “Sociedade suburbana”, “Aconteceu no conjunto da Cohab”, “A cidade em revista”, “Estrilo dos Leitores”, “Coluna dos bairros”, além da página “JP nos bairros”, criada nos anos 1980. Estes tipos de colunas e de páginas reforçavam a característica do *JP* de “órgão das multidões”, de um jornal que buscava manter um forte vínculo com os mais pobres, na

tentativa de dar voz aos desfavorecidos economicamente, àqueles que, além de “maltratados”, não eram ouvidos pelos poderes públicos.

Esses aspectos que caracterizaram o *Jornal Pequeno* como um jornal popular foram importantes para a compreensão de determinadas representações que seus construtores de notícias produziram sobre violência e criminalidade em São Luís. Percebemos que foi significativa a exploração da linguagem coloquial (*linguagem clichê*), de elementos sensacionalistas e dos *fait divers* na construção do noticiário sobre acontecimentos criminosos e violentos no *JP* ao longo dos anos pesquisados.

Em outros momentos, no entanto, os responsáveis pela produção das notícias no *JP* se distanciaram de abordagens que desconsiderassem qualquer tipo de percepção analítica. Nesse sentido, os jornalistas também deram lugar a tentativas de contextualização dos problemas do crime e da violência, bem como cederam espaço, a exemplo do que acontecia no Brasil, a análises críticas e debates mais amplos que discutiram a questão da violência urbana como um problema nacional. A violência policial também foi abordada, de modo constante, por meio de um viés crítico.

4.3 Narrativas de violência e de crime no *Jornal Pequeno*

Na análise de representações de aspectos sobre violência e criminalidade presentes no *Jornal Pequeno*, tomamos por base alguns conceitos principais que nos orientaram na interpretação do conteúdo e das formas de produções das notícias do jornal maranhense em tela. Além da própria ideia de *representação* e das noções de *sensacionalismo* e *fait divers*, dois outros conceitos foram importantes para nossa análise: *estética da barbárie* e *fala do crime*.

Belarmino Cesar Guimarães da Costa (2002), estudando os conteúdos e as formas de produção jornalística na contemporaneidade, cunha a noção de *estética da barbárie*. Esta, de modo menos ou mais intenso, é inerente a todos os meios de comunicação e se caracteriza pela produção racional e superficial das informações, marcada pela exploração de elementos sensacionais e espetaculares, que, longe de levar ao “esclarecimento”, à compreensão da realidade, acaba por comprometer a inteligibilidade desta mesma realidade por parte do público (leitor, telespectador, etc.). Isto porque, os meios de comunicação, sobretudo em função do desenvolvimento das condições industriais de produção jornalística no decorrer do século XX, tendem a construir um enorme fluxo de notícias vistas como mercadorias e, por isso, caracterizadas pela padronização, fragmentação, serialização e hierarquização das

informações. Este processo acaba transformando as notícias em produtos que se tornam descartáveis muito rapidamente, interferindo, ainda, na compreensão crítica do real, uma vez que informações contingenciais suplantam análises críticas fundamentadas nas mediações histórico-sociais dos acontecimentos.

Para Belarmino Costa (2002, p. 6), a *estética da barbárie* se exterioriza nas manchetes e nos títulos “bombásticos”, na exclusão de temas socialmente necessários, na exploração do grotesco e do incomum, próprios da cobertura jornalística, e, por outro lado, “difunde-se imperceptivelmente nas técnicas de produção da notícia, em sua conformação aos meios de comunicação e suas linguagens”. Quer dizer, a hipótese principal do autor está na compreensão da *estética da barbárie* como um aspecto inerente tanto ao conteúdo da informação jornalística quanto à racionalidade intrínseca à produção do “artefato noticioso”.

No que concerne ao conteúdo, a *estética da barbárie* se caracteriza pela exploração e pelo enfoque de acontecimentos contingenciais, factuais, espetaculares, sensacionais e extraordinários, tendendo “a se diluir diante da reportagem e se acentuar nos *fait divers*” (COSTA, 2002, p. 148). Estas características levam, de modo frequente, na narrativa jornalística, a uma separação entre os detalhes dos fatos noticiosos e a realidade, na medida em que ocorre, por exemplo, “a subsunção do contexto histórico-social a um determinado momento cristalizado pelo espetáculo” (COSTA, 2002, p. 70). Em outras palavras, a *estética da barbárie* se manifesta quando as notícias tendem a

[...] descrever os acontecimentos pelo seu alto grau de espetacularidade, conduzindo a uma falta de descrição das suas causalidades [...] os detalhes dos fatos quase sempre resultam de descrições fenomênicas da realidade. Há uma absolutização do detalhe da informação jornalística, presa ao inesperado, grotesco, sensacional, comprometendo as informações de contexto [...] Os fluxos incessantes de informação esgotam-se na exposição do factual para despertar o interesse da audiência, mediante ilustrações, fotos, títulos inesperados (COSTA, 2002, p. 70-71).

Para Costa (2002, p. 170), estes conteúdos das notícias são indissociáveis de suas formas de produção. Assim, em relação às formas de produção das notícias, a *estética da barbárie* se faz presente nas seguintes técnicas e critérios: nos princípios de exclusão e seleção das notícias; na hierarquização dos acontecimentos; na padronização/esquematismos da narrativa (como a técnica do *lead*); na personalização dos fatos sociais; na produção serial das notícias; e na fragmentação do “fato noticioso” (seleção, montagem, edição).

Entendemos que as representações sobre violência e criminalidade produzidas no *JP*, e analisadas neste trabalho, manifestaram, em certa medida, a *estética da barbárie* nos termos em que foi pensada por Belarmino Costa (2002). Isto porque, os repórteres do *JP*

deram preferência por noticiar os acontecimentos criminosos e/ou violentos a partir de uma perspectiva que explora os aspectos dramáticos, factuais, sensacionais e contingências das informações. As abordagens contextuais, analíticas e críticas cederam lugar, de modo predominante, aos enfoques dramáticos e impactantes de acontecimentos particularizados, de histórias individuais e de fatos excepcionais que distinguiam os chamados *fait divers*. Além disso, as formas de produção dessas notícias no *JP* também se caracterizaram pela seleção, exclusão, padronização, hierarquização, personalização e fragmentação das informações, levando a uma construção previsível e simplificada do crime e da violência.

A noção de *fala do crime*, criada por Teresa Caldeira (2000) num estudo sobre criminalidade e segregação urbana na cidade de São Paulo em fins do século XX, foi outro conceito de que nos valem na análise do noticiário do *Jornal Pequeno*. Na nossa interpretação, as notícias sobre crimes produzidas pelos repórteres deste periódico também manifestaram o que Teresa Caldeira denominou de *fala do crime*. Esta, de modo geral, refere-se a “todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema” (CALDEIRA, 2000, p. 27).

Para Caldeira (2000, p. 33), o crime, especialmente o crime violento, “cria uma desordem na experiência vivida e provoca uma desestruturação do mundo, um rompimento”, gerando uma demanda por estratégias de (re)organização simbólica do cotidiano abalado pela irrupção do acontecimento criminoso. A *fala do crime* surge, assim, como estratégia que busca reestabelecer a ordem num mundo que parece ter se desestruturado e perdido o sentido; tenta “recriar um mapa estável para um mundo que foi abalado”, reorganizando-o simbolicamente (CALDEIRA, 2000, p. 28).

Emergindo em meio às mais variadas interações, a *fala do crime* é fragmentada e repetitiva; produz certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, que se repetem e tendem a (re)organizar a paisagem urbana, o espaço público e as interações sociais. Desse modo, a reordenação simbólica produzida pela *fala do crime* se expressa através da elaboração de categorias rígidas, traduzidas em estereótipos e pares de oposição oferecidos pelo universo do crime (*bem* contra o *mal*).

A *fala do crime*, portanto, elabora preconceitos, naturaliza a percepção de certos grupos como perigosos, divide o mundo entre bem e mal, além de criminalizar determinados grupos sociais. Nesse sentido, as explicações e interpretações que emergem das narrativas de crimes servem, em geral, não para descrever o mundo, mas para organizá-lo e classificá-lo simbolicamente a partir de uma perspectiva simplificadora da realidade narrada.

Pensamos que representações sobre acontecimentos criminosos e/ou violentos veiculadas no *JP* se constituíram em relatos que expressaram estratégias da *fala do crime* em tentar ordenar o universo da criminalidade e da violência em São Luís. Esta *fala* tendeu a construir interpretações e explicações que buscaram organizar, classificar e tornar inteligível o cotidiano do crime e da violência em São Luís. Neste intuito, os repórteres deste jornal se utilizaram de categorias simplificadoras da realidade narrada, que, frequentemente, acomodaram os agentes sociais em esquemas estereotipados. As narrativas, de modo fragmentado e repetitivo, recontaram acontecimentos e, ao fazerem isso, “reorganizam e dão novo significado não apenas às experiências individuais mas também ao contexto social no qual ocorreram” (CALDEIRA, 2000, p. 28).

A seguir, tomando por base caminhos de análise que dialogam com a operacionalização dos conceitos supracitados, buscamos destacar o que consideramos como os principais elementos que caracterizam determinadas representações de aspectos ligados à violência e à criminalidade produzidas no *Jornal Pequeno*.

4.3.1 Dramatização da violência/criminalidade e a construção de perfis de crimes e criminosos

O *Jornal Pequeno* dedicou amplo espaço às problemáticas da violência e da criminalidade ao longo de todo o período analisado. Acreditamos que esse amplo espaço dedicado a tais temas se deveu, principalmente, à linha popular do *JP* e sua respectiva valorização de uma abordagem que podemos chamar de sensacionalista dada a esse tipo de notícia.

Como o jornal não era organizado em editoriais, as notícias sobre violência e crime dividiram espaço, numa mesma página, com matérias sobre assuntos diversos, o que dava uma feição caótica ao jornal. Esse aspecto confuso na organização do noticiário era reforçado pelo excessivo uso de fios/filetes na separação das notícias, visando um maior aproveitamento das pequenas dimensões do jornal. O uso de forma exagerada de fios/filetes perdurou até o início dos anos 1970, quando o aumento do número de páginas permitiu que as notícias fossem separadas por um maior espaço entre elas. Entretanto, no final desta mesma década o aspecto caótico na disposição das notícias foi reforçado, sobretudo, na primeira página. Isto se deveu não mais ao excesso de fios/filetes, mas à exploração de muitas imagens acompanhando os textos, às várias chamadas para as páginas internas e aos diferentes tamanhos das letras dessas chamadas e dos títulos das reportagens de primeira página.

No entanto, apesar dessa aparente total desorganização das informações, é visível uma estratégia de hierarquização das informações através de diferentes tamanhos dados aos títulos das notícias; de imagens que acompanhavam o texto; e do tamanho do espaço que o texto ocupava numa página, ajudando o leitor a realizar um percurso visual pré-determinado pelos produtores das notícias no momento da escolha e da elaboração dos temas a serem veiculados nas páginas do impresso maranhense.

Nessa hierarquização, as notícias referentes a crimes ocuparam lugar de destaque, pois frequentemente apareceram na primeira página como manchetes principais e nas páginas internas também ocupando lugares de destaque. As imagens de cenas de violência foram amplamente exploradas pelo *JP*, mormente, a partir da década de 1980.

Além das reportagens, as colunas que trataram sobre crimes de uma forma geral, praticados em São Luís ou no interior do Estado, apareceram nas mais diferentes páginas, com tamanhos variados e nomes diversos (“Notas policiais”, “E olha as broncas!”, “Policiais”, “Ocorrências suburbanas”, etc.). Estas colunas, no entanto, não foram veiculadas diariamente pelo jornal, aparecendo apenas de forma esporádica. Os produtores das notícias no *Jornal Pequeno* deram preferência por tratar de questões dessa natureza em reportagens, explorando aspectos dramáticos de cada caso.

Nas colunas destinadas à cobertura dos problemas de criminalidade, a notícia era, em geral, descrita na forma de notas curtas e diretas, a título de simples informação, em que as ocorrências registradas pelos aparatos policiais eram as principais fontes utilizadas pelos profissionais responsáveis por sua elaboração. Em alguns momentos, as descrições ganharam contornos próprios, através da utilização da *linguagem clichê*, fugindo da simples descrição do boletim de ocorrência e imprimindo um aspecto popular à informação. O repórter construía, assim, uma nova notícia.

Notícias escritas em formas de notas curtas nem sempre eram veiculadas nestas colunas, aparecendo, constantemente, espalhadas, de forma avulsa, pelas páginas do jornal. Em alguns momentos, as informações trazidas eram descritas em tom divertido. Por exemplo, na notícia intitulada “Pancadaria em nome do amor” (12 jan. 1969, p. 1), o repórter policial, desde o título, aborda de forma informal e jocosa a briga que resultou em agressões físicas entre duas mulheres. O repórter narrou o episódio da seguinte forma:

Ciúme deu em *pancadaria* na manhã de ontem no João Paulo. Elisa Santos andou querendo tomar o companheiro de Euzamar de tal [...] quando a *traída* teve conhecimento do fato, *se passou* para sua rival para manter com esta um entendimento [...] Elisa ao se encontrar com sua “*sócia*” foi logo tratando-a com

modos rústicos, ocasião em que Euzamar deu-lhes violentos *tabefes* (PANCADARIA, 12 jan. 1969, p. 1, grifo nosso).

No caso das reportagens, predominou, no decorrer dos anos, a exploração dos acontecimentos criminosos e/ou violentos através da exposição dramática dos fatos ou mesmo a partir de uma perspectiva de *fait divers*, ao explorar a dimensão inusitada, extraordinária, espetacular ou grotesca do acontecimento. Esta prática ficou perceptível já na escolha de títulos chamativos e/ou impactantes de reportagens presentes logo na primeira página, tais como:

Bárbaro assassinato (11 jun.1964, p. 1);
 Crime Brutal no bairro do João Paulo (19 maio 1965, p. 1);
 Monstro espanca sua própria genitora (31 mar. 1969, p. 1);
 Assassinado quando tentava vingar o irmão (8 jan. 1970, p. 1);
 Cadáver mutilado na praia de São Marcos (20 out. 1971, p. 1);
 Vigia massacrado por dois eletricitistas (10 maio 1972, p. 1);
 Matou o amante com facada no coração (20 jan. 1973, p. 1);
 Mulher aplicou dez facadas na rival (7 ago. 1974, p. 1);
 Assassinada após o parto (24 set. 1974, p. 1);
 Mataram professor e violentaram a aluna (26 out. 1975, p. 1);
 Jovem manda matar o namorado que a abandonou (17 mar. 1976, p. 1);
 Assassinou a pauladas e tocou fogo no cadáver (7 ago. 1977, p. 1);
 Comerciante morto com cinco tiros (6 abr. 1978, p. 1);
 Ladrão mata comerciante com seis facadas (24 jun. 1979, p. 1);
 Senhora jogada da janela por assaltantes mascarados (15 abr. 1980, p. 1);
 Morte no Tibiri com 22 facadas (15 jul. 1980, p. 1);
 Torcedora do Sampaio morta com 16 facadas (2 nov. 1981, p. 1);
 Estudante não consegue amor e mata colega com 23 facadas (2 nov. 1981, p. 1);
 Jovem morto quando fazia amor com a namorada (19 jan. 1983, p. 1);
 Crueldade: mulher mata o marido tocando fogo enquanto ele dormia (8 abr. 1983, p. 1);
 Sexo, briga, facadas, tiros e morte na Camboa (3 jun. 1984, p. 1)⁷⁶.

Na elaboração dos textos das reportagens, percebemos, igualmente, o domínio de uma linguagem de fácil assimilação, marcada muitas vezes pela oralidade e/ou por gírias que, em geral, visava emocionar ou chocar o leitor, dando ênfase para os dados e detalhes factuais, contingências, impactantes e/ou extraordinários das informações. Como exemplo, transcrevemos, respectivamente, alguns trechos das matérias intituladas “Homicídio na Forquilha” (9 fev. 1971, p. 1) e “Bandidos assaltam e matam jovem a pauladas” (8 mar. 1981, p. 1), que apresentam o que consideramos como aspectos dramáticos da narrativa:

⁷⁶ Em virtude do grande número de notícias com títulos chamativos e/ou impactantes, escolhemos títulos que, na nossa interpretação, melhor exemplificassem as argumentações. Transcrevemos os títulos, nesta e nas citações seguintes, na ordem crescente dos anos.

Revoltante crime de homicídio registrou-se na noite de ontem na Forquilha. O homem que morreu era motorista e *no chão o seu corpo apresentava quinze peixeiradas*. Tratava-se de José Reis Fonseca – 29 anos, residente na Aurora. O criminoso, também motorista conhecido por Benevides [...]. José, acompanhado de sua esposa [...] estava em uma quitanda [...] Em dado momento chegou no local Benevides que *passou a atirar algumas pilhérias* para José. Este, por sua vez, chamou a atenção de Benevides [...] Após haver sido chamado à atenção, Benevides insultou José desafiando-o [para uma luta corporal que não foi aceita] [...] O criminoso [foi até sua casa] [...] retornando com uma *peixeira* [...] *Quando o criminoso se avistou com José foi logo sacando a peixeira. José já esfaqueado se ajoelhou pedindo ao seu agressor que não o matasse, pois tinha dois filhinhos para terminar de criar. Benevides* [...] não atendeu aos pedidos de José, *continuando a enfiar a faca* [...] *Notando sua vítima já morta, o criminoso virou o cadáver deixando-o de bruços e, em seguida aplicou outras peixeiradas. José ficou com o corpo cheio de sangue e o criminoso logo depois evadiu-se* [...] (HOMICÍDIO, 9 fev. 1971, p. 1, grifo nosso);

Três elementos desconhecidos assaltaram, massacraram e acabaram causando a morte do jovem vendedor ambulante Raimundo Nonato Diniz, 25 anos, solteiro, residente [...] [no] João Paulo. Ele faleceu às 2:00 horas da madrugada de ontem [...] depois de sido *vítima dos marginais*.

Raimundo [...] vendia produtos carnavalescos [...] e na terça havia arrecadado um bom dinheiro, pois passara o dia todo trabalhando na cidade. À noite, arrumou-se e saiu, dizendo que ia para uma festa. No Caratatiua, porém, *foi atacado pelos três bandidos, que, armados de pau, deferiram-lhe vários golpes e lhe tomaram uma bolsa com todo o dinheiro que ele havia ganho em um dia de muito trabalho. Praticado o crime, os perversos elementos fugiram*, tomando rumo ignorado (BANDIDOS, 8 mar. 1981, p. 1, grifo nosso).

Assim, observamos que, durante os anos pesquisados, a narração das reportagens sobre criminalidade em São Luís, baseava-se, essencialmente, em descrições factuais que, algumas vezes, pelo aspecto dramático e a riqueza de detalhes, davam certo caráter de entretenimento às notícias, explorando-se, deliberadamente, os sentimentos e as emoções tanto das pessoas envolvidas nos casos narrados quanto, e especialmente, do público leitor.

Pensamos, com isso, que, no *JP*, o crime e a violência eram expostos como produtos a serem consumidos pelos leitores, ou seja, como “mercadorias”, segundo a perspectiva de Marcondes Filho. Para este autor,

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isto a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo (MARCONDES FILHO 1989 apud COSTA, 2002, p. 154).

Baseando-se no pensamento marxista, Marcondes Filho (1989 apud COSTA, 2002, p. 154-155), apresenta aquelas que considera como características determinantes que possibilitam pensar a notícia como mercadoria, que são o seu *valor de uso* e o seu *valor de troca*. O primeiro se refere à capacidade da notícia de informar, mobilizar e entreter; enquanto o segundo, diz respeito aos elementos agregados à produção técnica e estilística, que

possibilitam formatar o conteúdo da mensagem com o intuito de causar impacto, isto é, os apelos estéticos, emocionais e sensacionais presentes em manchetes, fotos, planejamento visual e ritmo de exposição das notícias.

Desse modo, a exploração da violência e da criminalidade, no *JP*, era reforçada com as reproduções de fotografias de autores/acusados, vítimas e locais de crimes que acompanhavam as matérias, sobretudo de primeira e última páginas. Estas fotografias, carregadas de sentido, muitas vezes visavam chocar o público ao exporem corpos em seus piores ângulos, ou seja, corpos inertes, mortos, ensanguentados, feridos e/ou mutilados.

Neste contexto, no processo de construção e de difusão de representações sobre criminalidade e violência em São Luís, os repórteres tornaram visível, destacaram e suprimiram determinados acontecimentos presentes na cidade. Isto fez com que as notícias referentes a tais problemáticas, longe de abranger todos os casos de crimes e de atos violentos que ocorreram na capital do Maranhão, trouxessem uma realidade fragmentada, cuja presença nas páginas do periódico dependia, possivelmente, dos interesses dos construtores das notícias e da própria agilidade dos repórteres nos levantamentos das informações.

Os repórteres policiais do *Jornal Pequeno* acabaram revestindo suas notícias de aspectos cujo intuito, mais do que informar, era, muitas vezes, entreter. E, nesse processo, produziram um intenso fluxo de informações que, em contrapartida, se prenderam a uma lógica de padronização, repetição e serialização da produção das informações. Quer dizer, ao longo dos anos pesquisados, percebemos que o conteúdo e as formas de construir as notícias no *JP* se repetiram, denotando certa previsibilidade das informações sobre os fenômenos do crime e da violência, bem como uma superficialidade na exposição e na apreensão do real, baseada na construção de notícias que exploravam as sensações, os detalhes trágicos, os dados factuais e os dramas individuais.

Desse modo, apesar do elevado número de notícias relatando fatos criminosos (com o uso ou não de violência), entre 1964 e 1985, no *Jornal Pequeno*, os repórteres deste periódico tenderam a construir narrativas semelhantes, embora envolvessem pessoas, situações, locais e momentos diferentes. Além do destaque dado aos aspectos inusitados, sensacionais e dramáticos, os repórteres, geralmente, construíram reportagens divididas em partes, demarcadas por tópicos, que direcionavam os leitores para uma determinada visão dos fatos, (re)definindo a percepção dos acontecimentos.

Para percebermos como se dava essa construção das notícias que valorizava o acontecimento em si, e que se baseava, ainda, num processo de fragmentação e de montagem dos crimes narrados, transcrevemos a seguir três reportagens, divulgadas nos anos de 1965,

1975 e 1980, respectivamente. Nestas matérias, é possível identificarmos poucas variações nas narrativas:

TÍTULO: Soldado da Polícia Militar assassinou um verdureiro

Crime dos mais bárbaros registrou-se, ontem, por volta das 19,30 horas, no bairro do João Paulo, onde, por questões banais, foi assassinado a tiros de revólver o verdureiro José Cândido Lima [...]

DISCUSSÃO FATAL

O crime [...] ocorreu no interior de um boteco do sr. Hilton Garcez, na rua da Vitória. Falando à reportagem do Jornal Pequeno, referido senhor declarou ter ouvido apenas parte da discussão havida entre a *vítima* e o *criminoso* [...] Segundo Hilton Garcez, José Cândido gabava-se para Zuquinha de já ter sido também soldado de polícia [...] Zuquinha por seu turno passou também a contar suas aventuras. A discussão entre ambos tomou então aspecto bastante grave [...] *Em dado momento o soldado Zuquinha sem mais nem menos sacou de revolver que trazia consigo e apontou na direção de José Cândido efetuando dois disparos a queima roupa [...] Mortalmente ferido José Cândido [foi levado ao hospital] [...]*

FUGIU

O soldado Zuquinha, autor do crime [...] saiu correndo [...] tendo fugido posteriormente pela rua da Cerâmica [...]

PROVIDÊNCIAS

O Delegado Pedro Santos do 1º DP [...] e o dr. Raimundo Marques [...] tomaram as providências preliminares visando a captura do *criminoso* [...] José Cândido Lima deixa viuva [e filhos] [...] (SOLDADO, 5 out. 1965, p. 1, grifo nosso);

TÍTULO: Bárbaro assassinato

O bairro do Desterro, ontem, por volta das 4 horas da madrugada, foi *palco de mais um brutal assassinato*, tendo como *vítima* Eva Ferreira dos Santos (30 anos – solteira); e a autora do crime Izaura Ferreira (29 anos – desquitada [...])

EM FRENTE AO BAR

O crime de ontem ocorreu em frente ao Bar Vianense e foi praticado por motivos banais. A *vítima*, segundo afirmam algumas testemunhas, apresentava visíveis sinais de embriaguez alcoólica e provocou a homicida [...]

FACADA MORTAL

[...] Eva dos Santos chegou a empurrar Izaura, fazendo com que esta caísse do banco onde encontrava-se sentada. *Izaura*, ao se levantar, já estava *empunhado uma faca e, sem hesitar cravou um golpe no peito esquerdo da antagonista* [...] a vítima [faleceu no hospital] [...]

PRISÃO EM FLAGRANTE

Izaura Ferreira, após cometer o homicídio, tentou evadir-se, porém foi prêsa pelo PM João Cândido [...] A *criminoso* foi apresentada no 1º DP, tendo sido indiciada [...] autuada em flagrante [...] (BÁRBARO, 11 jan. 1975, p. 1, grifo nosso);

TÍTULO: Assassinato no J. Paulo

Mais um brutal homicídio vem de ser registrado na Salina do João Paulo [...] o crime foi cometido pelo ladrão Luis Carlos Monteiro Cardoso, popularmente conhecido como ‘Dentinho’ [...] Com quatro facadas, ‘Dentinho’ *tirou a vida do sapateiro Roberto Andrade Santos*, vulgo ‘Sapato’, 29 anos [...] O homicídio ocorreu anteontem na porta de uma quitanda, pertencente à senhora Miriam Ferreira [...]

DONA DA QUINTANDA ENTREVISTADA

Dona Miriam Ferreira, proprietária da quitanda onde a vítima estava bebendo, foi entrevistada por Jornal Pequeno e declarou: ‘O sapateiro estava tomando desde cedo aqui em casa. Por volta das 19,00 chegou ‘Dentinho e os *dois ficaram bebendo juntos* [...] *Passado alguns instantes eles saíram abraçados* [...] *Dois minutos*

depois, quando eu escutei foi o pessoal gritando que ‘Detinho’ deixasse de covardia e não matasse o sapateiro [...]

INVESTIGAÇÃO

[...] a reportagem fez um trabalho de investigação na Salina do João Paulo [...] Alguns populares acreditam que ‘Detinho’ tenha assassinado ‘Sapato’ para roubá-lo [...] Por outro lado, *peessoas ligadas ao sapateiro [...] não têm dúvidas que o homicídio foi praticado simplesmente por instinto de perversidade [...]* [Outros] que a vítima tenha tido alguma discussão anterior com o *lunfa criminoso*

FACA NOVA

Um jovem [falou que momentos antes, ‘Detinho’ lhe mostrou uma faca nova] [...]

CIGARRO E FUGA

Apurou-se que após o delito [o acusado comprou um cigarro] [...] e, em seguida evadiu-se [...]

POLÍCIA

Somente quando este fato chegou ao conhecimento da Polícia é que os agentes desceram em diligência para Salina. Porém, apesar das buscas, não obtiveram êxito [...] (ASSASSINATO, 18 nov. 1980, p. 1, grifo nosso).

Como podemos perceber nas reportagens acima, além da montagem das notícias em partes, capaz de racionalizar de modo simples o crime narrado, criando uma lógica facilmente identificável, os repórteres simplificaram os atos criminosos através da repetição de expressões e adjetivações para os crimes que resultaram em morte, como “crime brutal”, “brutal assassinato”, “brutal homicídio”. Foi comum os repórteres vincularem as ideias de barbaridade e brutalidade tanto ao crime em si quanto, por extensão, aos próprios criminosos. As pessoas envolvidas, quase sempre, também foram representadas, de um lado, como “criminoso/criminosa” e, de outro, como “vítima”, mesmo sem haver ainda um processo judicial encerrado.

Além disso, emergem dessas representações, crimes violentos que aconteceram em bairros populares e suburbanos, bem como entre pessoas pertencentes a um baixo nível econômico. Isto é, muitas vezes as pessoas apontadas como autoras de atos delituosos, quando identificadas, eram pertencentes às camadas menos abastadas da população de São Luís.

Nesse sentido, constantemente, segundo matérias sobre homicídios, lesões corporais dolosas, agressões de um modo geral, estes tipos de crimes ocorriam em locais periféricos de São Luís e tinham como personagens principais operários, trabalhadores braçais, sapateiros, verdureiros, garçons, engraxates, motoristas, etc., produzindo um perfil estereotipado dos crimes, dos criminosos e dos locais de incidência de crimes.

Quando o autor/acusado de algum assassinato pertencia às camadas mais abastadas da sociedade ludovicense, o fato recebia, grosso modo, ampla cobertura do jornal, como foi o caso do assassinato, em 1966, do empresário lusitano José Melo pelo seu sócio Fernando Arteiro. Este crime foi identificado nas reportagens do *JP* como o “Crime Do Caixão”, pelo fato de Arteiro ter colocado o corpo do sócio dentro de um caixão e enterrado

num sítio de um tio, este também conhecido nos círculos sociais de São Luís. Outro caso que gerou muitas reportagens foi o do assassinato, em 1976, da senhora Marina Freitas Canto pelo esposo, o engenheiro agrônomo César Canto, na “mansão” do casal. Entretanto, personagens como estes, abastados economicamente, pouco apareceram nas páginas policiais do jornal quando o assunto eram crimes violentos, tais como assassinatos e agressões entre casais.

Em 1980, baseando-se em levantamento feito em registros policiais da capital (nos quais se baseavam a maior parte das notícias produzidas no *JP*), um repórter afirmou de forma clara que, no caso de brigas entre casais, os principais envolvidos, em geral, eram pessoas humildes, residentes em locais suburbanos. No entanto, a esta afirmação não se seguiu uma problematização ou um questionamento que levasse ao entendimento do porquê desse tipo de violência registrada nos boletins de ocorrência envolver, predominantemente, pessoas pobres, moradoras de locais periféricos de São Luís. A reportagem ficou, portanto, no estereótipo:

Geralmente brigas entre casais que culminam com a queixa à Polícia ocorrem com gente humilde dos subúrbios, aparecendo no Livrão da Lei [livro de registro de boletins de ocorrência] como diz o nosso confrade Rui Dourado, de quando em vez, queixas de esposas agredidas por maridos, na maioria das vezes em consequência de bebedeiras e ciúmadadas.

Ontem, no entanto, os personagens da surruzada que acabou na Polícia, foi um casal de médicos, pessoas estimadas e de bom conceito na sociedade ludovicense [...] (ESPOSA, 6 set. 1980, p. 1, grifo nosso).

Notícias de agressões corporais, furtos, roubos, eram frequentemente veiculadas no jornal, tanto através das colunas especializadas quanto das reportagens. Entretanto, as notícias sobre homicídios (consumados ou tentados) e roubos seguidos de morte, mesmo sendo noticiadas naquelas colunas, possuíam espaços amplos principalmente em reportagens detalhadas, com títulos em destaque, provavelmente em virtude do apelo emocional que uma morte violenta causava (e causa) nas pessoas.

No caso de notícias sobre furtos e roubos, também percebemos uma construção de um perfil de criminoso e, conseqüentemente, de crime. Entre os anos de 1960 e 1970, o “ladrão” (ou suspeito) estava ligado constantemente ao furto ou ao roubo praticado nas ruas, em residências ou em estabelecimentos comerciais; era, em muitos momentos, conhecido da polícia e representado como uma figura “audaciosa” que “em plena luz do dia” atacava suas vítimas, arrancando-lhes o que conseguia de pertence material, ou que entrava às escondidas em residências, através de arrombamentos, furtando diferentes objetos. A representação do

indivíduo ligado a esses tipos de crime variava desde o “gatuno”, “lunfa”, “larápio” ao “marginal”, predominantemente do sexo masculino.

Em fins da década de 1970 e durante a primeira metade dos anos 1980, houve algumas poucas variações: o “ladrão” (ou suspeito) passou a ser identificado principalmente como “elemento”, “marginal” e/ou “bandido” e, muitas vezes, ligado a alguma “gang” que utilizava constantemente da violência para roubar transeuntes, carros, (“gang de puxadores”/“gang do pneu furado”), casais (“gang dos mascarados”), taxistas (“gang”/“bandidos da bandeira 2”), estabelecimentos comerciais (“gang dos supermercados”), dentre outros.

Apesar de na década de 1980 aparecerem com mais frequência, no jornal, grupos criminosos mais organizados, identificados como “gangs” / “quadrilhas”, o “ladrão” que “agia” sozinho ou mesmo em companhia de uma ou duas pessoas, furtando transeuntes “em plena luz do dia” e “arrombando” residências e estabelecimentos comerciais, continuou como presença constante nas páginas do *JP*. Podemos perceber essas inferências nos trechos das matérias a seguir:

O perigoso gatuno Lourival Vieira dos Santos, conhecido na crônica policial como “Jumentinho”, foi prêso por detetives do 2º Distrito, em virtude de haver furtado várias peças de veículos de um bar situado no bairro da Alemanha [...] O *larápio*, que reside na Salina do Lira, tem várias entradas na Seção de Roubos e Vigilâncias, da delegacia do 1º Distrito, onde era constantemente prêso [...] (“JUMENTINHO”, 20 mar. 1969, p. 1, grifo nosso);

Um assalto à plena luz do dia e na principal artéria comercial da cidade verificou-se a manhã de ontem, na Oswaldo Cruz [...] Do pulso e do pescoço de Maria da Conceição Vale [...] um desconhecido arrebatou um relógio e um cordão, desaparecendo em desabalada carreira (ASSALTO, 8 maio 1970, p. 1, grifo nosso);

O perigoso marginal José Ribamar Pereira, vulgarmente conhecido por *Paletó*, vem de ter sua prisão preventiva decretada [...] iniciou sua carreira de marginal no ano de 1970, tendo sido fichado na DRFD em dezembro daquele mesmo ano. De lá para cá, deu entrada dezenas de vezes em distritos da capital, totalizando mais de cem por práticas de roubos, furtos, arrombamentos e assaltos (JUIZ, 16 dez. 1972, p. 1, grifo nosso);

Os *marginais* que penetraram na casa da Sra. Maria Ferreira Silva [...] não dispensaram nem o Cristo de bronze que estava na parede. Os *larápios* agiram na residência de d. Maria ontem, pela madrugada, levando além do Cristo, várias jóias de ouro [...] O fato foi comunicado à Polícia, estando vários agentes [...] mobilizados para capturarem os *audaciosos gatunos* (ROUBO, 8 jan. 1974, p. 1, grifo nosso);

Agentes lotados na delegacia do 4º Distrito continuam à procura do *perigoso lunfa* “Cachorra Pelada” – residente [...] no São Francisco. O *meliante* foi acusado em roubo [...] na casa [...] pertencente ao sr. Felisberto [...] O delegado Hilton declarou que “Cachorra Pelada” será identificado criminalmente e processado, em face do grande número de furtos que ele cometeu [...] (POLÍCIA, 1 out. 1976, p. 6, grifo nosso);

A Polícia de São Luís deu um grande passo, ontem, para acabar de vez com a GANG de puxadores de carro que está agindo na cidade; foi preso um *perigoso puxador* [...] conhecido como “José Maça” residente [...] na Vila Vicente Fialho. A prisão de José Maça aconteceu [...] quando referido *elemento* estava num *volks* furtado [...] (POLÍCIA, 17 ago. 1978; p. 1, grifo nosso);

O motorista de taxi [...] Epitácio dos Santos foi assaltado, à madrugada de ontem, por 3 *bandidos* armados de peixeira. Para safar-se dos *marginais*, após ser atingido nas costas, o profissional do volante teve que se jogar do carro à altura do Sacavém [...] (MOTORISTA, 3 set. 1979, p. 1, grifo nosso);

Três *assaltantes da mais alta periculosidade* acabam de ser presos [...]. Trata-se de João de Jesus Sousa, mais conhecido como “Pé de Bicho” (residente no Tirirical); Antônio Gomes de Sousa, vulgo Toinho, morador [...] [do] Cruzeiro do Anil e Carlos Henrique Soares, mais conhecido como Buchudo. Os três, acompanhados de mais dois *elementos* – “Pelado” e “Zé Raimundo” – que a Polícia ainda não conseguiu prender, *praticaram vários assaltos em nossa capital* [...] (POLÍCIA, 20 ago. 1980, p. 1, grifo nosso).

Assim, essas representações, em certa medida, demonstram a construção de um perfil de caráter estereotipado, tanto do criminoso quanto do crime em si. São representações que ligam os crimes e a violência principalmente às populações mais desfavorecidas economicamente.

O “marginal” também foi, repetidas vezes, identificado como uma pessoa “perigosa” ou mesmo de “alta periculosidade” e que, quando indicada a residência, era, em geral, morador de locais suburbanos e periféricos da capital. Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007, p.63), ao estudar as tendências da cobertura de violência e criminalidade da imprensa brasileira ao longo do século XX, lembram que apregoar que, por exemplo, este ou aquele autor de algum crime é “perigoso”, os repórteres estão se apropriando de uma versão policial que pode ser motivada por interesses políticos ou corporativos.

Houve, ainda, determinados momentos em que os repórteres do *JP* simplesmente taxaram algumas pessoas como “ladrões”, sem nenhuma justificativa ou prova clara para isso, como por exemplo, quando foi noticiado, em fevereiro de 1982, a morte do “perigoso [...] assaltante e puxador de carros, José Carlos Magno, mais conhecido como ‘Carioca’”. Na notícia, o repórter disse que “inúmeros companheiros de ‘Carioca’ foram até a Rua José Sarney, no Bairro de Fátima”, onde acontecia o enterro e que, “visivelmente chocados com a morte do colega, alguns ladrões chegaram a dizer que ‘Carioca’ não reagiu quando recebeu ordem de prisão. Para eles, os policiais atiraram por perversidade mesmo” (MARGINAL, 27 fev. 1982, p. 6). Ou seja, o repórter simplesmente identificou como “ladrões” aqueles “companheiros” de “Carioca” que foram até o seu enterro, no Bairro de Fátima.

Em determinadas ocasiões, podemos perceber claramente a produção, pelos repórteres policiais do *JP*, de estigmas referente a lugares periféricos/suburbanos de São Luís.

Alguns destes lugares foram identificados como “perigosos” ou mesmo como “abrigador de marginais”, como percebemos nos trechos a seguir:

Na madrugada de ontem, o sr. Raimundo Nonato Carvalho [...] deixou o seu bairro para “desfilar” pelo *perigoso bairro do Destêrro* e consigo levava a importância de 100 cruzeiros [...] Antes do amanhecer [...] [apareceu um casal] e surrupiou o dinheiro [...] (ROUBO, 1 nov. 1971, p. 1, grifo nosso);

Verdadeiro corre-corre registrou-se, ontem, na *Salina do João Paulo*, o local mais abrigador de marginais de São Luís. Estiveram em cena dois grupos rivais naquela área: Carlito x Maninho [...] (DUELO, 21 dez. 1977, p. 1, grifo nosso);

O antigo bairro do Cavaco, hoje, Fátima está passando por uma transformação das piores. Parece que ali está a maloca dos piores bandidos da cidade, uma vez que quase todos os dias àquele recanto está nas colunas das crônicas policiais, com os piores crimes.

Na tarde de ontem, d. Joana [...] quando passava pelo Bairro de Fátima foi assaltada por três desconhecidos, os quais armados de faca, lhe agrediram, tomando-lhe um relógio [e dinheiro] [...] A vítima [...] esteve na Delegacia do 2º Distrito onde comunicou todo o ocorrido (ASSALTO, 21 jan. 1980, p. 4, grifo nosso);

Uma onda muito grande de roubos, arrombamentos e assaltos vem se registrando ultimamente na Vila Maranhão e no Maracanã, o que está deixando apavorada a população daqueles dois lugares [...] (BANDIDOS, 28 maio 1981, p. 1, grifo nosso);

Apesar da polícia civil dispor de uma de suas delegacias – 1º DP – próximo à rua 28 de Julho [identificada, à época, como Zona do Meretrício, lugar de muitos prostíbulos], local onde ultimamente se concentram marginais da mais alta periculosidade, continua a indiferença desses policiais [...] A situação afigura-se apreensiva em consequência do grande número de marginais postados ao lado dos bares, ou mesmo em seu interior, afastando sobremaneira qualquer pessoa de bem que queira desfrutar um pouco de prazer após as fadigas do seu cotidiano (FOCO, 3 abr. 1982, p. 3, grifo nosso).

Devemos atentar, contudo, que as notícias se baseavam principalmente em registros oficiais da polícia (boletins de ocorrência e inquéritos policiais). Os repórteres acabavam adotando, não raro, a versão oficial e os jargões policiais na elaboração das notícias.

De acordo com L.B., que foi repórter policial do *JP* nos anos de 1970, os repórteres diariamente consultavam os chamados “livrões da lei”, que continham os boletins de ocorrência⁷⁷. Posteriormente poderiam seguir para os hospitais e para o Instituto Médico Legal, onde complementavam as informações para a construção de reportagens. Segundo L.B.,

[...] as ocorrências diárias que você tinha já estavam todas ali [nos livros de registros policiais] [...] Chegava numa delegacia, olhava o livro ali, tinha a ocorrência de um

⁷⁷ Entrevista concedida à autora em 3/3/2015.

assassinato, você pegava os dados ali, se você quisesse só registrar, registrava, se você quisesse aprofundar você ia atrás [...] Eu usava o livro para me orientar. É natural que você pegue a ocorrência de um furto, você bota só um registrozinho, mas tem um crime [que não] [...] Eu ia no local [...] A gente teve muito episódio, assim, de dificuldade, porque chegava no local, a família muito abalada com o que tinha acontecido... Era uma dificuldade, você tinha que ficar ali como quem não quer nada [...] [Tinha que] ter habilidade... Ficar ali perguntando e tal [...] ⁷⁸.

Quando L.B. fala em “aprofundar” um registro policial, ele se refere à circunstância em que o repórter buscava, por conta própria, depoimentos de testemunhas, vítimas, autores/acusados de crimes, bem como consultava o local do acontecimento e conseguia fotografias das pessoas envolvidas com o fato, na tentativa de construir uma reportagem capaz de apontar detalhes do crime e responder perguntas imediatas, como: “Quais causas imediatas poderiam ter motivado determinado crime?” e não buscar responder mais profundas e contextualizadas no sentido de entender o crime e a violência em sua dimensão sócio-histórica. Outro ponto que o jornalista entrevistado deixa claro é que ficava a cargo do repórter tanto noticiar quanto dar destaque a determinado crime e continuar acompanhando o caso.

Desse modo, os repórteres policiais do *JP*, frequentemente, trouxeram nas matérias depoimentos de autoridades policiais e de pessoas que, de algum modo, se relacionavam com o crime noticiado, configurando também uma *heterogeneidade discursiva* nos textos das reportagens. Além de que era comum o acompanhamento das investigações, do andamento de inquéritos policiais e do julgamento de um crime que tivesse tido algum destaque no noticiário do jornal.

Segundo alguns dos nossos entrevistados, uma das principais intenções dos repórteres policiais (e dos jornalistas de um modo geral) do *Jornal Pequeno*, naquela época (1960 a 1980), era conseguir um “furo de reportagem”. Este se constituía em algo de extrema importância naqueles anos:

Hoje é porque você não vê mais isso nos repórteres, essa coisa de dar “furo”, de dar a notícia em primeira mão [...] Eu, quando trabalhava em polícia, era uma guerra [...] quando a gente dava um “furo” aqui [...] de manhã cedinho, eu já estava olhando tudo quanto era de jornal. Que os outros não davam? Ah... Era uma festa! Hoje não, hoje não tem isso. Essa competitividade [...] essa garra [...] os repórteres... Estão todos trocando informações. O que um dá, todo mundo dá junto [...] ⁷⁹.

⁷⁸ Entrevista concedida à autora em 11/3/2015.

⁷⁹ L.B. Entrevista concedida à autora em 3/3/2015.

[...] às vezes ele [Ribamar Bogéa] fechava... Teve coisa aqui que ele fechava 4h da manhã esperando um furo de reportagem que não seria dado nos outros jornais, que ele tinha pego⁸⁰.

A gente lutava muito por isso [furo de notícia] [...] [Hoje é difícil] você encontrar com exclusividade uma matéria importante. Todo mundo toma conhecimento rápido! Hoje, a dinâmica [...] Na comunicação é muito grande...[....] Naquela época, a gente ia atrás [...] o Bogéa instituiu uma vez lá... Um prêmio... Quem desse mais matéria que culminasse com a manchete principal do jornal durante um mês, ganhava um prêmio... E a matéria, que eu sabia, a matéria que ele mais se interessava era de polícia, porque o jornal, realmente, sempre... Agora que está mudando mais para política, mas antigamente era só polícia, que ele dizia “esprenha saía sangue”. Era só morte!⁸¹

Edmundo Campos Coelho (2005, p. 255-301), ao estudar sobre os problemas acarretados por conclusões baseadas em estatísticas oficiais de criminalidade urbana no Brasil, demonstra que se deve ter cuidado ao utilizar e analisar registros oficiais, pois estes sofrem múltiplas interferências. Para ele, as estatísticas oficiais básicas referem-se aos crimes registrados pela polícia (esclarecidos ou não) e às prisões efetuadas. Ambos refletiriam diferentes propensões das diversas camadas sociais em registrar queixas de certos tipos de crime ou em comunicar ocorrências criminosas de determinada natureza.

Segundo o sociólogo, ocorrências como furtos, roubos e agressões físicas graves tendem a, nas camadas de *status* socioeconômico mais alto, serem tratadas privativamente, sem o envolvimento da polícia. As estatísticas oficiais também refletiriam estereótipos construídos dentro da própria organização policial, pois esta teria nos indivíduos pobres os seus alvos por excelência de repressão, uma vez que essas pessoas são as que mais aparecem em registros oficiais, tornando-se, assim, “infratores contumazes das leis”. Todos esses elementos contribuiriam para a constituição de um fenômeno, a que o autor chama de “*marginalização da criminalidade*”, isto é, “[...] imputar a certas classes de comportamento probabilidades elevadas de que venham a ser realizadas pelo tipo de indivíduo socialmente marginalizado” (COELHO, 2005, p. 286). Este indivíduo marginalizado é entendido aqui como aquele que vive em situação de desemprego, subemprego ou pobreza.

Além disso, no que se refere às políticas de segurança pública, as notícias publicadas pelo *Jornal Pequeno* sobre tais ações adotadas pelas autoridades, referiram-se, frequentemente, a medidas relativas a aquisições de aparelhamentos técnicos e a um maior efetivo policial posto nas ruas, materializado em “blitz” e rondas. Estas, em geral, constituíram-se em operações que visaram prisões de suspeitos e/ou criminosos que já teriam

⁸⁰ A.C. Entrevista concedida à autora em 15/1/2015.

⁸¹ J.A. Entrevista concedida à autora em 7/3/2015.

sido “fichados” em delegacias de São Luís pela prática de algum tipo de crime. Neste ponto, é importante destacarmos que a partir do ano de 1970, as notícias relataram que algumas das operações ostensivas, realizadas em São Luís pelas polícias estaduais, levaram, dentre outros, os nomes de “Operação Limpeza”, “Operação Arrastão” e “Operação ‘pente-fino’”, que, como vimos no primeiro capítulo, referem-se aos mesmos nomes dados ao conjunto das famosas operações repressivas de busca, capturas e prisões em massa realizadas pelas polícias e Forças Armadas brasileiras contra os opositores do regime instalado em 1964.

Na interpretação dos policiais maranhenses, apropriadas pelos repórteres do *JP*, essas operações realizadas em São Luís visaram “limpar” a cidade não dos opositores políticos do regime, mas dos “marginais”, dos acusados/criminosos comuns. Estas atividades policiais foram vistas no *Jornal Pequeno* como medidas ou “campanha [...] de limpeza [...] que visa tranquilizar a sociedade dos marginais que infestam a Capital [maranhense]” (LADRÕES, 15 dez. 1972, p. 1). Constituíram-se em medidas que, em determinados momentos, pareceram autoritárias, resultando em prisões indiscriminadas de pessoas vistas pelas autoridades policiais como nocivas à “ordeira” sociedade ludovicense, como indivíduos que impediriam a manutenção da ordem pública. Foi o que percebemos nos seguintes trechos de notícias destacados:

Continuando a sua “operação limpeza”, o dr. Itamar Correia Lima, delegado do 2º Distrito Policial, no João Paulo, não tem dado tréguas aos egressos da lei, chefiando pessoalmente, a campanha, no setor de sua jurisdição até alta madrugada [...] Esperamos que o dr. Itamar prossiga na sua tarefa, punindo os “lunfas”, porque, assim, estará zelando pela segurança pública (FLAGRANTE, 10 fev. 1970, p. 1);

Tendo em vista a aproximação do carnaval, as autoridades policiais decidiram “limpar” a cidade, prendendo alguns dos mais perigosos assaltantes. [Há] três bastantes conhecidos [...] José Ribamar Santos (Peixe Pedra), Raimundo ou Reinaldo Galinheiro e Gilson Alves da Silva, também conhecido por baiano. Nas próximas horas deverão ser recolhidos à Central (TENDO, 4 fev. 1971, p. 1);

Delegado vai “limpar” a cidade [...] Quem for prêso durante este mês só será solto depois do Ano Nôvo. Estas são as palavras do Delegado Agostinho dos Santos, da Delegacia de Roubos, Furtos e Defraudações.

Aquela autoridade vem de pôr todos os seus auxiliares nas ruas da cidade com finalidade de fazer uma “limpeza” dos larápios que vivem intranquilizando a sociedade. Qualquer indivíduo que já tenha sido fichado naquela Delegacia ao ser encontrado na rua vai para o xilindró. Isto porque o Delegado [...] pretende com essas medidas evitar que uma alarmante onda de roubos se registre na Capital durante o período de Natal e Ano Novo (DELEGADO, 24 dez. 1972, p. 1);

“Arrastão” leva 90 marginais às grandes. Limpeza no carnaval.

Agentes da segurança pública continuam empenhados na “Operação Arrastão” e já recolheram ao xadrez do 1º Distrito Policial 90 pessoas. A polícia está interessada em fazer uma limpeza geral na cidade antes do carnaval tirando das ruas batedores de carteiras e outros marginais considerados de grande periculosidade [...] (“ARRASTÃO”, 28 fev. 1973, p. 8);

Operação Limpeza, dirigida pelo Delegado Luiz Moura, do 2º Distrito, terminou à madrugada passada com 33 prisões. Todas as pessoas presas e recolhidas as grades foram encontradas vadiando pela jurisdição do 2º DP, e a maioria delas sem documentos [...] (OPERAÇÃO, 6 abr. 1976, p. 1);

Uma patrulha da Polícia Militar prendeu [...] ontem 22 pessoas no Bairro do Desterro, por não portarem documentos de identidade [...] Esta operação da Polícia é uma medida preventiva para evitar crimes [...] O coronel Ryod, depois de praticamente limpar a cidade de indivíduos perigosos [...] tem efetuado blitz nas cidades da região de Pindaré [...] A operação “pente-fino” e a Roda Viva vão intensificar-se em diversas regiões do Estado no combate ao crime evitando homicídios e roubos (22 PRISÕES, 11 jan. 1976, p. 1);

Mais de 1500 homens nas ruas para limpar a cidade [...] Uma gigantesca operação com a participação das polícias Civil e Militar foi iniciada ontem à noite, entrando pela madrugada, com o objetivo de “limpar” a cidade. Organizada pelo Coordenador da Segurança Pública da capital, Cel. Florismar Almeida, a “Operação Arregaço” teve seu início às 23 horas, com mais de 1500 policiais se espalhando pela cidade, principalmente nos bairros de maior afluência de marginais, como João Paulo, Bairro de Fátima e Areinha [...] Todos os Delegados da Capital participaram da “Arregaço” [...] acompanhados dos respectivos escrivões, afim de organizarem as prisões e, se necessário, lavrarem flagrantes (POLÍCIA, 15 jul. 1979, p. 8);

Policiais da Delegacia de Furtos e Roubos continuam realizando a operação “Arrastão”, na tentativa de deixar a cidade limpa dos malandros. Ontem inúmeras prisões foram efetuadas em vários cantos da Ilha [...] (MAIS, 13 jul. 1982, p. 6).

No nosso entendimento, esses discursos de “limpar” a cidade, concebendo, desse modo, os suspeitos, acusados ou criminosos comuns como pessoas que contaminariam o ambiente urbano e intranquilizariam a população de São Luís, acabaram dialogando com discursos e medidas utilizadas num outro âmbito, o da repressão política, na medida em que esta, ainda em 1964, concebeu algumas de suas práticas repressivas como operações de “limpeza” das ruas, das repartições públicas, das instituições religiosas, através de capturas e prisões de pessoas consideradas subversivas e corruptas.

Representações neste sentido, construídas pelos repórteres do *JP*, transmitem a ideia de que os agentes criminosos poderiam facilmente ser isolados da sociedade através de medidas policiais, e, ainda, que a população ludovicense somente poderia ficar completamente segura por meio destas intervenções.

A partir do ano de 1976, constatamos que estes tipos de operações policiais ostensivas contra a criminalidade comum, feitas pelas polícias estaduais em São Luís, volta e meia, também começaram a ser alardeadas, no *Jornal Pequeno*, como operações de “guerra contra o crime”. Em alguns momentos, inclusive, estas notícias foram seguidas de outras que denunciaram arbitrariedades e violência policial. Por exemplo, em 1984, a operação “caça bandidos”, coordenada e deflagrada como “guerra contra os marginais” pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, foi criticada pelos repórteres do *JP*, pois, nesta operação,

“mais uma vez inúmeros inocentes esbarraram no xadrez, depois de passarem por um ‘festival de pancadaria’” (“OPERAÇÃO”, 8 abr. 1984, p. 1). Não obstante tais críticas, os repórteres, em notícias que relataram políticas de segurança pública, acabaram incorporando, na maioria das vezes, a concepção policial autoritária no enfrentamento do crime. Destacamos algumas destas notícias:

Título: Guerra contra o crime

Todos os dispositivos adotados para o combate ao crime estão montados pela Secretaria de Segurança Pública e Polícia Militar do Estado, devendo serem colocados em prática nas últimas horas.

A guerra contra os bandidos vai ser decretada. “Quem for podre que se quebre”, é a frase corrente nos corredores da Secretaria de Segurança Pública em torno do fato. “Assaltantes a mão armada, puxadores de veículos, arrombadores, batedores de carteira, donos de prostíbulo e outros infratores da lei que se cuidem, colocando a bagagem nas costas, para ir cantar em outra freguesia, porque não há mais vez para bandidos agirem em S. Luís como vêm fazendo”.

A declaração foi colhida à noite passada, na Secretaria de Segurança Pública que, dentre outros materiais a serem postos em prática, dispõe de cerca de duzentos homens devidamente aparelhados, bem como umas cinquenta viaturas para vasculhar todos os recantos da cidade na caça aos infratores (GUERRA, 2 out. 1976, p. 3);

Título: Mais lunfas nas grades

Continua a guerra contra marginais na Delegacia de Furtos, Roubos e Defraudações, onde [os policiais] [...] fazem um trabalho dos mais eficientes visando a deixar a população mais tranquila no que diz respeito aos lunfas.

Ontem sequenciando essa jornada de prisões, o delegado Macedo prendeu mais dois perigosos elementos que vinham agindo pela cidade [...] (MAIS, 28 abr. 1978, p. 10);

Título: Polícia decreta guerra aos bandidos

Por iniciativa do coordenador de polícia especializada, Cel. Lucas Ribeiro Neto, a Secretaria de Segurança resolveu decretar guerra aos marginais neste mês de agosto. Neste sentido, começou a ser posta em prática, desde anteontem, uma operação com o objetivo de limpar a cidade dos ladrões que andam agindo acintosamente. Anteontem [...] A tarde, algumas prisões já haviam sido efetuadas.

A operação será desenvolvida principalmente durante o dia, período de maior incidência de furtos na cidade (POLÍCIA, 7 ago. 1981, p. 10);

Título: Decretada guerra contra os marginais

Já em plena atividade novamente como titular da DRF [Delegacia de Furtos e Roubos] [após denúncias de violência policial nas dependências desta delegacia], Luís Moura deu prosseguimento a uma série de blitz que realiza com o objetivo de limpar a cidade dos marginais. No segundo dia da operação, o Dr. Moura já prendeu 7 ladrões [...] Com a prisão desses 7 elementos [...] e de muitos outros, casos de furtos ocorridos em São Luís serão esclarecidos (DECRETADA, 26 set. 1981, p. 1);

Título: Decretada guerra contra os marginais

Os delegados Luís Moura, do 1º Distrito, e Ribamar Pinheiro, da Furtos e Roubos, continuam prendendo marginais que se encontram agindo em São Luís, deixando a população intranquila. No último final de semana foram capturados inúmeros

bandidos [...] numa operação que durou várias horas por toda a cidade principalmente nas feiras do Coroadinho, João Paulo e Anjo da Guarda (DECRETADA, 10 maio 1983, p. 1);

Título: Guerra contra os marginais

[Foi realizada] uma gigantesca “operação caça bandidos” que durou mais de quatro horas, envolveu 150 policiais – entre civis e militares – 14 viaturas, e resultou na prisão de aproximadamente 80 pessoas, entre assaltantes, puxadores de carro, arrombadores, toxicômanos e até inocentes. A operação abrangeu todo o bairro da Liberdade e adjacências [...] Garantiu o secretário de segurança que blitz como essa de ontem serão feitas com frequência nos bairros a fim de acabar de uma vez com o auto índice de criminalidade na cidade [...] [Na] operação caça-bandidos [...] Inúmeros marginais perigosos foram capturados, sendo presa, também, muita gente inocente. O dr. Sipaúba [secretário de segurança], no entanto, teve o cuidado de ressaltar que tudo isso é necessário. “Eu acho que essa guerra contra os marginais é o que a sociedade está querendo há muito tempo. E todos esses elementos presos hoje estão incomunicáveis até amanhã, quando faremos uma triagem, através de investigações” [...] (GUERRA, 7 abr. 1984, p. 1).

Pensamos que, na análise destas representações, é necessário atentar para suas *condições de produção*, uma vez que se relacionam diretamente ao contexto histórico e político brasileiro em que elas foram produzidas. Afinal, essa ideia de “guerra contra o crime” começou a ser veiculada, no *Jornal Pequeno*, a partir da segunda metade da década de 1970, no período de abertura política, incorporando uma visão militarizada em relação à criminalidade comum.

Como vimos anteriormente, desde 1967, todas as polícias estaduais brasileiras sofreram um processo de reorganização e centralização nas mãos do governo militar, incorporando, nas academias de formação, uma concepção militarizada no tratamento tanto do crime convencional quanto do crime político ligado à subversão.

Além disso, de acordo com Pinheiro (1982, p. 66-67), foi justamente no período de abertura política que começou a se firmar essa noção de “guerra” contra a criminalidade comum. Para o cientista político brasileiro, este processo significou uma continuidade entre a repressão policial estrita de enfrentamento do crime comum e a violência policial político-repressiva de combate à subversão. Isto porque, a partir da transição política, na “guerra” contra o crime comum as polícias se comportam como se estivessem enfrentando um “inimigo interno” que precisa ser derrotado, o que denotaria uma adaptação da teoria de segurança nacional ao crime comum. Cenário este que facilitaria o surgimento de atitudes autoritárias, arbitrárias e ilegais por parte das forças de segurança.

Segundo Pinheiro (1983, p. 11-12), nesta postura militarizada,

[...] o confronto é incessantemente buscado porque se trata de uma guerra permanente contra o crime, na qual toda a conciliação com as “forças do mal” é

considerada como uma derrota [...] O problema se agrava intensamente quando essa concepção militarizada e violenta da ação policial, especialmente depois da irrupção da repressão política violenta, ter sido incorporada à polícia civil.

Neste contexto, encontramos um artigo divulgado no *Jornal Pequeno*, em março de 1976, e escrito por um dos colaboradores do periódico maranhense, que incorporou de forma clara, e em consonância com preceitos da DSN, a concepção do criminoso comum como um “inimigo interno” que deveria ser combatido a exemplo do que era feito com os “subversivos”. Em anos anteriores, o colaborador em questão havia escrito artigos que, de alguma forma, abordaram a temática da criminalidade, mas sem qualquer conotação ideológica ligada a noção de subversão; também escreveu artigos em que elogiou e concordou com medidas dos governos militares. No artigo que citamos em específico, intitulado “Repúdio contra crimes”, o colaborador escreveu:

A política dos políticos e a eficiência das Forças Armadas devem conjugar esforços para liquidar definitivamente os nossos inimigos, tanto os do campo da subversão como os do submundo dos crimes comuns. A posição do Ministro da Justiça, manifestada pelo titular da pasta Min. Armando Falcão, na convenção dos Secretários de Segurança em Brasília, é bem forte. É preciso repudiar o crime e liquidar o criminoso. A faixa de recuperação é menor do que o potencial para o crime. O sistema de segurança hoje só pode garantir a segurança social na medida em que anular os agentes sociais atuais. A segurança de vida de uma pessoa se anula diante da situação em que se encontra com o criminoso assaltante público ou daquele que invade sua casa para roubar com disposição para matar. Alfabetização, educação e trabalho são pré-requisitos para a integração social do cidadão. Ignorância e desemprego são pré-requisitos para o crime. Falta educação religiosa e formação moral. Na falta destas o campo fica aberto para a formação do mau caráter e para o despertar do instinto da maldade [...] O inimigo deve ser definitivamente liquidado, através do trabalho dos educadores, da orientação do Governo e da ação eficaz da polícia [...] (REPÚDIO, 12 mar. 1976, p. 3).

Entendemos, portanto, que tanto este artigo quanto as notícias sobre políticas de segurança pública que relataram operações policiais compreendidas como “guerra” reforçaram, direta ou indiretamente, a concepção do suspeito/criminoso comum como um “inimigo” que deveria ser derrotado. Os repórteres, ao divulgarem intervenções policiais também como “guerras”, apropriando-se do discurso policial, robusteceram a noção da existência de um território pacífico no qual o outro (isto é, o suspeito/criminoso) é um estranho perigoso e indesejado que, por isso, deve ser atacado e derrotado.

Nesse sentido, os estereótipos do suspeito, acusado ou criminoso, concebidos desde os anos de 1960, como “marginal”, “larápio”, “bandido”, a partir da década de 1970, foram complementados com essa concepção de “guerra”, que possibilitou uma construção de um perfil do criminoso comum também como um “inimigo” (o outro), que deveria ser

combatido. Essas representações acabaram sugerindo a existência de uma batalha permanente entre o “bem” (sociedade ordeira) *versus* o “mal” (criminoso), firmando-se uma divisão maniqueísta da população ludovicense através das narrativas sobre criminalidade.

Outro aspecto que percebemos nas notícias analisadas, e que pensamos que ajuda a reforçar estereótipos, refere-se àquilo que Belarmino Costa (2002, p. 137-145) denomina de *personificação dos acontecimentos históricos/fatos sociais*, que corresponde à tendência da imprensa em reduzir os grandes temas a referências pessoais, particularizadas. Em outras palavras, “tudo se passa como se fosse possível reduzir a complexidade dos fenômenos sociais aos conflitos entre as pessoas ou à ação particularizada das instituições”. Durante todo o período abarcado pela pesquisa, muitas vezes a criminalidade e a violência urbana representadas relacionaram-se a dramas particulares e personagens individuais, ligando o crime a nomes, apelidos e profissões. Esta característica ficou ainda mais evidente nos mais diversos títulos dados às notícias:

Carteiro baleado (4 ago. 1964 p. 1);
 Operário baleado no Tirirical (26 jan. 1965, p. 1);
 Moreira Filho esfaqueado (5 abr. 1966, p. 1);
 Carpinteiro assassinado no bairro do Matadouro (23 abr. 1967, p. 1);
 Periquito na Polícia (17 dez. 1968, p. 1);
 Nhô-Dé prêso (18 nov. 1970, p. 1);
 “Pão cheio” nas grades (28 maio 1972, p. 2);
 Arrombada a casa de Lindalva (6 jan. 1974, p. 1);
 “Gastão” volta às grades (8 abr. 1977, p. 4);
 Germano espanca a amante brutalmente (19 jun. 1979, p. 6);
 “Arraiá” participa de outro assalto (15 jul. 1980, p. 6);
 Enoc teve oito mil roubados no ônibus (9 fev. 1981, p. 1);
 Biro-biro atingido com dois balaços (11 set. 1982, p. 1);
 “Capeta” morto a faca por peixeiro na Camboa (7 maio 1984, p. 1)⁸².

Neste ponto, é interessante frisarmos que os repórteres, em alguns momentos, exploraram nomes, sobrenomes e apelidos de pessoas envolvidas com crimes como homônimos, o que é, segundo Angrimani (1995, p. 102), uma estratégia sensacionalista muito comum. Como exemplos, citamos as notícias intituladas “Sarney assaltado por quatro elementos” (17 jul. 1981, p. 1) e “Bispo abatido a faca na Madre Deus” (19 dez. 1980, p. 6). A primeira notícia não falava do conhecido ex-governador do Maranhão (e então senador) José Sarney, e sim do agente de trânsito Sarney Ferreira, aparentemente sem nenhum laço consanguíneo com o político maranhense; a segunda notícia também não remetia a nenhuma

⁸² Devido aos muitos títulos veiculados no *Jornal Pequeno* nesse sentido, escolhemos aleatoriamente os títulos citados.

figura religiosa, mas ao jovem Augusto Bispo Arouche, que de bispo parecia ter apenas o sobrenome.

No entanto, devemos destacar que, apesar de predominar nas reportagens as abordagens factuais e particularizadas, os repórteres do *Jornal Pequeno* contextualizaram em alguns momentos suas notícias, apontando para possíveis causas e soluções da ocorrência de certos tipos de crimes. Isto ocorria, sobretudo, quando a notícia girava em torno de furtos ou roubos dos mais diferentes tipos. Nestas ocasiões, os repórteres do *JP*, em geral, representaram estes tipos de crimes como um fenômeno em crescimento, que deixaria a população ludovicense em constante insegurança.

De tempos em tempos, noticiavam que, em São Luís, os crimes de furtos e roubos continuavam a acontecer diariamente, ou mesmo crescer, sem que medidas eficientes fossem tomadas. E, em consequência disso, em determinados momentos, colocavam que era necessária uma ação mais “enérgica” da polícia. Esse discurso, pelo que percebemos, ligava-se, por exemplo, às notícias de aumento do número de registros dessa natureza (a partir de conclusões feitas pelos próprios repórteres após a consulta dos boletins de ocorrência) ou a determinadas ocorrências específicas registradas em estabelecimentos policiais.

Em geral, estas notícias apontavam as dificuldades de gerência da segurança pública, vistas basicamente como deficiências na área do policiamento. Notamos que os repórteres acarretavam prioritariamente à falta de policiamento a responsabilidade tanto do suposto aumento no número de furtos e/ou roubos, quanto à própria existência desses crimes ou a irrupções de “ondas” de determinados atos delituosos. A indicação do aparecimento de “ondas” transmite a ideia de uma normalidade que é rompida, uma tranquilidade que, de repente, é perturbada pela ocorrência de crimes. O discurso se repetiu durante o transcorrer dos anos, como podemos observar nos trechos a seguir:

Moradores do Anil, alarmados ante uma onda de assaltos apelam para a Delegacia do 3º Distrito e esta declara incapaz de resolver tal problema, alegando não dispor de homens para as rondas noturnas.

Urge, portanto, que as autoridades tomem medidas acauteladoras, uma vez que a polícia e a audácia dos ladrões estão a trazer para aquele bairro consequência desagradáveis [...] (INTRANQUILIDADE, 24 jul. 1965, p. 5);

Vários assaltos têm ocorrido, nos últimos dias, em São Luís. Perigosos ladrões arrombaram as Lojas Rycer cujos roubos atingem a muitos milhões de cruzeiros. A cidade está à mercê de uma quadrilha de gatunos, que age nas caladas da noite, assaltando estabelecimentos comerciais, aproveitando-se da falta de policiamento em nossas ruas, o que facilita a sua ação criminosa [...] A Polícia precisa desbaratar essa rede de ladrões que põe em sobressalto S. Luís (PERIGOSOS, 11 out. 1967, p. 4);

S. Luís continua sem policiamento, o que facilita a ação dos malfeitores. Não se encontra depois das 22 horas nenhum policial nas ruas da cidade. O problema exige uma solução por parte dos responsáveis pela segurança da população. Os roubos e crimes se sucedem desafiando a ação a Polícia.

Os bairros vivem completamente despolicados, tornando-se palco de constantes violências e cenas de sangue, que não saem das manchetes dos jornais (CIDADE, 2 jul. 1968, p. 4);

A cidade foi tomada de pânico na manhã de ontem, com uma série de furtos ocorridos pela madrugada. Os pilantras aproveitando o falho policiamento entraram em ação, deixando muitos responsáveis pela ordem e a manutenção da ordem pública confusos, sem saber o que fazer [...] (ONDA, 12 de fev. 1969, p. 4);

Os roubos estão aumentando na cidade. Na jurisdição do 1 Distrito, os marginais agem diariamente [...] A Polícia precisa agir contra essa onda de roubos em nossa capital, que intranquiliza a população, exigindo enérgica ação dos responsáveis pelo setor de Roubos e Capturas da Secretaria de Segurança (LUNFAS, 10 maio 1970, p. 12);

Assombrosa onda de furtos alastra-se pela capital. Ninguém sabe como guardar seus bens, que de qualquer maneira são furtados. A polícia precisa colocar melhor dispositivos, pois assim não pode continuar [...] (NOVA, 13 nov. 1970, p. 8);

A onda de assaltos verificada nos últimos tempos em São Luís preocupa, a cada dia, a população enquanto os responsáveis pela segurança pública permanecem alheios ao problema.

Nos conjuntos residenciais, onde a presença da polícia não existe, os marginais atacam todas as noites tranquilamente [...] (TRIBUNA, 20 out. 1973, p. 2);

Os assaltos a mão armada e arrombamentos continuam se intensificando de modo assustador em nossa capital. Esse fato deixa transparecer que a nossa Polícia ainda não está aparelhada para combater o crime [...] (POLÍCIA, 5 set. 1976, p. 1);

É alarmante o índice de arrombamentos que vem ocorrendo em São Luís nos últimos dias, fato que deixa a população bastante intranquila [...] O Secretário de Segurança Pública precisa, urgentemente, chamar seus comandados, reunir e montar, que canse mais os agentes de rua e surta mais efeito [...] (ASSUSTADORA, 12 jun. 1979, p. 2);

Com a aproximação do período de carnaval, o policiamento mal feito e a inexistência do mesmo no período noturno, vem aumentando de maneira assustadora a onda de furtos e arrombamentos em nossa capital [...] (ONDA, 24 fev. 1981, p. 2);

A criminalidade está crescendo em São Luís, deixando a população apreensiva. O número de assaltos e crimes aumentam assustadoramente na capital maranhense.

A insegurança tornou-se um dos mais graves problemas com que se defronta a cidade, exigindo do governo medidas eficazes no seu combate [...] São Luís [...] não pode ficar exposta à sanha dos marginais.

O poder público tem os instrumentos de repressão ao crime e deve acioná-los [...] (A CRIMINALIDADE, 10 abr. 1984, p. 4).

Percebemos, portanto, que, em geral, os repórteres do periódico analisado colocaram a instituição policial como a principal responsável pelo provimento da tranquilidade da população. Os problemas de violência e criminalidade foram, muitas vezes, transformados, pelos produtores das notícias do *Jornal Pequeno*, em problemas/casos de polícia.

Em poucos momentos encontramos explicações, acerca de crimes praticados durante a noite, que a falta de uma melhor iluminação facilitava estes tipos de ocorrências. A impunidade também foi citada como um “estímulo aos crimes” quando os repórteres comentaram, por exemplo, sobre algum crime violento:

A impunidade sempre se constitui em um estímulo aos crimes. Se quem mata tivesse punição, outros procuravam refrear seu instinto perverso, porque sabiam que seriam castigados.

Mas alguém pratica um crime e os advogados de porta de xadrez o soltam, prejudicando a ação da polícia. Criminosos vivem misturados com a multidão, andando livremente pelas ruas da cidade, num desafio à Lei (IMPUNIDADE, 26 abr. 1970, p. 1);

A impunidade é um incentivo a criminosos contumazes e, assim, sem sofrer nenhuma punição, vão aumentando o seu rosário de crimes, com toda tranquilidade [...] (CRIMINOSO, 5 nov. 1971, p. 6);

[...] a falta de luz da cidade e a improvidência de um melhor esquema de segurança ostensivo-preventivo ocasionou uma verdadeira onda de roubos. São Luís, envolta na escuridão total ficou entregue à sanha dos meliantes que, com o escasso policiamento, puderam agir à vontade [...] (ONDA, 28 jan. 1971, p. 1);

A falta de luz pública, no bairro da Alemanha vem facilitando a onda de furtos que vem se verificando no bairro [...]. Na madrugada de ante ontem, a vítima o Sr. Raimundo Rodrigues Farias [...] levaram a importância de 217 cruzeiros [...] (LUNFAS, 16 mar. 1971, p. 2);

Várias ruas do Jardim São Cristovão situado no Tirirical vivem na escuridão. O lugar torna-se perigosos e está colocando em pânico os moradores do local [...]. Fala-se também que no Jardim São Cristovão que todas as lâmpadas existentes no Tirirical vão ser substituídas por lâmpadas de pequena capacidade. Se esse fato se registrar o número de crimes aumentarão (ESCURIDÃO, 26 jul. 1973, p. 4).

O crescimento populacional de São Luís também foi citado algumas poucas vezes entre as décadas de 1970 e 1980 como um fator condicionante da ocorrência de crimes. Por exemplo, no ano de 1982, num texto opinativo sem assinatura, o repórter afirmou que, além da ineficiência da polícia, o aumento populacional de São Luís explicaria a ocorrência constante de “assaltos” ocorridos na cidade, argumentando que:

Agrava-se a cada dia a situação da nossa gente em relação à segurança, não apenas individual como também de seus familiares. Assaltos em plena luz do dia verificam-se constantemente aos olhos impassíveis dos policiais, como também das vítimas, sem terem a quem recorrer, pois com a onda de crimes e impunidades, ninguém mais acredita em ninguém.

São assaltados postos de gasolina, casas comerciais e, ultimamente, até mesmo ônibus com passageiros e tudo. Estamos aos poucos chegando aos problemas dos grandes centros, o que não deixa de causar apreensão seríssima em nosso povo pacato e ordeiro [...] O governo João Castelo não foi bem sucedido neste setor de sua administração. Por outro lado, admite-se que tal situação seja decorrente da corrida desenfreada de gente de toda parte à nossa Ilha, causando o aumento crescente de nossa população [...] (PROBLEMAS, 1 maio 1982, p. 4).

Este texto liga a ocorrência constante de crimes, e o conseqüente sentimento de insegurança atribuído à população ludovicense, ao processo de intensificação do crescimento populacional da cidade de São Luís, na década de 1980. Processo este decorrente, principalmente, do êxodo rural e da implantação de grandes projetos industriais na capital que transformaram profundamente o cenário socioeconômico desta cidade.

Na realidade, São Luís vinha passando, desde fins da década de 1960, por um processo de crescimento vertiginoso de sua população urbana, depois de um longo período de quase estagnação (RIBEIRO JR., 2001, p. 86-87). Isto principalmente em virtude da migração de milhares de lavradores expulsos de suas posses via violentos conflitos agrários por latifundiários, grileiros e pela implantação de grandes projetos agropecuários, estes inseridos numa política autoritária nacional de integração e de crescimento das exportações, promovida pelos governos militares com o apoio dos governos estaduais e municipais (FEITOSA, 1998; GISTELINCK, 1988). E, justamente por ser o polo mais dinâmico do Maranhão, São Luís tendeu, entre os anos 1960/1970, a “atrair populações mais que qualquer outro núcleo urbano maranhense” (CALDEIRA 1978, p. 28-29).

Na década de 1980, a implantação de grandes projetos industriais – como o projeto de exploração de minérios na região amazônica, denominado “Programa Grande Carajás”, gerido pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e o projeto de extração de alumínio dirigido pela multinacional ALCOA, hoje, ALUMAR – intensificaram o processo de expansionismo demográfico de São Luís, atraindo, além dos pequenos agricultores expulsos do campo, muitos operários de diversos lugares do país (“*gente de toda parte*”) para trabalharem temporariamente na construção de grandes obras ligadas aos projetos. Tanto é assim que, no período de implantação dos projetos da ALCOA/ALUMAR e da CVRD, o contingente populacional da cidade praticamente duplicou, isto é, aumentou de 332.578 habitantes, em 1980, para 585.467, em 1985 (GISTELINCK, 1988, p. 32-33).

No entanto, embora este quadro de migração vertiginosa em direção à capital do Maranhão tenha induzido, através de incentivos governamentais, à construção de algumas grandes unidades habitacionais destinadas à população de baixa renda, a expansão demográfica de São Luís não foi devidamente acompanhada “pelo provimento de serviços básicos como educação, saúde, habitação e infraestrutura urbana básica” (PEREIRA, 2011, p. 104). Neste contexto, a maior parte deste contingente populacional se concentrou em aglomerações denominadas “favelas”, “palafitas” e “invasões”, fazendo proliferar ocupações irregulares de áreas urbanas em São Luís (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 66-67; GISTELINCK, 1988, p. 33).

Percebemos, assim, que, ao longo do período pesquisado, São Luís foi representada como uma cidade cujos habitantes viveriam assustados e intranquilos em virtude da constante prática de crimes ou mesmo do crescimento destes tipos de ocorrências. A ideia de uma cidade que já foi pacífica, ordeira, também permeou o imaginário dos produtores das notícias no *Jornal Pequeno*. O passado seria o tempo por excelência da paz, enquanto o presente seria marcado pelo caos, pela desordem, pelo crime e pela violência. Esta postura ficou perceptível nos trechos a seguir:

Operou-se nesta cidade [de São Luís], outrora pacata e ordeira, numa profunda modificação. E esta consiste na facilidade, na frequência com que, a imprensa está noticiando, quase que diariamente se vêm verificando os mais bárbaros atentados, a faca e a revólveres, contra pessoas, as mais das vezes tranquilas, inocentes e desarmadas [...] os bandidos de todo tipo estão ensanguentando a cidade, outrora tão ordeira e pacata [...] (RONDA, 7 abr. 1971, p. 5);

Hoje em dia as pessoas não têm mais aquela tranquilidade de antigamente pois, até mesmo no centro da cidade os criminosos andam agindo e deixando em polvorosa a população ludovicense (DOIS, 4 abr.1978, p. 4);

Não faz muito tempo, São Luís era uma cidade pacata, onde se podia andar sem medo de perder a bolsa ou a vida na primeira esquina. Hoje não se precisa sequer abrir os jornais para se saber dos carros roubados [...], dos crimes de estupro ou assassinatos, pois essas são as manchetes dos nossos matutinos. [...] Até onde iremos? [...] O certo é que São Luís precisa urgentemente de providências no sentido de dar ao povo maior segurança e uma paz que há muito se apagou da paisagem. (COISAS, 24 set. 1978, p. 11);

São Luís é uma cidade que vive a angústia do medo que sobressalta os seus cidadãos. Aqui já foi uma Ilha Ordeira e Tranquila. Nos dias atuais perdeu esse sossego, para entrar na onda do crime e da violência (OS LADRÕES, 6 mar. 1981, p. 3);

São Luís tradicionalmente pacata, hospitaleira e tranquila jamais viveu ao longo de sua história momentos mais dantescos, de suspense e pavor. A sua população está a um só tempo perplexa e revoltada contra a violência e a insegurança a que está sujeito o cidadão maranhense [...] (A PROPÓSITO, 20 abr. 1984, p. 7).

Geralmente, estas afirmativas de que o presente seria marcado pela violência e pelo crime eram feitas antes dos repórteres relatarem algum crime, principalmente, algum crime violento. Estes crimes justificariam e explicariam a caracterização do presente como um tempo caótico, violento.

Tais representações produziram uma história de São Luís baseada na problemática da criminalidade. A visão de um passado ordeiro, seguido de um presente caótico, marcado pela violência e pela insegurança, transmite a ideia de uma linearidade nas transformações da criminalidade em São Luís, em que o passado é sempre bom e o presente sempre ruim.

Yuri Costa (2005), ao analisar representações de violência no *Jornal Pequeno* durante a década de 1990, identifica estas mesmas características nas reportagens do periódico maranhense, denominando de “história ficcional de São Luís”, esta tendência dos jornalistas do *JP* em “criar uma história da cidade de São Luís do Maranhão tendo como pano de fundo o problema da criminalidade”. Para o historiador, o discurso tem bases ficcionais porque tais narrativas “nunca delimitam, e nem parecem ter essa delimitação como objetivo, de que época (‘ordeira’) está se falando” (COSTA, 2005, p. 118-119).

De fato, nas reportagens que identificamos este discurso, os repórteres não delimitaram com precisão qual época “tranquila” seria essa na qual imperou a ordem e a paz, limitando-se nos relatos apenas a apontar um tempo passado pacífico em oposição a um tempo presente de desordem, de “pavor” e de “medo”.

Segundo Teresa Caldeira (2000, p. 33), “esse uso do crime como divisor entre um tempo bom e outro ruim” se constitui num “recurso retórico” que “simplifica o mundo e a experiência”. Trata-se, portanto, de umas das tentativas da *fala do crime* de (re)organizar um ambiente social desorganizado pela experiência do crime. De acordo com a antropóloga,

Recurso retórico que dá dramaticidade à narrativa, a divisão entre antes e depois acaba reduzindo o mundo à oposição entre o bem e o mal, que é a oposição central que estrutura as reflexões sobre o crime. Ao fazer essa redução, as pessoas normalmente apresentam relatos simplistas e tendem a criar caricaturas: o antes acaba virando muito bom; o depois, muito ruim (CALDEIRA, 2000, p. 33).

Os relatos feitos pelos repórteres do *JP* que delimitaram o passado como tempo bom e o presente como ruim seguiram uma tendência predominante nas representações que analisamos, que foi construir narrativas simplistas e dramáticas sobre o âmbito da criminalidade em São Luís. Estes aspectos se fizeram presentes, sobretudo nas reportagens produzidas pelos repórteres policiais.

Apesar disso, percebemos que, desde a década de 1960, o *Jornal Pequeno* veiculou artigos que abordavam, mesmo que indiretamente, a temática da criminalidade contextualizando o tema por meio de uma análise crítica que, em algumas ocasiões, não se prenderam a casos específicos ocorridos em São Luís.

4.3.2 Debatendo sobre violência e criminalidade

Desde a segunda metade dos anos 1960, início do recorte temporal de nossa pesquisa, encontramos no *Jornal Pequeno* algum tipo de discussão versando sobre o problema da

criminalidade, inclusive, em alguns momentos, apontando possíveis causas e soluções. Até fins da década de 1970, este tipo de reflexão era raro, ocasionada por algum crime que tivesse ocorrido na capital ou no interior do Estado, bem como por alguma iniciativa pessoal de colaboradores e articulistas do periódico que optaram por abordar o assunto. Por exemplo, entre 1970 e 1972, o *JP* divulgou uma série de artigos curtos escritos por um assistente social que, ao discutir as tarefas deste tipo de profissional no âmbito dos problemas sociais e do “serviço social penitenciário”, abordou o problema da “delinquência” e do crime de um modo geral. Nas discussões feitas nesta série, o colaborador, a partir de um enfoque mais complexo, apontou como causas principais para a prática de crimes, além de influências psíquicas, fatores sociais, como deficiências no atendimento do que considerou necessidades básicas do ser humano: a educação, a instrução familiar e o trabalho.

Entre as décadas de 1960 e 1970, nos demais artigos veiculados no periódico maranhense que discutiram, de algum modo, tal assunto, observamos que as principais causas apontadas para a ocorrência de crimes foram: a pobreza; a falta de assistência ao “menor abandonado”; a impunidade, no sentido de ausência de punição; e as deficiências da instituição policial. Até então, constituía-se numa discussão isolada que, ocasionalmente, aparecia no jornal. Neste período de tempo, nas representações produzidas no *JP*, a questão do crime e da violência não apareceu como problema nacional, como algo que a população brasileira se preocupava de um modo geral, mas como algo discutido pontual e localmente.

Na virada dos anos 1980 e durante toda a primeira metade desta década, a criminalidade, em especial nos centros urbanos, começou a ser representada no *Jornal Pequeno* como um sério problema presente em todo o território brasileiro. Pensamos que esta mudança nas representações deve ser explicada pelo próprio contexto histórico. Afinal, a exemplo do que acontecia em todo o país, o periódico maranhense se transformou, nos anos 1980, num espaço de debate no qual se discutia as possíveis causas, medidas de proteção, de repressão e de soluções para o grave problema da violência urbana que assolava o país naquele momento.

Em 1979, o *JP* noticiou a existência de debates sobre violência no país, contrastando opiniões de diferentes personalidades públicas:

Prosseguem os debates em todo o país em torno dos atos de violência. Há no Brasil, ambiente favorável à pena de morte. O ministro Petrônio Portela acha que o cidadão não deve nem sequer ter uma arma em casa para defender sua integridade física e dos seus familiares, na hora dos assaltos. O Secretário de Segurança de São Paulo, Des. Otavio G. Junior [...] mesmo sem aprovar a pena de morte, discorda da tese do titular da Justiça achando que o cidadão tem o direito de se defender, dentro do seu

domicílio. O jurista Heleno Fragoso [...] acha que a pena de morte não resolve os problemas da criminalidade, atualmente cheio de raízes provocados pela própria Sociedade Brasileira (PROSSEGUEM, 17 dez. 1979, p. 1).

O jornal maranhense passou a divulgar opiniões das mais diferentes origens – leitores, políticos, sociólogos, psicólogos, líderes religiosos, entidades de classe, dentre outros. Algumas dessas opiniões foram de maranhenses, outras não, pois algumas delas foram transcritas de outros jornais brasileiros, como *Última Hora* e *Jornal do Brasil*, assim como de pessoas residentes em outros estados. De qualquer forma, a discussão da violência urbana se tornou constante nas páginas do periódico, ocupando espaços variados, de longos artigos, que exploraram o tema sob múltiplas perspectivas, a pequenas reportagens que se limitaram em expressar a opinião de alguma personalidade, pública ou não.

O destaque que foi dado ao tema da violência, no período, foi perceptível na própria alusão constante à palavra “violência” nos títulos de notas, reportagens e/ou artigos:

Violência e insegurança (26 jun. 1979, p. 7);
 Televisão e violência (22 ago. 1979, p. 7);
 Redução de empregos provoca escalada da violência no Brasil (1 abr. 1980, p. 3);
 Onda de crimes e violências (9 maio 1980, p. 6);
 Violência na televisão, um tema em debate (23 jun. 1980, p. 2);
 Secretaria da segurança debate violência (17 nov. 1980, p. 4);
 Escalada da violência (21 jan. 1981, p. 4);
 A violência no Brasil (9 fev. 1981, p. 2);
 A violência do meio social e criminalidade (18 fev. 1981, p. 3);
 Televisão: o efeito da violência (20 abr. 1981, p. 2);
 Violência, permissividade e ilegitimidade (1 jun. 1981, p. 3);
 Violência será debatida na Biblioteca Pública (21 jun. 1981, p. 6);
 A violência e a criminalidade em São Luís do Maranhão (29 jun. 1981, p. 6);
 Repúdio à violência (10 ago. 1981, p. 3);
 Impunidade faz aumentar violência (2 ago. 1982, p. 7);
 A violência rural-urbana (5 set. 1982, p. 2);
 A violência no Brasil (23 nov. 1983, p. 2);
 Violência urbana (28 nov. 1983, p. 2);
 Violência e insegurança (7 out. 1984, p. 6);
 Violência e democracia (29 out. 1984, p. 5);
 Violência urbana: pânico nas ruas (16 jun. 1984, p. 3).

Em virtude de terem sido múltiplos os participantes envolvidos no debate, as visões foram igualmente plurais, diferenciadas ou mesmo divergentes. Por isso, tornou-se impossível reduzir as opiniões divulgadas no *Jornal Pequeno* a uma só visão, a um só entendimento sobre a temática que, efetivamente, ganhara “corações e mentes” no Brasil.

Enquanto, por exemplo, algumas opiniões apoiaram formas violentas e privadas de combate e prevenção do crime, outras apostaram em formas menos radicais e humanitárias, dialogando, nas análises realizadas, inclusive com outros problemas sérios que atingiam o

país no período, como a inflação. Colocamos a seguir dois trechos de artigos que dialogaram entre si, escritos por dois leitores do *JP*, para exemplificar pontos de vista diferentes sobre a questão:

Quando um representante do povo chega a sugerir e a se mostrar a favor de um crime monstruoso [...] que é o extermínio de marginais, nós estamos perdidos em termos de representatividade.

A questão da marginalidade, não só no Brasil, mas em várias outras partes do mundo, é um problema tão complexo quanto a inflação, ou mais [...] O cidadão é uma vítima do marginal e este, por circunstâncias que todos conhecem, vítima do mundo, da miséria, da fome, da vida [...] Especificamente em termos de Brasil, as “soluções” como pena de morte e extermínio em massa não são soluções, mas problemas. Encostar um bandido na parede e querer fuzilá-lo é como querer acabar com a inflação congelando os preços nos supermercados [...] Matar o marginal não resolverá nada, mas se lhe matarem a fome muita coisa pode mudar (O MARGINAL, 27 jun.1980, p. 6);

Li no vosso jornal de domingo um artigo [...] sobre o que teria dito um deputado a propósito de eliminar marginais em massa. Penso que foi um descuido terminológico, pois ele [o deputado] bem sabe que nem todos os marginais tem a mesma periculosidade. Há ladrões e marginais de todos os tipos, alguns verdadeiros monstros, e outros apenas carentes ou indolentes. Quanto a esses menos perigosos, sem nenhuma pretensão de socialista, penso que a solução seria os poderes públicos criarem colônias autossuficientes que bem poderiam regenerar alguns deles [...] Quanto aqueles monstros que arrombam casas, estupram moças e senhoras, matando os maridos, levando tudo que encontram, perdão, amigo, a solução seria eliminá-los [...] Reintegrá-los na sociedade é um mito [...] A pena capital traria um efeito psicológico tão grande que talvez poucos continuassem na profissão sanguinária, assaltante [...] (A PROPÓSITO, 6 jul. 1980, p. 4).

Nesse sentido, pensamos que a principal característica da discussão da violência e da criminalidade como problema nacional expressa nas páginas do *JP* foi a complexidade. Isto porque as opiniões foram variadas e até divergentes, bem como a busca por causas e soluções passou, muitas vezes, por discussões menos simplistas. Nos dois fragmentos que destacamos a seguir, percebemos novamente esse atributo de complexidade presente na discussão que se desenvolvia:

Tema polêmico nos nossos dias, a violência ocupa hoje um dos primeiros lugares entre os problemas mais aflitivos dos últimos tempos. Não que seja ela fato inusitado, pois desde os tempos vem acometendo os mais diversos segmentos da sociedade. É que sua proliferação se processa em ritmo realmente assustador, como bem demonstram as diversas estatísticas realizadas em nosso país. As sugestões até aqui apresentadas por pessoas a quem se atribui a responsabilidade mais direta no combate a escalada do crime são as mais controversas [...]. Um problema não pode ser resolvido até que seja compreendido. Não há efetivamente fórmula clara que solucione o problema do crime. Mas apesar disso, a solução existe e metade dela é o reconhecimento do problema como ele é realmente [...] (A VIOLÊNCIA, 9 fev. 1981, p. 2);

[...] assiste o país [Brasil] a uma onda crescente de crimes das mais variadas espécies, com o seu cortejo de vítimas e propriedades saqueadas. O quadro é ainda

mais agravado pelo reconhecimento da inadequação dos meios de repressão à disposição do Estado e também em virtude do nosso obsoleto e moroso sistema judiciário [...]. É perfeitamente estéril tentar uma análise das causas e concausa da violência e conseqüente criminalidade [...]. A única coisa a estabelecer com clareza é que a violência e a criminalidade são geradas dentro da própria sociedade e, portanto, a solução envolverá necessariamente a presença da sociedade civil e não apenas a do Estado [...]. (A VIOLÊNCIA, 18 fev. 1981, p. 3).

Em muitos momentos, o tom das matérias e artigos alcançou níveis dramáticos. Por exemplo, em 1980, um leitor argumentou que a “escalada da violência” no país parecia se tratar de “uma verdadeira guerrilha, na qual as vítimas são sempre os cidadãos produtivos e/ou suas famílias. A continuar essa escalada, parece-me que, dentro de pouco tempo, estaremos vivendo um autêntico far-west”; ao final, o leitor concluiu que só restava “pedir ajuda divina para livrar-nos dos criminosos” (ESCALADA, 21 jan. 1981, p. 4). E em 1982, um colaborador do *JP*, ao comentar acerca de um debate sobre violência que ocorreu “na TVE [...] envolvendo sociólogos, psicanalistas, juristas, jornalistas, advogados”, chegou à conclusão dramática de que “a violência vai grassando de forma vertiginosa, atingindo o superlativo absoluto, fazendo com que tenha-se a impressão de que estamos no final dos tempos [...]”. No parágrafo final, questiona ceticamente: “Enquanto isto, caminhamos para o ano 2.000, será que alcançamos esta data?” (CAMINHAMOS, 22 jan. 1980, p. 4).

Além disso, o debate em torno do problema da violência, segundo notícias do *Jornal Pequeno*, parece ter se tornado uma preocupação nos anos 1980 para determinados grupos sociais em São Luís. Afinal, em 1981, o jornal noticiou que “Violência será debatida na Biblioteca Pública”. Esta iniciativa de debater a violência partiu do Instituto de Ciências Penais do Maranhão através de um seminário composto pelas seguintes conferências: “A Violência: causas, efeitos e combate. O Ministério Público em face do problema”; “Violência em São Luís – o que se faz para enfrentá-la? Qual o papel da imprensa?”; “O menor e a Violência”; “Ordem Jurídica e a Violência”; e “Imprensa e Violência” (VIOLÊNCIA, 21 jun. 1981, p. 6).

Em 1983, um grupo de empresários de São Luís, representados por suas respectivas entidades de classe, promoveu uma “campanha contra a violência urbana”. A iniciativa partiu da Associação Comercial do Maranhão e se justificava, segundo os criadores da campanha, pelo “crescimento da criminalidade [em São Luís e no resto do Maranhão] [...] sentindo-se [a população] intranquila e apreensiva com o elevado número de assaltos, roubos e homicídios [...]” (CAMPANHA, 2 ago. 1983, p. 6). Esta campanha tinha como objetivo buscar por causas, soluções e medidas de combate ao problema que conjugassem esforços tanto da sociedade civil maranhense quanto de autoridades do estado. Com este intuito, foi

formada uma comissão de empresários que formulou um documento do que seria “uma análise séria e conscienciosa de falta de segurança existente em S. Luís”, englobando sugestões de enfrentamento da criminalidade na capital maranhense. O documento foi entregue ao então governador do Maranhão, Luís Rocha (ASSOCIAÇÃO, 15 out. 1983, p. 2).

É interessante percebermos, ainda, que, no *Jornal Pequeno*, neste período de debates em todo o território nacional, em alguns momentos, o quadro de violência dos grandes centros urbanos do país chegou a ser relacionado com a situação da capital maranhense, como percebemos nos seguintes fragmentos destacados de algumas reportagens e artigos:

Não sabemos até que ponto chegará a audácia dos fora da lei, outrora famosos nos grandes centros [...] hoje estendendo-se pelos quadrantes de toda a Nação Brasileira sem que haja um ponto final ou pelo menos diminua em termos cronológicos. Aqui mesmo em São Luís não temos mais a quem apelar [...] O povo vive espantado pela falta de segurança e a espantosa onda de violência gerada dia a dia (FALTA, 12 maio 1979, p. 8);

Os assaltos a mão armada corriqueiros nos grandes centros do país, hoje já se torna comum em nossa cidade sem que acha por parte da polícia providências correlatas (CONTINUAM, 7 jul. 1981, p. 3);

[Há] um quadro de insegurança que atravessa o sanluisense. Nos dias atuais, poucas são as cidades brasileiras [...] [em que] não se verifica fatos semelhantes. Outrora, os assaltos a luz do dia ocorriam somente nos grandes centros urbanos. Hoje, entretanto, já se tornaram comuns em S.Luís tais fatos. Estamos num índice crescente de falta de segurança (S. LUÍS, 8 out. 1981, p. 3);

A crescente onda de violência e criminalidade que assola o país e, no Maranhão, já vai tomando proporções catastróficas, requer um movimento conjunto de todas as classes, no sentido de obter medidas severas e concretas, por parte das autoridades. Paira sobre a cidade [de São Luís] um clima de terror, em face dos acontecimentos diários de ataques de marginais, a todo instante e em toda parte, com roubos e assassinatos e a conseqüente produção de órfãos e viúvas (RECADO, 26 fev. 1984, p. 14).

Assim, naquele momento, São Luís passou a ser representada também como uma cidade que, em termos de crime e violência, não se distanciava tanto dos grandes centros urbanos do país, que, em alguns momentos na visão desses repórteres, seria o ambiente mais natural para o desenvolvimento dessas problemáticas.

Percebemos, portanto, que o *Jornal Pequeno* participou ativamente dos debates envolvendo essas temáticas do crime e da violência que se acaloraram na década de 1980 no Brasil, a partir do aumento dos índices oficiais de violência e criminalidade no país.

Além disso, neste debate, constantemente a ação policial, tanto aquela voltada para a prevenção e o enfrentamento do crime quanto aquela marcada pelo uso exagerado da

força física que caracteriza a violência policial, foi colocada como elemento que, dependendo do enfoque dado, colaboraria para o crescimento ou a diminuição da violência no Brasil ou mesmo no Maranhão.

Como os policiais maranhenses foram representados no *Jornal Pequeno* ao longo de todo o período de regime civil-militar no país é o principal objetivo do tópico seguinte.

4.3.3 Policiais maranhenses e suas ações: a problemática da violência policial

No que concerne à questão da ação policial, no *Jornal Pequeno*, ao longo de todo o período pesquisado, as polícias maranhenses, de forma predominante, foram representadas como instituições deficientes, corruptas e violentas no desempenho de suas funções. Apenas esporadicamente as polícias civil e militar (ou alguns de seus membros) que atuavam no estado foram vistas como instituições que trabalhavam corretamente e que buscavam por melhorias nos seus diferentes setores.

Nesse sentido, foi extenso o espaço dado, no periódico analisado, às notícias sobre crimes e violências perpetradas por autoridades policiais, bem como às opiniões de articulistas e colaboradores do matutino sobre esta problemática, contextualizando o tema.

Durante todo o período pesquisado, constantemente eram veiculadas no jornal notícias envolvendo ilegalidades, agressões, espancamentos e torturas praticadas por policiais. Neste ponto, a postura do *Jornal Pequeno* foi de críticas constantes à atuação das polícias maranhenses, não poupando severidade nas suas apreciações, que se referiram também à “falta de policiamento”, mas que recaíam, em diversos momentos, nas denúncias de violências praticadas pelas autoridades policiais no exercício de suas funções. Este tipo de notícia envolvendo violência policial preencheu repetidas vezes as páginas do periódico no transcorrer dos anos. Destacamos apenas alguns títulos:

Continua prevalecendo a Lei da Tortura na Delegacia Auxiliar (3 dez. 1964, p. 3);
 Espancamento na Central de Polícia (13 jul. 1965, p. 1);
 Tortura de presos na Delegacia Auxiliar (19 maio 1966, p. 3);
 Detento espancado na Central de Polícia (1 jun. 1967, p. 6);
 Jornaleiro foi preso e espancado na Polícia (9 jun. 1968, p. 4);
 Auxiliar de vigia foi vítima de torturas (17 nov. 1969, p. 1);
 Policiais espancam menor (26 jun. 1972, p. 1);
 Inocente vítima de tortura no Anil (6 maio 1975, p. 1);
 Brutalidade policial na Delegacia do Terceiro Distrito (22 set. 1977, p. 6);
 Polícia surra e prende estudante (8 set. 1978, p. 2);
 Policiais massacram indefeso operário (1 set. 1979, p. 1);
 Senhor de 53 anos torturado na Delegacia de Furtos e Roubos (11 set. 1981, p. 1);
 Publicitário e universitário são brutalmente presos e espancados por PM's (26 jun. 1982, p. 1);

Policiais acusados de arrancarem as unhas de mecânico (6 abr. 1983, p. 6)⁸³.

Como podemos perceber nos títulos acima, chamativos e impactantes tal qual a maioria dos títulos do jornal, as delegacias espalhadas pela cidade de São Luís foram apresentadas como palcos constantes de violência. Em diversas ocasiões, os repórteres narraram detalhadamente quais métodos violentos eram empregados contra presos comuns ou suspeitos de algum delito (sobretudo furto ou roubo), buscando destacar elementos que caracterizavam requintes de crueldade nas agressões físicas perpetradas por policiais. Segundo os relatos, eram muitas as práticas violentas utilizadas. Nas denúncias, a frieza e a crueldade dos policiais se destacaram.

Separámos, a seguir, algumas destas denúncias que evidenciaram o caráter rotineiro e atroz da prática policial no trato com os autores e suspeitos de crimes comuns, no Maranhão, especificamente na capital São Luís:

A Delegacia Auxiliar continua sendo palco de torturas físicas, revivendo os tempos medievais [...] Delegacia de Polícia não é campo de concentração e a pessoa humana, por mais humilde que seja, deve ser respeitada [...] Se alguém é prêso por suspeita de roubo sofre o diabo. É colocado de joelhos sobre caroços de milhos. Horas depois, alguns detetives [...] põem o detido em um monte de ladrilhos, com os pés sem tocar o chão e o pêso do corpo apoiado nos joelhos, sobre os caroços de milho. Em seguida, os policiais ameaçam o prêso com revólveres, a fim de arrancarem confissão. Às vezes, muitos desses suspeitos são inocentes e, no entanto, sob ameaça e coação, chegam a confessar roubos e crimes que não praticaram [...] As torturas de presos seguem pela noite a dentro [...] (TORTURA, 19 maio 1966, p. 3);

[...] Odino da Cruz Soares, 49 anos, lavrador e residente no lugar Maracanã [...] foi preso e espancado na Delegacia de Polícia do 3º Distrito, no bairro do Anil [...] Odino, despindo a camisa, mostrou [na sede do jornal] os ferimentos nas costas produzidos por espancamento a pau, para descobrir o paradeiro da importância de 8 mil cruzeiros [...] Odino [...] contou: – Levaram-me a presença de um senhor moreno [...] disse que não tinha dinheiro nenhum, e isto foi suficiente para que algemassem minhas mãos, amarrassem meus pés, e enfiassem um caibro de mangue, para em seguida me pendurarem, como se pendura um porco. Aí, o pau comeu. Apanhei até quando não quiseram mais [...] (INOCENTE, 6 maio 1975, p. 1);

O zelador [...] Pedro Câmara [...] foi torturado na Delegacia de Furtos para confessar um roubo que ele afirma não ter praticado. Ele recebeu 6 violentos golpes no estômago e algumas joelhadas nos testículos por um policial que o “investigou” na garagem daquela especializada, chegando a atirar todos os documentos da vítima no chão, extraviando alguns deles [...] (ZELADOR, 11 set. 1981, p. 6);

Três policiais sequestraram e torturaram no xadrez do 1º Distrito [...] o pintor José de Ribamar [...] sendo barbaramente espancado para que falasse sobre o roubo de uma D-10 [...] Levado algemado para o xadrez [...] o pintor recebeu vários chutes, pauladas e, inclusive, “escaldos”, tendo a cabeça enfiada por várias vezes em um balde cheio d’água, ficando quase sem fôlego. Apesar de todas as torturas, o jovem

⁸³ Escolhemos estes títulos por considerar que eles exemplificam, de forma clara, denúncias de violência policial.

negou do começo ao fim seu envolvimento no roubo [...] (POLICIAIS, 14 dez. 1982, p. 1);

Esteve na Redação deste jornal, Manoel Monteiro Costa, mecânico [...] para apresentar seu protesto em torno dos seguintes fatos: [...] fui procurado por uns dez policiais da Delegacia de Furtos. Fui espancado logo no início e levado preso para aquela delegacia [...] fui espancado diariamente e arrancaram minhas unhas para que eu descobrisse furtos. Em consequência das pauladas, fiquei seriamente doente [...] (POLICIAIS, 6 abr. 1983, p. 6).

Estas notícias evidenciaram que os detalhes das práticas violentas eram, na maioria dos casos, dados pelas próprias vítimas ou por seus familiares que se dirigiam à sede do *Jornal Pequeno* para realizar as acusações. Foi assim que este jornal, assumindo uma função social, se constituiu num grande balcão de denúncias vindas principalmente de pessoas pobres residentes na capital e que tinham neste periódico um instrumento no qual poderiam protestar contra a violência ilegítima praticada por policiais.

Pensamos que este enorme espaço dado pelo *JP* a tais denúncias se deveu principalmente à sua postura de se colocar como uma “tribuna popular”, como um “jornal a serviço do povo”, “dos humildes”, que, de alguma forma, se sentiam desamparados pelas autoridades governamentais; e por se colocar também como um matutino usado ao longo de sua existência “para bradar contra a violência policial e criticar, com veemência, os indivíduos que a praticam” (JP, 3 jul. 1979, p. 1). Assim, foi comum as denúncias serem precedidas ou seguidas de apelos para que tais práticas fossem coibidas, para que os policiais envolvidos fossem punidos e para que houvesse “respeito à pessoa humana”, sendo esta culpada ou inocente.

De acordo com as representações produzidas, os principais atingidos por este tipo de violência eram pessoas menos abastadas financeiramente. Afinal, possivelmente, seriam estes os que lotavam as delegacias da cidade, além de serem, como já destacamos, os alvos preferenciais dos preconceitos existentes no meio policial.

Desse modo, ainda no começo de 1964, um repórter denunciou que

Os presos que não têm nada o que oferecer aos policiais são espancados [...] Passam êles tôda sorte de vexames, na sala de tortura da Delegacia Auxiliar [...] Os detentos pobres [...] sofrem o diabo [...] Os réus ricos, que estão em condições de dar presentes a certos delegados e molhar a mão de alguns policiais, são protegidos [...] (CRIMES, 6 mar. 1964, p. 1).

Em 1968, após colher entrevistas com duas supostas vítimas de violência cometidas por alguns policiais, o repórter policial Eloy Cutrim acusava que “Essa polícia que aí está vive apegada aos velhos costumes de espancar os humildes, adotando métodos

medievais” (ESSA, 25 maio 1968, p. 1). Seguindo um raciocínio semelhante, no ano de 1973, um repórter disse: “Há poucos dias denunciei através desta folha a desumanidade de alguns policiais ao espancar brutalmente uma criança suspeita de furto [...] Certamente que a vida do pobre terá sempre que ser a mesma: ele será sempre amplamente mais castigado [...]” (FATOS, 2 out. 1973, p. 4).

Nesse sentido, os policiais maranhenses constantemente eram representados como indivíduos guiados por instintos violentos, especialmente contra aquelas pessoas advindas de setores pobres da população ludovicense. Chegaram a ser chamados de “carrascos”, “animais” e “monstros”.

Outro ponto que destacamos é o fato de que muitas das violências físicas cometidas por policiais contra presos comuns também eram precedidas, segundo as notícias, de prisões arbitrárias, isto é, sem o flagrante delito ou mandado judicial, como estabelecia a lei. Estas prisões ilegais, precedidas ou não de violência, foram algo comum no noticiário, ajudando a construir a imagem de uma polícia que, além de incompetente, corrupta e violenta, seria autoritária. Em alguns momentos, as arbitrariedades policiais já eram colocadas nos títulos das notícias:

Prisão arbitrária (21 jan. 1966, p. 4);
 Polícia prende e solta quando quer (29 maio 1968, p. 1);
 Delegado prende gregos e troianos (14 abr. 1973, p. 1);
 Polícia comete arbitrariedades (24 jun. 1976, p. 6);
 Policial arbitrário (24 abr. 1977, p. 1);
 Polícia prende indiscriminadamente (29 jan. 1981, p. 8);
 Prisão arbitrária no bairro João de Deus (13 set. 1982, p. 6).

No *Jornal Pequeno*, denunciou-se, ainda, a convivência de autoridades policiais superiores ou mesmo de alguns secretários de segurança com as violências e arbitrariedades cometidas por seus subordinados, uma vez que investigações e punições seriam raras. Por exemplo, em 1970, três advogados denunciaram, através de uma representação, publicada no periódico, o pouco interesse do então secretário de segurança, o Cel. do Exército, José Rodrigues Paiva, em investigar violências praticadas numa das delegacias da capital contra alguns presos. Narrando uma visita feita ao gabinete do secretário, os advogados alegaram que

[...] em plena atividade profissional, foram vitimados pela má educação formal e funcional do [...] Secretário de Segurança [...] quando investigavam espancamentos [...] Diante da afirmativa [de espancamento] de um dos presos [...] o Cel. Secretário, determinou em tom histérico e ameaçador que o referido tirasse a camisa [...] e, como não houvesse escarras ou cicatrizes, taxou os advogados de “mentirosos” e, de

modo brusco [...] expulsou-os de seu gabinete [...] os suplícios aplicados aos prêso foram os famosos “telefones”, tão a gôsto da Gestapo Maranhense. Não é essa a primeira denúncia formulada àquela autoridade [...] contra o sadismo dos policiais do 2º Distrito Policial [...] Os golpes desferidos pelos espancadores contra os prêso foram os famosos “telefones”, que não deixam vestígios externos, e sim, lesões auriculares de maior gravidade, o que o Secretário de Segurança, mercê de despreparo técnico desconhece [...] (REPRESENTAÇÃO, 1 abr. 1970, p. 5).

Alguns repórteres policiais do *Jornal Pequeno* também sofreram com agressões físicas ou prisões arbitrárias quando colhiam algum tipo de informação. Encontramos algumas notícias nesse sentido. Em 1967, ao querer fotografar um dos presos da Delegacia do 2º Distrito, localizada no bairro do João Paulo, o repórter Eloy Cutrim foi impedido de fazê-lo por um policial chamado apenas de Marinho. Como o repórter tirou uma foto do policial, este “mandou recolher Eloy Cutrim às grades, colocando o jornalista num cárcere imundo, incomunicável” (SUJEIRA, 13 set. 1967, p. 1). O jornalista foi solto após denúncias feitas pelos redatores do periódico ao secretário de segurança.

No ano seguinte, aconteceu uma situação semelhante envolvendo outro repórter, Bolivar Cruz, que foi detido “inexplicavelmente”, de acordo com o noticiário, quando colhia “notícias policiais no Primeiro Distrito”. Segundo a notícia, Bolivar

[...] quando quis sair [da delegacia] não abriram as portas ficando o mesmo detido por várias horas [sem saber o porquê] [...] Com a chegada do escrivão Afrodízio a situação não mudou [...] Procurou Afrodízio ainda humilhar o repórter afirmando no rosto palavras ríspidas e afirmando categórico: “aqui você não liga para ninguém” [...] (JORNALISTA, 21 dez. 1968, p. 1).

Bolivar também só foi liberado após determinação do secretário de segurança. Já no ano de 1980, o repórter-fotográfico do *JP*, Djalma Marques, foi agredido por um delegado quando “estava fazendo a reportagem de uma cena de sangue ocorrida na zona do meretrício”. O delegado da DOPS, Aldir Teixeira, agrediu com um soco no rosto o repórter, chamando-o ainda de “subversivo”. Ao final da reportagem, o periódico protestou “veementemente contra a atitude arbitrária do delegado da DOPS”, pedindo por punição (DELEGADO, 5 out. 1980, p. 1).

Conforme outras notícias que levantamos no periódico e algumas entrevistas que realizamos, os jornalistas do *Jornal Pequeno* também sofreram com coações e ameaças de policiais que se sentiram prejudicados com denúncias de corrupção, violência ou arbitrariedade policial, feitas no periódico entre os anos de 1960 e 1980.

O caso de maior repercussão na história do *Jornal Pequeno*, e igualmente emblemático na história do jornalismo maranhense, foi o assassinato em praça pública do

jornalista Othelino Nova Alves pelo ex-delegado da Polícia Civil José Maria Tupinambá Moscoso, em setembro de 1967. O assassinato de Othelino, à época redator-chefe do *Jornal Pequeno*, ocorreu cinco meses após a publicação, neste jornal, de denúncias de desvio de uísque contrabandeado e de extorsão feitas contra uma equipe de policiais civis, dirigida pelo então delegado Tupinambá Moscoso. De acordo com notícias do *JP*, as denúncias tiveram grande repercussão e induziram a abertura de inquérito por parte da Secretaria de Segurança do Estado para apurar os fatos. O inquérito concluiu a veracidade das denúncias feitas por Othelino, o que teria sido um dos motivos que levaram ao pedido de exoneração, por parte de Moscoso, do cargo público de delegado. Após estes acontecimentos, Moscoso acabou assasiando o jornalista.

Conhecido por suas críticas ácidas a lideranças políticas e por se dedicar à causa dos mais humildes, o próprio Othelino na sua coluna no *JP*, denominada “Na Liça”, tornou públicas ameaças destinadas a ele por parte de Moscoso em virtude das denúncias envolvendo o desvio de uísque. Além desta motivação oficial dada ao assassinato do jornalista, possíveis motivações políticas são até hoje levantadas, devido justamente ao caráter combativo de Othelino em relação a figuras políticas maranhenses.

Segundo os relatos dos jornalistas J.A., O.F. e C.S., foi comum, durante o período ditatorial, o recebimento de ameaças, algumas feitas por policiais, em virtude de determinadas matérias publicadas. Eles próprios receberam muitas ameaças, inclusive de morte. J.A. alega que as ameaças dirigidas a ele eram feitas através de telefonemas, afirmando categórico: “Ave Maria! Eu recebi muita ligação anônima!”. Ainda de acordo com este jornalista, escrever críticas à polícia era algo que incomodava bastante, e afirmar, por exemplo, que “[Determinado policial] torturou alguém [...] Isso incomodava demais!”. Segundo J.A.,

Quem ligou para Bogéa várias vezes dizendo que me mataria foi um policial civil contra o qual eu escrevi uma matéria mostrando que ele recebia propina de ladrão. Ele mandava os ladrões roubarem, quando, no final da tarde, pegava o dinheiro. Eu fotografei isso junto com o Itaporã Araújo⁸⁴.

A matéria a qual se refere J.A. foi publicada no *Jornal Pequeno* em julho de 1975 como uma reportagem investigativa intitulada “Repórteres constata corrupção na Polícia”. Obtendo depoimentos dos próprios autores dos roubos e furtos que, em seguida, eram extorquidos por policiais, a reportagem divulgou os nomes dos policiais civis envolvidos. E já no início da reportagem, J.A. colocou que “Os repórteres estão conscientes dos riscos que

⁸⁴ Entrevista concedida à autora em 7/3/2015.

correm desde o momento em que deram início a este trabalho jornalístico, que tem como objetivo maior colaborar com as autoridades em benefício da desprotegida sociedade ludovicense” (REPÓRTERES, 3 jul. 1975, p. 6).

De acordo com a narrativa de J.A., algum tempo após a publicação desta reportagem, Ribamar Bogéa pediu que o jornalista se afastasse do jornal, pois havia recebido muitas ameaças de morte contra ele. Segundo J.A., Bogéa, em virtude do clima de temor que existia na época, teria ficado com medo de que acontecesse o mesmo que havia acontecido com Othelino, afirmando que quando a situação “amornasse” o jornalista poderia retornar, o que aconteceu no começo dos anos 1980. Ainda, segundo o relato de J.A., a grande quantidade de ameaças que os jornalistas, inclusive ele, recebiam se dava pelo ambiente de autoritarismo gerado pela vigência do regime civil-militar, pois “na democracia isso é difícil de acontecer”⁸⁵.

O.F. também nos relatou que recebeu muitas ameaças, dentre estas “que [ele] amanheceria com a boca cheia de formiga, que era uma expressão muito usada na época”⁸⁶. Inclusive, encontramos entre as notícias levantadas no *JP*, a divulgação, por parte de O.F., de ameaças de morte que sofreu, publicadas numa coluna diária que escrevia para este periódico. As ameaças ocorreram poucos dias após o jornalista publicar críticas a três policiais militares que, segundo o artigo escrito por O.F., através do uso de palavras pornográficas, trataram mal a ele e ao seu colega Eloy Cutrim, apenas pelo fato de estarem os dois jornalistas impedindo a passagem dos referidos policiais na rua.

No artigo publicado no dia 31 de janeiro de 1970, intitulado “O túmulo do Cel. Sadock tremeu”, O.F. chamou os referidos policiais de “selvagens, parvos, covardes”, afirmando, ainda, que após os insultos, ele e Eloy permaneceram “cabisbaixos e silenciosos. Não por causa dos coices dos brutos, nem tão pouco temendo os espancamentos que viria, sem dúvidas, se nós os respondéssemos” (TRIBUNA, 31 jan. 1970, p. 2). Três dias depois, O. F. utilizou sua coluna para tornar públicas as ameaças a ele dirigidas: “[...] recebi na manhã de ontem, um recorte de um artigo de minha autoria, sob o título ‘O túmulo do Cel. Sadock tremeu’. Ligado ao artigo, o desenho de uma caveira e, sob o meu clichê, manchas de sangue, simbolizando um cadáver”. Apesar da coação, o jornalista mostrou-se destemido, afirmando “que o autor anônimo de tal gesto, nem desta, nem de outra forma, conseguirá afastar-me desta coluna” (TRIBUNA, 3 fev. 1970, p. 4).

⁸⁵ Entrevista concedida à autora em 7/3/2015.

⁸⁶ Entrevista concedida à autora em 10/5/2015.

C.S., por sua vez, também lembra que escrever no jornal críticas às polícias estaduais “era uma temeridade! [...] A gente fazia isso, a gente denunciava, denunciava delegado [...] Eu cheguei a denunciar... Diversas vezes, mas era uma coisa perigosa, muito, muito perigosa...”. Além disso, para o jornalista, uma imagem que ficou marcada nas suas lembranças da polícia do período foi a seguinte:

[...] A polícia parecia treinada para a repressão política, não para a repressão de crime... Porque qualquer festa em que as pessoas, jovens se reunissem para dançar [...] Eles chegavam armados de metralhadora para revistar, não tinha esse negócio de sentar numa boate hoje com a idade que você tem, dançando... E ficar lá com os seguranças, não... A polícia civil entrava com metralhadora, ia revistando todo mundo, era um negócio louco [...] Era normal em qualquer festa, uma festa de reggae, uma festa na praia, uma festa num clube, eles faziam isso tranquilo [...] Era a necessidade de dar... De mostrar para a juventude que havia um poder armado no comando do país... E isso acontecia muito porque, em geral, os comandantes das polícias militares nem eram membros da Polícia Militar, eram pessoas – você deve saber disso – indicadas, generais, tenentes, os oficiais, indicados pelo Exército... Então era essa coisa pavorosa, era essa coisa pavorosa...⁸⁷

Além dessas acusações de coações e violências policiais cometidas contra jornalistas e, sobretudo, contra suspeitos e autores de crimes comuns, a partir do final da década de 1970, o *Jornal Pequeno* se tornou espaço de denúncias de violências e arbitrariedades policiais cometidas contra políticos opositores ou pessoas ligadas a algum movimento social que se desenvolvia em São Luís. Notícias, artigos e notas nesse sentido reforçaram de forma dramática o caráter violento e arbitrário do policial maranhense, em virtude da ampla repercussão que se dava a tais fatos.

Até fins dos anos 1970, notícias relativas à violência policial em São Luís se referiram fundamentalmente a criminosos comuns. A partir de então, começaram a figurar, com certa frequência, notícias de espancamentos e torturas contra políticos e outras pessoas ligadas a algum movimento de reivindicação social. Devemos observar que isto aconteceu justamente num período em que os jornalistas do *JP* gozavam de maior liberdade de expressão, por meio do abrandamento da censura a qual foi submetido anos antes; e também num momento de reorganização e expansão dos movimentos sociais no Maranhão.

O fim dos anos 1970 e a década de 1980, no Maranhão, foram marcados pela mobilização da sociedade civil do Estado, através da multiplicação de diferentes bandeiras reivindicatórias, de caráter político e democrático, no campo e na cidade. Nas palavras de Arleth Borges (1998, p. 43),

⁸⁷ Entrevista concedida à autora em 17/4/2015.

Nos últimos anos da década de 70 e os primeiros da de 80, a dinâmica da política no Maranhão era marcada, no campo, pela explosão e violência dos conflitos fundiários e, na capital (...), o dinamismo político ficava por conta das mobilizações reivindicatórias e de caráter democrático, a exemplo do que acontecia nas grandes cidades do país.

Em São Luís, mobilizações de diversos tipos ganharam as ruas, desde as lutas mais gerais pela redemocratização até as reivindicações mais específicas, como: as lutas pela ocupação de terras urbanas; a reorganização do movimento estudantil que desembocou na Greve da Meia Passagem em 1979; o movimento contra o aumento do custo de vida; a atuação do Comitê Brasileiro pela Anistia, Seção Maranhão; a luta empreendida pelo “Comitê de Defesa da Ilha” contra a instalação da ALCOA/ALUMAR acusada de provocar diversos problemas ambientais e sociais; a ação de eventos/movimentos artísticos; a atuação da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, para citar os principais (BORGES, 1998, p. 42-102; COSTA, 1997, p. 11). Estas mobilizações democrático-populares costumaram receber apoio umas das outras, formando frentes de atuação política “que representavam a reunião de diversas entidades, movimentos ou lideranças políticas que se agrupavam todas elas em torno de reivindicações específicas ora de um ora de outro movimento” (BORGES, 1998, p. 46).

Foi neste cenário de efervescência político-social e cultural que notícias envolvendo policiais e participantes de movimentos reivindicatórios na capital do Maranhão vão se tornar mais comuns no *Jornal Pequeno*.

Neste contexto, a greve estudantil em favor da meia passagem, desencadeada por estudantes universitários e secundaristas de São Luís, no ano de 1979⁸⁸, foi amplamente coberta pelo *JP*, bem como a repressão policial que se seguiu a ela. Os estudantes também

⁸⁸ Considerada uma das maiores manifestações de massa ocorridas na cidade de São Luís no período de redemocratização, a Greve da Meia Passagem de 1979, como o nome supõe, visava à concessão do direito aos estudantes de São Luís à meia passagem nos transportes coletivos, direito este assegurado por lei desde 1957, que, no entanto, deixou de ser cumprida efetivamente a partir de 1965, quando a lei entrou em desuso. Organizada pelo movimento estudantil da capital, a greve foi deflagrada pelos estudantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no dia 14 de setembro de 1979. Logo em seguida, os universitários saíram em busca do apoio de outros estudantes. Isto após o prefeito Mauro Fecury sancionar o terceiro aumento do ano nas tarifas dos transportes coletivos da capital. Em ato público realizado no dia 17 de setembro, na praça Deodoro, os estudantes obtiveram apoio de um enorme contingente populacional que compareceu à praça em solidariedade à mobilização. No entanto, os manifestantes foram severamente reprimidos pelas forças policiais, com muitas pessoas presas e espancadas. No dia seguinte, 18 de setembro, o movimento continuou na praça Deodoro e foi, igualmente, reprimido. Como tentativa de esvaziar o movimento, o governo iniciou um processo de negociação com os estudantes. A essa altura, estes já contavam com o apoio da população em geral e de diversas entidades e movimentos que se solidarizaram com suas reivindicações e condenaram as ações policiais identificadas com o governo João Castelo. Com isso, sofrendo as pressões populares, no dia 22 de setembro, o governador autorizou o prefeito a reimplantar a meia passagem. No entanto, foi apenas no dia 28 de setembro de 1979 que o governo sancionou a meia passagem, que entrou em vigor no dia 1º de outubro. A partir de então, a greve foi considerada vitoriosa e oficialmente encerrada (BORGES, 1998, p. 47-76; MATIAS, 2004).

responderam a esta repressão de forma violenta, provocando o recuo, em determinados momentos, das forças policiais, além de causarem danos ao patrimônio público e particular.

Para caracterizar, por exemplo, a ação da polícia, no segundo dia após o primeiro grande ato público, ocorrido no dia 17 de setembro de 1979, que reuniu milhares de estudantes na praça Deodoro em favor da greve, a principal reportagem de capa informava que a “polícia [...] novamente reprimiu, ao seu modo, as manifestações. Prisões foram feitas, pessoas espancadas barbaramente, e até casos de baleados existiram”. A notícia destacou, ainda, casos de estudantes que, mesmo sem ligação com o movimento, foram espancados por policiais (GREVE, 19 set. 1979, p. 1).

Relacionado a este movimento, um dos casos de maior destaque no *JP* envolvendo violência policial foi a denúncia feita pelo vereador Hécio Silva (MDB) sobre policiais militares que teriam sequestrado e torturado, na “mata do Turu”, estudantes secundaristas, participantes da greve. Intitulada “Massacre policial: estudantes contam na polícia como foram torturados” (10 out. 1979, p. 1), a reportagem de capa sobre a denúncia narrou como teriam acontecido as torturas no Turu, a partir dos depoimentos do vereador e dos estudantes feitas ao delegado João Tupinambá, titular do Terceiro Distrito Policial. De acordo com a matéria, todos os estudantes deram versões coincidentes sobre os fatos, segundo as quais

[...] [os estudantes] apanharam quando foram arrastados pelos policiais, metidos em uma caçamba e levados para a mata do Turu, onde foram despídos e surrados de forma brutal, com requintes de maldades, sendo deixados nus, em estado deplorável, como o próprio exame [de corpo de delito] informa [...] As armas usadas para as torturas pelos policiais era cassetetes, cipós, cintos, punhos, aplicando socos em todas as partes do corpo de cada estudante [...] (MASSACRE, 10 out. 1979, p. 1).

Meses depois, após a divulgação do resultado do Inquérito Policial Militar aberto para apurar estas acusações, o qual concluiu pela “fragilidade das denúncias e pela inexistência de crime a punir”⁸⁹, o *JP* manifestou-se contrariamente à conclusão do IPM e, em editorial, indagou de forma retórica: “Quem no Maranhão teria dúvidas de que vários estudantes foram postos em uma caçamba e torturados nas matas do Turu por integrantes da Polícia Militar?”. A resposta, curta e direta, veio logo em seguida: “Ninguém.” (A SECOM, 30 jan. 1980, p. 1).

⁸⁹ Citação extraída de nota atribuída à Secretaria de Comunicação (SECOM), e publicada no *Jornal Pequeno*, através da qual se divulgou a conclusão do IPM responsável por investigar as denúncias do vereador Hécio Silva. À nota foi dado o título “Segundo o Relatório do Comando da PM: Vereador agiu como um irresponsável” (29 jan. 1980, p. 8).

Em 1980, encontramos outros casos de violência policial contra membros de movimentos sociais denunciados no *Jornal Pequeno*, entretanto sem qualquer ligação com o movimento grevista de 1979. Um destes casos referiu-se às acusações de torturas praticadas por membros da polícia política (DOPS) contra os jovens Júlio César Rego Guterres, Raimundo Plácido do Nascimento e Maria Joana Nunes, todos participantes do Movimento Contra a Carestia⁹⁰.

De acordo com a reportagem intitulada “Graves denúncias contra torturas de três estudantes na DOPS” (4 set. 1980, p. 6), baseadas em denúncias feitas pelo presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia, Seção Maranhão⁹¹, José Augusto Mochel, em documento dirigido ao secretário de segurança, os três jovens

[...] foram presos na manhã de 26 de agosto [...] e permaneceram 12 horas sob custódia na Delegacia de Ordem Política e Social [...] sofreram torturas físicas e psicológicas, como “anjinho” (apertar o dedo entre canetas), “plantar bananeira” (ficar de cabeça para baixo) e [...] ameaças, entre elas a de engolir tinta [...] (GRAVES, 4 set. 1980, p. 6).

Esta reportagem também afirmou que o denunciante das torturas, José Augusto Mochel, acreditava que o recém-empossado secretário de segurança não gostaria de macular sua gestão “permitindo que alguns subordinados cometam torturas a presos políticos ou comuns” (GRAVES, 4 set. 1980, p. 6).

Ainda em 1980, outro episódio teve uma enorme repercussão no periódico maranhense, movimentando igualmente a comunidade política do Estado, embora não estivesse ligado a nenhum movimento social. Foram as prisões arbitrárias, que teriam sido seguidas de espancamentos, do deputado estadual Haroldo Sabóia (PMDB), do ex-deputado federal Cid Carvalho, recém-egresso do exílio político, e do advogado Paulo Gomes Filho,

⁹⁰ Inserido no grupo dos acontecimentos que em 1978 e 1979 mobilizaram setores populares na busca por soluções para os problemas relativos ao alto custo de vida no país, o Movimento Contra a Carestia (MCC) surgiu em São Paulo, ampliando-se posteriormente para todo o país, contando com a participação de diferentes segmentos sociais. No Maranhão, o MCC foi lançado em maio de 1979 a partir da iniciativa de grupos da Igreja Católica e de grupos de jovens, sendo prontamente apoiado por outras entidades democráticas de São Luís. Tornou-se um movimento de longevidade e de forte atuação em muitos bairros populares da capital (BORGES, 1998, p. 81-82).

⁹¹ “O Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção Maranhão (CBA-MA) foi criado em 6 de março de 1979, na residência do advogado Reginaldo Teles, de imediato eleito presidente da entidade. Conforme orientação geral, o CBA-MA vinha em reforço ao movimento nacional que reivindicava anistia ampla, geral e irrestrita aos presos políticos e exilados do país pelos atos institucionais dos governos militares. Reivindicava também o abrandamento da Lei de Segurança Nacional e o retorno da autonomia do Congresso para proceder à anistia política. O CBA-MA logo se juntou à frente que reunia os movimentos democráticos, atuantes em São Luís, reforçando-os e sendo reforçado por eles [...] O advogado Reginaldo Telles (do PDT), o médico José Mochel e o jornalista Luiz Pedro (ambos do PCdoB, oficialmente filiados ao PMDB) compunham a coordenação do CBA-MA [...]” (BORGES, 1998, p. 100).

integrante da Comissão Organizadora Nacional do PDT, durante uma operação ostensiva de desarmamento, denominada “Operação Pente Fino”, realizada em São Luís e organizada em conjunto pela Polícia Militar e pela Polícia Civil do Estado.

De acordo com reportagens e artigos divulgados no *JP* sobre o assunto, o episódio de prisão ocorreu na madrugada do dia 29 de novembro de 1980, na cervejaria “Barril 81”, localizada no bairro São Francisco. Viaturas policiais teriam parado em frente ao bar e diversos policiais fortemente armados entraram no recinto e iniciaram um processo de revista que, segundo Cid Carvalho, se dava como se “em cada pessoa houvesse uma expectativa de bandido” (ABAIXO, 30 nov. 1980, p. 10).

Cid Carvalho, Haroldo Sabóia e Paulo Gomes Filho teriam se recusado a serem revistados, questionando a existência de mandado judicial para a realização da revista. Isto teria sido o suficiente para que os três fossem presos e levados para uma das delegacias da capital, aprisionados em celas comuns, com e como presos comuns. Na delegacia, segundo declarações de Cid Carvalho, os três atravessaram um longo corredor “cercado por policiais. Os de trás nos davam pontapés e socos nos rins, sorratamente. O clima policial era de ódio à resistência. Um oficial brada irritado: – A culpa é da Abertura!” (ABAIXO, 30 nov. 1980, p. 10).

Noutro texto, atribuído a Paulo Gomes Filho e publicado no *JP*, o advogado chamou a atenção para a prisão ilegal que sofreram, ao afirmar que “É um princípio elementar de direito que nenhum cidadão poderá ser preso, se não em flagrante ou por ordem judicial, no entanto [fomos][...] colocados num xadrez infecto [...]” (ADVOGADO, 6 dez. 1980, p. 5).

Para os três envolvidos no episódio, segundo publicações do *JP*, a resistência à revista e à prisão se transformou em resistência democrática contra os abusos do aparato policial sustentado pelo governo estadual e pelo regime militar. Assim, este acontecimento motivou a organização de uma “vigília cívica” na Assembleia Estadual, na qual parlamentares, tanto opositores quanto governistas, protestaram contra as prisões arbitrárias de Haroldo, Cid e Paulo, solicitando punições para os acusados. A secretaria de segurança abriu sindicância para apurar os fatos e reconheceu erros na operação policial, exonerando apenas um dos delegados dirigentes da “Operação Pente Fino” (EXONERADO, 11 dez. 1980, p. 1).

Já no ano de 1981, o *JP* deu ampla repercussão à violenta repressão de policiais militares contra outra manifestação organizada por estudantes e políticos opositores. Estes, naquela ocasião, reivindicavam, através de requerimento de autoria do vereador Hécio Silva (PT), a revogação do decreto, assinado pelo prefeito Roberto Macieira, autorizando o

aumento de 57,68% das passagens de ônibus em São Luís. Dentre as principais denúncias divulgadas no jornal relacionadas a esta manifestação, estão o sequestro, seguido de espancamentos e posterior prisão feita por policiais da DOPS, do vereador Hécio Silva, um dos principais líderes da Comissão formada contra o aumento dos preços das passagens; e o sequestro e tortura, por policiais não identificados, do estudante universitário e professor do Colégio Marista Luís Alberto Sousa Alves, igualmente membro da Comissão Contra o Aumento das Passagens dos Transportes Coletivos, e seus colegas Gilmar Pereira e Genésio Abreu Pereira.

Tais denúncias foram manchetes de capa do jornal, respectivamente intituladas: “Terror continua: Polícia sequestra e amarra Hécio Silva” (27 nov. 1981, p. 1) e “Onda de terror: Polícia sequestra e barbariza universitários” (29 de nov. 1981, p. 1). A primeira matéria, veiculada algumas horas depois da prisão do vereador, trouxe poucos detalhes sobre os espancamentos que teria sofrido Hécio, sendo complementada com outra reportagem veiculada no dia seguinte, também como manchete da primeira página, segundo a qual, o vereador teria sido sequestrado por seis policiais e, posteriormente, imobilizado e espancado dentro de um carro, inclusive com coronhadas na cabeça (CRIME, 28 nov. 1981, p. 1). Os espancamentos só teriam cessado quando o veículo chegou à DOPS, onde o vereador permaneceu preso algumas horas antes de ser encaminhado à Polícia Federal. Já a matéria que tratou sobre a violência contra Luís Alberto e seus colegas trouxe mais detalhes sobre as agressões físicas que teriam sido vítimas os estudantes. Segundo a reportagem: “[...] [Dentro do carro usado no sequestro], Luís, com o rosto encostado nas coxas, recebia coronhadas pela cabeça”, além de ser espancado nu, após ter camisa, calça e cuecas rasgadas. Os outros dois teriam sido menos agredidos, recebendo, “cada um, um soco e pontapé” (ONDA, 29 de nov. 1981, p. 1).

Estes tipos de denúncias envolvendo políticos e integrantes de movimentos sociais em São Luís, frequentemente motivaram reflexões, no *Jornal Pequeno*, sobre o papel das polícias e sobre sua (in)capacidade de manutenção da ordem pública no Maranhão. Os policias acabaram sendo vistos, em alguns momentos, como ameaças ao estabelecimento de um clima de tranquilidade no estado.

Torna-se oportuno destacarmos, ainda, que violências e arbitrariedades cometidas por policiais maranhenses também foram amplamente denunciadas no *Jornal Pequeno* quando elas aconteceram durante processos de desapropriações de terras ocupadas de modo irregular em São Luís. Neste tipo de notícia, que, muitas vezes, eram manchetes de capa do jornal, os repórteres do periódico sempre se posicionaram em favor das pessoas pobres

expulsas. As execuções judiciais de desapropriação e demolição dos casebres comandadas pela PM, segundo notícias do *JP*, geralmente eram efetuadas através de ações violentas e arbitrárias. Denúncias nesse sentido se multiplicaram a partir da década de 1980, período em que se agravou o problema da habitação urbana em São Luís, como podemos perceber nos trechos de algumas reportagens que destacamos a seguir:

A imprensa, consciente de sua verdadeira missão, não pode silenciar diante das violências policiais, colocando-se ao lado das vítimas. Violência policial houve na derrubada de barracos do Coroadó, Coroadinho, S. Francisco e outras áreas onde homens, vivendo a tragédia do desemprego e subemprego, ergueram miseráveis casebres [...] Crianças foram arrastadas brutalmente ao desabrigo [...] Quantos jornalistas não têm sido agredidos pela polícia e tolhidos no cumprimento do seu dever profissional, na cobertura dos dolorosos acontecimentos de destruição de palafitas?

Imprensa honesta, séria e independente não se mistura com os agentes da arbitrariedade (IMPrensa, 24 set. 1980, p. 2);

A cidade viveu ontem um clima de muita agitação, em virtude de um despejo arbitrário [...] Tudo começou pela manhã, quando várias patrulhas de choque da Polícia Militar, com efetivo aproximado de cem homens, efetuaram a derrubada e tocaram fogo em mais de 200 casebres, na invasão denominada “João de Deus”, no Bairro do Anil [...] transformando-se João de Deus num verdadeiro “campo de guerra” [...] O Padre Marcos Passarine andou sendo empurrado por policiais. A revolta maior dos moradores era porque a ordem judicial, segundo eles, era para despejar apenas 9 famílias [...] (POLÍCIA, 30 jul. 1981, p. 1);

Polícia derruba casebres, e prende e espanca padres [...] Enquanto os Padres cantavam hinos e rezavam para aliviar a dor das famílias que viam cerca de 300 soldados protegerem a destruição de seus casebres [no bairro da Floresta], os oficiais da Polícia Militar prendiam grosseiramente os padres Bráulio, Vitório, Baroni e Xavier e os jogavam em infectos camburões sob a mira de metralhadoras.

Mas não foram somente os padres as vítimas da violência da Polícia Militar. Várias senhoras foram também arrastadas e lançadas também nos camburões.

Os quatro padres foram recambiados para a DOPS [...] Os quatro sacerdotes ficaram detidos 12 horas [...] Depois de soltos foram unânimes em afirmar que sofreram violências [...] (POLÍCIA, 29 maio 1982, p. 6);

Espancamentos, ameaças de morte, sete prisões e discussões acirradas entre advogados e Policiais. Foi este o saldo da operação da Polícia Militar no bairro Bom Jesus, onde, ontem, 60 casebres foram destruídos, sendo dois queimados [...] Com um corte no rosto, o menor Carlos Henrique Costa (7 anos) foi uma das vítimas da ação policial no Bom Jesus e várias mulheres também se queixavam de haver sido vítimas de espancamentos [...] (POLÍCIA, 4 nov. 1983, p. 8).

Como citamos anteriormente, este problema da habitação urbana em São Luís ganhou vulto com o crescimento demográfico desordenado vivido pela cidade desde fins dos anos 1960, agravando-se na década de 1980 em consequência da implantação dos grandes projetos industriais, inchando de pessoas (e de miséria) os bairros da periferia. Isto porque a industrialização, trazendo o grande capital nacional e internacional para esta cidade, “trouxo também a valorização das casas e do solo urbano e, conseqüentemente, a disputa pela terra, a

grilagem urbana e as expulsões violentas de famílias pobres, que vão ocupar áreas vazias na periferia da cidade” (GISTELINCK, 1988, p. 32).

Este quadro tornou comuns conflitos em torno da propriedade das terras urbanas de São Luís, protagonizados por moradores pobres e pretensos donos das terras, frequentemente grileiros. Igualmente, foi contemporânea desse período a “instalação multiplicativa de movimentos populares demandadores de mais moradias, os ‘sem teto’ como sujeitos ativos fazendo a política para a cidadania, ocupando/‘invadindo’ áreas vazias e não exploradas do território maranhense” (RIBEIRO JR., 2001, p. 98). Assim como acontecia no campo, o aparato policial era acionado de modo constante para efetuar tais expulsões das áreas de ocupação urbana irregular.

Entendemos, portanto, que as inúmeras denúncias de violências e arbitrariedades cometidas por policiais contra os mais diversos atores sociais, bem como as inúmeras ameaças feitas aos jornalistas do *Jornal Pequeno* entre as décadas de 1960 e 1980, parecem refletir o clima generalizado de violência, ilegalidade e impunidade em que as polícias brasileiras, inclusive a maranhense, passaram a atuar a partir da vigência dos governos militares no país. Em certa medida, também refletem como governantes locais tanto promoveram quanto apoiaram ações repressivas comandadas por autoridades policiais, aproveitando-se, assim, do aparato repressivo que, em certa medida, era fruto da política autoritária dos governos militares.

Por fim, percebemos que na grande maioria das representações produzidas no noticiário do *Jornal Pequeno*, e veiculadas no transcorrer do período que nos atemos, a violência policial não era ligada diretamente a práticas do regime civil-militar instalado no Brasil, e sim a atitudes ligadas em específico aos setores policiais maranhenses ou à vigência de algum governo estadual. Quer dizer, os policiais do Maranhão, segundo a maior parte das representações, carregariam, desde muito tempo, uma tradição violenta no trato rotineiro de enfrentamento da criminalidade comum que, algumas vezes, seria endossada por alguma gestão política estadual contra a qual o *Jornal Pequeno* assumira uma postura de oposição, como o governo Sarney e o governo João Castelo.

No entanto, sobretudo a partir da primeira metade da década de 1980, próximo ao fim da ditadura, quando o governo militar enfrentava o auge da crise político-econômica que abatia seriamente a popularidade do regime, o jornal passou a divulgar opiniões de articulistas, colaboradores e de leitores que estabeleceram uma ligação direta entre episódios de violência policial ocorridos no Maranhão e a vigência do regime civil-militar no Brasil.

Assim, no ano de 1982, em virtude de atos de violência cometidos por polícias militares contra torcedores no jogo entre os times de futebol Sampaio e Fortaleza, realizado no estádio Nhozinho Santos em São Luís, divulgou-se um artigo no matutino, nove dias após o episódio, que teve como resultado duas mortes e muitos feridos. O artigo afirmava:

Violência policial e desrespeito aos direitos do povo têm sido uma constante nestes quase 18 anos de regime militar. [...] o massacre no Nhozinho Santos é apenas mais um episódio da violência policial no Maranhão. Mas também representa um degrau acima na escalada repressiva [...]. E, o que é mais grave, as declarações do secretário de Segurança [do Estado do Maranhão] e do comandante da PM sugerem que, mais uma vez, haverá impunidade. O povo brasileiro já cansou de receber os resultados de IPMs (Inquéritos Policiais Militares) que apuram crimes ou violências militares. Raríssimas vezes [...] há punição aos culpados (POLICIA, 17 fev. 1982, p. 6).

Em outra ocasião, num episódio envolvendo violência cometida por polícias militares contra parlamentares, no ano de 1983, num texto escrito por um colaborador do jornal, questionou-se no matutino: “A que se deve tamanha brutalidade comumente praticada por policiais não só do Maranhão mas de todo o Brasil?”. A resposta dada a este questionamento veio logo em seguida:

[...] Para quem tem acompanhado os acontecimentos nesses últimos 19 anos em nosso país, a resposta surge de imediato: são resquícios dos arbítrios cometidos e até hoje impunes, é bom que se diga, pelo regime militar ditatorial implantado a partir de 64.

Ora, durante todo esse tempo, a polícia e outros órgãos de amparo ao regime ditatorial não têm feito outra coisa senão oprimir e caçar pessoas sem que houvesse qualquer punição. Muito pelo contrário, essas ações quase sempre foram aprovadas em gabinetes e altamente incentivadas por aqueles que se encontravam no poder [...] E, ainda hoje, o pau desce feio sobre a população civil deste país [...]. O que deve ser lembrado neste instante, é que quase todos os dias cidadãos comuns e anônimos, portanto sem qualquer força ou parente importante, têm seus direitos violados sem que qualquer providência seja tomada [...]. Agora, mais do que nunca, os homens do governo [...] devem tomar uma atitude [...] (ARBITRARIEDADE, 5 maio 1983, p. 3).

Aqui, percebemos claramente a ligação estabelecida entre as práticas policiais perpetradas durante a ditadura militar no âmbito nacional com a violência policial cometida no Estado do Maranhão. Este texto transparece inquietações próprias daquele período em que a população brasileira se inseria cada vez mais nos debates em torno das liberdades civis, dos direitos humanos, dos limites e consequências de um regime tão atroz. Além disso, como tivemos a oportunidade de destacar anteriormente, desde o início do regime, as corporações policiais passaram a gozar de ampla liberdade e de privilégios promovidos pela ditadura, privilégios que acabaram por endossar a impunidade e a violência dos órgãos estatais.

Tendo em vista o exposto, percebemos, portanto, que os repórteres do *Jornal Pequeno*, através de uma vivência particular, apresentaram e representaram as problemáticas de violência e de criminalidade de forma variada. Se, em determinados momentos, sobressaíram-se as meras descrições factuais, com aspectos dramáticos e sensacionalistas, através das quais emergiram perfis de crimes e de criminosos; noutros, ocorreu uma maior contextualização dos fatos. Esta contextualização se tornou mais frequente a partir da emergência de um amplo debate, que se deu em âmbito nacional, referente aos temas da violência e do crime.

A questão da violência policial também foi amplamente abordada pelo *Jornal Pequeno*, cujas representações acabaram por construir uma imagem do policial maranhense como um profissional que se utilizava constantemente da violência, da corrupção e da arbitrariedade no enfrentamento de diferentes problemáticas sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o período de ditadura civil-militar significou mudanças importantes nos mais diversos setores da vida brasileira, dentre estes, o da segurança pública, intimamente ligado às questões de violência e de criminalidade. Acorados nos preceitos ideológicos da chamada Doutrina de Segurança Nacional, os militares empreenderam um controle rigoroso da sociedade, abrindo caminho para a disseminação de violência e de arbitrariedade praticadas pelas forças de segurança brasileiras contra os mais diferentes atores sociais. Com isso, a violência policial, empreendida tanto no enfrentamento aos opositores políticos quanto aos criminosos comuns, acabou se tornando uma política de Estado.

Especificamente no momento de abertura e de crise da ditadura, as problemáticas da violência e da criminalidade urbana se transformaram em graves problemas nacionais, alimentando um debate que percorreu todo o país, ganhando, assim, as páginas dos jornais, na tentativa de melhor enfrentar e compreender estes fenômenos.

Reportando as questões da violência e da criminalidade para o Maranhão, mais precisamente para a cidade de São Luís, realizamos uma análise das notícias do periódico *Jornal Pequeno* sobre tais temáticas, no espaço da capital maranhense, durante os anos de ditadura, 1964 a 1985. Por se tratar de um período em que se impôs, através de órgãos oficiais, uma ampla censura política aos meios de comunicação, os jornalistas do periódico analisado tiveram que se adaptar à nova situação política.

De acordo com as entrevistas que realizamos e com algumas notícias veiculadas no *Jornal Pequeno*, percebemos que a direção e os jornalistas deste matutino tiveram que conviver diariamente com a denominada autocensura ao longo do regime civil-militar. Esta censura ao jornal maranhense, da mesma forma como aconteceu com a maior parte dos impressos do país, foi mais intensa logo após o golpe de 1964 e nos momentos mais “fechados” do regime – entre a gestão Costa e Silva e Médici –, sendo abrandada com a abertura política, em fins da década de 1970. Os principais temas censurados foram os políticos, embora outros assuntos tenham, eventualmente, sofrido medidas censórias. Assim, no jornal analisado, a censura política parece pouco ter inferido na produção das notícias sobre violência e criminalidade em particular.

Neste contexto, compreendemos que, nas construções das notícias no *Jornal Pequeno*, de um modo geral, os repórteres buscaram dialogar com a linha editorial adotada pela direção do matutino – marcadamente popular –, em que se sobressaíram as constantes tentativas de identificação do jornal com as camadas menos abastadas da população

maranhense e a utilização de estratégias sensacionalistas na elaboração dos textos das reportagens. Determinadas representações analisadas também ganharam sentido quando percebidas em sua relação com o contexto nacional de reorganização das práticas policiais e com as mudanças no cenário da violência e da criminalidade nos centros urbanos do país, ocorridas durante a vigência dos governos militares.

Mais do que simples informações, as notícias veiculadas no *Jornal Pequeno* se constituíram em representações que organizaram, hierarquizaram e classificaram aspectos da vida social de São Luís, cujo pano de fundo foi a violência e a criminalidade. Nesse sentido, ocupando, não raro, lugares de destaque no periódico, as notícias analisadas, frequentemente, construíram noções simplificadas sobre crimes e criminosos, bem como sobre causas e soluções do crime e da violência, na tentativa de explicarem tais fenômenos de forma facilmente inteligível.

Observamos que, por se tratar de um jornal popular, na maioria das reportagens se destacaram: utilização de uma linguagem de fácil entendimento; exploração dos *fait divers* e uso do sensacionalismo. Estas reportagens foram construídas basicamente a partir de descrições que exploraram aspectos factuais, dramáticos, sensacionais e contingenciais das informações, dando um caráter de entretenimento às notícias. Desse modo, prendendo-se a uma lógica de padronização, fragmentação e serialização, caracterizada por Costa (2002) como *estética da barbárie*, os repórteres policiais do *Jornal Pequeno* tenderam a construir narrativas semelhantes sobre episódios de crime/violência envolvendo personagens, locais e circunstâncias diferentes. No caso das notícias veiculadas nas colunas policiais, os fatos foram apresentados de maneira sintética, a título de simples informação.

Em geral, nas reportagens do periódico analisado, o crime e a violência estavam ligados a personagens individuais e a dramas pessoais, afastando-se de uma discussão que valorizasse uma compreensão mais profunda sobre as circunstâncias histórico-sociais que circundam tais fenômenos sociais.

Destacamos a tendência do matutino de criar um perfil do crime ligado a pessoas de baixo nível econômico e residentes em locais suburbanos de São Luís, baseando-se principalmente nos registros oficiais, redimensionandos para as páginas do jornal. O autor ou suspeito de furto ou roubo, predominantemente do sexo masculino, de forma constante foi identificado como “marginal”, “gatuno”, “larápio” e “bandido”, além de ser visto como uma pessoa “perigosa” que “agia” tanto sozinho ou mesmo acompanhado de poucos companheiros quanto participando das ações de “gangs”/ “quadrilhas”.

Além disso, a partir dos anos 1970, em notícias relatando políticas de segurança pública, o criminoso comum (assim como o suspeito ou o acusado) começou a ser visto como um indivíduo que contaminaria o ambiente urbano, intranquilizando a população ludovicense, e que, por isso, deveria ser retirado de circulação através de uma “limpeza” das ruas da capital maranhense. Também em meados desta mesma década, os repórteres do *Jornal Pequeno*, apropriando-se de uma concepção policial autoritária, passaram a conceber o criminoso comum como uma espécie de “inimigo” que deveria ser derrotado, ao alardearem sobre uma “guerra contra o crime”, deflagrada pelas polícias na capital do Estado. Entendemos que estes discursos de “limpeza” da criminalidade e de “guerra” contra um “inimigo” personificado na figura do criminoso comum dialogaram com discursos e medidas utilizadas no âmbito da repressão policial política, isto é, na esfera de combate à denominada “subversão”, firmada em consonância com os preceitos da DSN.

Assim, na construção destas representações que terminaram por criar uma espécie de perfil para o criminoso, os jornalistas do *Jornal Pequeno* acabaram classificando os criminosos (ou suspeitos de algum crime) a partir do uso de categoriais (como “bandido”, “marginal”, “perigoso”, etc.) que encaixaram estes agentes sociais em esquemas estereotipados, simplificando a apreensão da realidade narrada.

Observamos, ainda, que determinados crimes chegaram a ser representados como um fenômeno em crescimento, deixando transparecer sentimentos de medo e insegurança em relação aos perigos que rondariam a cidade de São Luís em virtude da ação de criminosos que deixariam a população apreensiva e insegura. O presente foi representado, em geral, como uma época de desordem e intranquilidade em comparação ao tempo passado, ordeiro e pacífico. Na nossa percepção, este tipo de interpretação feita pelos repórteres do *Jornal Pequeno* se constituiu numa tentativa de (re)organizar simbolicamente o ambiente social da cidade de São Luís desorganizado pela experiência do crime e da violência.

Notamos que, mesmo predominando nas reportagens as abordagens factuais e particularizadas, em determinados momentos, os repórteres buscaram contextualizar as notícias, apontando para possíveis causas e soluções da ocorrência de determinados tipos de crimes, solicitando, por conseguinte, providências das autoridades competentes pela segurança pública, que versaram, principalmente, sobre maior e melhor policiamento nas ruas.

Na virada dos anos 1980 e durante a primeira metade desta década, num momento de expansão do debate em torno da problemática da violência urbana no Brasil, a análise crítica, contextualizada, acerca dos temas da violência e da criminalidade se tornou mais constante e abrangente no noticiário do periódico maranhense em tela. Nesse sentido,

percebemos que o *Jornal Pequeno* participou ativamente do debate sobre violência e criminalidade que se popularizou durante a redemocratização. Esta participação se deu através da difusão de artigos e reportagens sobre os temas, divulgando opiniões das mais diferentes origens, de articulistas e leitores a estudiosos e parlamentares. Como os participantes deste debate foram múltiplos, as opiniões divulgadas no jornal maranhense também foram plurais.

Por outro lado, entendemos que a complexidade foi uma característica permanente nestas discussões que se desenvolveram durante a primeira metade dos anos 1980, pois, como assinalamos, as opiniões foram diversas e até divergentes, além do fato dos atores envolvidos no debate buscarem entender os fenômenos do crime e da violência a partir de uma abordagem menos simplista, que apontava, dentre outros, para as condicionantes sociais, políticas, econômicas e psicológicas de tais problemas.

Neste cenário de debate, em alguns momentos, a situação de violência dos grandes centros urbanos do país chegou a ser relacionada com o que se passava na cidade de São Luís quando os repórteres a compreenderam como uma cidade que, em termos de violência e crime, pouco se diferenciava dos grandes centros urbanos do país.

Por fim, no que se refere à violência policial, as representações, construídas no *Jornal Pequeno* e analisadas neste trabalho, apresentaram constantemente os policiais maranhenses como profissionais violentos e arbitrários. No decorrer do período abarcado por nossa pesquisa, veiculou-se repetidas vezes no periódico notícias de agressões, torturas e outras ilegalidades cometidas por policiais no exercício de suas funções contra diferentes atores sociais. Este tipo de violência chegou a atingir, inclusive, alguns repórteres policiais do *Jornal Pequeno* em algum momento do processo de produção das notícias a serem veiculadas.

Os repórteres policiais ligavam a violência policial, principalmente, a uma espécie de tradição violenta das polícias maranhenses no trato rotineiro com criminosos comuns. A partir da primeira metade da década de 1980, no noticiário do *Jornal Pequeno*, essa violência advinda de aparatos de segurança do estado do Maranhão passou a ser vista também como herdeira de práticas perpetradas e incentivadas pelos governos militares instalados com o golpe de 1964 no Brasil.

REFERÊNCIAS

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia-PSI**, 2002. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down103.pdf>> Acesso em: 7 ago. 2012.

_____; LAMIN, Cristiane. Medo, violência e insegurança. In: LIMA, Renato Sérgio; PAULA, Liana de (org.). **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?** / São Paulo: Contexto, 2006. p. 151-171.

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa, (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahad Ed., 2002.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 7-25.

AMARAL, Márcia Franz. **Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular?**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/63557889706955819390718237293726753880.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

AQUINO, Maria Aparecida de. Mortos sem sepultura. In: CARNEIRO, Maria Tucci (org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002. p. 513-532.

ARAÚJO, Leo Natanael de Jesus. **Impressões e lutas dos trabalhadores gráficos de Fortaleza (1970 a 2000)**. 2004. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9179/1/2014_dis_injaraujo.pdf>. Acesso em: 6 set. 2015.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006. p.100-230.

AZEVEDO, Dúnya. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. **Mediação**. Belo Horizonte, v.9, n.9, p. 81-97, 2009. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/viewFile/296/293>> Acesso em: 6 set. 2015.

BACCEGA, Maria Aparecida. V – Discurso, ficção, realidade: a construção do “real” e do “ficcional”. In: FIGARO, Roseli (org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 119-139.

BECKER, Jean-Jacques. O *handicap* do a *posteriori*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 27-31.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, povo e polícia**: violência urbana no noticiário de imprensa. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BORGES, Arleth Santos. **A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-42.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Com. Gráfica e Editora, 2008.

BRANDÃO, Helena Nagamine. I – Conceitos e fundamentos: enunciação e construção de sentido. In: FIGARO, Roseli (org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 19-43.

CALDEIRA, José de Ribamar C.. **Mudanças sociais no Maranhão**. São Luís, 1978.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CARNEIRO, Alberico (org.). **Revista comemorativa do Jornal Pequeno**: 60 anos de resistência. São Luís: H.M. Bogéa & Cia, Jornal Pequeno, 2011.

CADORIN, Severino. Jornal Pequeno: uma longa história. In: _____. (org.). **Revista comemorativa do Jornal Pequeno**: 60 anos de resistência. São Luís: H.M. Bogéa & Cia, Jornal Pequeno, 2011. p. 20-21.

CARVALHO JR., Orlando Lira de Carvalho. Mídia e criminalidade no Brasil. In: **I Seminário Nacional de Sociologia & Política** - UFPR, 2009, Curitiba. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia & Política - UFPR, 2009. Disponível em:< <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT3/EixoIII/midia-e-criminalidade-OrlandoCarvalhoJr.pdf> >. Acesso em: 15 jan. 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTI, Ademário. Jornal Pequeno é fundado na rebeldia da ilha. In: CARNEIRO, Alberico (org.). **Revista comemorativa do Jornal Pequeno**: 60 anos de resistência. São Luís: H.M. Bogéa & Cia, Jornal Pequeno, 2011. p. 55-57.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio; NEDER, Gizlene. A violência na boca do povo. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio (org.). **Brasil violência e conciliação no dia-a-dia**. Porto Alegre: Fabris, 1987. p. 53-95.

CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 13-28.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 13, v.7, p. 106, 1994.

COELHO, Edmundo Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. In: COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo**. Magda Prates Coelho (org.). Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 255-288.

COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. **Estética da violência: jornalismo e produções de sentido**. Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2002.

COSTA, Cecília. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/bndigital0001.pdf>. Acesso: 13 set. 2015.

COSTA, Yuri Michael Pereira. **Atos de justiça coletiva: representações da violência na mídia**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2005.

COSTA, Márcia Regina da. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? **São Paulo em perspectiva**, v.13, n.4, p. 3-12, 1999. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v13n04/v13n04_01.pdf> Acesso em: 7 ago. 2012.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, 1997.

DONNICI, Virgílio Luiz. **A criminalidade no Brasil: meio milênio de repressão**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

_____. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

FAUSTO, Boris. O regime militar (1964-1985). In: **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas da UFMA, 1998.

FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yanne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. In: **História oral**: Revista da Associação Brasileira de História oral. São Paulo, v.7, n.7, p.41-59, 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins o século XX**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 167-205.

FIORIN, José Luiz. II – Organização linguística do discurso: enunciação e comunicação. In: FIGARO, Roseli (org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 45-78.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Aurora**. Ano 3. n. 5, p. 49-58, 2009. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/FREIRE.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2015.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GISTELINCK, Frans. **Carajás: usinas e favelas**. São Luís: Minerva, 1988.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1992.

HOBBSAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

HUGGINS, Martha K. et al. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

KANT DE LIMA, Roberto. et al. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **BIB**. Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-123, 2000.

KARASEK NETO, Wladimir. O incentivo social para a prática de ações extrajudiciais. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**. Marília, 10. ed., p. 182-203, 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/2645/2075>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, Maria Tucci (org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São

Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002. p. 533-551.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 44-62.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 179-205.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 15-64.

_____. Documento/Monumento. In: **História e memória**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992. p. 535 – 549.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 15-25.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.

MAIA, Maurício. Censura, um processo de ação e reação. In: CARNEIRO, Maria Tucci (org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002. p. 469-511.

MARTINS, Ana Luiza. Sob o signo da censura. In: CARNEIRO, Maria Tucci (org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002. p. 155-179.

MARTINS, João Mário. **Instituição policial militar e segurança pública: análise à luz da política jurídica**. 2008. 154 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Itajaí, 2008.

MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, Guillermo; WHITEHEAD, Laurence (orgs.). **Transições do regime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1998. p. 108-139.

MATIAS, Moisés. **A Revolta da Meia Passagem**. A história da greve estudantil em 1979. São Luís: Estação Produções, 2014.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MIRANDA, Flávia da Silva. **Aqui uma Super notícia**: o leitor convocado por dois jornais populares em Belo Horizonte. In: I Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de Minas Gerais, 2008. Disponível em: < http://www.fafich.ufmg.br/ecomig/wpcontent/uploads/2009/08/MIRANDA_Flavia_Texto.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 2 vol. São Paulo: Cortez, 2001. p. 101-142.

NETO, Paulo Mesquita. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, Dulce Chaves; CARVALHO, José Murilo de.; CARNEIRO, Leandro Piquet; GRZYNSZPAN, Mario (orgs.). **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.129-148. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down152.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60**: Rebeldia, contestação e repressão política. São Paulo: Editora Ática S.A., 1992.

PAIVA, Anabela; RAMOS, Sílvia. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo**: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Editora Método, 2003.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Comunidades eclesiais de base e a luta por moradia: educação e participação política em contexto de precarização. **TOMO**. São Cristóvão – SE, n. 18, p.101-120, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/481/397>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: MATTA, Roberto da; PAOLI, Maria Célia; PINHEIRO, Paulo S.; BENEVIDES, Maria Victoria. **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 57-91.

_____. Violência sem controle e militarização da polícia. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.8-12, 1983. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/35/20080620_violencia_sem_contr_ole.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2013.

_____; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

_____; SADER, Emir. O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil. **Temas IMESC**. Soc. Dir. Saúde. São Paulo, p. 77-95, 1985. Disponível em: <http://www.imesc.sp.gov.br/IMESC_pub/18.pdf> Acesso em: 7 jun. 2013.

PINTO, Pâmela Araújo. Jornal O Imparcial: o embrião do fotojornalismo maranhense. **Revista Cambiassu**. UFMA, São Luís, v. 17, n. 3, p. 78-93, 2007. Disponível em: <http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2007/pamela.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n. 15, p.13-49, 1997.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; SÁ EARP, Fábio. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura: regime

militar e movimentos sociais em fins o século XX. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 207-241.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes. **Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p. 14-43.

RESENDE, Lino Geraldo. **A censura contra a cidadania: o caso do Brasil**. In: Pré-Congresso da Federação Internacional de Estudos sobre a América Latina e o Caribe (FIEALC), 2005, Vitória. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/resende-lino-geraldo-censura-cidadania.pdf>>. Acesso em: 26 de dez. 2014.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991**. São Luís: Edições FUNC, 1999.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969**. Petrópolis, Vozes, 1976.

_____. A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico. In: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de (org.). **Militares: pensamento e ação política**. Campinas, SP: Papirus, 1987. p. 53-86.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência: práticas discursivas. **Tempo Social; Rev. Social**. USP, São Paulo, p. 145-157, 1998. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v102/imagens.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 93-101.

SANTOS NETO, Manoel. O menino que gostava de ler o Jornal Pequeno. In: CARNEIRO, Alberico (org.). **Revista comemorativa do Jornal Pequeno: 60 anos de resistência**. São Luís: H.M. Bogéa & Cia, Jornal Pequeno, 2011. p. 123-124.

SKIDMORE, E. Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988a.

_____. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988b. p. 27-81.

_____. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 201-258.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins o século XX**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 243-282.

SILVA, Jorge da. **Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 21-43, jun. 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm>. Acesso em: 7 jun. 2013.

SOUZA, Leina Fernanda de Oliveira. **Segurança pública no Brasil, década de 1960: debates acadêmicos e estudo de caso**. Monografia de conclusão de curso. São Luís, 2012.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à nova república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público: um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988)**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13815/000651661.pdf>> Acesso em: 26 de dez. 2014.

STOPPINO, Mario. Violência. In: BOBBIO, Norberto Bobbio. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 1291-1298.

TEIXEIRA, Lígia do Nascimento. **Os donos da opinião: jornalistas políticos e público leitor em São Luís (1950-1973)**. 2009. 131 p. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, n. 15, p. 51-84, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 1964**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/publicacoes/MapaViolencia_1.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2014.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 33-41.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, v.21, n.61, p. 31-49, 2007. Disponível em: <<http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1007.pdf>> Acesso em: 7 ago. 2012.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n. 3, p. 17-3, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a01.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2013.

ENTREVISTAS

A.C.: Editor do Suplemento Cultural & Literário JP Guesa Errante e professor de Literatura e Gramática da Língua Portuguesa. Setenta anos. Entrevista concedida a Leina Fernanda de Oliveira Souza e Isabel Ibarra Cabrera, em 15/1/2015, na sede do *Jornal Pequeno*.

C.S.: Editoralista do *Jornal Pequeno*, poeta e advogado. Cinquenta e nove anos. Entrevista concedida a Leina Fernanda de Oliveira Souza, em 17/4/2015, na Assembleia Legislativa do Maranhão.

H.B.: Diretora presidente do *Jornal Pequeno*. Entrevista concedida a Leina Fernanda de Oliveira Souza, em 11/3/2015, na sede no *Jornal Pequeno*.

J.A.: Colunista do *Jornal Pequeno* e funcionário público aposentado. Setenta anos. Entrevista concedida a Leina Fernanda de Oliveira Souza, em 7/3/2015, na residência desta.

L.B.: Diretor geral e editor-geral do *Jornal Pequeno*. Cinquenta e oito anos. Entrevista concedida a Leina Fernanda de Oliveira Souza, em 3/3/2015 e 11/3/2015, na sede do *Jornal Pequeno*.

O.F.: Advogado, ambientalista e economista. Por mais de quarenta anos escreveu no *Jornal Pequeno* como repórter político, atividade que deixou de exercer há cerca de um ano. Sessenta e seis anos. Entrevista concedida a Leina Fernanda de Oliveira Souza e Isabel Ibarra Cabrera, em 10/5/2015, na residência dele.

FONTES DOCUMENTAIS

22 PRISÕES. **Jornal Pequeno**, São Luís, 11 jan. 1976.

28 LARES humildes destruídos pelo fogo. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 ago. 1964.

A CHAMA não se apagará. **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 abr. 1964.

A CRIMINALIDADE em São Luís. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 abr. 1984.

A PROPÓSITO da extinção dos marginais. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 jul. 1980.

A PROPÓSITO: insegurança. **Jornal Pequeno**, São Luís, 20 abr. 1984.

A REVOLUÇÃO de 64 e a corrupção. **Jornal Pequeno**, São Luís, 31 mar. 1982.

A SECOM foi criada para isso. **Jornal Pequeno**, São Luís, 30 jan. 1980.

A VIOLÊNCIA do meio social e criminalidade. **Jornal Pequeno**, São Luís, 18 fev. 1981.

A VIOLÊNCIA no Brasil. **Jornal Pequeno**, São Luís, 9 fev. 1981.

A VIOLÊNCIA no Brasil. **Jornal Pequeno**, São Luís, 23 de nov. 1983.

A VIOLÊNCIA rural-urbana. **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 set. 1982.

A VITORIOSA Revolução. **Jornal Pequeno**, São Luís, 31 mar. 1971.

ABAIXO a violência!. **Jornal Pequeno**, São Luís, 30 nov. 1980.

ADVOGADO Gomes Neto fala sobre o caso Barril 81. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 dez. 1980.

ANIVERSÁRIO da Revolução. **Jornal Pequeno**, São Luís, 31 mar. 1970.

ARBITRARIEDADE e regime ditatorial. **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 maio 1983.

“ARRAIÁ” participa de outro assalto. **Jornal Pequeno**, São Luís, 15 jul. 1980.

ARROMBADA a casa de Lindalva. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 jan. 1974.

“ARRASTÃO” leva 90 marginais às grandes. Limpeza no carnaval. **Jornal Pequeno**, São Luís, 28 fev. 1973.

ASSALTO na Osvaldo Cruz. **Jornal Pequeno**, São Luís, 8 maio 1970.

ASSALTO no B. de Fátima. **Jornal Pequeno**, São Luís, 21 jan. 1980.

ASSASSINADA após o parto. **Jornal Pequeno**, São Luís, 24 set. 1974.

ASSASSINADO quando tentava vingar o irmão. **Jornal Pequeno**, São Luís, 8 jan. 1970.

ASSASSINOU a pauladas e tocou fogo no cadáver. **Jornal Pequeno**, São Luís, 7 ago. 1977.

ASSASSINATO no J. Paulo. **Jornal Pequeno**, São Luís, 18 nov. 1980.

ASSOCIAÇÃO sugere ao governo maior policiamento nas ruas e bairros. **Jornal Pequeno**, São Luís, 15 out. 1983.

ASSUSTADORA a onda de arrombamentos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 12 jun. 1979.

AUXILIAR de vigia foi vítima de torturas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 17 nov. 1969.

BANDIDOS assaltam e matam jovem a pauladas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 8 mar. 1981.

BANDIDOS estão arrasando a Vila Maranhão e o Maracanã. **Jornal Pequeno**, São Luís, 28 maio 1981.

BÁRBARO assassinato. **Jornal Pequeno**, São Luís, 11 jun. 1964.

BÁRBARO assassinato. **Jornal Pequeno**, São Luís, 11 jan. 1975.

BEBÊ morre em uma fossa na vila Embratel. **Jornal Pequeno**, São Luís, 20 maio 1984.

BIRO-BIRO atingido com dois balaços. **Jornal Pequeno**, São Luís, 11 set. 1982.

BURRO na pista causa desastre no Tirirical. **Jornal Pequeno**, São Luís, 15 ago. 1973.

BRUTALIDADE policial na Delegacia do Terceiro Distrito. **Jornal Pequeno**, São Luís, 22 set. 1977.

- CADÁVER mutilado na praia de São Marcos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 20 out. 1971.
- “CAPETA” morto a faca por peixeiro na Camboa. **Jornal Pequeno**, São Luís, 7 maio 1984.
- CARPINTEIRO assassinado no bairro do Matadouro. **Jornal Pequeno**, São Luís, 23 abr. 1967.
- COMERCIANTE morto com cinco tiros. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 abr. 1978.
- CAMINHAMOS para o final dos tempos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 22 jan. 1980.
- CAMINHÃO atropela e mata criança. **Jornal Pequeno**, São Luís, 13 fev. 1985.
- CAMPANHA contra os assaltos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 2 ago. 1983.
- CARTEIRO baleado. **Jornal Pequeno**, São Luís, 4 ago. 1964.
- CIDADE despolicuada. **Jornal Pequeno**, São Luís, 2 jul. 1968.
- COISAS que acontecem. **Jornal Pequeno**, São Luís, 24 set. 1978.
- CONTINUA prevalecendo a Lei da Tortura na Delegacia Auxiliar. **Jornal Pequeno**, São Luís, 3 dez. 1964.
- CONTINUAM os assaltos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 7 jul. 1981.
- CRIANÇAS morrem e mãe fica louca. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 jan. 1976.
- CRIME brutal no bairro do João Paulo. **Jornal Pequeno**, São Luís, 19 maio. 1965.
- CRIME de encomenda. Hélcio foi torturado em fusca por marginais. **Jornal Pequeno**, São Luís, 28 nov. 1981.
- CRIMES e criminosos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 mar. 1964.
- CRIMINOSO impune. **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 nov. 1971.
- CRUELDADE: mulher mata o marido tocando fogo enquanto ele dormia. **Jornal Pequeno**, São Luís, 8 abr. 1983.
- DECRETADA guerra contra os marginais. **Jornal Pequeno**, São Luís, 26 set. 1981.
- DECRETADA guerra contra os marginais. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 maio 1983.
- DELEGADO arbitrário agrediu repórter do Jornal Pequeno. **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 out. 1980.
- DELEGADO prende gregos e troianos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 14 abr. 1973.
- DELEGADO vai “limpar” a cidade. **Jornal Pequeno**, São Luís, 24 dez. 1972.

DESCUIDO fatal! Menor cai num tanque e morre afogado. **Jornal Pequeno**, São Luís, 19 ago. 1982.

DOIS incêndios no Tirirical. **Jornal Pequeno**, São Luís, 2 out. 1974.

DIREITA abre caminho ao golpe: Agoniza o regime da liberdade no Brasil. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 abr. 1964.

DISCO raptou avião que ia pousar no aeroporto. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 out. 1974.

DUELO sangrento no João Paulo. **Jornal Pequeno**, São Luís, 21 dez. 1977.

DOIS elementos assaltam no centro da cidade. **Jornal Pequeno**, São Luís, 4 abr. 1978.

É DIFÍCIL evitar o estouro da boiada. **Jornal Pequeno**, São Luís, 14 ago. 1979.

ENOC teve oito mil roubados no ônibus. **Jornal Pequeno**, São Luís, 9 fev. 1981.

ESCALADA da violência. **Jornal Pequeno**, São Luís, 21 jan. 1981.

ESPANCAMENTO na Central de Polícia. **Jornal Pequeno**, São Luís, 13 jul. 1965.

ESPOSA no oitavo mês de gravidez agredida a socos e pontapés. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 set. 1980.

ESSA Polícia... **Jornal Pequeno**, São Luís, 25 maio 1968.

ESCURIDÃO. **Jornal Pequeno**, São Luís, 26 jul. 1973.

ESTARRECEDOR o quadro da subversão. **Jornal Pequeno**, São Luís, 7 abr. 1964.

ESTUDANTE não consegue amor e mata colega com 23 facadas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 2 nov. 1981.

ESTUDANTE suicida-se por causa de amor. **Jornal Pequeno**, São Luís, 2 mar. 1976.

ESTUPROU criança com um pedaço de madeira. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 maio 1979

EXONERADO o delegado que prendeu políticos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 11 dez. 1980.

FALTA de segurança. **Jornal Pequeno**, São Luís, 12 maio 1979.

FATOS. **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 abr. 1964.

FATOS revoltantes. **Jornal Pequeno**, São Luís, 2 out. 1973.

FLAGRANTE adultério no Maranhão Novo. **Jornal Pequeno**, São Luís, 21 ago. 1973.

FLAGRANTE contra ladrão de galinha. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 fev. 1970.

FOCO de marginais. **Jornal Pequeno**, São Luís, 3 abr. 1982.

“GASTÃO” volta às grades. **Jornal Pequeno**, São Luís, 8 abr. 1977.

GERMANO espanca a amante brutalmente. **Jornal Pequeno**, São Luís, 19 jun. 1979.

GRAVES denúncias contra torturas de três estudantes na DOPS. **Jornal Pequeno**, São Luís, 4 set. 1980.

GREVE parou a cidade. Muita violência no 2º dia da baderna. **Jornal Pequeno**, São Luís, 19 set. 1979.

GUERRA contra o crime. **Jornal Pequeno**, São Luís, 2 out. 1976.

GUERRA contra os marginais. **Jornal Pequeno**, São Luís, 7 abr. 1984.

HOJE aniversário JP. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 maio 1979.

HOMICÍDIO na Forquilha. **Jornal Pequeno**, São Luís, 9 fev. 1971.

IMPrensa contra as violências policiais. **Jornal Pequeno**, São Luís, 24 set. 1980.

INOCENTE vítima de tortura no Anil. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 maio 1975.

INTRANQUILIDADE. **Jornal Pequeno**, São Luís, 24 jul. 1965.

INTRANSIGÊNCIA continua. **Jornal Pequeno**, São Luís, 25 abr. 1979.

IMPUNIDADE. **Jornal Pequeno**, São Luís, 26 abr. 1970.

IMPUNIDADE faz aumentar violência. **Jornal Pequeno**, São Luís, 2 ago. 1982.

JORNALEIRO foi preso e espancado na Polícia. **Jornal Pequeno**, São Luís, 9 jun. 1968.

JORNALISTA preso. **Jornal Pequeno**, São Luís, 21 dez. 1968.

JOVEM deu à luz a um sapo. **Jornal Pequeno**, São Luís, 17 mar. 1971.

JOVEM manda matar o namorado que a abandonou. **Jornal Pequeno**, São Luís, 17 mar. 1976.

JOVEM morto quando fazia amor com a namorada. **Jornal Pequeno**, São Luís, 19 jan. 1983.

JP. **Jornal Pequeno**, São Luís, 3 jul. 1979.

JUIZ decreta a prisão de “Paletó”. **Jornal Pequeno**, São Luís, 16 dez. 1972.

“JUMENTINHO” nas grades. **Jornal Pequeno**, São Luís, 20 mar. 1969.

LADRÃO mata comerciante com seis facadas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 24 jun. 1979.

- LADRÕES não dão trégua no Natal. **Jornal Pequeno**, São Luís, 15 dez. 1972.
- LEONEL Brizzola. **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 abr. 1964.
- LIBERDADE de imprensa. **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 jan. 1967.
- LUNFAS agem na Alemanha. **Jornal Pequeno**, São Luís, 16 mar. 1971.
- LUNFAS agem violentamente. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 maio 1970.
- MÃE e filha morrem afogadas na represa. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 jul. 1974.
- MAIS de 30 mortos em desabamentos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 12 ago. 1970.
- MAIS de 150 mortos numa catástrofe aérea. **Jornal Pequeno**, São Luís, 18 mar. 1969.
- MAIS lunfas nas grades. **Jornal Pequeno**, São Luís, 28 abr. 1978.
- MAIS malandros nas grades. **Jornal Pequeno**, São Luís, 13 jul. 1982.
- MARGINAL assassinado pela polícia ainda não foi encontrado. **Jornal Pequeno**, São Luís, 27 fev. 1982.
- MASSACRE policial: estudantes contam na polícia como foram torturados. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 out. 1979.
- MATARAM professor e violentaram a aluna. **Jornal Pequeno**, São Luís, 26 out. 1975.
- MATOU o amante com facada no coração. **Jornal Pequeno**, São Luís, 20 jan. 1973.
- MENINA morre enforcada no berço. **Jornal Pequeno**, São Luís, 3 jul. 1978.
- MENINO comido por urubu em lixeiro do Tirirical. **Jornal Pequeno**, São Luís, 4 abr. 1972.
- MONSTRO espanca sua própria genitora. **Jornal Pequeno**, São Luís, 31 mar. 1969.
- MOREIRA Filho esfaqueado. **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 abr. 1966.
- MORTE no Tibiri com 22 facadas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 15 jul. 1980.
- MOTORISTA assaltado. **Jornal Pequeno**, São Luís, 3 set. 1979.
- MORRE queimado o policial que tenta salvar tripulantes. **Jornal Pequeno**, São Luís, 23 abr. 1980.
- MULHER-HOMEM operada no Hospital Geral. **Jornal Pequeno**, São Luís, 23 nov. 1968.
- MULHER aplicou dez facadas na rival. **Jornal Pequeno**, São Luís, 7 ago. 1974.
- MULHER queimou o marido quando êste dormia. **Jornal Pequeno**, São Luís, 16 maio 1966.

- DESASTRE na estação de trem. **Jornal Pequeno**, São Luís, 17 jul. 1970.
- NÃO creio nessa Revolução. **Jornal Pequeno**, São Luís, 4 abr. 1964.
- NHÔ-Dé prêso. **Jornal Pequeno**, São Luís, 18 nov. 1970.
- NOTA da redação. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 abr. 1964.
- NOVA onda de assaltos em S. Luís. **Jornal Pequeno**, São Luís, 13 nov. 1970.
- O MARGINAL também nasceu chorando. **Jornal Pequeno**, São Luís, 27 jun.1980.
- OS LADRÕES de gravatas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 mar. 1981.
- ONDA de assaltos em meio às trevas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 28 jan. 1971.
- ONDA de crimes e violências. **Jornal Pequeno**, São Luís, 9 maio 1980.
- ONDA de furtos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 24 fev. 1981.
- ONDA de furtos na capital. **Jornal Pequeno**, São Luís, 12 de fev. 1969.
- ONDA de terror: Polícia sequestra e barbariza universitários. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 de nov.1981.
- ONTEM e hoje... **Jornal Pequeno**, São Luís, 14 nov. 1970.
- “OPERAÇÃO” desespero. **Jornal Pequeno**, São Luís, 8 abr. 1984
- OPERAÇÃO Limpeza prende 33. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 abr. 1976.
- OPERÁRIO baleado no Tirirical. **Jornal Pequeno**, São Luís, 26 jan. 1965.
- PANCADARIA em nome do amor. **Jornal Pequeno**, São Luís, 12 jan. 1969.
- “PÃO CHEIO” nas grades. **Jornal Pequeno**, São Luís, 28 maio 1972.
- PERIGOSOS ladrões agem em S. Luís. **Jornal Pequeno**, São Luís, 11 out. 1967.
- PERIQUITO na Polícia. **Jornal Pequeno**, São Luís, 17 dez. 1968.
- POLÍCIA: uma ameaça. **Jornal Pequeno**, São Luís, 17 fev. 1982.
- POLICIAIS acusados de arrancarem as unhas de mecânico. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 abr. 1983.
- POLÍCIA às voltas com caso de infanticídio. Recém nascido dentro de uma bolsa preta. **Jornal Pequeno**, São Luís, 17 abr. 1967.
- PRISÃO arbitrária. **Jornal Pequeno**, São Luís, 21 jan. 1966.

- POLICIAL arbitrário. **Jornal Pequeno**, São Luís, 24 abr. 1977.
- POLÍCIA comete arbitrariedades. **Jornal Pequeno**, São Luís, 24 jun. 1976.
- POLÍCIA espanca estivador. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 abr. 1975.
- POLICIAIS espancam menor. **Jornal Pequeno**, São Luís, 26 jun. 1972.
- POLICIAIS massacram indefeso operário. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 set. 1979.
- POLÍCIA prende e solta quando quer. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 maio 1968.
- POLÍCIA prende indiscriminadamente. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 jan. 1981.
- POLÍCIA surra e prende estudante. **Jornal Pequeno**, São Luís, 8 set. 1978.
- POLÍCIA decreta guerra aos bandidos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 7 ago. 1981.
- POLÍCIA despreparada para ladrões. **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 set. 1976.
- POLÍCIA desrespeita governo. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 maio 1982.
- POLÍCIA espanca moradores, fere criança e derruba casebres. **Jornal Pequeno**, São Luís, 4 nov. 1983.
- POLÍCIA prende três assaltantes de alta periculosidade. **Jornal Pequeno**, São Luís, 20 ago. 1980.
- POLICIA prende motorista puxador de carro, no Centro. **Jornal Pequeno**, São Luís, 17 ago. 1978.
- POLICIA procura “Cachorra Pelada”. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 out. 1976.
- POLÍCIA realiza Operação “Arregaço”. **Jornal Pequeno**, São Luís, 15 jul. 1979.
- POLÍCIA toca fogo nos casebres de “João de Deus”. **Jornal Pequeno**, São Luís, 30 jul. 1981.
- POLICIAIS acusados de arrancarem as unhas de mecânico. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 abr. 1983.
- POLICIAIS sequestram e torturam jovem. **Jornal Pequeno**, São Luís, 14 dez. 1982.
- PRISÃO arbitrária no bairro João de Deus. **Jornal Pequeno**, São Luís, 3 set. 1982.
- PROBLEMAS da cidade. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 maio 1982.
- PROSSEGUEM os debates... **Jornal Pequeno**, São Luís, 17 dez. 1979.
- PUBLICITÁRIO e universitário são brutalmente presos e espancados por PM's. **Jornal Pequeno**, São Luís, 26 jun. 1982.

RECADO. **Jornal Pequeno**, São Luís, 26 fev. 1984.

REDUÇÃO de empregos provoca escalada da violência no Brasil. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 abr. 1980.

REPÓRTERES constataam corrupção na Polícia. **Jornal Pequeno**, São Luís, 3 jul. 1975.

REPRESENTAÇÃO contra Secretário de Segurança. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 abr. 1970.

REPÚDIO à violência. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 ago. 1981.

REPÚDIO ao atentado. **Jornal Pequeno**, São Luís, 16 mar. 1967.

REPÚDIO contra crimes. **Jornal Pequeno**, São Luís, 12 mar. 1976.

RONDA a morte nos 4 cantos do Estado, sem uma contenção. **Jornal Pequeno**, São Luís, 7 abr. 1971.

ROUBO de jóias. **Jornal Pequeno**, São Luís, 8 jan. 1974.

ROUBO no Desterro. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 nov. 1971.

S. LUÍS infestada de marginais. **Jornal Pequeno**, São Luís, 8 out. 1981.

SECRETARIA da segurança debate violência. **Jornal Pequeno**, São Luís, 17 nov. 1980.

SEIS assassinatos, um esmagamento e um vendaval. **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 set. 1979.

SEGUNDO o Relatório do Comando da PM: Vereador agiu como um irresponsável. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 jan. 1980.

SENHOR de 53 anos torturado na Delegacia de Furtos e Roubos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 11 set. 1981.

SENHORA jogada da janela por assaltantes mascarados. **Jornal Pequeno**, São Luís, 15 abr. 1980.

SOLDADO da Polícia Militar assassinou um verdureiro. **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 out. 1965.

SUJEIRA na Delegacia do Segundo Distrito. **Jornal Pequeno**, São Luís, 13 set. 1967.

TELEVISÃO: o efeito da violência. **Jornal Pequeno**, São Luís, 20 abr. 1981.

TELEVISÃO e violência. **Jornal Pequeno**, São Luís, 22 ago. 1979.

TENDO em vista... **Jornal Pequeno**, São Luís, 4 fev. 1971.

TERROR continua: Polícia sequestra e amarra Hélcio Silva. **Jornal Pequeno**, São Luís, 27 nov. 1981.

TORCEDORA do Sampaio morta com 16 facadas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 2 nov. 1981.

TORTURA de presos na Delegacia Auxiliar. **Jornal Pequeno**, São Luís, 19 maio 1966.

TRAGÉDIA. 7 mortos de uma só família em pavoroso desastre. **Jornal Pequeno**, São Luís, 28 jun. 1981.

TRIBUNA do Povo. **Jornal Pequeno**, São Luís, 31 jan. 1970.

TRIBUNA Livre. **Jornal Pequeno**, São Luís, 20 out. 1973

TORTURA de presos na Delegacia Auxiliar. **Jornal Pequeno**, São Luís, 19 maio 1966.

A VIOLÊNCIA e a criminalidade em São Luís do Maranhão. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 jun. 1981.

VIGIA massacrado por dois eletricitas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 maio 1972.

VIOLÊNCIA e democracia. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 out. 1984.

VIOLÊNCIA e insegurança. **Jornal Pequeno**, São Luís, 26 jun. 1979.

VIOLÊNCIA e insegurança. **Jornal Pequeno**, São Luís, 7 out. 1984.

VIOLÊNCIA... mais violência. **Jornal Pequeno**, São Luís, 9 ago. 1981.

VIOLÊNCIA na televisão, um tema em debate. **Jornal Pequeno**, São Luís, 23 jun. 1980.

VIOLÊNCIA, permissividade e ilegitimidade. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 jun. 1981.

VIOLÊNCIA será debatida na Biblioteca Pública. **Jornal Pequeno**, São Luís, 21 jun. 1981.

VIOLÊNCIA urbana. **Jornal Pequeno**, São Luís, 28 nov. 1983.

VIOLÊNCIA urbana: pânico nas ruas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 16 jun. 1984.

ZELADOR torturado na Delegacia de Furtos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 11 set. 1981.